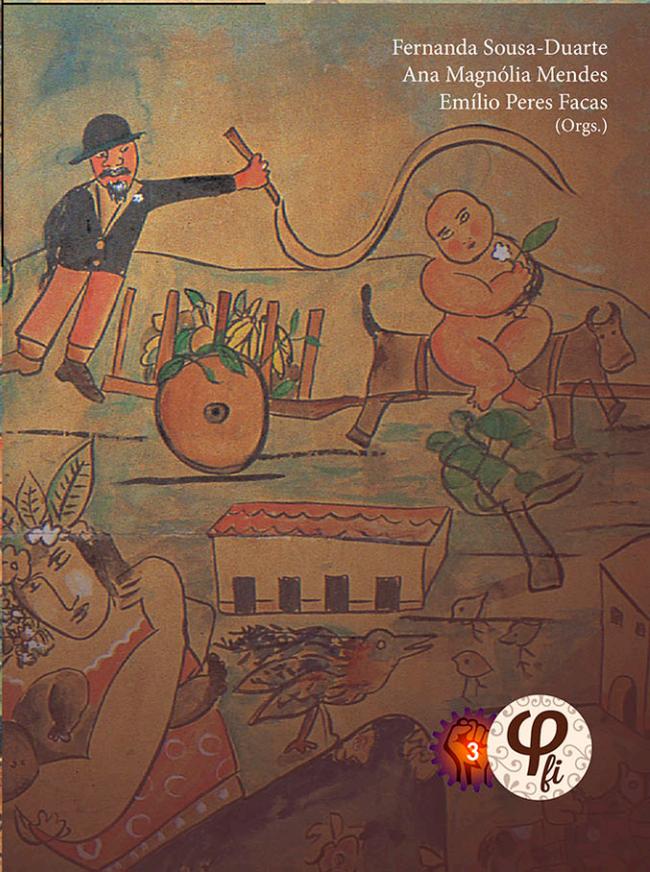


# Psicopolítica e Psicopatologia do Trabalho

Fernanda Sousa-Duarte  
Ana Magnólia Mendes  
Emílio Peres Facas  
(Orgs.)



Organizar um livro em Psicopolítica e Psicopatologia do Trabalho é, para nós, uma aposta no desejo de fazer a diferença a partir da insistência e persistência do desejo de uma existência ético-política, de mobilizar o trabalho de pensar, resistir e encontrar saídas para o labirinto. Nossas inquietações, então, se ligam diretamente a um compromisso ético e político, de como discutir criticamente o mundo do trabalho, apontando o valor da articulação das dimensões sociais, históricos, políticos e psíquicas que, apesar de indissociáveis da categoria “trabalho”, são frequentemente ignorados ou recusadas pelas ciências e pelas instituições produtivas capitalistas. Assim, o livro nasce do nosso desejo de construir uma Psicopatologia crítica e clínica do trabalho, uma Psicopolítica do Trabalho. Uma aposta sustentada institucionalmente pela Universidade de Brasília e pela nossa história acadêmica no Brasil desde os anos 2000, sendo um marco histórico esta publicação em 2020. Uma enunciação de um novo ciclo de produção no Laboratório de Psicodinâmica e Clínica do Trabalho e, de modo particular, a presença de nós três juntos como organizadores, abrindo infinitas possibilidades para os modos de trabalho e de vida.



## **Psicopolítica e Psicopatologia do Trabalho**



*Série*  
**Transgressões:**  
*estudos sobre trabalho*

---

**Diretor da Série**

---

Prof. Dr. Emílio Peres Facas  
Universidade de Brasília (Brasil)

---

**Comitê Editorial Científico**

---

Profa. Dra. Ana Magnólia Mendes  
Universidade de Brasília (Brasil)

Profa. Dra. Andrea Pujol  
Universidad Nacional de Córdoba (Argentina)

Profa. Dra. Ana Teresa Martins Ferreira Oliveira  
Instituto Politécnico de Viana do Castelo (Portugal)

Prof. Dr. Caio Sgarbi Antunes  
Universidade Federal de Goiás (Brasil)

Prof. Dr. Jean-Michel Vivès  
Université Côte d'Azur (França)

Prof. Dr. João Batista Ferreira  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil)

Profa. Dra. Joana Alice Ribeiro de Freitas  
Universidade Federal de Goiás (Brasil)

Prof. Dr. João Areosa  
Universidade Nova de Lisboa (Portugal)

Prof. Dr. Éric Hamraoui  
Conservatoire National des Arts et Métiers (França)

**Organizadores:**

Fernanda Sousa-Duarte

Ana Magnólia Mendes

Emílio Peres Facas

**Psicopolítica e  
Psicopatologia do  
Trabalho**

**Autores:**

Ana Magnólia Mendes

Dominique Lhuillier

Emílio Peres Facas

Eric Hamraoui

Fernanda Sousa-Duarte

Jean-Michel Vivès

João Areosa

João Batista Ferreira

Patrick Brown

Vanessa Catherina Neumann Figueiredo



**Diagramação:** Marcelo A. S. Alves

**Capa:** Lucas Margoni

**Obra da capa:** Cícero Dias. “Eu vi o mundo... ele começava no Recife”, 1926-1929

**Revisão de texto:** Ana Paula Morais

**Traduções e adaptações:** Ana Paula Morais, Karla Candeia, Leonardo Milani, Lucas Lazzaretti e Renata Mattos Avril

**O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.**



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)  
[https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)



Série Transgressões: estudos sobre trabalho - 3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

SOUSA-DUARTE, Fernanda; MENDES, Ana Magnólia; FACAS, Emílio Peres (Orgs.)

Psicopolítica e psicopatologia do trabalho [recurso eletrônico] / Fernanda Sousa-Duarte; Ana Magnólia Mendes; Emílio Peres Facas (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

217 p.

ISBN - 978-65-5917-012-8

DOI - 10.22350/9786559170128

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Trabalho; 2. Psicologia; 3. Sofrimento; 4. Assédio moral; 5. Pesquisa; I. Título II. Série

CDD: 331

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Trabalho 331

# Sumário

<b>Apresentação .....</b>	<b>9</b>
Os organizadores	

## Parte I

<b>Capítulo 1.....</b>	<b>17</b>
<b>Vida e morte no mundo do trabalho: neoliberalismo como patologia bio e necropolítica</b>	
João Batista Ferreira	

<b>Capítulo 2 .....</b>	<b>35</b>
<b>Por uma Psicopatologia Crítica do Trabalho</b>	
Fernanda Sousa-Duarte	

<b>Capítulo 3 .....</b>	<b>63</b>
<b>Sociedade da Performance e a falácia da liberdade no discurso neoliberal</b>	
Emílio Peres Facas	

<b>Capítulo 4 .....</b>	<b>76</b>
<b>Discurso capitalista colonial e a patologia da melancolização</b>	
Ana Magnólia Mendes	

## Parte II

<b>Capítulo 5 .....</b>	<b>91</b>
<b>“Trabalhe e cale-se”: a voz do supereu e a violência no trabalho</b>	
Jean-Michel Vivès	

<b>Capítulo 6 .....</b>	<b>118</b>
<b>Figuras históricas, vidas psíquicas e racionalidades políticas da indiferença</b>	
Eric Hamraoui	

<b>Capítulo 7 .....</b>	<b>137</b>
<b>Exploração dos riscos pelos modelos de gestão e confiança nas relações de trabalho</b>	
Patrick Brown	
<b>Capítulo 8 .....</b>	<b>158</b>
<b>Acidentes de trabalho: o erro humano como “fim da história”</b>	
João Areosa	
<b>Capítulo 9 .....</b>	<b>179</b>
<b>Escuta clínica da servidão: em pauta o sofrimento de mulheres desempregadas</b>	
Vanessa Catherina Neumann Figueiredo	
<b>Capítulo 10.....</b>	<b>194</b>
<b>Suportar o insuportável: o trabalho de acompanhamento de exilados</b>	
Dominique Lhuilier	
<b>Sobre os autores.....</b>	<b>214</b>

# **Apresentação <sup>1</sup>**

## *Os organizadores*

Esta obra tem como ponto de partida uma rede de cooperação internacional, representada principalmente pelo plano de trabalho intitulado “Globalização e novas formas de organização do trabalho: a abordagem da psicopatologia clínica do trabalho”, integrante do projeto de internacionalização Capes PrInt/UnB 2019. Essa rede de cooperação funda-se a partir de inquietações teóricas, metodológicas, históricas e políticas.

Consideramos que o capital neoliberal digital, que coabita com o capital financeiro e de serviços, tem produzido efeitos nefastos sobre o trabalho humano. Essas brutalidades econômicas e políticas tem se amplificado com a chegada da pandemia de COVID-19, marcando uma virada de década que nos impõe um real que nos desloca das posições previamente definidas e assumidas. Como dizia Cazusa, músico brasileiro, sempre vemos o futuro repetir o passado. Desse modo, as crises são reproduções de ciclos que não mais interessam àqueles que dominam o mundo e que precisam de novos ciclos para manter sua dominação. Dominação disfarçada de discursos e práticas de gestão. Assim, os modelos de gestão no século XXI, apresentados como avançados, humanizados e colaborativos, têm sido marcados pela exploração da classe trabalhadora – um verdadeiro “museu de grandes novidades”.

Nesse contexto, organizar um livro em Psicopolítica e Psicopatologia do Trabalho é, para nós, uma aposta no desejo de fazer a diferença a partir

---

<sup>1</sup> Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações da Universidade de Brasília pelos apoios e auxílios prestados.

da insistência e persistência do desejo de uma existência ético-política, de mobilizar o trabalho de pensar, resistir e encontrar saídas para o labirinto. Nossas inquietações, então, ligam-se diretamente a um compromisso ético e político, de como discutir criticamente o mundo do trabalho, apontando o valor da articulação das dimensões sociais, históricas, políticas e psíquicas que, apesar de indissociáveis da categoria “trabalho”, são frequentemente ignoradas ou recusadas pelas ciências e pelas instituições produtivas capitalistas.

Assim, o livro nasce do nosso desejo de construir uma Psicopatologia crítica e clínica do trabalho, uma Psicopolítica do Trabalho. Uma aposta sustentada institucionalmente pela Universidade de Brasília e pela nossa história acadêmica no Brasil desde os anos 2000, sendo um marco histórico esta publicação em 2020. Uma enunciação de um novo ciclo de produção no Laboratório de Psicodinâmica e Clínica do Trabalho e, de modo particular, a presença de nós três juntos como organizadores, abrindo infinitas possibilidades para os modos de trabalho e de vida.

Este desejo não seria possível sem a colaboração dos autores que generosamente aceitaram nosso convite para escrever seus capítulos, e nos trouxeram pistas de campos de saber que consideramos fundamentais para a Psicopolítica e para a Psicopatologia do Trabalho. São contribuições da Filosofia, Psicanálise, Sociologia e Psicologia. Também não seria possível sem a revisão brilhante de Ana Paula Moraes. São pesquisadores, colegas e amigos que compartilham das nossas inquietações e tê-los como parceiros é um alento para pensar as saídas do labirinto, e sobretudo, para fortalecer os laços afetivos e institucionais.

Organizamos os capítulos de modo a fornecer ao leitor uma discussão de bases epistemológicas e de proposições teóricas que apontam para pensar a Psicopolítica e a Psicopatologia do Trabalho como possibilidades de construção de um saber crítico e clínico sobre o trabalho humano.

No primeiro capítulo, “Vida e morte no mundo do trabalho: neoliberalismo como patologia bio e necropolítica”, João Batista Ferreira apresenta, a partir do método crítico e clínico da cartografia das formas de

vida, o neoliberalismo como patologia bio e necropolítica e suas relações com situações de adoecimento e formas de vida e morte no trabalho, discutindo o fracasso social em assegurar condições para uma vida digna, transformando a “Lei da Vida” neoliberal em uma verdadeira Lei do Fim do Mundo.

Em “Por uma Psicopatologia Crítica do Trabalho” Fernanda Sousa Duarte propõe a historicização da psicopatologia do trabalho enquanto fenômeno e abordagem teórico-metodológica como ponto de partida para uma virada decolonial. Para tal, discute o estado da arte da produção saúde/doença mental e trabalho no Brasil; a continuidade entre trabalho escravo e outras formas de trabalho contemporâneas no país, explorando a tendência dos estudos brasileiros do desenvolvimento de pesquisas em trabalho partindo de conceitos eurocentrados - e modernos - de trabalho, trabalhador e gestão; e por fim, propõe repensar pressupostos eurocêtricos no estudo do trabalho, dos trabalhadores e da saúde/doença mental no Brasil, elaborando a proposta da Psicopatologia Crítica do Trabalho para os estudos de adoecimento mental relacionados ao trabalho.

No terceiro capítulo, “Sociedade da Performance e a falácia da liberdade no discurso neoliberal”, Emílio Peres Facas busca articular as noções de performance e processo de subjetivação no atual contexto do mundo do trabalho. Para tal, discute de que modo a Sociedade da Performance está calcada na Psicopolítica, poder inteligente e sedutor que traz em si falaciosas promessas de liberdade, autorresponsabilidade, realização e felicidade articuladas a essa cultura empreendedora, *do self made man*.

A seguir, Ana Magnólia Mendes apresenta em “Discurso capitalista colonial e a patologia da melancolização” uma reflexão teórica sobre o sujeito melancólico e esta patologia a partir da clínica psicanalítica do trabalho. Considera as vozes do discurso capitalista colonial, marcado pelo apelo à subalternidade e criação de artifícios para a sustentação do trabalho morto com status do trabalho vivo. Esse discurso é terreno fértil

para a produção da psicopatologia da melancolização, um modo disfuncional de criar laços sociais que forjam sujeitos melancólicos.

Jean-Michel Vivès, em seu texto “‘Trabalhe e cale-se’: a voz do supereu e a violência no trabalho”, traz as contribuições da Psicanálise para pensar os processos de violência e assédio nos contextos de trabalho. O capítulo é um modo de fazer face ao avesso da Psicanálise, uma subversão como é próprio dos estudos lacanianos, ao articular o circuito da pulsão invocante à clínica das psicopatologias do trabalho.

A seguir, no texto “Figuras históricas, vidas psíquicas e racionalidades políticas da indiferença”, Eric Hamraoui apresenta uma perspectiva da Filosofia sobre a questão da indiferença, seus sentidos e figuras históricas, bem como se debruça sobre a definição de ilusões próprias ao conteúdo da vida psíquica da indiferença, incluindo aí os fantasmas sociais de normalidade e adaptação.

No capítulo “Exploração dos riscos pelos modelos de gestão e confiança nas relações de trabalho”, Patrick Brown explora mudanças nas bases centrais da gestão de transações dentro das organizações e a emergência de novas formas de governança organizacional enquadradas em torno do risco; maneiras de avaliar a relativa (in)eficácia e perigo dessas novas formas de gestão; e faz uma breve conceitualização de confiança, considerando círculos virtuosos e viciosos de confiança e correntes de confiança dentro das organizações.

João Areosa discute em seu texto “Acidentes de trabalho: o erro humano como ‘fim da história’” a forma como os chamados “erros humanos” são automaticamente considerados os primeiros – e por vezes, únicos – responsáveis pelos acidentes de trabalho. Ao longo de sua exposição, discute a noção de riscos, a investigação de acidentes e traz uma reflexão ao final: a prevenção tem sempre um limite e não existe um controle absoluto dos riscos – reconhecer isto é fundamental para modelos mais realistas nas organizações.

Em “Escuta clínica da servidão: em pauta o sofrimento de mulheres desempregadas”, Vanessa Catherina Neumann Figueiredo faz uma

discussão crítica do ideal neoliberal, cujo discurso atinge a subjetividade e é perpetuado graças ao uso de estratégias defensivas e da dinâmica psicopatológica da servidão voluntária. Pretende contribuir para o desenvolvimento de uma clínica da inclusão, apresentando como exemplo a escuta de mulheres em trabalho informal e sem emprego.

Por fim, em “Suportar o insuportável: o trabalho de acompanhamento de exilados”, Dominique Lhuillier discute o significado político das práticas profissionais no campo do acompanhamento, em suas diversas formas. Um trabalho psíquico que permite tecer um elo identificatório entre o indivíduo e o todo humano, um elo através do qual cada um pode acessar o sentimento de pertencer a este todo humano.

Assim, oferecemos ao leitor nosso desejo de pensar juntos as possíveis saídas dos labirintos que parecem sem saída. Que a opressão e colonização das subjetividades sejam desmascaradas, de modo a impedir na máxima potência a injunção tirânica de um modo de ser e de existir único para todos, uma universalidade nefasta para as infinitas possibilidades de existência do sujeito.

Finalizamos inspirados pela filosofia do Ubuntu - *Umuntu ngumuntu ngabantu*: “sou porque somos” - e dedicamos este livro aos povos africanos, às origens. Para eles e todos os que, usurpados dos seus direitos ao trabalho decente e digno, privados da sua liberdade e da sua condição humana, seguem insistindo e persistindo no desejo de tornar o mundo mais odara.



## **Parte I**



## Capítulo 1

# Vida e morte no mundo do trabalho: neoliberalismo como patologia bio e necropolítica

João Batista Ferreira <sup>1</sup>

*Contra a ruína do mundo,  
só existe uma defesa: o ato de criação*  
Kenneth Rexroth

A pandemia da COVID-19 acentuou as crises estruturais e as imposições do capitalismo neoliberal, produtor de formas de organização social e do trabalho que representam graves riscos e danos à vida, a ponto de amplificar as mortes de trabalhadores nas atividades mais precarizadas e em situação de maior vulnerabilidade social. Sendo parte de uma pesquisa em andamento sobre contextos de produção das situações de saúde e adoecimento relacionadas ao trabalho, neste ensaio discuto algumas relações entre neoliberalismo como patologia social, situações de adoecimento e formas de vida e morte no trabalho. Tais relações são abordadas com base na *cartografia das formas de vida*, método crítico e clínico que, nesta análise, se vale de operadores conceituais relacionados aos tensionamentos entre modos de apropriação e de expropriação dos direitos de existência e também da capacidade de sentir, pensar e agir de modo ético-político nos contextos e situações de trabalho neoliberais.

Ao longo do ensaio, procuro situar: os operadores conceituais e metodológicos da *cartografia das formas de vida* que orientaram este

---

<sup>1</sup> Professor associado e pesquisador permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e da Graduação em Psicologia da UFRJ. Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações - UnB. Pós-doutorado em Filosofia - Université Paris 1 - Panthéon-Sorbonne. Email: ferreira.jb@gmail.com

percurso; as noções de saúde e adoecimento como questões de interesse fundamental para referenciar o valor vital do direito à existência digna, ao qual todo o ordenamento social e do trabalho devem se reportar; os aspectos críticos do contexto e a caracterização do neoliberalismo como patologia social; a exacerbação necropolítica do neoliberalismo, evidenciada com a crise da pandemia. Em seguida, aponto o necroliberalismo proposto por Achille Mbembe como patologia social de primeira ordem.

### **Cartografia das formas de vida**

A *cartografia das formas de vida (CFV)* é um instrumento de pesquisa e intervenção que busca mapear e problematizar processos de constituição da saúde, adoecimentos e formas de vida no trabalho, com base nos aspectos paradigmáticos e nas condições de legitimação das formas de vida (Ferreira, 2020a; 2020b)<sup>2</sup>. Paradigmático pois tem a função de, a partir das *situações* singulares do trabalho, tornar inteligíveis contextos problemáticos mais amplos, inclusive históricos. As formas de vida no trabalho, deste modo, se constituem nas interações, correlações processuais e de mútua inclusão dos âmbitos macro e microeconômicos, políticos, sociais, organizacionais. Com isso, os *contextos* (dimensões gerais) e as *situações* (dimensões singulares) são indissociáveis – são *contextos-situações*.

Inspirada no método cartográfico da esquizoanálise, a *CFV* busca compreender as forças, afetos e linhas de composição dos dispositivos implicados em determinada situação na constituição das formas de vida. A referência maior para os modos de existência é o teor de intensificação da vida – é a política da vida. Isso demanda a busca permanente de ações

---

<sup>2</sup> Método desenvolvido com base na abordagem multidisciplinar da *Psicologia e Clínica das Formas de Vida*, utilizada nas atividades e práticas do Núcleo Trabalho Vivo – Pesquisas e Intervenções em Arte, Trabalho, Clínica e Ações Coletivas, vinculado à Graduação em Psicologia e ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFRJ. As práticas clínicas integram estágios curriculares na clínica-escola da Divisão de Psicologia Aplicada (DPA), do Instituto de Psicologia da UFRJ, com participação de graduandos de Psicologia (nos atendimentos), e de doutorandos e mestrandos nas supervisões clínicas coordenadas pelo professor orientador.

que afirmem o direito de existência. “Cartografar é, em cada caso, desemaranhar as linhas de um dispositivo, montar um mapa – mapografar, o que Foucault chamava de *trabalho de campo*” (Deleuze, 2016, p. 360). A noção de *dispositivo* (esboçada por Foucault e retomada por Agamben e Deleuze) é tudo o que tem “a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes” (...); é uma “máquina de produzir subjetivações, sem as quais não pode funcionar” (Agamben, 2019, p. 46). As subjetivações (como formas situadas de sentir, ver, pensar, agir, falar) nascem no corpo a corpo entre seres viventes e dispositivos – que têm o *poder de fazer ver e de fazer falar* – pois comandam as linhas de forças dos *regimes de visibilidade e regimes de enunciação*. Definem o visível e o invisível, o pensável e o impensável, o dizível e o indizível (o pode e deve ser dito e o que não deve ser dito ou calado), o desejável e o indesejável (Deleuze, 2016, p. 361). Em última instância, definem o *que pode existir e não existir*, pois fazem valer ou expropriam direitos de existência. São máquinas de produção das realidades do mundo<sup>3</sup>. Tais campos de disputas, emaranhados de linhas de forças, “traçam processos sempre em desequilíbrio e ora se aproximam ora se afastam umas das outras. Cada linha é rompida, submetida a variações de direções (...) e a derivações” (Deleuze, 2016, p. 367). As linhas de um dispositivo se repartem em dois grupos: linhas com as funções de *estratificar* ou *sedimentar* e linhas de *atualizar* ou *criar*.

Na apropriação da *CFV*, quando o grupo *estratificar-sedimentar* é capturado por forças dogmáticas, o trabalho é submetido a regimes intensivos de exploração e expropriação<sup>4</sup> que subtraem a capacidade

---

<sup>3</sup> “O poder é a terceira dimensão do espaço” (Deleuze, 2016, p. 361). Neste sentido, o “terraplanismo”, por exemplo, é um paradigma das *formas dogmáticas do saber* sobre determinadas “visões de mundo”. Sintoma também do poder de reduzir a complexidade do real. Achatar a realidade e a história, para decretar, por exemplo, que: “a terra não é mais redonda!”. Entendemos, assim, que o poder e o saber, nesta lógica, são também produtores de “operadores temporais”, com a capacidade de fazer retroceder as percepções de determinados aspectos da realidade às formas de compreensão de séculos atrás.

<sup>4</sup> Forças dogmáticas no sentido de formas de dominação (abuso de poder) e imposição de verdades, entendidas como regimes de veridicção, como proposto por Foucault (2008).

inventiva, exaurem a vitalidade tornada mercadoria. Até restar um corpo mortificado – em situação de *burnout*. Ou corpos mortos. Produzem as patologias sociais do silêncio e da solidão (Ferreira, 2009, 2016); da sobrecarga, violência e servidão voluntária (Mendes, 2007b; Ferreira, 2009), derivadas da patologia social de primeira ordem do neoliberalismo. O grupo-função *atualizar-criar* é composto por linhas de fissura e fratura, que “parecem particularmente capazes de traçar caminhos de criação, que não param de abortar, mas também de ser retomados, modificados, até a ruptura do antigo dispositivo” (Deleuze, 2016, p. 365). Neste grupo, o trabalho pode ser experienciado como trabalho vivo, como “saber-fazer, um engajamento do corpo; o poder de sentir, de pensar e de inventar” (Dejours, 2004, p. 28); como ação de transformação do mundo que transforma o sujeito. O trabalho vivo, assim, é ato poético, momento da potência e potência da criação (Antunes, 2009).

A questão ético-política central que se coloca para Foucault é: como estimar o valor relativo de um dispositivo, do ponto de vista da afirmação dos modos de existência? Seguindo Espinosa e Nietzsche, os critérios de valor de um dispositivo são os *critérios de vida*, como seria esboçado por Foucault nos últimos livros (Deleuze, 2016, p. 364). Este *valor vital* é um imperativo ético-político para todas as pesquisas que buscam afirmar direitos de existência. Neste sentido, a *CFV* é um *dispositivo de atenção à vida*. De modo especial, atenção às vidas subjugadas, às vidas que procuram resistir, que resistem às maquinarias de produção de sentidos e capturas calcadas no apologismo neoliberal. Para isso, é necessário investigar a produção de *sentidos do real*, mapeando sinais e sintomas que expressam modos e condições de *atenção à vida* – compreendida como processo de cuidado pelo qual buscamos atender (ou negar), consciente e inconscientemente, as exigências do mundo e dos próprios desejos; atenção que possibilita “responder aos seus incessantes imperativos (...) e se define correlativamente como *sentido do real*” (Lapoujade, 2017, p. 92).

Tais formas de *atenção à vida* (ou desatenção) definem os *sentidos do real*<sup>5</sup>. Se a economia vale mais do que a vida, por exemplo, quais são os *sentidos do real*?<sup>6</sup> Para conhecer os sentidos do real é necessário buscar a compreensão das relações e dinâmicas das forças ativas e reativas que se apropriam, apoderam, exploram ou se expressam nos sujeitos (Deleuze, 2018). Os modos de produção dos sentidos do real são, portanto, sinais das forças tendenciais que operam nas formas de vida. No contexto deste ensaio, a pergunta que se impõe é: quais forças determinam os sentidos das crenças que fazem acreditar que “não há alternativas” ao neoliberalismo?

De modo esquemático, a *CFV* utiliza três planos analíticos. O primeiro, com aspectos *estruturais, relacionais e dinâmicos*, constituído a partir das questões: *o que é considerado trabalho? Como é organizado? O que a organização do trabalho exige das pessoas? O que está fazendo com elas?* (Fraser, 2020, p. 15). O segundo plano, com sinalizações de uma *sintomatologia do contexto-situação* (procurar identificar os sinais e sintomas com base nas forças que os produzem); e de uma *genealogia* (procurar identificar a origem das forças) (Deleuze, 2018). O terceiro, com *aspectos paradigmáticos e ético-políticos*, a partir das questões: *quais são os fatos? O que torna possível os fatos? Com quais direitos são exercidos?* (Lapoujade, 2015, p. 28). Os *aspectos ético-políticos*, por sua vez, sintetizam os anteriores. Referem-se às *condições de legitimação* (ou

---

<sup>5</sup> Na apropriação da noção de *sentidos do real* para a *CFV*, o real, por um lado, é a parte da realidade passível de descrição, conhecimento, apropriação e regulação por meio de normas. Ou seja, a parte que pode ser inscrita nas determinações formais e informais (regras, normatividades, conhecimentos, sentidos fechados). Por outra via, é também a parte da realidade que escapa às determinações (não se deixa apreender por dispositivos simbólicos, resiste às apropriações, e se mostra nas situações inesperadas, escapam à compreensão, ao sentido e geram resistências ao fazer). Por exemplo, o *real do inconsciente* e, ainda que de natureza bastante diversa, o *real das relações sociais de dominação, exploração, opressão* (Dejours, 2012). Os imperativos da dominação, no entanto, podem ultrapassar a capacidade de apropriação, determinação de sentidos e de lutas pela saúde e impossibilitar a *vida pela qual vivemos*. Nessa linha, a *CFV* é um modo de atenção voltado principalmente aos atos que problematizam os *sentidos do real* (objetivos e subjetivos, formais e informais) que produzem sofrimento e adocimento e também os *sentidos do real* que potencializam afetos e ações produtoras de saúde. Assim, a *atenção à vida* como procedimento clínico de pesquisa é, sobretudo, *atenção aos sentidos do real*.

<sup>6</sup> O sentido ético de *prestar atenção* é apontado por Stengers (2017, sp): “Trata-se, por exemplo, de prestar atenção na maneira como, pouco a pouco, o que foi “ganho” em 1968 – a possibilidade e a importância de “falar” no local de trabalho – tem sido apagada, dissuadida ou esvaziada de seu significado inicial. O que significa dedicar-se ao sentido da situação, considerando a diferença entre o que “é necessário” e o que é “relevante fazer”.

*deslegitimação*) dos contextos-situações de trabalho. A análise conjunta desses planos indissociáveis procura compreender o que os fatos expressam, para além deles mesmos, acerca dos sentidos dessas relações com aspectos mais profundos do capitalismo neoliberal, como a racionalidade soberana e as forças que o determinam.

### ***Saúde como valor vital, adoecimento como paralisia existencial***

Se entendemos saúde como “maneira de abordar a existência com uma sensação não apenas de possuidor ou portador, mas também, se necessário, de *criador de valor*, de instaurador de normas vitais” (Canguilhem, 2009, p. 66, grifo nosso)<sup>7</sup>, a expropriação dessa condição de *criador de valor* tem uma dimensão mais profunda quando relacionada ao valor absoluto da vida digna. Assim, onde localizar o adoecimento? No indivíduo ou no contexto social que expropria este valor? A expropriação de direitos, no entanto, tem intensidades e naturezas diversas. No limite extremo, é a expropriação da própria vida. Situação que representa um dano à saúde, entendida como potência, capacidade de experimentar “errâncias normativas” (op. cit.) para criar novas normas e agir em função das circunstâncias. No entanto, não existem fatos normais ou patológicos em si. “A anomalia e a mutação não são, em si mesmas, patológicas. Elas exprimem outras normas de vida possíveis. Se essas normas forem inferiores às normas anteriores, serão chamadas patológicas” (Canguilhem, 2009, p. 113). Assim, com a perspectiva da expropriação de direitos, “um organismo completamente adaptado e fixo é doente por não ter uma margem que lhe permita suportar as mudanças e infidelidades do meio. *A doença aparece assim como fidelidade a uma norma única*” (Safatle, 2011, p. 24). Neste sentido, quando o campo social impõe normas que impossibilitam a errância e a produção normativa, o adoecimento

---

<sup>7</sup> “Compreende-se que, para o homem, a saúde seja um sentimento de segurança na vida, sentimento este que, por si mesmo, não se impõe nenhum limite. A palavra *valere*, que deu origem a valor, significa, em latim, passar bem. A saúde é uma maneira de abordar a existência com uma sensação não apenas de possuidor ou portador, mas também, se necessário, de criador de valor, de instaurador de normas vitais” (Canguilhem, 2009, p. 66).

surge como bloqueio, paralisia, impedimento, interrupção, parada dos processos vitais, impasses fechados (Deleuze, 1997, p. 13). Dito de outro modo, seguindo Bergson e Nietzsche, “a verdadeira doença não é estar doente”, é quando se torna impossível sair da doença porque não se têm os meios para isso (Lapoujade, 2017, p. 102).

A saúde é processo vital em busca da permanente reconfiguração das condições materiais e subjetivas. A condição de *criador de valor* não se dissocia do respeito à vida digna como valor absoluto e dimensão ético-política. Como na epígrafe deste ensaio, para lutar contra a ruína do mundo, a única saída é a apropriação da condição de criadores, cuja dimensão maior é criar o valor da vida.

### ***Neoliberalismo como Lei da Vida***

Em que sentido o neoliberalismo é uma patologia social? Embora as proposições de saúde e adoecimento apresentadas não se refiram diretamente a adoecimentos sociais, o adoecimento visto como resultado de um imperativo categórico – capaz de determinar um estado de coisas, o possível e o impossível, o existente e o inexistente – oferece uma importante chave-conceitual para pensarmos a genealogia das patologias sociais. Dito de outro modo, o estado patológico, para Canguilhem (2009), tem o sentido de uma norma que “não tolera nenhum desvio das condições em que é válida, por ser incapaz de se transformar em outra norma”.

É com esta perspectiva que lemos a hipótese de Axel Honneth, conforme Safatle (2019, p. 29), de que as patologias sociais são “as deficiências no interior de uma sociedade que geram prejuízos às condições sociais de autorrealização individual”. Inspirado em Deleuze e Guattari, Safatle (2019) entende o capitalismo como patologia social na medida em que submete o campo social à axiomática de valorização do Capital; com a consideração de que o uso dessa categoria conceitual tem um potencial crítico em relação à necessidade de “consolidação de

demandas de transformação global das estruturas sociais que abrem caminho para um uso renovado do tema da análise das patologias sociais”.

A axiomática do Capital é um sistema de direito que “se torna tanto um princípio abstrato de distribuição das potências do capitalismo, quanto seu modo de legitimação. Os dois polos da soberania política – potência e direito – são assim submetidos a uma mutação profunda” (Lapoujade, 2015, p. 256).<sup>8</sup> Com essa visão, o neoliberalismo é entendido como patologia social na medida em que se torna intolerante aos desvios da norma imperativa da valorização do Capital, a ponto de legitimar condições e situações de danos ao valor fundamental da vida, ao qual todos os outros valores deveriam se subordinar. Nesse sentido, a expropriação de direitos de existência produzida pelo neoliberalismo tem como principal consequência e sintoma o bloqueio da “potência de agir e de cooperar cuja perda não é indenizável” (Stengers, 2017, sp).

Os imperativos do estado patológico neoliberal infiltraram-se em todas as esferas da vida e se tornaram uma *nova razão do mundo* “que se transformou em uma racionalidade global – mais que uma doutrina econômica ou ideológica – que vem transformando profundamente as sociedades de forma subterrânea e difusa, estendendo seu sistema normativo a todas as relações sociais, sem deixar incólume nenhuma esfera da existência humana” (Dardot & Laval, 2016, p. 8).

O que está em jogo são modos de existência e formas de vida (humanas e não humanas), submetidas ao fundamentalismo da competição sem limites – que se tornou a “Lei da Vida”. Mas com efeitos absurdamente desiguais na distribuição da riqueza. Na pandemia da COVID-19 de 2020, as distâncias entre ricos (cada vez mais ricos), e pobres (cada vez mais pobres) se tornaram ainda mais abissais. O imperativo da competição parasitária transformou os indivíduos em capital humano, em microempresários-empresendedores-de-si-mesmos – modos de existência resultantes do sistema de produção de crenças que lhe dá “legitimidade”.

---

<sup>8</sup> “Como o Estado poderia conservar sua potência fundadora se deve se ajustar o tempo todo à lógica do mercado mundial?” (Lapoujade, 2015, p. 256).

Como aponta Harvey (2014): “nenhum modo de pensamento se torna dominante sem propor um aparato conceitual que mobilize nossas sensações e nossos instintos, nossos valores e nossos desejos, assim como as possibilidades inerentes ao mundo social que habitamos” (p. 15).

Nesta linha, Naomi Klein ressalta o que entendemos como poder de contágio que sustenta o modelo: “O grande triunfo do neoliberalismo foi nos convencer de que sem eles não há alternativa” (2017, sp). Essa “rua de mão única e sem saída” ressoa também no conhecido mandamento de Margaret Thatcher, nos anos 80. Diante da privatização das minas de carvão na Inglaterra, a primeira-ministra cunhou a fórmula máxima do algoritmo neoliberal: “Não há alternativas!”. Mark Fisher (2020) toma esta frase paradigmática como subtítulo do livro *Capitalismo realista*. Mas a exclamação se torna interrogação: “Não há alternativas?”.

O que restou, de fato, foram as “alternativas infernais”, como:

“Um conjunto de situações formuladas e agenciadas de modo que elas não deixam outra escolha senão a resignação, pois toda alternativa se encontra imediatamente taxada como demagogia: ‘alguns afirmam que nós poderíamos fazer isso, mas olhem o que eles estão escondendo de vocês, olhem o que aconteceria se vocês os seguissem’. O que se afirma com toda alternativa infernal é a morte da escolha política, do direito de pensar coletivamente” (Stengers, 2017, sp).

A *morte do direito de pensar* ressoa com a perda dos horizontes de futuro e tem ecos constantes nos trabalhos de Berardi (2019) e de Fisher (2020), que retoma a pergunta fatídica de Frederic Jameson: “é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?”. Questão contundente para a forma de adoecimento que alcançou dimensão soberana e sistêmica e se tornou a patologia e arma de destruição mais perigosa do mundo – o necroliberalismo (Mbembe, 2020, sp).

Para Fisher (2020), o *capitalismo real* é aquele que, de fato, consome todas as histórias prévias, põe preços em todas as coisas, destrói o sentido ético da noção de valor, coloca no seu lugar uma “ontologia de negócios”. É um ontopoder determinante dos modos de existência (Massumi, 2016).

Só o que sobrevive é a “ética dos negócios”. Com isso, surgem as figuras lustrosas dos empresários-políticos – porque são “grandes gestores de negócios”. E de políticos encarnados com as lógicas da eficácia empresarial. Nasce uma nova burocracia de objetivos e resultados, voltada para assegurar a manutenção desse *admirável mundo novo* e da *não menos admirável nova razão* que o constitui. Dardot e Laval (2016) apontam quatro traços dessa nova razão do mundo:

1) O mercado se apresenta como algo natural (como enfatizavam os economistas clássicos). Mas é uma realidade construída com a participação do Estado e de um sistema de direito que assegura seu funcionamento; 2) os movimentos do mercado não são pautados por trocas comerciais, mas pela concorrência como “norma geral das práticas econômicas” que depende da ação de um Estado regulador; 3) o Estado não fica fora da lógica concorrencial e acaba submetido à “sociedade de direito privado” que se instaurou. O Estado é obrigado a ver a si mesmo como uma empresa, tanto em seu funcionamento interno como em sua relação com os outros Estados. Assim, o Estado, ao qual compete construir o mercado, tem ao mesmo tempo de construir-se de acordo com as normas do mercado; 4) a lógica da concorrência se universaliza, ultrapassa o Estado e se torna uma lógica política e cultural que alcança os processos de subjetivação dos indivíduos, influenciando suas formas de sentir, pensar e agir e, assim, suas formas de vida, tornando-se um princípio de funcionamento social. Em diversos países, a lógica concorrencial alcançou a dimensão de um “princípio constitucional (p. 45).

Com base nestas sinalizações, ressaltamos três agentes mórbidos na produção de adoecimentos da razão patológica neoliberal: a) *a norma da competição sem limites*: fundamento-chave da *nova razão do mundo*; b) as forças e formas que *desabilitam direitos* de quem não incorpore tal racionalidade; c) a *lógica paradoxal* que regula a constituição de dispositivos que, por um lado, são implacáveis na preservação do mandamento dogmático da competição e, por outro lado, produzem flexibilizações infinitas dos arranjos produtivos materiais e subjetivos (nos aspectos estruturais, relacionais e dinâmicos). Que ganham expressão nos regimes de verdade nos discursos-clichês da inovação permanente, meritocracia e autoempreendedorismo. Como expresso no título de um

vídeo famoso no mundo organizacional no Brasil, há poucos anos: “Mudar ou Morrer”. O sentido do neoliberalismo, como lei da vida e razão dogmática, é o de um poder soberano na regulação da vida e do mundo do trabalho, principalmente por meio de *relações de dominação* decorrentes do abuso do poder diretivo. Dependendo do contexto da organização, a dominação torna-se *mandamento gestorário naturalizado, um dispositivo primordial e ordenador do campo normativo da vida no trabalho*. Um princípio de conformidade ao instituído que se transforma em um *prescrito do trabalho* que denominamos *prescrito soberano* (Ferreira, 2009, 2016), por suas ressonâncias com as noções de *poder soberano* e *estado de exceção* (Agamben, 2004). O *soberano* decide sobre a aplicação ou não das regras e, assim, instaura um *estado de exceção*, um *não lugar de direitos, zona de indistinção* entre violência e direito, que identificamos em diversos âmbitos da contemporaneidade e, no mundo do trabalho, pode se tornar expropriação dos direitos de existência.

A partir destas referências, caracterizamos a razão dogmática como *imperativo soberano* que se propaga, contagia e infiltra como vírus nas máquinas de subjetivação dos dispositivos dos *contextos-situações de exceção no trabalho*. A valorização do capital é como um toque dourado na valorização das regras que – simbólica e/ou efetivamente – desabilitam, de modo circunstancial ou definitivo, o ordenamento ético-jurídico que regula os direitos fundamentais dos trabalhadores. Tais práticas são a base das culturas organizacionais que “aceitam” e naturalizam, por exemplo, a violência e o assédio moral no trabalho, em nome do controle da subjetividade e da adesão a essas culturas dogmáticas, mas que não admitem praticar esta modalidade paradoxal de gestão.

### ***Pandemia e exacerbação mortífera do neoliberalismo: quem pode viver?***

A pandemia repercutiu de modos muito diversos nos âmbitos sociais, econômicos, culturais, políticos e na organização da vida das pessoas.

Repercussões que demandam análises das relações, conflitos e contradições dessas dimensões. Mais que isso. Recolocam em cena importantes questões éticas – *o que realmente tem valor? A atenção à vida digna é o valor mais importante?* Questão ontológica e essencial para a análise das incidências econômico-políticas em todos os âmbitos sociais, incluídas *as formas como o trabalho é considerado, organizado, o que exige e faz com as pessoas*. Neste sentido, é central a pergunta-chave: *salvar a economia ou a vida?*

Os governos e parte da população de alguns países, como o Brasil, apressaram-se na defesa usual da economia, evidenciando a vertente “política” exacerbada na pandemia: “Se o que está colocado em jogo hoje é a vida, a política, por isso, se tornou biopolítica (Agamben, 2017, p. 22). Biopolítica no sentido do que subjuga a vida, assumindo as feições de poder letal. É uma necropolítica (Mbembe, 2020a, entrevista): “O sistema capitalista é baseado na distribuição desigual da oportunidade de viver e de morrer”; ao priorizar a salvação da economia em detrimento da vida evidencia-se ainda mais a “lógica do sacrifício que sempre esteve no coração do neoliberalismo, que deveríamos chamar de necroliberalismo. Esse sistema sempre operou com um aparato de cálculo. A ideia de que alguém vale mais do que os outros. Quem não tem valor pode ser descartado. A questão é o que fazer com aqueles que decidimos não ter valor. Essa pergunta, é claro, sempre afeta as mesmas raças, as mesmas classes sociais e os mesmos gêneros” (Mbembe, 2020a, entrevista).

As mortes na pandemia provocaram ainda mais desigualdades, exclusões, discriminações e expropriações de direitos que atravessam fortemente o mundo do trabalho. Mortes brutais que – direta ou indiretamente, por ação ou omissão – são produções necropolíticas. Mortes minimizadas, racionalizadas, diluídas, disfarçadas, mascaradas por eufemismos técnicos e/ou naturalizados, com maiores ou menores tintas da racionalidade instrumental (“o mundo é assim”, “o mercado é assim”, “não há o que fazer”, “não há alternativas”). Mortes que remetem ao *caldeirão de negacionismos* onde se misturam dogmatismos seculares e

atuais que operam expropriações de direitos. Produzidas também por imperialismos e colonialismos que geraram estruturas como o racismo e o sexismo, tais expropriações apoiam-se em preconceitos, discriminações e opressões diversas, facilitando a exploração do trabalho que inclui mulheres e crianças. Estão ainda articuladas com novas formas de dogmatismos: “terra-planismo”, “antivacinismo”, “climatismo”, “cura-gayismo” etc. Como produção da maquinaria de exploração e expropriação movida pelo imperativo do “não pode parar”, mesmo ao custo de vidas e da destruição do planeta, a voracidade do modelo econômico, social e político que se tornou violentamente autodestrutiva é expressão do brutalismo apontado por Mbembe (2020b).

### ***Necroliberalismo: patologia social de primeira ordem***

A *razão dogmática* torna-se ainda mais brutal com o *necroliberalismo* – no sentido da imposição de verdades, relações abusivas de poder e dominação que se materializam nos sistemas e dispositivos das redes complexas de influências e produção de determinadas formas de sentir, pensar e agir. Tais redes modulam os modos de existência com base em dinâmicas de contágios, disseminando “convencimento” e “aceitação” que distorcem, disfarçam e ocultam os dogmas que os sustentam. Mecanismos que estão ancorados em dispositivos e algoritmos sofisticados de manipulação, respaldados por técnicas de marketing, propaganda, psicologia e psicométrica (como nas atividades da Cambridge Analytica).

Além dos elementos da *razão dogmática* apontados, vemos analogias com o conceito deleuziano de *imagem dogmática do pensamento*, discutido por Zourabichvili (2016, p. 38), enunciado a partir de dois operadores: a) na crença em um pensamento naturalmente bem orientado por um motivo moral, no bem pensar como pressuposto desse pensamento dogmático; b) no modelo geral de pensamento que sabe de antemão o que deve pensar, “assim que interpreta seu objeto como realidade, o pensamento lhe consigna *a priori* a forma da identidade: homogeneidade

e permanência” (op. cit., p. 41). Ou seja, o pensamento só reconhece o que identificou antes. A *imagem dogmática do pensamento* remete ao pressuposto que ela postula e impõe ao mundo. O modelo do pensamento *a priori* tem dois avatares: o *erro* (negação de todo pensamento não dogmático); e o *saber prévio* (como critério de legitimação do que é realmente verdadeiro). Tais avatares favorecem “uma imagem servil do pensamento: dar a boa resposta, encontrar o resultado justo. Com isso, os problemas são, desde sempre, os mesmos” (p. 41), pois há a pretensão à verdade fundamental. A relação *a priori* do pensamento com a verdade se exprime na incapacidade de dar outros sentidos ao real. Os sentidos possíveis são definidos previamente por pressupostos e *dispositivos-máquinas de produzir subjetivações*. Determinam formas de sentir, pensar e agir e, por sua vez, são a condição vital para o funcionamento das máquinas.

Em resumo, pensamos a *razão dogmática do necroliberalismo* com fortes ressonâncias com os operadores da *imagem dogmática do pensamento* e seus desdobramentos – *morais, impositivos, homogêneos, permanentes* que produzem *sentidos fechados e negação mortífera do real*. Blindados por bolhas imaginárias, por exemplo, de *fake news* (dos grupos ultradireitistas do WhatsApp) e materiais (dos cercamentos elétricos dos condomínios). É, sobretudo, uma *razão negacionista, brutalista e exterminista* que caracteriza a *patologia do necroliberalismo como a doença mais perigosa do mundo*.

### ***Considerações finais***

Este ensaio é parte de uma pesquisa em andamento sobre as relações entre trabalho, saúde e direitos de existência, com base na *cartografia das formas de vida*. A caracterização do capitalismo neoliberal como patologia social de primeira ordem se impôs como eixo problemático, constituído a partir das situações graves e crônicas – aprofundadas com a pandemia da COVID-19 de 2020 – do adoecer no trabalho e seus sentidos. Adoecer que

não pode ser separado das condições concretas da existência e que nos remete aos modos de produção do trabalho e subjetivar. Estes estão inseridos no jogo de forças dos dispositivos sistêmicos do capitalismo neoliberal, em correlação processual com dispositivos de Estado e empresariais, compondo um campo problemático que convoca questões fundamentais de caráter ético-político: formas de viver e adoecer e necropolíticas no mundo do trabalho.

As articulações entre operadores conceituais e a cartografia de algumas linhas do jogo de forças entre dispositivos ético-políticos da apropriação do direito à vida – expressão das políticas da vida – e dispositivos de controle e dominação do neoliberalismo – expressão da biopolítica e de suas mutações: necropolítica e necroliberalismo – nos permitiram esboçar alguns elementos constituintes do *neoliberalismo como patologia social* que entendemos necessário configurar como *patologia bio e necropolítica*.

Essa reconfiguração da *patologia social* como *patologia bio e necropolítica* está implicada no fracasso de uma sociedade em assegurar condições para a vida digna, ordenada pelo imperativo soberano da “Lei da Vida” da sociedade neoliberal que, de modo paradoxal, despreza a existência humana. É verdadeiramente a *Lei da Vida da razão dogmática*: imperativa, soberana, compondo um *sistema de direito* mórbido em permanente estado de exceção. Fundamentado na axiomática da valorização sem limites do Capital, vai se mostrando, cada vez mais, uma verdadeira *Lei do Fim do Mundo*.

Para resistir, precisamos de composições, laços e vínculos que possam surgir de pequenos e grandes gestos de coletivização que possibilitem abrir frestas nos muros dos dogmatismos, dando a ver horizontes ainda utópicos de ordenamentos sociais que priorizem a vida digna. Canguilhem nos acena com a experiência do espanto na ativação da vida. “O espanto verdadeiramente vital é a angústia suscitada pela doença” (Canguilhem, 2009, p. 76). Talvez seja necessário apelarmos também para o espanto que nos lance nos movimentos de produção de afetos e ative

potências de existir e criar “ideias para adiar o fim do mundo”, como propôs Ailton Krenak. Nesse jogo intensivo dos regimes de verdade, contra a força verdadeiramente patológica da bio e necropolítica do neoliberalismo, precisamos dos afetos dos espantos verdadeiramente vitais que surgem justamente nas fissuras dos territórios capturados, onde tudo parece impossível.

## Referências

- Agamben, G. (2004). *Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG.
- Agamben, G. (2017). *O uso dos corpos*. São Paulo: Boitempo.
- Agamben, G. (2019). *Signatura rerum: sobre o método*. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R. (2009). *O caracol e sua concha: ensaio sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Berardi, F. (2019). *Depois do futuro*. (Silva, R. Trad.). São Paulo: Ubu Editora.
- Canguilhem, G. (2009). *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Dardot, P. & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
- Dejours, C. (2004). Subjetividade, trabalho e ação. *Production*, 14(3), 27-34. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-65132004000300004>.
- Deleuze, G. (1997). *Crítica e clínica*. São Paulo: 34.
- Deleuze, G. (2016). O que é um dispositivo? In Lapoujade, D. (Ed.). *Dois regimes de loucos. Textos e entrevistas (1975 – 1990)*. São Paulo: Vol. 34, pp. 359-369.
- Deleuze, G. (2018). *Nietzsche e a filosofia*. São Paulo: n-1edições.
- Ferreira, J. B. (2009). *Perdi um jeito de sorrir que eu tinha: violência, assédio moral e servidão voluntária no trabalho*. Rio de Janeiro: Ed. 7Letras.

- Ferreira, J. B. (2016). Quantos anos de solidão? Violência, assédio moral e paralisia das formas de vida no trabalho. In: Farah, B. L. (Org.). *Assédio moral organizacional: novas modalidades do sofrimento psíquico nas empresas contemporâneas*. São Paulo: LTr, 2016. p. 111-119.
- Ferreira, J. B. (2018). La ronda infinita de los obstinados: resonancias entre arte, clínica y trabajo. In Alvim, M. B.; Granese, A.; Ferreira, A. L.; Molas, A.; Reis, A. V. & Rey, J. (Org.). *Encuentros en abril: Psicología y subjetividad, diálogos y perspectivas en investigación y extensión*. Montevideo: Universidad de La Republica – UDELAR.
- Ferreira, J. B. (2020a). Captures et puissances des formes de vie au travail/ Capturas y potencias de las formas de vida en el trabajo Subjectivité et travail: entre mal-être et bien-être / Subjetividad y trabajo: entre el mal-estar y el bien-estar / Subjetividade e trabalho: entre mal-estar e bem-estar): Hernández, J. J. R., Lhuillier, D. Araújo, J. N. G. & Andrea Pujol, A. (Orgs). Paris: Éditions L'Harmattan.
- Ferreira, J. B. (2020b). *O ato de criação como operador ético-político dos direitos de existência: ressonâncias com práticas artísticas, clínicas e do trabalho*. Projeto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC-UFRJ.
- Fisher, M. (2020). *Realismo capitalista. É mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?* São Paulo: Autonomia Literária.
- Foucault, M. (2008). *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Fraser, N. (2020). *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica – Nancy Fraser, Rahel Jaeggi*. São Paulo: Boitempo.
- Harvey, D. (2014). *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo, Edições Loyola.
- Klein, N. (2017, novembro). Entrevista: Naomi Klein. Entrevista concedida a Marta Peirano. *El Diário*. (Cepat, Trad.). Recuperado a partir de <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/573494-nao-podemos-vencer-os-nacionalistas-sendo-melhores-nacionalistas-que-eles-entrevista-com-naomi-klein>
- Lapoujade, D. (2015). *Deleuze, os movimentos aberrantes*. São Paulo: n-1edições.
- Lapoujade, D. (2017). *Potências do tempo*. São Paulo: n-1edições.
- Massumi, B. (2016). *O capital (se) move*. Trad Paulo Sérgio de Souza Jr. São Paulo: n-1.

- Massumi, B. (2017). *O que os animais nos ensinam sobre política*; Francisco Trento, Fernanda Mello. São Paulo: n-1 edições.
- Mauss, M. (2003). Ensaio sobre a dádiva. In Mauss, M. *Sociologia e antropologia*, (pp.83-314). Rio de Janeiro: Cosac & Naify.
- Mbembe, A. (2020b, janeiro). Entrevista: Achille Mbembe. Entrevista concedida a Sylvain Bourmeau. Brutalismo do Antropoceno. France Culture. Recuperado a partir de <https://racismoambiental.net.br/2020/08/17/brutalismo-do-antropoceno-entrevista-com-achille-mbembe/>
- Mbembe, A. (2020a, abril). Entrevista: Achille Mbembe. Entrevista concedida a Diogo Bercito. Pandemia democratizou poder de matar, diz autor da teoria da 'necropolítica'. *Folha de São Paulo*. Recuperado a partir de <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/pandemia-democratizou-poder-de-matar-diz-autor-da-teoria-da-necropolitica.shtml>.
- Mendes, A. M. (2007b). Novas formas de organização do trabalho, ação dos trabalhadores e patologias sociais. In A. M. Mendes (Ed.), *Psicodinâmica do trabalho: Teoria, método e pesquisas* (pp. 49-87). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Pignarre, P. & Stengers, I. (2011). *Capitalist sorcery: breaking the spell* (trad. A. Goffey. Basingstoke). UK: Palgrave Macmillan.
- Safatle, V. (2019). Introdução - em direção a um novo modelo de crítica: as possibilidades de recuperação contemporânea do conceito de patologia social. In Safatle, V.; Silva Junior, N. & Dunker, C. (Orgs.). *Patologias do social: arqueologias do sofrimento psíquico*. São Paulo: Autêntica Editora.
- Safatle, V. (2011). O que é uma normatividade vital? Saúde e doença a partir de Georges Canguilhem. *Scientiae Studia*, 9(1), 11-27.
- Stengers, I. (2017, abril). Entrevista: Isabelle Stengers. Entrevista concedida a Mathieu Rivat e Aurélien Berlan. *Revista DR*. Recuperado a partir de <http://revistadr.com.br/posts/o-preco-do-progresso-conversa-com-isabelle-stengers/>
- Zourabichvili, F. (2016). *Deleuze: uma filosofia do acontecimento*. São Paulo: Editora 34.

## Capítulo 2

### Por uma Psicopatologia Crítica do Trabalho

*Fernanda Sousa-Duarte*<sup>1</sup>

*Que Exu me conceda o dom da palavra!*

Abdias do Nascimento

Trabalho e adoecimento são questões globais? Enquanto alguns países elencaram a COVID-19 como possível doença ocupacional, no Brasil, uma das primeiras redações da Medida Provisória 927 - que apresentou medidas trabalhistas para o enfrentamento do coronavírus (Medida Provisória n. 927, 2020) - enfatizou que a doença não poderia ser considerada como causada ou relacionada ao trabalho, engendrando debates jurídicos que perduram até o momento (Santos, Miranda & Monti Junior, 2020; Belmonte, 2020; Sturmer & Fincato, 2020; Zylberstajn, 2020; Santos, Pereira & Diniz, 2020). Nesse sentido, essa exacerbação dos fatores que permeiam desde ações políticas e organizacionais até ações individuais frente a um risco percebido nos remete a duas questões nos estudos sobre adoecimento e trabalho, de ordem ontológica e epistemológica, às quais as respostas têm implicações teóricas e metodológicas: a concepção de saúde e adoecimento mental é igual em diferentes países? E a isso que se concebe como adoecimento mental, o tratamento que lhe é destinado é o mesmo em regiões distintas?

Neste capítulo proponho a historicização da psicopatologia do trabalho enquanto fenômeno e abordagem teórico-metodológica como

---

<sup>1</sup> Pesquisadora colaboradora sênior no Laboratório de Psicodinâmica e Clínica do Trabalho - LPCT na Universidade de Brasília, Brasil. Coordenadora técnica do Projeto “Escuta clínica do trabalho bancário” no Sindicato dos Bancários de Brasília - SEEBB.

ponto de partida para uma virada decolonial<sup>2</sup> (Maldonado-Torres, 2011) nos estudos em trabalho. Para isso, dividirei o texto em três seções: 1) A loucura do trabalho? 2) O lado mais escuro do trabalho no Brasil e 3) Uma psicopatologia crítica do trabalho para uma Psicopatologia do Trabalho Crítica. Na primeira seção, apresentarei o estado da arte dos estudos em saúde/doença mental em relação ao trabalho, caracterizando tendências da produção brasileira sobre o tópico. Me voltarei particularmente para os usos da Psicodinâmica do Trabalho no Brasil que, negligenciando grande parte do proletariado e do *lumpenproletariado* brasileiro, fomentaram abordagens teóricas e metodológicas eurocêntricas alheias à ontologia da psicopatologia do trabalho e à epistemologia da Psicopatologia do Trabalho.

Na segunda seção, tensionarei a relação passado-presente e argumentarei pela continuidade - e não ruptura - entre trabalho escravo e outras formas de trabalho contemporâneas no Brasil (trabalho assalariado, por servidão, análogo à escravidão), explicitando ecos da escravidão nas concepções de Psicopatologia do Trabalho não só como abordagem teórico-metodológica, mas também enquanto fenômeno, enfatizando a relevância de aspectos culturais e sociais na construção da abordagem e do fenômeno. Iniciarei explorando a tendência dos estudos brasileiros no desenvolvimento de pesquisas em trabalho partindo de conceitos eurocentrados de modernidade, trabalho, trabalhador e gestão. Contraporei essas tendências propondo a (re)consideração das relações entre modernidade e colonialidade e entre capitalismo e escravidão. Para isso, utilizarei amplamente os conceitos de capitalismo histórico e segunda escravidão (Marquese, 2004, 2013, 2020), capitalismo racial (Robinson,

---

<sup>2</sup> Optei por utilizar “decolonial” ao invés de “descolonial” ao longo do texto em consonância com Walsh (2009, p.14-15): “Suprimir la “s” y nombrar “decolonial” no es promover un anglicismo. Por el contrario, es marcar una distinción con el significado en castellano del “des”. No pretendemos simplemente desarmar, deshacer o revertir lo colonial; es decir, pasar de un momento colonial a un no colonial, como que fuera posible que sus patrones y huellas desistan de existir. La intención, más bien, es señalar y provocar un posicionamiento –una postura y actitud continua– de transgredir, intervenir, in-surgir e incidir. Lo decolonial denota, entonces, un camino de lucha continuo en el cual podemos identificar, visibilizar y alentar “lugares” de exterioridad y construcciones alternativas”.

1983) e modernidade-colonialidade (Mignolo, 2011; Maldonado-Torres, 2008).

Na terceira e última seção, apresentarei as consequências de repensar pressupostos eurocêntricos no estudo do trabalho, dos trabalhadores e da saúde/doença mental no Brasil: a afirmação de que há “na loucura um clamor pela liberdade” (Noguera, 2020). A partir daí elaborarei a Psicopatologia Crítica do Trabalho, uma proposta teórica e metodológica para os estudos sobre adoecimento mental relacionados ao trabalho. Baseada na historicização do trabalho e da psicopatologia assim como na Psicanálise fanoniana (Gordon & Parris, 2018), enfatizarei, assim como Mendes (2018), a importância da clínica como meio para fomentar discussões epistemológicas, mas, sobretudo, ontológicas sobre a psicopatologia do trabalho enquanto fenômeno. Por fim, apresentarei minhas considerações finais e uma agenda de pesquisa.

## **A loucura do trabalho?**

“Diz-se também que a pessoa normal é aquela que não cria dificuldades. Mas, então, os sindicalistas que reivindicam e que protestam são normais? Quais seriam os critérios de normalidade? Para alguns, o critério é o trabalho.”

Frantz Fanon

Trabalho e loucura têm trajetórias singulares que se entrecruzam em diversos momentos no curso da História da humanidade. Tanto trabalho quanto loucura foram e são objetos de interesse e estudo de filósofos e cientistas, fascinam e causam repúdio. As visões a respeito dos dois temas são dinâmicas, mas se constroem em torno de vivências de normalidade e desvio, de pertencimento e de exclusão. O grande paradoxo da doença (Augé, 1984) é também um grande paradoxo do trabalho: “tanto a mais individual quanto a mais social das experiências”. Entender a história da loucura é também entender a história do proletariado (Foucault, 1979).

O primeiro tratado de referência sobre as doenças dos trabalhadores foi publicado em 1700 por Bernardino Ramazzini - *De morbis artificum*

*Diatriba*. A obra de Ramazzini se destacou pelo interesse nos trabalhadores enquanto contingente populacional até então esquecido pela Medicina. Sua constatação da influência de fatores sociais na deterioração da saúde também foi pioneira, chegando a propor uma classificação de doenças relacionadas a diferentes trabalhos. Esse texto foi a referência para entender as relações trabalho-adoecimento entre médicos na Europa até o século XIX, quando, no capitalismo industrial, a ascensão da burguesia e a Revolução Industrial mudaram as perspectivas de trabalho e também de normal/patológico (Fairman, 2012).

A nova normalidade se associou à produtividade e à possibilidade de atender aos parâmetros de trabalho estabelecidos pelos donos dos meios de produção (Resende, 1987). Psicologia e Psiquiatria se engajaram em práticas nos locais de trabalho na época como a seleção de pessoal e o controle de saúde com o objetivo de promover a eficiência industrial (Jacques, 2007; Alves, 2015). Na Inglaterra, na década de 20, o *Journal of Psychiatry* conferiu o status de novas disciplinas à Psiquiatria Ocupacional, à Saúde Mental Ocupacional e à Psiquiatria Industrial. Nos Estados Unidos, na mesma década, Elton Mayo propôs intervenções para elevar a motivação dos trabalhadores baseando-se nas ideias de Taylor da divisão do trabalho e nas de Ford de aumento da cadência nas linhas de produção (Fairman, 2012).

Os estudos e as intervenções voltadas para a saúde dos trabalhadores permaneceram voltados para o aumento de produtividade até que na década de 50, dois importantes marcos de ruptura emergiram: 1) em 1952, quando Paul Sivadon utilizou o termo “psicopatologia do trabalho” pela primeira vez e 2) em 1956, quando Le Guillant e colegas (1956) publicaram na “*La Presse Medicale*” o que viria a ser um dos primeiros estudos contemporâneos de destaque sobre adoecimento mental e trabalho: “*La névrose des téléphonistes*”, publicado em português no Brasil em 1984 sob o título “A neurose das telefonistas”. Os autores investigaram as relações entre características do trabalho e o tipo de perturbação apresentada por várias trabalhadoras de uma mesma categoria profissional, buscando

apontar relações de causa e efeito (Lima, 1998). O artigo marcou o movimento em direção à Psicopatologia do Trabalho como área de estudo na França nos anos 70 e 80. Vinculada à Psiquiatria Social, seus estudos buscavam compreender as mudanças nos modos de produção, de gestão e de adoecimento no trabalho face aos movimentos da industrialização.

No Brasil, o estudo das psicopatologias do trabalho tem sido largamente negligenciado (Sousa-Duarte et al., no prelo). O que predomina na escassa literatura sobre trabalho e saúde mental na Psicologia, disciplina que se apropriou dos estudos sobre o tópico no Brasil por via das Psicologia Organizacional e do Trabalho, são estudos sobre categorias claramente marcadas por uma visão biomédica de saúde/doença: estresse ocupacional, síndrome de *burnout*, prevalência de transtornos mentais comuns, consumo de substâncias, transtorno de estresse pós-traumático ligado ao trabalho (Oliveira, Silva & Sticca, 2018). Essa tendência reflete a hegemonia do modelo médico ainda hoje no estudo da saúde/doença do trabalhador no país, assim como as dificuldades da construção de modelos próprios da Psicologia sobre o processo saúde/doença relacionados ao trabalho (Spink, 2009).

Mas embora a Psicologia do Trabalho, área geralmente associada aos estudos sobre saúde mental relacionada ao trabalho, venha ora se apoiando em concepções biomédicas de saúde/doença que indicam aproximações com os pressupostos da Saúde Ocupacional (Sousa-Duarte, 2020), ora eufemizando ou evitando menções ao adoecimento ou aspectos psicopatológicos do trabalho (Fairman, 2012), há ainda uma diversidade de referenciais teóricos multidisciplinares concorrendo com a abordagem biomédica (Alves, 2015) e que se associam com a perspectiva de Saúde do Trabalhador (Lacaz, 2007). Entre esses referenciais estão a Psicodinâmica do Trabalho, abordagem teórico-metodológica proposta por Christophe Dejours, na qual a categoria “sofrimento psíquico” concorre com categorias amplamente estudadas em termos de saúde do trabalhador - como estresse ocupacional e transtornos mentais (Oliveira, Silva & Sticca, 2018).

A trajetória da abordagem no Brasil iniciou ainda nos anos 80 com a publicação da obra “Travail, usure mentale - essai de Psychopathologie du travail” (Dejours, 1980) sob o título “A loucura do trabalho” (Dejours, 1987). O livro se tornou referência entre quase todos os pesquisadores da saúde do trabalhador (Merlo & Mendes, 2009) e ainda hoje é relacionado à Psicodinâmica do Trabalho. No entanto, devemos observar que um sentido importante do título se perdeu em sua tradução. O título em francês significa, literalmente, “Trabalho, desgaste mental - ensaio de Psicopatologia do Trabalho”.

A proposta de Psicodinâmica do Trabalho vem, de fato, somente no fim dos anos 80/início dos anos 90, com o novo enfoque não só nas vivências de sofrimento, mas também nas de prazer no trabalho, assim como em considerações sobre “a construção da identidade do trabalhador” (Giongo, Monteiro & Sobrosa, 2015). Dejours argumentou que a passagem da Psicopatologia do Trabalho para a Psicodinâmica do Trabalho se sustentou na impossibilidade de estabelecer relações de causa-efeito entre organização do trabalho e distúrbios psíquicos (Lima, 1998). Assim, a Psicodinâmica do Trabalho objetiva apreender como os trabalhadores mantêm um equilíbrio psíquico diante de condições de trabalho precárias em ambientes hostis (Dejours, 2004), e tem seu foco direcionado para a compreensão da normalidade, e não mais da patologia.

Assim, ao adotar a Psicodinâmica do Trabalho no Brasil principalmente como aporte teórico, com uma tendência a abordar vivências de prazer e sofrimento (Merlo & Mendes, 2009; Giongo, Monteiro & Sobrosa, 2015), a psicopatologia do trabalho foi negligenciada não só como fenômeno, mas sobretudo como abordagem teórica distinta (Sousa-Duarte, 2020). A modernidade - ou suas variações - definida em parâmetros eurocêntricos é o contexto dos fenômenos do trabalho na Psicodinâmica, onde é dada grande ênfase às novas formas de organização do trabalho vinculadas aos modelos de gestão do taylorismo, fordismo e toyotismo. No Brasil, suas investigações têm majoritariamente se voltado para a compreensão do trabalho assalariado (Mendes, 2007; Merlo &

Mendes, 2009), alinhada à tendência da produção acadêmica em Psicologia do Trabalho (Oliveira, Silva & Sticca, 2018).

Além disso, há a descontextualização e a falta de conceitualização das categorias trabalho, sofrimento, saúde e doença. Essa são categorias tratadas de forma cada vez mais abstrata e pode-se dizer que a Psicodinâmica/Psicopatologia do Trabalho foi absorvida, majoritariamente, de forma acrítica e a-histórica no Brasil. Isso se reflete em pesquisas geralmente sobre trabalhadores urbanos empregados e assalariados - que estão longe de representar a demografia brasileira, a divisão racial do trabalho e sua racialização. Embora alguns trabalhos sobre escravidão contemporânea (Marinho & Vieira, 2019; Franco, Vieira & Rambaldi, 2020; Maciel & Ghizoni, 2020) e outras formas de organização social do trabalho (Sousa & Mendes, 2008; Ghizoni, 2013; Chabrawi, 2018) tenham sido realizados, os escassos estudos das relações entre trabalho e saúde/doença mental no Brasil se ancoraram, em sua maioria, em “loucuras” e “trabalhos” teorizados sobre os alicerces da modernidade definida pelo Norte Global.

### **O lado mais escuro do trabalho no Brasil**

“Nessa leitura da modernidade, não são apenas os crimes da Europa iluminista que são apagados, mas também a centralidade do Atlântico negro. [...] Uma posição universal só pode ser alcançada se levarmos a sério a ‘avaliação da modernidade colonial’.”

Asad Haider

Como vimos na seção anterior, pode-se dizer que os estudos em trabalho no Brasil têm negligenciado “o lado mais escuro da modernidade” - a colonialidade (Mignolo, 2011) - e seu valor explicativo para o entendimento das relações de trabalho no país e, conseqüentemente, das psicopatologias do trabalho<sup>3</sup>. A proposição dejouriana, em si, não é a-

---

<sup>3</sup> Aqui me refiro aos aspectos históricos da colonialidade, uma vez que o trabalho recente de Mendes (2018) tem explorado os aspectos discursivos do capitalismo-colonial na gênese de psicopatologias do trabalho.

histórica - e assim não podemos atribuir o caráter a-histórico da literatura brasileira na área especificamente às suas abordagens de Psicopatologia e Psicodinâmica do Trabalho. Ao recordarmos os pressupostos e os modos de demonstração de sua tese em “A loucura do trabalho”, encontramos um exame da história da saúde do trabalhador francês. No entanto, para ele, essa história começa no século XIX frente ao desenvolvimento do capitalismo industrial que tem por consequências o crescimento da produção, o êxodo rural e o crescimento da nova população urbana (Dejours, 1987).

Porém, no contexto da modernidade-colonialidade do Brasil, ou de outros países colonizados, o que vemos é que a história da saúde do trabalhador - e de sua gestão - é datada de períodos anteriores. Nas Antilhas francesas e inglesas, reflexões sobre a administração dos trabalhadores escravos - e de suas doenças - surgem ainda no século XVIII, como demonstra Marquese (2004):

“Os manuais agrícolas antilhanos do período não se eximiram de tratar do assunto. Aliás, houve uma certa conjunção entre o saber médico da época e a teoria antilhana da administração dos escravos. O exemplo máximo disso foi o livro de Collins, cuja segunda parte cuidou exclusivamente das enfermidades dos negros. Em sua apreciação, nenhum outro aspecto do governo dos escravos havia sido mais negligenciado, ou abordado incorretamente, do que o tratamento dos enfermos. (...) Recomendava-se, portanto, que o proprietário ou o administrador da *plantation* supervisionasse de perto o tratamento dos enfermos. (...) Parte relevante da preocupação com a saúde dos cativos expressa pelos manuais agrícolas antilhanos voltou-se para a construção e a manutenção dos hospitais - leia-se enfermarias - das unidades rurais escravistas”. (p. 155)

No Império do Brasil, entre 1820 e 1860, uma teoria original sobre a gestão escravista foi erigida a partir das ferramentas conceituais da economia política por “porta-vozes das classes proprietárias de certas regiões do Brasil” (Marquese, 2004). Nessa teoria<sup>4</sup>, o “bom tratamento dos

---

<sup>4</sup> É importante ressaltar que embora teoria(s) ilustrada(s) da administração do trabalho escravo no Brasil tenham existido, incluindo até mesmo pressupostos para o “bom tratamento” dos trabalhadores escravizados - com vistas ao

escravos” era defendido não mais com argumentos cristãos e morais, mas por razões políticas e econômicas (p. 302):

“O interesse dos senhores na questão [do “Bom tratamento dos escravos”] originava-se de um princípio da economia política: nos países vastos e despovoados, o recurso do trabalho forçado era uma necessidade imperiosa. Sendo o Brasil um desses países, e sem a possibilidade de recorrer de imediato à colonização estrangeira ou nacional, o único instrumento que cabia aos senhores era ‘promover a conservação da vida dos atuais escravos, e a sua reprodução. E como nenhum homem, embora seja escravo, pode viver, nem se reproduzir, achando-se em constante luta contra a fome, nudez, e miséria, é evidente o interesse, e grande interesse que tem hoje qualquer senhor em tratar bem da sua escravatura’”.

Nesse sentido, para avançar nos estudos em trabalho, é preciso olhar para trás, reconsiderando o que é, de fato, a modernidade. De acordo com Mignolo (2011), a modernidade enquanto narrativa originada na Europa tende a exaltar seus triunfos e ocultar a colonialidade como elemento fundamental para a modernidade: “a colonialidade, em outras palavras, é constitutiva da modernidade - não há modernidade sem colonialidade”. Para o autor, a “escravidão, a semisservidão, o trabalho assalariado, a produção de mercadorias simples” são formas de trabalho diversas que “coexistiriam e se organizariam com base no capital como fonte da produção de mais-valia pela venda de mercadorias por lucro no mercado mundial” que surgiu no século XVI na matriz colonial de poder. Essa coexistência e articulação em constante movimento foi denominada por Mignolo como um dos nós histórico-estruturais dessa matriz - junto com a racialização, característica fundamental da escravidão moderna (Marquese, 2020).

Ao reconsiderar a modernidade a partir dos nós histórico-estruturais que unem e dividem a modernidade e a colonialidade

---

aumento da produtividade, vale ressaltar - a mortalidade entre os que foram escravizados no Brasil era extremamente alta por diversas razões que incluíam a dificuldade de aclimação, dietas inadequadas, doenças, condições sanitárias precárias e a crueldade dos senhores na gestão do trabalho escravo (Robinson, 1983). Mais pode ser lido nos trabalhos já citados de Marquese (2004).

(modernidade/colonialidade), é preciso repensar as relações entre as diversas formas de trabalho. Em minha dissertação de mestrado (Sousa-Duarte, 2014), considerei a escravidão como parte da história da formação da classe trabalhadora brasileira com o objetivo de fomentar reflexões sobre a regionalização da Clínica do Trabalho no Brasil. À época, não lembro de ter encontrado outros trabalhos em Psicodinâmica do Trabalho no Brasil que contemplassem aspectos históricos sobre as relações entre trabalho escravo e trabalho “livre” no país mesmo que a ideia de que a história da escravidão é parte da história do trabalho e da classe trabalhadora não seja nova.

O sociólogo histórico W. E. B. Du Bois (1935/1998) acreditava que qualquer leitura descontextualizada e desatualizada de Marx seria provinciana, e assim ao reconstruir o Marxismo em seu livro “*Black Reconstruction in America*”, o autor circunscreveu a escravidão na formação do capitalismo como “a pedra fundamental não somente da estrutura social do Sul, mas da manufatura e comércio do Norte, do sistema de fábricas inglês, do comércio europeu, da compra e venda em uma escala mundial”<sup>5</sup> (Du Bois, 1935/1998, p.5). Também Tomich (1992), anos depois, apontou que as contribuições da escravidão para a formação do trabalho assalariado eram negligenciadas na História. Para o historiador, a escravidão não foi um pressuposto histórico nem algo estranho ao capitalismo, mas “produziu e reproduziu os elementos da produção e da reprodução capitalista e mantém-se como condição para a reprodução ampliada do capital”.

No Brasil, Eisenberg (1983) - autor que assim como Du Bois (1935/1998) enfatizou o reconhecimento dos escravizados enquanto trabalhadores - ressalta que:

“Como em diversas outras sociedades agrícolas que usaram o trabalho escravo, quando se fala em transição para o trabalho livre, não se deve pensar

---

<sup>5</sup> Tradução livre, no original lê-se: “the foundation stone not only of the Southern social structure, but of Northern manufacture and commerce, of the English factory system, of European commerce, of buying and selling on a world-wide scale” (Du Bois, 1935/1998: p.5).

numa conversão dramática, através da qual o escravo, isto é, um trabalhador que se supõe às vezes ser mero meio de produção, desaparece subitamente, para surgir em seu lugar um trabalhador que é dono de si, dono de sua própria capacidade ou força de trabalho” (p.55).

Ainda sobre a transição, Eisenberg (1983) pontuou seis semelhanças entre trabalho escravo e trabalho proletário na transição para o “trabalho livre” no Brasil: 1) a existência de ambos se funda na capacidade de produzir excedente; 2) a exigência de certa coerção inicial contra o trabalhador; 3) o direito de propriedade sobre o produto do trabalho; 4) a existência de “supervisão mais ou menos constante” do trabalho; 5) a ilusão quanto à “divisão entre o trabalho necessário para a sobrevivência do trabalhador e o trabalho excedente do qual o patrão se aproveita” e 6) a resistência do senhor/patrão para negociar melhores condições de trabalho. Nessa concepção, novamente, escravidão e capitalismo são inseparáveis.

Com a coexistência do trabalho escravo com outros regimes de trabalho, tratou-se de uma transição lenta marcada “apenas na letra” em diversas leis - como a do ventre livre, a dos sexagenários, a da proibição do tráfico negreiro internacional - no século XIX. “Apenas na letra” porque, no nascimento do Brasil Império, frente às pressões internacionais para o término do tráfico internacional de africanos, a escravidão foi atualizada pela Constituição Política do Império do Brasil de 1824 (Constituição Política do Império do Brasil, 1824) - essa reconfiguração da escravidão no século XIX também é conhecida por segunda escravidão (Blackburn, 2016). Ainda que sem mencionar as palavras “escravo” ou “escravidão”, essa constituição regulou a escravidão a fim de reproduzi-la via tráfico transatlântico em uma obra de engenharia social em suas descrições deliberadamente não-racializadas em uma sociedade escravista racializada (Marquese, 2020).

Essa nova escravidão, não mais de um Brasil Colônia mas de um Brasil Império, reconfigurou também as funções daqueles que eram escravizados. Como lembrou Robinson (1983), o Brasil se tornou uma

sociedade escravista com níveis de dependência do trabalho africano - via escravização - incomparáveis. As consequências disso, cita o autor:

“De fato, o trabalho escravo era tão onipresente no Brasil nesses anos (1800-1850) que seus usos excediam de longe as funções elementares da produção material. A presença de escravos começou a invadir as mais sutis regiões da ‘ vaidade’ e do ‘vício’, provendo para a classe dos senhores ‘um certo prazer do comando e da autoridade’. (...) Agora o escravo era mais do que um objeto de luxo. (...) O escravo no século XIX no Brasil se tornou um item de vestimenta social e auto-apresentação, assim como uma fonte de energia que produzia a riqueza real da economia” (Robinson, 1983, p. 150).

Podemos, de maneira mais direta, tomar esse exemplo para pensar nos legados da escravidão no Brasil ao analisarmos as condições do trabalho doméstico hoje no país (Silva, Loreto & Bifano, 2017): altamente precarizado e desvalorizado, predominantemente ocupado por mulheres negras e pardas. Além disso, ter um empregado doméstico à disposição também informa o status do empregador. Assim, não podemos deixar de considerar algumas hipóteses sociológicas que apontam o extenso legado multidimensional da escravidão brasileira para a sociabilidade capitalista no Brasil, especialmente no Sudeste brasileiro<sup>6</sup>: “uma percepção rebaixada do trabalho manual, uma imagem depreciativa do negro e mesmo do elemento nacional como trabalhadores, uma indiferença das elites quanto às maiorias pobres e uma hierarquia social extremamente rígida” (Cardoso, 2008, p.71). Aqui devemos prestar especial atenção à construção da ideia de trabalho, de trabalhadores - quem seriam os aptos para o trabalho assalariado no Brasil - e gestão da força de trabalho.

O trabalho, principalmente o manual, foi constantemente desvalorizado. O negro liberto e o “elemento nacional” - maioria da população do país - não eram considerados qualificados para o trabalho “livre”. Além de não-qualificados, também eram vistos pela “elite econômica em suas posições de poder, temerosa das maiorias

---

<sup>6</sup> É preciso recordar sempre que, em suas dimensões continentais, a escravidão foi produzida de formas distintas em diferentes regiões do Brasil.

despossuídas (e desarmadas)” como “inimigos potenciais e tratados com violência desmedida quando se afirmavam na cena pública”, mantendo uma rígida hierarquia social e uma “estrutura de dominação que rebaixava a mínimos vitais as expectativas de recompensa dos mais pobres, num ambiente em que a pobreza generalizada era o parâmetro de toda a recompensa” (Cardoso, 2008, p. 88). Gonzalez (1979) aponta como resultado dessa dinâmica a divisão racial do trabalho no Brasil. O medo e a violência, nessa dinâmica, se tornaram ferramentas indispensáveis para a gestão do trabalho e argumentos morais e econômicos se tornaram, por vezes, intercambiáveis.

Assim, o que constatamos a partir dessas evidências históricas é que a administração do trabalho, embora não científica, já era teorizada muito antes da industrialização na Europa. Marquese (2004) argumentou ainda que os fundamentos das teorizações sobre a administração do trabalho industrial assalariado “foram os mesmos que tornaram possível a elaboração das teorias sobre a administração de escravos” (p.432). Pudemos constatar também ao longo da história da administração do trabalho escravo os processos de “seleção” a partir da definição de “tipos” ou “personalidades” dos africanos traficados para determinar em quais atividades seriam mais produtivos.

No caso da escravidão brasileira oitocentista é bastante evidente, em sua proposição de gestão do trabalho, “uma conjugação estreita entre disciplina e paternalismo” (Marquese, 2004, p.330) para criar uma comunidade de trabalhadores escravos idealizada pelos senhores - uma “sociologia do controle escravo” (Robinson, 1983, p. 152). No seio dessas teorias, sofisticadas proposições de organização do trabalho com vistas ao aumento da produtividade já existiam muito antes de Taylor e Ford terem nascido. Como vimos, tais teorias incluíram o controle não só do trabalho como também da saúde e da doença dos trabalhadores escravizados, com um legado persistente no mercado de trabalho brasileiro. Esses fatos todos nos levam a localizar o “início” da história da saúde do trabalhador - e do

trabalho e dos trabalhadores do capitalismo - alguns séculos antes da data proposta por Dejours (1987).

## **Uma psicopatologia crítica do trabalho para uma Psicopatologia do Trabalho Crítica**

“O ‘Sambo’, o indivíduo dócil, submisso, aterrorizado, destruído pela onisciência da dor física e psicológica - com frequência esses homens e mulheres ficavam cada vez mais indiferentes ao espectro de punição e sofrimento, aos outros e a eles mesmos. Separação, a realização de que não tinham o direito ou o poder de resistir ao que deve ter sido, tão frequentemente, a retirada cruel ou arbitrária daqueles que realmente importam, também, deixou suas marcas particulares: ‘raivosos, abatidos, e tomados pelo luto, os escravos frequentemente nunca se recuperavam do choque da separação. Muitos se tornaram taciturnos e indiferente ao trabalho. Outros ficaram insanos, falavam consigo mesmos, e tinham alucinações com seus entes queridos. Alguns escravos desenvolveram tendências suicidas.’ [Blassingame].”<sup>7</sup>

Cedric Robinson

Uma das questões fundamentais em Psicopatologia do Trabalho - a qual a resposta de Dejours criou a ruptura que levou à Psicodinâmica do Trabalho - indaga sobre a relação entre trabalho e adoecimento mental: é possível identificar uma síndrome profissional, ou seja, um quadro sintomático específico que emerge entre trabalhadores de uma mesma profissão? Ao situar o trabalho escravo na origem da história do trabalho no capitalismo, reconhecendo os indígenas, africanos e seus descendentes escravizados como trabalhadores, podemos responder um ressonante não. Como Robinson (1983) observou: “mesmo para aqueles não-familiarizados com as histórias dos Africanos escravizados, não deveria ser

---

<sup>7</sup> Tradução livre. No original, lê-se: “the trauma of realization that one had neither the right nor the power to resist what must have seemed so often to be the arbitrary or cruel removal from those who really mattered, too, registered its own particular marks: ‘Angry, despondent, and overcome by grief, the slaves frequently never recovered from the shock of separation. Many became morose and indifferent to their work. Others went insane, talked to themselves, and had hallucinations about their loved ones. A few slaves developed suicidal tendencies’ [Blassingame].”

uma surpresa que esses povos Africanos tenham respondido à escravidão de diversas maneiras” (p.123).

De fato, como Dejours (2004) pontuou, há fatores subjetivos que entram em jogo frente ao encontro com o sofrimento do trabalho, não sendo possível afirmar relações de causa-efeito entre trabalho e psicopatologia. No entanto, não podemos afirmar a partir disso que não há relação alguma entre trabalho e adoecimento mental e devemos nos atentar para as implicações legais de nosso pressuposto teórico. No Brasil, ao examinarmos a legislação concernente às doenças relacionadas ao trabalho, podemos notar que, ao se basear em um modelo biomédico, a comprovação do trabalho como causa e da doença como efeito também é aplicada ao adoecimento mental. Embora eu não possa informar aqui qual o estado da arte da pesquisa em “transtornos mentais e comportamentais” na Psiquiatria, me parece que ainda não há consenso sobre as causas da maioria desses transtornos e se mantém a tese da multideterminação ou da interação de diversos fatores como causa.

Nesse sentido, reforço a ideia que há um complexo entrelaçamento de fatores - subjetivos, sociais, culturais, econômicos, políticos - não só na emergência das psicopatologias do trabalho como, sobretudo, em suas conceitualizações e nas proposições de tratamento dessas. A ideia de entrelaçamento vai na contramão do estabelecimento de uma hierarquia de fatores ou da identificação de relações de causa e efeito. Essa última tendência caracteriza a doença como um perigo. Esse perigo, na modernidade-colonialidade, é reconfigurado como um risco e, como todo risco nesse contexto, deve ser eliminado. Mary Douglas (1982), em *Risk and Blame*, ao apresentar a noção de risco como uma construção cultural, nos atentou para as “terminologias universalizantes, suas abstrações, seu poder de condensação, sua cientificidade, sua conexão com análises objetivas” usadas com propósitos forenses<sup>8</sup>. São ferramentas perfeitas para:

---

<sup>8</sup> Sobre propósitos forenses no contexto de atenção à saúde, ver a proposição sobre (des)confiança de profissionais de saúde em pacientes apresentada em Sousa-Duarte, Brown & Mendes (2020).

“a tarefa de construir uma cultura que suporte a sociedade moderna industrial. Dos diferentes tipos de sistemas de culpabilização que podemos encontrar na sociedade tribal, esse no qual estamos agora está quase sempre pronto para colocar cada morte na conta de alguém, cada acidente como causado pela negligência criminal de alguém, cada doença é tratada com uma acusação. Culpa de quem? É a primeira questão. E então, qual ação?” (p.15)<sup>9</sup>

Ainda que as distintas abordagens de Psicopatologia do Trabalho de Le Guillant e Dejours tenham transcendido a ideia de causalidade característica do higienismo que dominava a Medicina à época, a ênfase em defesas psíquicas inconscientes por parte de Dejours pode ter como consequências a negação da materialidade do trabalho, levando à busca pela adaptação dos sujeitos ao trabalho como solução de saúde. Por outro lado, a ênfase em materialidade para a qual tendeu Le Guillant pode promover a ideia de passividade dos trabalhadores frente às condições de trabalho e de que condições ideais - e universais - de trabalho podem ser soluções de saúde (Santos & Galery, 2011). Apesar das divergências, há um consenso entre os autores de que o controle sobre o trabalho está ligado ao adoecimento no trabalho.

Frantz Fanon (1959-1960/2020), que acompanhava os estudos de Le Guillant, também relacionou o controle e monitoramento característico dos tempos modernos com a emergência da noção moral de culpabilidade entre os trabalhadores e, conseqüentemente com “condutas patológicas” como “tensões nervosas; cóleras explosivas; sonhos desses operários/pesadelos”. Também observou que o controle reifica o vínculo, assim como o empregado, levando ao absentéismo, atitudes obsessivas e acidentes de trabalho. Sobre a “Neurose das telefonistas” (Le Guillant et al., 1956), Fanon observou<sup>10</sup>:

---

<sup>9</sup> Tradução livre. Lê-se no original: “Above all, its forensic uses fit the tool to the task of building a culture that supports a modern industrial society. Of the different types of blaming system that we can find in tribal society, the one we are in now is almost ready to treat every death as chargeable to someone’s account, every accident as caused by someone’s criminal negligence, every sickness a threatened prosecution. Whose fault? is the first question. Then, what action?”

<sup>10</sup> Ainda em suas observações sobre as psicopatologias do trabalho, Fanon discorreu sobre funcionários de grandes lojas e identificou novamente o controle, enfatizando a sensação de “se sentir espiado”. Uma leitura atenta de Fanon

“Nos serviços públicos, a telefonista não é monitorada e os distúrbios se devem apenas ao caráter mecanizado da profissão, e não ao painel de escuta ou aos supervisores. Nesse caso, temos um exemplo daquilo que se chama em psiquiatria de ‘síndrome de ação exterior’, que deforma e frequentemente leva ao suicídio.”

Esse mesmo controle moderno-industrial que unanimemente foi associado às psicopatologias do trabalho já se fazia presente nos modelos de administração do trabalho escravo. A partir do eixo da disciplina nesses modelos - no Brasil, também do paternalismo, o controle do trabalho já estava em questão no trabalho escravo. A reificação do vínculo e do trabalhador, nesse contexto, se dava a princípio como pressuposto da concepção do trabalhador escravizado como propriedade. Para além das outras condições absurdas da escravização, Marquese (2004) também aponta a crescente sobrecarga de trabalho à qual, como alternativa, alguns “simulariam” doenças. Considerando que o texto de Marquese se embasa na descrição das percepções dos senhores, a questão da simulação àquela época nos remete à presença da busca por legitimação da doença ainda hoje por instituições médicas e previdenciárias. Os senhores da escravidão, como vimos anteriormente, se preocupavam com qualquer coisa que pudesse afetar a produtividade em suas propriedades, sendo importante realizar o controle - não necessariamente o cuidado - das doenças.

Se nos ativermos ao objetivo forense dessa visão e a sua subjacente moralização, desconsideramos fatores inconscientes na formação patológica. Também desconsideramos o fato de que os trabalhadores escravizados, obviamente, realizavam trabalhos forçados, completamente alienados de suas terras, de suas famílias, de suas culturas. O suicídio, nesse contexto, poderíamos dizer aqui, já era um problema relacionado ao trabalho: “o suicídio cativo pode ser visto também, mas jamais

---

no permite reconhecer na dimensão do Olhar algo de fundamental tanto para a produção das psicopatologias quanto para a sua cura. Elaborações sobre suas ideias de alienação, controle, vergonha e culpa podem nos informar mais sobre as psicopatologias do trabalho se considerarmos esse conjunto de proposições como uma Psicanálise fanoniana. A respeito de novas elaborações sobre as contribuições da Psicanálise fanoniana, um texto deve ser publicado em 2021/2022 (Sousa-Duarte & Morais, em elaboração).

unicamente, como forma de protesto ou fuga da situação de cativeiro, sempre considerando a complexidade da experiência da escravidão e a capacidade humana de descobrir formas de viver em condições adversas” (Oliveira & Oda, p.386).

Aqui vemos, novamente, a relação passado-presente. Quantas vezes vimos ou ouvimos questionamentos na grande mídia sobre fraude previdenciária, sobre simulação de doenças? E quantas vezes presenciamos debates sobre as condições de trabalho às quais os trabalhadores brasileiros estão expostos? De toda forma, o que cabe aqui é compreender o que a psicopatologia do trabalho nos comunica sobre o trabalho, sobre os sujeitos e sobre a relação entre esses. Para compreender como se articula tal mensagem e superar noções moralizantes das relações entre trabalho e adoecimento é fundamental a noção de sociogenia - base estruturante da proposta teórica fanoniana que “aponta para a determinação reflexiva entre capitalismo, colonialismo e racismo (...) que [abrange] tanto os aspectos objetivos quanto os subjetivos da existência humana” (Faustino, 2018, p. 148). Ainda nas palavras de Faustino (2018):

“Fanon, psiquiatra preocupado com as dimensões sociais do sofrimento psíquico, comemora a ruptura representada pela psicanálise freudiana, mas advoga pela necessidade de ir além da dimensão psicoafetiva do desejo, compreendendo-a em seu contexto histórico e social concreto. Isto significa que, para ele, se nos ativermos ao tema central deste paper, os processos pelos quais o colonialismo se constitui, bem como as suas implicações traumáticas para a subjetividade do colonizado, só se tornam inteligíveis quando tomados em suas determinações historicamente concretas: a modernidade capitalista e a sua necessidade de converter o que é genuinamente humano em objeto de sua acumulação.” (p. 151)

A partir do crítico diálogo com o Marxismo e a Psicanálise, ultrapassando dimensões psicoafetivas ou apenas econômicas, temos na Psicanálise fanoniana (Gordon & Parris, 2018; Sousa-Duarte & Morais, em elaboração) uma importante contribuição teórica para a compreensão das psicopatologias do trabalho, contribuição essa que supera as limitações das

acepções de Psicopatologia do Trabalho de Le Guillant e Dejours, uma vez que Fanon coloca em questão não somente o capitalismo, mas também o colonialismo e a racialização. Assim, sua abordagem nos oferece novas perspectivas sobre velhos problemas no mundo do trabalho brasileiro.

Ainda hoje, no Brasil, o trabalho escravo e o trabalho assalariado coexistem e se mantêm em relação de duas formas: 1) pela existência do trabalho escravo como fato - com o número assombroso de 45 mil trabalhadores (em sua maioria) “mestiços” e negros resgatados do trabalho análogo à escravidão entre 2003 e 2018 no Brasil (Agência Brasil, 2020) - e 2) pela existência do trabalho escravo e do desemprego como *fantasmas*. Quando a pobreza “se torna parâmetro de toda a recompensa” (Cardoso, 2008) e a complexa identificação dos subalternos com seus “superiores” mina a associação horizontal - com os pares - no trabalho, o que temos é o apagamento e o silenciamento não só de si como também dos outros. A crítica se torna um crime. Como romper essa ordem do trabalho brasileiro? Quando Fanon se pergunta uma questão semelhante - “Existem meios de prevenir esses problemas?” - a resposta é simples: “seria preciso que os patrões e a coletividade comessem a se ocupar disso”. Mas como se ocupar desse problema na prática?

Em termos metodológicos, as contribuições de Fanon também podem nos informar sobre o tratamento das psicopatologias do trabalho uma vez que, o que tem predominado “em nome da ciência, da saúde e do bem-estar dos trabalhadores” são “atos iatrogênicos e violências” (Brant & Minayo-Gomez, 2004, p. 213). O que podemos aprender com Fanon para promover práticas que sejam de fato de cuidado e não de controle, conforme nos apresentou Maldonado-Torres (2017), é a primazia da atitude sobre o método quando se trata da produção de conhecimento. Considerando a clínica não só como tratamento mas também como *locus* da produção de conhecimento sobre as psicopatologias do trabalho, a atitude decolonial deve se fazer presente na prática clínica. Essa atitude “parece ser um tipo de cura para a colonização epistêmica e ontológica no

mundo moderno/colonial”<sup>11</sup> (p.440). É essa atitude que nos permite ouvir na loucura “o clamor pela liberdade” (Noguera, 2020) e também um grito sobre aquele que é alienado e o que o aliena. Nesse sentido, a psicopatologia do trabalho é sempre uma psicopatologia crítica do trabalho que nos demanda uma abordagem igualmente crítica: uma Psicopatologia Crítica do Trabalho.

### **Concluindo...**

“De nosso lado, arriscaremos uma conclusão que poderia ser qualificada de transitória à medida em que reconhece a natureza processual de seu objeto: a decolonização.”<sup>12</sup>

Matthieu Renault

Neste capítulo, iniciei questionando de qual “loucura do trabalho” a Psicopatologia do Trabalho tratava. Identifiquei uma abordagem geralmente acrítica e a-histórica das relações entre saúde/doença e trabalho no Brasil onde houve forte tendência ao uso da Psicodinâmica do Trabalho como referencial teórico para o estudo do tema. Tal tendência teve como maior foco de seus estudos as vivências de prazer e sofrimento no trabalho e pouca atenção foi dada ao adoecimento relacionado ao trabalho. No entanto, ao identificar a construção de uma narrativa histórica para a construção da tese de Christophe Dejours em seu ensaio sobre psicopatologia do trabalho, afirmei que tal tendência não poderia ser atribuída exclusivamente à construção teórica da Psicodinâmica do Trabalho pelo autor.

A partir da historicização - com o apoio de literatura histórica, política e sociológica - dos conceitos de modernidade, trabalho e trabalhadores, contextualizei os fenômenos do trabalho na modernidade-colonialidade, enfatizando a escravização dos povos autóctones - indígenas - e sobretudo

---

<sup>11</sup> Tradução livre. No original, lê-se: “The decolonial attitude, along with the actions that it promotes, appear then as a sort of cure to epistemic and ontological colonization in the modern/colonial world.”

<sup>12</sup> Tradução livre. No original, lê-se: “Nous nous risquons de notre côté à une conclusion que l'on pourrait qualifier de transitoire, dans la mesure où elle accrédite la nature processuelle de son objet : la décolonisation.”

dos povos africanos não só como parte do capitalismo mas também como elemento fundamental para a produção e reprodução desse sistema econômico e social. Destaquei também as teorias ilustradas de administração do trabalho escravo e, como consequência desse movimento de historicização - onde a escravidão é reinterpretada como *trabalho* escravo e os escravos como *trabalhadores* escravizados - “reinaugurei” e resituei retrospectivamente a história da saúde do trabalhador: motivada pelo anseio dos senhores pelo aumento da produtividade, pelo menos desde o início do século XIX, na produção agropecuária brasileira, já havia um olhar atento para a saúde/doença dos trabalhadores escravos.

Ao reconsiderar a escravidão brasileira em seus diferentes momentos, considerando a história em longo prazo, propus a releitura das ideias sobre adoecimento dos trabalhadores e consequentemente sobre seu tratamento a partir das referências que suportaram as duas primeiras seções do capítulo. Reconhecendo os trabalhadores escravizados e seus adoecimentos - reais ou “simulados” - critiquei as abordagens modernas e biomédicas de caráter forense fixadas em atestar a existência e legitimidade de doenças. Com esse propósito, tais abordagens limitam, paradoxalmente, o estudo da ontologia das psicopatologias do trabalho: as psicopatologias do trabalho são críticas tanto em sentido individual quanto social e político. Elas sempre podem nos informar não somente sobre o trabalhador - suas características, sua história pessoal - como também sobre o trabalho - sua natureza, sua organização, sua gestão, sua história. Para isso, convoquei o princípio de sociogenia proposto por Fanon.

Para embasar minha proposta de Psicopatologia Crítica do Trabalho, aponte a Tradição Negra Radical - “Black Radical Tradition” - e a Psicanálise fanoniana como aportes teóricos para suportar uma atitude decolonial nas práticas clínicas. Mas, considerando a (des)colonização como um projeto em curso, devo enfatizar novamente, agora em minhas palavras, que uma conclusão para este capítulo seria no mínimo inapropriada. É necessário: continuar o movimento de historicização

reconhecendo as diferenças e semelhanças entre diferentes regiões do Brasil e do mundo, tensionando sempre as relações passado-presente em comparações substantivas; pensar estudos sobre a divisão racial do trabalho e sobre a racialização do trabalho; reconhecer as sobreposições das violências estruturais da gestão autoritária e paternalista do trabalho e do racismo no local de trabalho; compreender as relações entre passado escravista e modos de gestão atuais assim como entre a história dos trabalhadores escravizados e seus movimentos revolucionários; e sobretudo, estar atento às nossas utopias (Mitchell, 2015) para não colonizar as histórias e desejos daqueles que buscam conosco no espaço clínico significar suas dores do trabalho.

Respondendo à pergunta que abriu este capítulo: não, trabalho e adoecimento mental não tem sido caracterizados de formas semelhantes em regiões diferentes do mundo e tem sido conceitualizados de formas diferentes ao longo da história. Essas diferenças discursivas nos revelam sobretudo a quem são concedidos os direitos modernos - na concepção eurocêntrica de modernidade - de trabalhar, de adoecer e de ser cuidado. Cabe a nós - pesquisadores e clínicos - reconhecer que, nessa era de apagamentos e silenciamentos, a história é um privilégio. Vivemos em um país que foi construído sobre o extermínio dos povos indígenas e do trabalho de milhares de africanos escravizados, onde a árvore genealógica de muitos de nós se restringe a um pequeno ramo que insistiu em brotar na aridez de uma sociedade escravista<sup>13</sup>. Assim, olhar, escutar e fazer história com os trabalhadores do presente é, em si, uma atitude decolonial.

## Referências

Agência Brasil. (2020). Brasil teve mais de mil pessoas resgatadas do trabalho escravo em 2019. Agência Brasil. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-01/brasil-teve-mais-de-mil-pessoas-resgatadas-do-trabalho-escravo-em>

---

<sup>13</sup> A respeito da ideia de continuidades e reconhecimentos: este capítulo não seria possível sem o apoio da família Araújo-Sousa, da família Lima-Duarte, de Ana Paula Morais, Bruna Jalles Lima, Tim Enthoven e Carmem Castellani, a quem gostaria de deixar aqui meus agradecimentos.

- Alves, N. C. R. (2015). A construção sociopolítica dos Transtornos Mentais e do Comportamento Relacionados ao Trabalho. Tese de doutorado em Psicologia Social e do Trabalho Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Augé, M. (1984). *Ordre biologique, ordre social: la maladie forme élémentaire de l'événement*. In M. Augé & C. Herzlich (Eds.), *Le sens du mal. Anthropologie, histoire, sociologie de la maladie*. Paris: Éditions des Archives Contemporaines.
- Belmonte, A. A. (2020). Imprevisão, força maior, fato do príncipe e as normas excepcionais e temporárias para enfrentamento dos impactos da covid-19 nas relações de trabalho. In A. A. Belmonte, L. Martinez & N. Maranhão (Eds.), *Direito do Trabalho na crise da COVID-19* (p. 435-457). Salvador, Bahia, Brazil: Edições JusPODVIM.
- Blackburn, R. (2016). Por que segunda escravidão? In R. d. B. Marquese & R. Salles (Eds.), *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos* (1ª ed., pp. 13-54). Civilização Brasileira.
- Brant, L. C. & Minayo-Gomez, C. (2004). A transformação do sofrimento em adoecimento: do nascimento da clínica à psicodinâmica do trabalho. *Ciência & Saúde Coletiva*, 9(1), 213.
- Cardoso, A. (2008). Escravidão e sociabilidade capitalista. *Novos Estudos*, 80, 71-88.
- Chabrawi, A. M. R. O. (2018). *Psicodinâmica do Trabalho Presidiário: do reconhecimento à emancipação social*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil.
- Constituição Política do Império do Brazil de 1824. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm)
- Dejours, C. (1980). *Travail, usure mentale. Essai de psychopathologie du travail* (1er ed.). Paris: Éditions du Centurion.
- Dejours, C. (1987). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho* (1ª ed.). São Paulo: Oboré.
- Dejours, C. (2004). Addendum da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In S. Lancman & L. Szelwar (Orgs.), *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz.

- Douglas, M. (1992). *Risk and blame: Essays in cultural theory*. Londres: Routledge.
- Du Bois, W. E. B. (1998). *Black Reconstruction in America, 1860-1880*. New York: Free Press. (Trabalho original publicado em 1935)
- Eisenberg, P. L. (1983). Escravo e Proletário na História do Brasil. *Estudos Econômicos*, 13(1), 55-69.
- Fairman, C. J. S. (2012). Saúde do Trabalhador. Coleção Clínica Psicanalítica. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Fanon, F. (2020). *Alienação e Liberdade. Escritos Psiquiátricos* (J. Khalfa & R. J. C. Young, Orgs.). São Paulo: Ubu Editora. (Texto originalmente publicado em 1959-1960)
- Faustino, D. M. (2018). Frantz Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo. *SER Social*, 20(42), 148-163.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. (R. Machado, Trad.). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Franco, R. P., Vieira, F. de O. & Rambaldi, M. (2020). Modelos: do glamour à escravidão contemporânea. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, 7(2), 364-397.
- Ghizoni, L. D. (2013). *Clínica Psicodinâmica da cooperação na Associação de Catadores e Catadoras de materiais recicláveis da região Centro Norte de Palmas - TO (ASCAMPA)*. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil.
- Giongo, C. R., Monteiro, J. K. & Sobrosa, G. M. R. (2015). Psicodinâmica do trabalho no Brasil: revisão sistemática de literatura. *Temas em Psicologia*, 23(4), 803-814. DOI:10.9788/TP2015.4-01
- Gonzalez, L. (1979). A juventude negra e a questão do desemprego. Resumo apresentado na *Segunda Conferência Anual do African Heritage Studies Association*, Pittsburgh, Pennsylvania, Estados Unidos da América. Recuperado em <https://marxists.architexturez.net/portugues/gonzalez/1979/04/28.pdf>

- Gordon, L. & Parris, L. T. (2018). Frantz Fanon's Psychology of Black Consciousness. In F. Suman & R. Moodley (Eds.), *Global Psychologies. Mental Health and the Global South* (pp. 215-228). Palgrave Macmillan.
- Jacques, M. G. (2007). O nexa causal em saúde/doença mental no trabalho: uma demanda para a psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 112-119.
- Lacaz, F. A. C. (2007). O campo Saúde do Trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. *Cad. Saúde Pública*, 23(4), 757-766.
- Le Guillant L., Roelens, R., Bégoïn, J., Béquart, P., Hansen, M. & Lebreton, F. (1956). La névrose des telephonistes. *La Presse Medicale*, 64(13), 275.
- Le Guillant, L., Roelens, R., Bégoïn, J., Béquart, P., Hansen, M. & Lebreton, F. (1984). A neurose das telefonistas. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 17(47), 7-11.
- Lima, M. E. A. (1998). A Psicopatologia do trabalho. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 18(2), 10-15.
- Maciel, T. P. & Ghizoni, L. D. (2020). “Fui para casa muito cansada e com muita fome”: narrativas de trabalhadoras domésticas sobre a escravidão contemporânea. *Cambiassu*, 15(25), 202-222.
- Maldonado-Torres, N. (2008). La descolonización y el giro des-colonial. *Tabula Rasa*, 9, 61-72.
- Maldonado-Torres, N. (2011). Thinking through the decolonial turn: Post-continental interventions in theory, philosophy, and critique: An introduction. *Transmodernity: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World*, 1(2), 1-15.
- Maldonado-Torres, N. (2017). Frantz Fanon and the decolonial turn in psychology: from modern/ colonial methods to the decolonial attitude. *South African Journal of Psychology* 2017, 47(4) 432-441.
- Marinho, M. O. & Vieira, F. d. O. (2019). A jornada exaustiva e a escravidão contemporânea. *Cadernos EBAPE.BR*, 17(2), 351-361.
- Marquese, R. d. B. (2004). *Feitores do corpo, missionários da mente: Senhores, letrados e controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. Companhia das Letras.

Marquese, R. d. B. (2013). As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. *Revista de História*, 169, 223-253.

Marquese, R. d. B. (2020). Entrevista: Os tempos da escravidão no Brasil e no mundo. *Revista de História - USP*.

Medida Provisória n.927 de 22 de março de 2020. Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/mpv/mpv927.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv927.htm)

Mendes, A. M. (2018). *Desejar, falar, trabalhar*. Porto Alegre: Editora FI.

Mendes, A. M. (2007). *Psicodinâmica do Trabalho: teoria, método e pesquisas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Merlo, A. R. C. & Mendes, A. M. (2009). Perspectivas do uso da psicodinâmica do trabalho no Brasil: teoria, pesquisa e ação. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 12(2), 141-156.

Mignolo, W. D. (2011). *The darker side of western modernity: global futures, decolonial options*. Durham: Duke University Press.

Mitchell, S. T. (2015). American dreams and Brazilian racial democracy. The making of race and class in Brazil and the United States. *Focaal—Journal of Global and Historical Anthropology*, 73, 41-54.

Nogueira, R. (2020). Apresentação. Fanon: uma filosofia para reexistir. In J. Khalfa & R; J. C. Young (Orgs.), *Frantz Fanon: Alienação e Liberdade. Escritos Psiquiátricos* (pp. 3-58). São Paulo: Ubu Editora.

Oliveira, L. P. d., Silva, F. H. M. d. & Sticca, M. G. (2018). Revisão sistemática da produção acadêmica em Psicologia do Trabalho no Brasil. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 18(2), 354-363.

- Oliveira, S. V. d. & Oda, A. M. G. R. (2008). O suicídio de escravos em São Paulo nas últimas duas décadas da escravidão. *História, Ciências, Saúde - Maguinhos*, 15(2), 371-388.
- Resende, H. (1987). Política de saúde mental no Brasil: uma visão histórica. In N. R. Costa & S. A. Tundis (Eds.), *Cidadania e loucura - políticas de saúde mental no Brasil* (pp. 15-73). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Robinson, C. J. (1983). *Black Marxism: the making of the Black Radical Tradition*. The University of North Carolina Press.
- Santos, A. P. L. d. & Galery, A. D. (2011). Controle sobre o trabalho e saúde mental: resgatando conceitos, pesquisas e possíveis relações. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 14(1), 31-41.
- Santos, F. H. S.; Miranda, M. S. & Monti Junior, B. (2020). A importância do contrato de trabalho durante a pandemia do COVID-19. *Revista Interciência*, 1(4), 2-7.
- Santos, A. C. B. P.; Pereira, I. S. & Diniz, A. P. S. M. (2020). A relevância da intervenção sindical e da negociação coletiva em tempos de COVID-19: uma análise crítica das medidas provisórias 927 e 936/2020 sob a ótica dos julgamentos do STF. In F. P. A. Hirsch, *COVID-19 e o Direito na Bahia*. Salvador, Bahia, Brazil: Direito Levado à Sério.
- Silva, D. F. da, Loreto, M. das D. S. & Bifano, A. C. S. (2017). Ensaio da história do trabalho doméstico no Brasil: um trabalho invisível. *Cadernos de Direito*, 17(32), 409-438.
- Sivadon, P. (1952). Psychopathologie du travail. *L'évolution psychiatrique*, 3, 441-474.
- Sousa, C. M. & Mendes, A. M. B. (2008). Viver do lixo ou no lixo? A relação entre saúde e trabalho na ocupação de catadores de material reciclável cooperativos no Distrito Federal - estudo exploratório. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 6(2), 13-42.
- Sousa-Duarte, F., Brown, P. R. & Mendes, A. M. B. (2020). Healthcare professionals' trust in patients: a review of the empirical and theoretical literatures. *Sociology Compass*, 14(10), 1-15.

- Sousa-Duarte, F., Silva, S., Martinez, M. J., & Mendes, A. M. B. (no prelo). Da Psicodinâmica à Psicopatologia do Trabalho no Brasil: (in)definições e possibilidades. *Psicologia em estudo*.
- Sousa-Duarte, F. (2014). *Dispositivos para a escuta clínica do sofrimento no trabalho: Entre a clínica da cooperação e das patologias*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil.
- Sousa-Duarte, F. (2020). *Trabalhadores no divã: contribuições da Psicopatologia Clínica do Trabalho*. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil.
- Sousa-Duarte, F. & Morais, A. P. (em elaboração). Uma psicanálise particularmente fanoniana?
- Spink, M. J. (2009). *Psicologia Social e Saúde: Práticas, saberes e sentidos*. Rio de Janeiro: Vozes
- Sturmer, G. & Fincato, D. (2020). Teletrabalho em tempos de calamidade por COVID-19: impacto das medidas trabalhistas de urgência. In A. A. Belmonte, L. Martinez & N. Maranhão (Eds.). *Direito do Trabalho na crise da COVID-19*. Salvador, Bahia, Brazil: Edições JusPODVIM.
- Tomich, D. (1992). Trabalho escravo e trabalho livre (Origens históricas do capital). *Revista USP*, 13, 100-117.
- Walsh, C. (2009). *Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época*. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala.
- Zylberstajn, H. (2020). *COVID-19: A Potência das Medidas Trabalhistas*. Informações FIPE, 475, 14-19. Recuperado de <https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif475a.pdf#page=14>

## Capítulo 3

### **Sociedade da Performance e a falácia da liberdade no discurso neoliberal**

*Emílio Peres Facas*<sup>1</sup>

O presente texto tem por objetivo articular as noções de performance e processo de subjetivação no contexto atual do mundo do trabalho a partir, fundamentalmente, dos escritos de Han (2018a, 2018b, 2017) e de Dardot e Laval (2017, 2016). Trata-se de um texto ensaístico, cuja intenção é abrir possibilidades de reflexão sobre os temas aqui tratados.

#### **Sobre a performance**

Usar apenas um qualificante para discutir a noção de “sociedade” na atualidade é um desafio diante de sua complexidade. Consumo, transparência, cansaço, leveza, liquidez: diversos são os termos utilizados pelos mais diversos autores no estudo e reflexão acerca dos fenômenos sociais. O desafio está justamente no fato de que estas diferentes concepções não são excludentes – ao contrário, são dimensões completamente imbricadas.

A escolha, então, de discutir uma noção de “Sociedade da Performance” se justifica na medida em que o interesse é justamente pensar os fenômenos sociais dialeticamente a partir das características do mundo do trabalho.

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho e Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações da Universidade de Brasília. Coordenador do Núcleo Trabalho, Psicanálise e Crítica Social (UnB) – [www.nucleotrabalho.com.br](http://www.nucleotrabalho.com.br)

Entende-se que essa Sociedade da Performance engendra uma falaciosa superpotência como possibilidade de realização de vida, na medida que o tom do existir passa a ser guiado por uma série de imperativos de desempenho apresentados como receitas para uma vida feliz: alimente-se bem, distraia-se, pratique esporte, viaje, seja, consuma, trabalhe (bem, mais e melhor). Tal contexto é sustentado pela lógica de mercantilização e espetacularização da vida. A promessa de uma vida plena passa necessariamente pelos consumos espirituais, de saúde, sexuais, afetivos e relacionais. É preciso consumir para aperfeiçoar-se, superar-se, competir: vencer. Demanda-se uma performance de atleta, com superação de limites e aprimoramento contínuo do corpo. Noções como “empreender” e “assumir riscos” passam a guiar um imperativo, baseado na lógica corporativa, de construção de si mesmo a partir da performance.

Tem-se então um ideal de perfeição inalcançável, na medida em que nega a própria condição humana - não há espaços para fraquezas, tristezas, cansaço. Uma vida sem sentido, com afetos colonizados e deslocados para o cumprimento dos imperativos falaciosos da dinâmica desempenhar-para-ser. A demanda pela superpotência, causa de mal-estar social e existencial, está calcada em manifestações da norma performativa.

O culto ao desempenho invade todas as esferas da vida social: tudo se equivale e pode ser negociado. Tem-se então uma subjugação dos afetos e a ilusão imaginária do gozo total dá base para uma relação perversa com o outro, objetificado como algo que não terá mais uso quando tiver perdido seu poder de performance. Uma relação de gozo obrigatório, em que não se concede a todo outro indivíduo (e a si mesmo enquanto outro) nada além de seu valor de gozo – sua capacidade de performar (Dardot & Laval, 2016).

Esse contexto também pode ser compreendido a partir da discussão que Han (2017) traz sobre a *exposição*, entendendo que

cada sujeito é seu próprio objeto-propaganda; tudo se mensura em seu valor expositivo. A sociedade exposta é uma sociedade pornográfica; tudo está voltado para fora, desvelado, despido, desnudo, exposto [...]é só à encenação expositiva que gera valor, deixando de lado todo e qualquer crescimento próprio das coisas (p. 32)

Neste cenário, o corpo é alienado e *coisificado*. O *habitar* do corpo cede lugar à exposição e exploração, com o objetivo de incrementar o capital da atenção do público. O valor expositivo depende, sobretudo, da bela aparência. Para Han (2017), tudo deve ser visível na medida em que aquilo que não se submete à visibilidade é colocado sob suspeição:

[...] os paradigmas atuais não transmitem qualquer valor interior, mas medidas exteriores, às quais se procura corresponder, mesmo que às vezes seja necessário lançar mão de recursos violentos. O imperativo expositivo leva a uma absolutização do visível e do exterior. O invisível não existe, pois não possui valor expositivo algum, não chama a atenção (p. 34).

Compreende-se então que a Sociedade da Performance demanda um *saber-ser* atrelado ao *aparecer* ou, em um jogo pobre de palavras, a *apare-ser*. *Performar* passa, necessariamente, pela exposição dos atos. A armadilha encontra-se justamente no que deve ser exposto: uma performance perfeita deve ser transparente – sem cor, sem erro, sem afetos.

Muda-se a norma social do sujeito: o equilíbrio cede espaço ao desempenho máximo, sempre com demanda de mais produção. Cabe a cada indivíduo realizar uma reestruturação de si – e a vida em todos os seus aspectos passa a ser objeto dos dispositivos de desempenho (Dardot & Laval, 2016).

Este cenário está dialeticamente ligado aos imperativos de desempenho no mundo do trabalho, na medida em que os constitui e é constituído por eles. O discurso do alto controle dos modelos de gestão taylor-fordistas cede espaço para o autocontrole performático. Essa passagem do alto controle para o autocontrole se constitui na medida em que os imperativos de desempenho no trabalho se distanciam das

concepções mecanicistas/impessoais do produtivismo taylor-fordista para adentrar a era da eficácia pós-fordista. Não são mais os movimentos, o tempo e o desgaste os objetos da necessidade de ajuste: mais do que saber-fazer, é necessário saber-ser e apare-ser. O desempenho deixa de ser avaliado apenas do ponto de vista da produção objetiva: a superpotência demanda que a exposição performática seja considerada fator de desempenho, capturada e otimizada para atendimento das demandas organizacionais e avaliados por critérios individuais.

A subjetividade dos trabalhadores passa, então, a ser vista como uma dimensão fundamental para a maximização da produção – sendo objeto de tentativas de apropriação por parte da organização. Se, nos modelos taylor-fordistas, os afetos, desejos e emoções eram negados, nos modelos pós-fordistas passam a ser entendidos como ferramentas poderosas. Deste modo, espera-se um trabalhador inteiramente implicado no processo produtivo, não apenas com competência cognitiva, mas também emocional. Um “trabalhador empreendedor”, especialista, empregador e inventor de si mesmo, o mais eficaz possível, inteiramente envolvido no trabalho. Enfim, o sujeito do desempenho (Han, 2018a; Dardot & Laval, 2017, 2016).

Como explicam Dardot e Laval (2016), este sujeito do desempenho governa-se de acordo com valores e princípios – competência, competitividade, capital humano maximizado, aprimoramento, eficácia, transformação contínua – como uma *empresa de si mesmo*, em um processo de racionalização até a dimensão mais íntima do sujeito: o desejo. Uma conciliação entre a subjetividade desejante e os objetivos da empresa, na identificação do sujeito psicológico com o sujeito da produção. Essa conjunção, que envolve de um lado projetos e aspirações pessoais e, de outro, objetivos de excelência e projetos da empresa, somente se faz possível na medida em que cada indivíduo se torna “uma pequena empresa de si”, envolvido totalmente e identificado com a organização:

[...] o momento neoliberal caracteriza-se por uma homogeneização do discurso do homem em torno da figura da empresa. [...] Trata-se agora de

governar um ser cuja subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade que se exige que ele cumpra. Para isso, deve-se reconhecer nele a parte irredutível do desejo que o constitui. [...] trata-se de ver nele o sujeito ativo que deve participar inteiramente, engajar-se plenamente, entregar-se por completo a sua atividade profissional (pp. 326-327).

Os autores seguem apontando que o sujeito torna-se “sujeito do envolvimento total de si mesmo”. Seu desejo passa a ser alvo do novo poder – e o ser desejante passa a substituir os dispositivos de direção de conduta. O efeito esperado por essas práticas de gestão do novo sujeito é fazer com que o sujeito passe a trabalhar para a organização como se trabalhasse para si mesmo. Suas condutas, a intensificação de seus esforços e a busca por maximização da própria eficácia parecem ser comandadas por uma ordem imperiosa de seu próprio desejo.

### **Sobre a falaciosa liberdade**

Esse culto à performance constitui-se a partir do discurso neoliberal, que apresenta uma falaciosa promessa de liberdade. Trata-se de um cenário em que, segundo Han (2018a), os sujeitos já não se sentem mais submissos e sim projetos livres reinventados constantemente. O autor apresenta essa noção como sendo um poder Psicopolítico, que

[...] se plasma à psique, em vez de discipliná-la e submetê-la a coações e proibições. Não nos impõe nenhum silêncio. Ao contrário, ele nos convida a compartilhar incessantemente, participando, dando opinião, comunicando necessidades, desejos e preferências, contando sobre nossa própria vida. Esse poder afável é, por assim dizer, mais poderoso do que o repressor. Ele escapa a toda visibilidade. A atual crise da liberdade consiste em estar diante de uma técnica de poder que não rejeita ou oprime a liberdade, mas a explora. A livre escolha é extinta em prol de uma livre seleção entre as ofertas disponíveis (p. 27).

Esse poder seduz justamente por sua suposta contraposição ao sistema disciplinar e repressivo. Apresenta-se como possibilidade de livres

escolhas individuais, em exaltação ao mito do “*self made man*”<sup>2</sup>- o sujeito que se constrói e que se basta. Nesta direção, o trabalho seria a via que possibilitaria sucesso e uma realização plena, e a organização o espaço privilegiado para a superação indefinida dos seus próprios limites.

Todos os domínios da vida passam a ser vistos como recursos para as organizações, na medida em que se apresentam como potencializadores do desempenho individual. O sujeito é convocado em toda sua subjetividade a entregar-se, motivar-se, transcender-se. Deve fundamentar-se em si mesmo em nome da livre escolha. Tem-se, então, uma instrumentalização da subjetividade por parte da lógica capitalista, tornando assim a identidade do sujeito em um produto consumível (Dardot & Laval, 2016).

Tal lógica, segundo Dardot e Laval (2016), encontra ressonância no sujeito na medida em que vai ao encontro de seu desejo de controlar a vida e desafiar a falibilidade como condição humana, conciliando-se às fantasias de onipotência e à ilusão de uma plenitude absoluta. O imaginário desta condição é o sujeito que não pode perder, visto que é seu próprio trabalhador e seu próprio acionista, podendo assim ter uma performance ilimitada e “gozar sem obstáculos os frutos de sua acumulação” (p. 373).

Esse sujeito do desempenho não percebe claramente qualquer instância externa de domínio que o obriga a trabalhar ou que poderia explorá-lo. Não está submisso a ninguém ou está submisso apenas a si mesmo, se entregando a uma liberdade paradoxal – está livre para aumentar seu desempenho via, segundo Han (2015), uma autoexploração que envolve o excesso de trabalho e desempenho. Se o explorador é ao mesmo tempo o explorado, temos uma liberdade paradoxal e autoreferenciada.

O sistema neoliberal é, conforme Han (2018a), eficiente ao explorar tudo o que pertence às práticas e formas de expressão da liberdade, tais como a emoção e a comunicação. Essa exploração da liberdade é mais

---

<sup>2</sup> Em tradução livre: homem que se fez por si mesmo (n.a.).

bem-sucedida (e produz maior lucro) do que explorar alguém contra a própria vontade. Neste cenário, o sujeito submisso não está consciente de sua submissão, na medida em que esse poder psicopolítico escapa, de forma sutil e flexível, de qualquer visibilidade. Sente-se em liberdade ao não reconhecer o contexto de dominação. Uma liberdade individual que é servidão, posto que é tomada pelo capital para sua própria multiplicação.

Para tanto, faz-se necessária uma modelagem para que os sujeitos consigam suportar as condições que são impostas. Ao mesmo tempo, seus próprios comportamentos reproduzirão e ampliarão as relações de competição entre eles. Tal como em uma reação em cadeia, será necessário que estes sujeitos se adaptem, por si, às condições que eles mesmos (re) produzem (Dardot & Laval, 2016).

Esse jogo de sedução tem como base o discurso neoliberal que é amplamente difundido em diferentes cenários sociais. São muitas as ofertas e propagandas de cursos rápidos e *coaching* voltados para uma formação empreendedora ou, o que é particularmente mais assustador, para despertar um suposto “espírito empreendedor”. Nestas propagandas, é possível perceber a prevalência de termos como: “alta performance”, “autorresponsabilidade”, “inteligência emocional e financeira”, “viabilidade de sonhos”, “foco no agora”, “flexibilidade” e “motivação intrínseca”, fundamentalmente alinhados aos valores e princípios da noção de “empresa de si”, apresentada anteriormente.

Cabe destacar também a inserção de conteúdos relacionados a uma “educação para o empreendedorismo”, que legitimam essa modelagem e a lógica do *self made man*, na Educação Básica, que contempla Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais e Ensino Médio – com crianças e adolescentes entre 4 e 18 anos. Faz-se cada vez mais comum encontrar propagandas de escolas que prometem a “formação” de líderes, trabalhadores do futuro, empreendedores e assim por diante.

A discussão sobre a educação empreendedora no Brasil, segundo Garcia (2015), ganhou força na década 1990 com a inserção desses conteúdos no Ensino Superior, mas desenvolveu-se de maneira mais

acelerada nos Ensinos Básico e Profissionalizante a partir do ano 2000 – com propostas de Projeto de Lei para a inclusão obrigatória, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, do tema no Ensino Básico<sup>3</sup>.

Em 2004, o Projeto Regional de Educação para a América Latina e o Caribe – PRELAC/UNESCO adiciona “aprender a empreender” como um dos cinco pilares de seu primeiro foco estratégico, denominado “Foco nos conteúdos e práticas da educação, para construir sentidos sobre nós mesmos, os outros e o mundo em que vivemos”:

Implica contribuir para discernir qual é o sentido da educação num mundo de incerteza e mudança. É preciso agregar, às aptidões que oferece a educação atual, abordagens para o exercício da cidadania e para a construção de uma cultura de paz. Os quatro pilares de aprendizagem do Informe Delors são um guia excelente para interrogar-se sobre os sentidos da educação; aprender a ser, a conhecer, a fazer e a viver juntos. O PRELAC explicita, por sua importância, um pilar adicional: aprender a empreender (UNESCO, 2004, p. 9).

Cabe apresentar a reflexão feita por Souza (2008) sobre o impacto deste discurso em termos educativos: para atender às exigências neoliberais, privilegia-se um ensino tecnicista, voltado para a prática do trabalho, atualizado com os novos modelos e postos de trabalho. Trata-se de uma modelagem de um novo tipo de trabalhador, que garantiria sua empregabilidade e inclusão social graças a um espírito empreendedor. O autor conclui:

o “aprender a empreender”, ao reduzir e esterilizar o trabalho educativo à produção de mais-valia em contexto de crise estrutural, aproxima a educação do complexo da alienação, pois pretende em vão adaptar o indivíduo a sociedade capitalista de forma a tentar inutilmente harmonizar os conflitos entre capital e trabalho ao desconsiderar o conteúdo desumano que existe durante a produção de mais-valia (p. 15)

---

<sup>3</sup> E.g., Projeto de Lei 1673/11 [<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=510209>]

O discurso sobre o empreendedorismo, para Coan (2011), oculta problemas sociais ao apresentá-los como desafios a serem superados por meio do esforço, iniciativa e proatividade individuais, despolitizando as relações sociais e responsabilizando indivíduo pelas soluções das questões sociais. Ao mesmo tempo, há o estímulo à competitividade e individualismo - valores morais do pensamento liberal clássico. Trata-se da formação de um novo perfil de trabalhador: inovador, pró-ativo, autoprodutor de sua existência e criador de seu próprio posto de trabalho.

Também é importante destacar a forma como essa “cultura” da alta performance e da empresa de si está cada vez mais presente por meio de uma oferta significativa de cursos de empreendedorismo infantil – para crianças a partir de 04 anos de idade (!). Destaca-se aqui alguns termos de divulgação, objetivos e/ou disciplinas trabalhadas destes cursos voltados para o público infantil. Para facilitar a visualização, os termos serão apresentados na imagem a seguir:

Figura 1. Termos utilizados por cursos de Empreendedorismo Infantil



Percebe-se, uma vez mais, o alinhamento com o discurso neoliberal: a formação do sujeito que se supera, ultrapassa limites, persiste – o sujeito de uma suposta “potência infinita”. Destaca-se também o termo “como investir meu domingo?”, reforçando a ideia de trabalhar sem descanso. *Estas palavras foram encontradas em cursos para crianças a partir de 04 anos de idade, ou seja, ainda na primeira infância.*

Importante destacar, então, que é na infância que se constituem as bases do desenvolvimento em seus diversos aspectos – motor, social, emocional, cognitivo, dentre outros. Durante este período de vida a criança aprende a participar do mundo, desenvolve sua sensibilidade e julgamento crítico – informações estudadas e reforçadas por diversos campos do conhecimento, como a Psicologia, a Pedagogia e as Neurociências (Portugal, 2009).

Como estamos, então, falando de “modelagem” subjetiva para a formação de “empreendedores de si”, devemos ressaltar o quanto a inserção deste tipo de discurso na formação de crianças e adolescentes é estratégico para o ajustamento dos sujeitos às demandas neoliberais, constituindo o núcleo da dinâmica autorrealização – promessa de liberdade que, como apresentado anteriormente, se mostra falaciosa.

### **Sobre as Organizações**

Diante de todo esse cenário, Han (2018a) aponta para uma mudança de paradigma nos modelos de gestão dentro das organizações contemporâneas: as emoções passam a ser consideradas cada vez mais importantes. A gestão racional passa a dar lugar para a gestão emotiva – e o gestor cada vez mais se aproxima da figura de um treinador motivacional. Por meio da emoção, os trabalhadores são profundamente atingidos – o que representa uma alternativa muito eficiente de controle psicopolítico do indivíduo.

O autor segue apontando que as formas de exploração encontradas pelo poder neoliberal estão cada vez mais refinadas, cujo poder encontra-se em criar situações que colocam os sujeitos a funcionar de acordo com a lógica psicopolítica:

Inúmeros workshops de gestão pessoal, fins de semana motivacionais, seminários de desenvolvimento pessoal e treinamentos de inteligência emocional prometem a otimização pessoal e o aumento da eficiência sem limites. As pessoas são controladas pela técnica de dominação neoliberal que

visa explorar não apenas a jornada de trabalho, mas a pessoa por completo, a atenção total, e até a própria vida. O ser humano é descoberto e tornado objeto de exploração. (Han, 2018a, p. 45)

Esses exercícios de otimização pessoal acabam por jogar sob os trabalhadores a responsabilidade e o peso da competição. Mais do que isso: visam transformá-lo num “microcosmo” em perfeita harmonia com a organização e, de maneira mais macro, com o mercado mundial. A idéia de eficácia aplicada à organização é substituída pelo uso da subjetividade destinado a melhorar o desempenho do indivíduo. As qualidades que devem ser desenvolvidas pelo sujeito são um desafio estratégico para a empresa: não para a felicidade, bem-estar e/ou gratificação do trabalhador, mas para obter do “colaborador” o desempenho que se espera dele (Dardot & Laval, 2016).

A ideologia neoliberal da otimização pessoal, para Han (2018a) representa uma nova forma de subjetivação, com características religiosas. Os pensamentos negativos fazem às vezes do pecado – os gerentes e treinadores motivacionais são os pregadores do novo evangelho do desempenho. E o sujeito luta contra si próprio como se lutasse contra um inimigo.

### **Para concluir?**

Esse sujeito, forjado pelo neoliberalismo, deve estar com sua subjetividade plenamente envolvida na atividade que executa. Entender-se autorresponsável, otimista, entusiasmado e estar pronto para intensificar infinitamente seu potencial e maximizar seus resultados – como se tivesse em uma competição, expondo-se a riscos. A gestão neoliberal de si mesmo consiste em fabricar um eu produtivo, que exige sempre mais de si mesmo e cuja autoestima cresce, paradoxalmente, com a insatisfação que se sente por desempenhos passados (Dardot & Laval, 2016). Diante disso, Han (2018a, 2018b) explica que o sujeito que não

consegue cumprir com essa demanda da sociedade da performance, no lugar de questionar o sistema, considera a si mesmo como responsável.

Para Dardot e Laval (2016), isso leva a uma estigmatização dos fracassados e infelizes, ou seja, incapazes de se adaptarem à norma social. Em última instância, esse fracasso é visto como patologia. Por meio desta ética individualista toda responsabilidade é transferida para o sujeito, por mecanismos de transferência do risco não naturais - partindo da aspiração à decisão pessoal na questão da escolha de vida e reinterpretando o conjunto dos riscos como escolhas próprias do sujeito. Os autores completam:

A gestão neoliberal da empresa, interiorizando a coerção de mercado, introduz a incerteza e a brutalidade da competição e faz os sujeitos assumi-las como um fracasso pessoal, uma vergonha, uma desvalorização (p. 363).

De modo geral, as considerações apresentadas neste capítulo tiveram como objetivo abrir possibilidades de reflexão acerca dos discursos neoliberais, Sociedade da Performance e processos de subjetivação. Em análise, foram discutidos aspectos referentes às falaciosas promessas de liberdade, autorresponsabilidade, realização e felicidade articuladas a essa cultura empreendedora, do *self made man*. Essa discussão não se encerra aqui – ao contrário, intencionou-se fazer deste ensaio um ponto de partida para outras articulações.

## Referências

- Coan, M. (2011) Educação para o empreendedorismo [tese]: implicações epistemológicas, políticas e práticas. Florianópolis: UFSC.
- Dardot, P. & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo : ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo.
- Dardot, P. & Laval, C. (2016). *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Editora Boitempo.

- Garcia, A. C. R. (2015). *O ensino do empreendedorismo na educação formal de crianças: um estudo de caso na rede municipal de Itaperuçu*. Curitiba: Universidade Positivo.
- Han, B-C. (2015). *Sociedade do Cansaço*. Petrópolis: Vozes
- Han, B-C. (2017). *Sociedade da Transparência*. Petrópolis: Vozes
- Han, B-C. (2018a). *Psicopolítica – O neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte: Editora Âyiné
- Han, B-C. (2018b). *No enxame: perspectivas do digital*. Petrópolis: Vozes.
- Portugal, G. (2009). Desenvolvimento e aprendizagem na infância. In Conselho Nacional de Educação(Org.). *Relatório do estudo – A educação das crianças dos 0 aos 12 anos*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Souza, L. B. (2008). O “aprender a empreender” como pedagogia do trabalho abstrato na sociedade alienada. In Batista, R. L. (Org). *Anais VI Seminário Do Trabalho: Trabalho, Economia e Educação*. 1ª Ed. Marília: ED. Grafica Massoni.
- UNESCO (2004). PRELAC, uma trajetória para a educação para todos [Versão eletrônica]. Revista PRELAC,1,0. Santiago do Chile. Acesso em 15 de outubro de 2020 de [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000137293\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000137293_por).

## Capítulo 4

### **Discurso capitalista colonial e a patologia da melancolização**

*Ana Magnólia Mendes <sup>1</sup>*

O capítulo apresenta uma reflexão teórica sobre o sujeito melancólico e a patologia da melancolização a partir da clínica psicanalítica do trabalho. No momento, uma clínica repleta de nuances associadas ao modo produtivo do capital neoliberal- digital e a fabricação de sujeitos desenraçados da sua existência ético-política.

Este é um texto adaptado de uma conferência proferida sobre o tema da melancolização no Colóquio de Psicopolítica e Psicopatologia do Trabalho, realizado em 20 de setembro de 2019 na Universidade de Brasília, como atividade do projeto de internacionalização CAPES-Print do qual participam a maioria dos autores deste livro. Também é inspirado nos projetos de pesquisa em Psicopatologia Clínica do Trabalho que vem sendo desenvolvida por Mendes (2018) no Laboratório de Psicodinâmica e Clínica do Trabalho da Universidade de Brasília (LPCT/UnB). Esses estudos envolvem a articulação teórica entre Psicanálise e trabalho e os dispositivos da clínica psicanalítica do trabalho, realizada nos últimos cinco anos no LPCT/UnB e pelos pesquisadores do Grupo de Pesquisa no CNPq Psicanálise e Trabalho. Organizam-se em dois eixos de investigação que incluem diversos estudos em nível de doutorado, pós-doutorado, mestrado e iniciação científica.

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho da Universidade de Brasília, Líder do Grupo de Pesquisa Psicanálise e Trabalho no CNPq/UnB. Coordenadora do Projeto "Espaço Aberto ao Trabalhador: Clínica Psicanalítica do Trabalho" na UnB. Sites [www.psto.com.br](http://www.psto.com.br); [www.nucleotrabalho.com.br](http://www.nucleotrabalho.com.br); email: [anamag@unb.br](mailto:anamag@unb.br)

O eixo 1 investiga a relação sujeito-trabalho, processos de subjetivação e as novas patologias produzidas pelo modelo capitalista de organização do trabalho. Tem como fundamento o modelo de Psicopatologia Clínica do Trabalho proposto por Mendes (2018), que busca analisar nas relações de trabalho o circuito da pulsão invocante como estudado por Lacan. Estuda a voz proferida nos diferentes chamados ao sujeito veiculada pelo discurso capitalista colonial e articula os conceitos de pulsão, gozo, desejo e sublimação com o trabalho humano.

O eixo 2 desenvolve pesquisas realizadas desde 2015 quando da criação do projeto, intitulado inicialmente “Práticas em Clínica do Trabalho”, e tem por objetivo estudar os dispositivos de escuta psicanalítica e o trabalho do clínico e da supervisão para o tratamento e cura do adoecimento pelo trabalho. Os dados são coletados por meio da escuta clínica de trabalhadores com ou sem trabalho, com queixas de sofrimento e/ou adoecimento, burnout, estresse, lesões por esforço repetitivo e distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (LER/DORT), depressão, assédio moral, acidente de trabalho, readaptação funcional e outros tipos de conflitos, adoecimentos e patologias.

Do ponto de vista teórico, destacam-se estudos realizados entre 2014 e 2020 de Mendes e Vivès (2020), Mendes e Araujo (2012), Sousa-Duarte et. al (prelo), Sousa-Duarte (2020), Amaral et al. (2017), Amaral e Mendes (2017), Amaral, Mendes e Facas (2019), Gama et al. (2016), Gama e Mendes (2019ab), Mendes (2015, 2018), Mendes, Takaki e Martins (2016), Mendes e Ghizoni (2017), Mendes e Facas (2018), Mendes, Takaki e Martins (2019), assim como na tese de doutorado de Solange Silva (em elaboração) para referenciar as principais ideias do capítulo.

É central nestes estudos a teoria da pulsão e do sujeito em Lacan, de modo particular, o circuito da pulsão invocante. A voz é um dos objetos da pulsão (Lacan, 1969-1970/1992) e faz nascer o sujeito na relação com a voz do Outro (Vivès, 2013) a partir do movimento no circuito em três tempos: ser chamado, chamar e se fazer chamar. Nesse circuito, a instância psíquica do supereu (Freud, 1923/1996) de caráter cruel e tirânico opera

proferindo injunções em oposição ao mandato ético “torne-se”, agindo para fixar o sujeito em um “chamado de”, em contraposição a um “chamado a”, interrompendo ou bloqueando a movimentação no circuito. Para Vivès (2018b), isso tem implicação direta na psicopatologia clínica, o que se articula com as vozes do discurso proferido pelos modelos de gestão.

O discurso, que nominamos capitalista colonial, é veiculado nas mais diferentes organizações de trabalho e sustentado nos imperativos da excelência e da qualidade total, o qual enreda o sujeito por meio de diferentes artifícios de poder e se conecta com a instância psíquica do supereu, produzindo crueldade e tirania tais que forjam sujeitos e sustentam diferentes psicopatologias como melancolização, servidão, patologia da indiferença e aceleração (Mendes, 2018). Tais bloqueios no circuito da pulsão invocante criam uma fixação no “tempo da demanda”, do calar, sem fala, de vocificação, em que o trabalhador permanece despossuído de si, do seu desejo. Sendo este um tempo que se articula ao adoecimento psíquico, o sujeito faz-se unicamente como “porta-voz” de um discurso do outro (Vivès, 2018a).

Do ponto de vista do método, esses estudos têm seus dados coletados no âmbito do Projeto Clínica Psicanalítica do Trabalho (Mendes, 2018), que propõe o uso dos dispositivos da Psicanálise. Estes podem possibilitar a movimentação do trabalhador no circuito, a partir do reestabelecimento de um ponto-surdo (Vivès, 2018a), que permite-lhe ensurdecer diante das vozes proferidas pelo discurso dos modelos de gestão e pela instância psíquica do supereu. Assim, o trabalhar que acontece entre o clínico e o sujeito, a partir do uso dos dispositivos sustentados na ética da Psicanálise (Lacan, 1959-1960/2008), permite ao primeiro se reposicionar subjetivamente no tempo do desejo, do falar, o que remete à possibilidade de reconstrução do laço social com o trabalhar.

## As vozes do discurso capitalista colonial

O discurso capitalista colonial tem algumas características bastante marcantes, ainda mais nesse momento do modo de produção do capital digital. É um conceito que encontra-se em Mendes (2018) e tem uma inspiração nas mazelas do poder colonial instituído historicamente na realidade brasileira, reproduzido na brutalidade e calamidade em que se encontra o país nos anos 2019-2020.

É um discurso marcado pelo apelo à subalternidade e que cria artifícios para a sustentação do trabalho morto com status do trabalho vivo, que se agravam nas vozes proferidas sobre o trabalho em aplicativos e plataformas digitais. Modos de produção, além de produtivistas, são consumistas. Esses modelos de gestão são usurpadores da experiência de si no real, real consumido pelo virtual. É um discurso que vai forjar espaços para que as contradições não apareçam, além de ser também regido pelos imperativos da excelência e do desempenho.

Essa venda do trabalho vivo como trabalho morto aparece nas infundáveis e sem sentido prescrições e protocolos, na publicidade, na missão organizacional, nos modos de transmissão e profere valor a este modo taylor-colonizante da subjetividade, como saída para os sofrimentos e caminho para a felicidade. É exemplar diversos programas de qualidade de vida no trabalho e bem-estar que aprisionam o corpo, um corpo que passa a ter um outro protocolo, um comando que é dado por algum outro, algum outro parâmetro que definitivamente não é o corpo subjetivo e o trabalho vivo. Os artifícios do poder desse discurso capitalista colonial assumem como marcas a defesa da quantificação, da urgência e do controle, legitimada, praticada e eventualmente propagada largamente pelos responsáveis pela gestão organizacional.

Outra nuance desse discurso é a questão do saber absoluto, da verdade, como por exemplo “o excesso é bom”. A clínica tem nos mostrado o quanto é extremamente problemático dentro das organizações, por exemplo, trabalhar para além das horas definidas no contrato de trabalho.

Ou seja, mesmo sentindo-se martirizados, os trabalhadores vão aos poucos atendendo à lógica que implica a industrialização da própria subjetividade. Esse chamamento, por meio de uma voz proferida pelo gestor e pelos colegas, reflete-se no discurso e nas práticas legitimadas pelos modelos de gestão instituídos nestas organizações.

A ideia de que o excesso é bom e que é bom se exceder faz o sujeito se engajar em nome das promessas de sucesso, de segurança e de proteção, caracterizando assim um culto ao individualismo normativo que se articula a essa dimensão do excesso como bom e ao saber absoluto, resultando na venda do trabalho morto como trabalho vivo. Essa é uma das mais ameaçadoras armadilhas nas quais qualquer um de nós pode cair, sejam pesquisadores, sindicalistas, militantes, estudantes ou professores. Não é difícil comprar qualquer ideia proferida, em especial nos discursos dominantes. É proposital o uso de compra-venda de ideias para provocar uma radicalidade no modo como a dimensão colonial do discurso, com seus artifícios de poder, apresenta uma lógica que nos protege do desamparo, da dor de existir, da angústia de castração, que implica um não saber sobre o real. É um discurso que tem funcionado e tende a nos protocolar como sujeitos abrindo mão da nossa condição humana para nos tornarmos inumanos felizes.

Este é um protocolo que de algum modo se articula com a indústria 4.0, com a produção da inteligência artificial e com o trabalho em plataformas numéricas, que oferecem maiores riscos de construção de laços sociais perversos, estabelecidos em regras antidemocráticas, fascistas, narcisistas, enfim, tirânicas. É uma venda muito bem feita. Aliás, esta é uma das bases do capitalismo e se nós a comprarmos, colocamos em ameaça a nossa condição ético-política e os modos de resistência políticas.

Uma outra característica desse discurso é a desconexão entre as metas que são exigidas, as prescrições idealizadas e as condições precarizadas de vida e de trabalho. É um discurso que veicula a promessa da plenitude e da completude e com isso é feita ao sujeito uma demanda incessante que ele jamais, em sua condição de ser humano, será capaz de

atender. Assim, esse discurso apresenta uma dimensão totalitária que se reproduz no ambiente de trabalho pela repetição, pelo medo e pela ameaça de ser excluído caso não seja capaz de ser a máquina que se demanda. Por exemplo, muitos dos trabalhadores que adoecem e buscam a clínica do trabalho, sentem vergonha de não terem sido máquinas, vergonha de serem humanos, de serem mortais e falharem.

Por último, é um discurso que tem produzido um pensamento colonizante disseminado em diferentes grupos sociais e políticos. O pensamento colonizante caracteriza-se pelos mecanismos de condicionamento dos modos de pensar, acreditando que faz sempre o melhor para aquele “incivilizado”, “colaborador”, o qual acredita que receberá algo em troca. Algo que no fundo é da ordem do impossível uma vez que o prometido é inatingível dada a insuperável contradição da relação de classe, e de certo modo, da relação colonizador-colonizado. É uma ilusão acharmos que há uma possibilidade de conciliação nessa relação. A resistência a esta dominação só tem potência se o paradoxo for reconhecido para, então, ser encontrada uma saída. O paradoxo não permite sínteses como na contradição que nos coloca no lugar de um absoluto vazio, fundamental para a criação, para construção de algo que possa ser visto como possibilidade de resistência.

Esse pensamento colonizante produz um laço social no qual o par colonizador/colonizado é inseparável e tem como resultado a subalternidade, a naturalização e deliberação por meio do uso de mecanismo de normalização condicionante da subjetividade. Nesse jogo, a subjetividade pode ser colonizada independentemente de quem esteja na posição de colonizador/colonizado. Este laço é extremamente agravante do processo de colonização porque não há mais uma diferenciação marcada entre quem é quem nesse jogo, por isso eu utilizo o conceito de pensamento colonizante, pois este pode invadir a nossa subjetividade para além dos lugares que ocupamos.

## A fábrica de sujeitos melancólicos

Esse discurso produz um efeito para invocação do sujeito. Que sujeitos são forjados a partir deste discurso? Antes de tentar responder esta questão, vale destacar brevemente a noção do sujeito a partir da psicanálise lacaniana e sua articulação com a noção de pulsão e trabalho. Sujeito é igual a desejo, sendo este quem trabalha. “Arbeit”, como Freud utiliza ao falar do trabalho do sonho, trabalho do luto e do trabalho da perlaboração. Trabalho como categoria ontológica do ser, radicalmente diferente do trabalho produtivo capitalista ao qual Marx faz crítica no texto “A Acumulação Primitiva” no livro I de O Capital. Essas articulações conceituais permitem, a mim como pesquisadora, encontrar ressonâncias que sustentam uma reflexão sobre a produção das patologias e do adoecimento pelo trabalho e, principalmente, sobre a potência da clínica psicanalítica como um trabalho (arbeit) de escuta que possibilita reconstruir a história do sujeito, via entendimento do circuito da pulsão invocante e do trabalho do desejo na direção da cura.

Assim, esse discurso capitalista colonial profere chamamentos expressos pelas vozes, que envolvem a sonoridade, o timbre e o ritmo, mas também o olhar, os gestos e as condutas. Nos contextos de trabalho produtivo capitalista, qualquer que seja o vínculo formal, os chamados proferidos provocam no sujeito posicionamentos em dois lugares possíveis: o lugar de sujeito invocado e o lugar de sujeito evocado. A invocação se dá pelo *chamado* a existir na dimensão ético-política, a torna-se desejante e a evocação pelo chamado *de* qualquer *coisa* que bloqueie esse movimento de tornar-se desejante, que o faz se manter aprisionado no tempo da demanda ao e do Outro.

Esse tempo da demanda é como a armadilha do canto da sereia, que na realidade não é um canto (ele se faz de conta) que se expressa em uma voz estridente e sedutora que vai atrair, segundo a mitologia, a maioria dos pescadores que desaparecem quando vão ao encontro do chamado, à

exceção de Oreste, que coloca cera no ouvido e consegue escapar do encantamento que esta voz produz.

Deste modo, pode-se dizer que o chamado *de* aprisiona o sujeito ao canto da sereia, uma fantasia de que existe um “paraíso” proferido pela voz mítica da bela sereia. Existe uma subalternidade a esta vocificação à medida que a estridência da voz (grunhido) não permite chamar e se fazer chamar, falar. Um calar é produzido pelo excesso de voz, exatamente o que acontece nas situações de trabalho produtivo. Atualmente, o capitalismo neoliberal e digital fomentam um modelo produtivista e consumista onde o desejo, e com ele, o sujeito, desaparecem, se fundem com as vozes do discurso, sendo apenas um significante a ele atribuído.

Essa condição de evocado é sustentada nesses modelos pela repetição dos protocolos, forjando de forma lisonjeira o sujeito da repetição, o trabalhador produtivo e feliz! Se você é este sujeito, você está muito bem no mundo do capital digital onde a imagem é valorizada, o excesso é legitimado, é um sujeito *fashion*. O custo para estar na moda é o abandono do desejo, uma vez que a singularidade dá lugar ao padrão, o sujeito transforma-se em objeto ofertado ao capital, comercializando-se. Esta evocação, e muitas vezes, convocação, especial das redes sociais e aplicativos que escravizam fixa o sujeito em um lugar na cadeia de significante.

Destarte, o discurso capitalista colonial profere um enunciado de chamado *de* que é um terreno fértil para a produção das psicopatologias, dentre elas a melancolização, tema que vou tratar em seguida a partir dos casos de trabalhadores que adoeceram pelo trabalho, escutados no projeto Clínica Psicanalítica do Trabalho, desenvolvido na Universidade de Brasília desde 2015.

O que seria essa patologia da melancolização? É um modo disfuncional de criar laços sociais que forjam sujeitos melancólicos. Por meio de um discurso, o sujeito é fixado em um lugar, que ele aceita passivamente por não ter vivido o luto das ilusões que o modelo produtivista cria, no qual ele, por ter introjetado esses objetos perdidos,

passa a se sentir culpado pelo abandono do Outro em função de não ter dado conta de atender as demandas por ele proferida.

Ocorre uma comunhão com essa voz, extremamente poderosa, que é a voz do supereu na perspectiva lacaniana, supereu como imperativo do gozo. Voz que diz “você pode tudo que quer”, mas como esta é impossibilidade do real ele mesmo, torna-se uma ilusão nos contextos de trabalho produtivo, onde ressoam o trauma infantil que de há possibilidade de satisfação da pulsão. A pulsão não se satisfaz, a necessidade sim pode ser satisfeita. A voz do supereu proferida nos modelos produtivistas faz o trabalhador acreditar que a pulsão se satisfaz, e mais: de modo pleno. Nesse sentido, penso existir uma política do supereu, que é instrumento do capital, ao lhe ser dado todo o poder que ele busca para criar os “todos poderosos”.

Sob o comando deste supereu, a melancolização é mobilizada diante da ausência de resposta do Outro, que faz com que o sujeito silencie e não deseje mais chamar e se fazer chamar. Com isso há a retirada do sujeito do circuito da pulsão invocante. O excesso de voz também um excesso de demanda, que sobre o sujeito o impossibilita de falar, de desejar. Há uma repetição na tentativa de atender às demandas feitas ao outro e para o outro, o sujeito é demandante e não desejante. O trabalhador não sente o seu chamado, ressonante com o grito primordial do nascimento. Para ser reconhecido pelo Outro, é preciso para falar, se fazer chamar, reconhecer que houve uma recepção ao grito.

Na melancolização é que vai existir a surdez de um Outro baseada em uma mudez. O Outro é mudo, logo considerado surdo, e por isso, o trabalhador não vai se fazer chamar, falar. É um jogo de mudo-surdo que não é a ausência de voz, mas uma vocificação que produz um jogo onde alguém diz porém fala para alguém que ouve mas não escuta. Este jogo está na base desta patologia, que é uma das causas do adoecimento dos trabalhadores que temos escutado na nossa clínica.

Assim, o sujeito melancólico forjado pelo discurso é um sujeito que não deseja mais nada e que pede menos ainda. Isso é um agravante em

relação à ação política, por exemplo, para reivindicar os direitos trabalhistas. Esse sujeito passa ter uma identificação com o nada e se considera arruinado e despossuído de todos os seus bens, sem vínculos sociais e políticos. É possível haver um enfraquecimento das formas de resistência se o capital se apropriar desse sujeito que não deseja mais nada e pede menos ainda. Essa recusa de investimento em função do silêncio do outro vai fortalecendo a ideia de que qualquer tentativa de ser escutado será em vão, e diante de viver este fracasso é melhor emudecer.

Nesse sentido, pensamos ser a patologia da melancolização um instrumento do capital, que fabrica sujeitos que exercem a função de porta-voz dos interesses do discurso capitalista colonial. Em um discurso onde não há espaço para escuta, vozes são proferidas de modo estridente, impedindo o sujeito de falar, o que é nefasto para a ação política pois o trabalhador assume esse lugar passivo e submisso.

Esse jogo do mudo-surdo é um caminho que não torna possível o luto. O trabalho de luto é fundamental para a resistência política pois pressupõe o trabalho do desejo, que é destituído na melancolização. Esse trabalho do luto torna-se impossível por essa falta de simbolização do sujeito no lugar do porta-voz. O porta-voz é sem fala, mantém-se em silêncio gritante que pode se transformar em adoecimento.

Logo, o trabalho de luto é um dos caminhos para encontrar saídas para esta melancolização forjada, sobretudo, para manter sob controle o sujeito político. Este é substituído pelo sujeito melancólico, submetido a um luto impossível, que o leva a não poder investir em nada e nada desejar, um sujeito mais morto que vivo.

## **Para finalizar**

Consideramos que esse jogo do mudo-surdo, marca da patologia da melancolização, é sustentado nos modelos de gestão por três características: a desconfiança, a negação da realidade e a impossibilidade de fala. É um contexto onde existem, ao mesmo tempo, o excesso e a

ausência de resposta do Outro, ou seja, “não vai adiantar gritar porque não serei escutado”.

De modo paradoxal, a saída para essa patologia é adoecer. São esses os trabalhadores que procuram nossa clínica. O trabalho clínico, então, pode contribuir para uma possível desmelancolização. Uma das formas de resistir à melancolização, no meu ponto de vista, é o tratamento desses sujeitos que já adoeceram e que, de forma paradoxal, ao adoecer denunciam a falha do modelo de gestão. A invocação do sujeito pela escuta clínica possibilita um chamado a, um deslizamento da posição de evocado para invocante. Isso se passa quando o analisando faz a suposição de que existe uma pessoa não surda que pode escutá-lo, e então sair da condição do choro silencioso para falar. Assim nasce o sujeito da fala no lugar do sujeito porta-voz.

## Referências

- Amaral, G. A. & Mendes, A. M. (2017). Readaptação Profissional de Professores como uma Promessa que não se Cumpre. *Educação em Revista*, 18, 105 - 120.
- Amaral, G. A., Mendes, A. M. & Caldas, J. A. (2018). Escuta clínica do sofrimento de professoras readaptadas In: *Diálogos em Sociologia Clínica: dilemas contemporâneos*, 1, 140-156.
- Amaral, G. A., Mendes, A. M., Chatelard, D. & Carvalho, I. S. (2017). O lugar do conceito de sublimação na Psicodinâmica do Trabalho. *Polis e Psique*, 7, 199.
- Amaral, G. A.; Mendes, A. M., & Facas, E. P. (2019). (Im)possibilidade de mobilização subjetiva na clínica das patologias do trabalho: o caso das professoras readaptadas. *Subjetividades*, 19, 89-87.
- Freud, S. (1923/1996). O id e o ego e outros trabalhos. In J. Salomão (Ed.). *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud* (Vol. 19). Rio de Janeiro: Imago.
- Gama, L. P. ; Mendes, A. M. ; Araújo, J. P. ; Galvão, M. G. A. G. ; Vieira, F. de O. (2016). Ressignificação do sofrimento: clínica do trabalho em um hospital escola. *Revista Laborativa*, 5, 38-63.

- Gama, L. P. & Mendes, A. M. (2019a). (Im)possibilidade de investimento pulsional no trabalho: análise de um caso em clínica do trabalho. *Trivium, 11*, 113-122.
- Gama, L. P. & Mendes, A. M. (2019b). O humor no entrecruzamento da política e do trabalho numa perspectiva psicanalítica. *Psicologia em Estudo, 2*, 48 - 61.
- Lacan, J. (1959-1960/2008). *Seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1969-1970/1992). *Seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Mendes, A. M. (2015). Análise psicodinâmica e clínica do trabalho. In Bendassolli, P. F. & Borges-Andrade, J. E. (Orgs.). *Dicionário de Psicologia do Trabalho e das Organizações*. (1ª ed.) São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 43-50.
- Mendes, A. M. & Araujo, L. K. R. (2012). *Clínica psicodinâmica do trabalho: O sujeito em ação*. Curitiba: Juruá.
- Mendes, A. M.; Takaki, K. T. & Martins, S. R. (2016). Do sujeito invocado ao sujeito invocante: A violência no trabalho como recusa do desamparo. In: *Assédio Moral Organizacional: Novas Modalidades do Sofrimento Psíquico nas Empresas Contemporâneas*. (1ª ed.). São Paulo: Editora LTR, p. 135-144.
- Mendes, A. M. & Ghizoni, L. D. (2017) . Nomear, Significar, Elaborar: Práticas de Escuta Clínica do Trabalho e do Sofrimento. *Trabalho (En)Cena, 2*, 01-03.
- Mendes, A. M. & Facas, E. P. (2018). Clínica do Trabalho. In Mendes, René. (Org.). *Dicionário de Saúde e Segurança do Trabalhador: Conceitos - Definições - História - Cultura*. (1ª ed.). Novo Hamburgo - RS: Proteção Publicações, p. 01-1280.
- Mendes, A. M., Takaki, K. T. & Martins, S. R. (2019). Um caso em psicopatologia clínica do trabalho: a transferência em análise. In *O trabalho que adoecer: resistências teóricas e práticas*. Porto Alegre: Editora FI,1, p. 277-279.
- Mendes, A. M. & Vives, J-M. (2020). Voz do supereu e melancolização no trabalho que adoecer. In *Psicanálise e trabalho: retratos contemporâneos*. (1ª ed.). Porto Alegre: Memorial da Justiça do Trabalho, 1, p. 183-201.

Sousa-Duarte, F. S. (2020). *Os trabalhadores no divã: Contribuições da Psicopatologia Clínica do Trabalho*. Tese de doutorado, Programa de Pós Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília. Brasília, Brasil.

Sousa-Duarte, F., Brown, P. & Mendes, A. M. (2020). Healthcare professionals' trust in patients: a review of the empirical and theoretical literatures. *Sociology Compass*, *14*(10), 1-15.

Sousa-Duarte, F., Silva, S., Martinez, M. J. & Mendes, A. M. (prelo). Da Psicodinâmica à Psicopatologia do Trabalho no Brasil: (in)definições e possibilidades. *Psicologia em Estudo*.

Vivès, J-M. (2009). Para introduzir a questão da pulsão invocante. *Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental*, *12*(2), 329-341. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/S1415-47142009000200007>.

Vivès, J-M. (2013). A voz na psicanálise. *Reverso*, *35*(66), 19-24. Acesso Recuperado em 30 de agosto de 2019, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=So102-73952013000200003&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So102-73952013000200003&lng=pt&tlng=pt).

Vivès, J-M. (2018a). *Variações psicanalíticas sobre a voz e a pulsão invocante*. Rio de Janeiro: Corpo Freudiano Seção Rio de Janeiro.

Vivès, J-M. (2018b). *A voz na clínica psicanalítica* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Corpo Freudiano Seção Rio de Janeiro.

Vivès, J-M. (2020). *A voz no divã*. São Paulo: Editora Aller.

## Parte II



## Capítulo 5

### **“Trabalhe e cale-se”: a voz do supereu e a violência no trabalho <sup>1</sup>**

*Jean-Michel Vivès <sup>2</sup>*

O que é o supereu? O supereu é essa instância que Freud (1923/2006) nos propõe em 1923 com sua segunda tópica. Esta instância psíquica invalidaria para o sujeito a possibilidade de advir, de se tornar. Portanto, é preciso compreender como se desenvolve essa questão do devir, do advento do sujeito. E, para tanto, usarei aqui um conceito formulado por Lacan, que é o da pulsão invocante.

A pulsão invocante, que foi proposta por Lacan na década de 1960, ainda se encontra pouco desenvolvida no campo psicanalítico. No entanto, Lacan (1964/1998) sustenta que a pulsão invocante é, dentre todas, a mais próxima da experiência do inconsciente. Para compreender a pulsão invocante, retomarei com vocês a dialética das pulsões tal qual ela é compreendida pela Psicanálise.

A pulsão é central na teoria de Freud, é um conceito fundamental da Psicanálise. É aquilo que me liga ao outro – e ao Outro – a partir da busca do objeto. Inicialmente, Freud introduziu duas pulsões, a pulsão oral e a pulsão anal. A pulsão oral é aquela cujo objeto é o seio, ou seu substituto, e que vai organizar o primeiro tempo de constituição do psiquismo da

---

<sup>1</sup> Texto estabelecido a partir da palestra homônima conferida em francês por Jean-Michel Vivès em 08 de março de 2018 na cidade de Brasília, com tradução simultânea realizada por Leonardo Milani. O presente texto foi revisado pelo autor e adaptado por Renata Mattos Avril.

<sup>2</sup> Psicanalista e professor de Psicopatologia Clínica na Universidade Côte d'Azur (França). É membro do movimento Instance em Paris e do Corpo Freudiano – RJ (Brasil).

criança a partir da dinâmica descrita por Freud (1925/2006) em 1925 em seu texto sobre a denegação: o que é bom, eu quero retê-lo em mim, o que é ruim, jogá-lo para fora de mim. Já a pulsão anal teria as fezes como objeto, e nós temos aí uma inversão na relação entre o sujeito e o Outro. Isto porque, na pulsão oral, a criança solicita o Outro, a demanda é *para* o Outro, dito de outro modo, tem-se a satisfação de uma demanda pessoal. Enquanto que, na pulsão anal, nós temos uma inversão dessa relação, uma vez que a demanda virá *do* Outro e que será solicitado à criança responder a essa demanda. Como, por exemplo, quando suas fezes lhe são solicitadas quando ela vai ao banheiro.

Assim, em 1915, Freud (1915/2006) introduziu em “Pulsões e destinos de pulsões” o olhar como pulsão, e essa pulsão vai se detalhar em três tempos, três modalidades de expressão: a primeira modalidade seria uma posição passiva (ser olhado); a segunda (olhar) consiste em uma posição ativa; e, por fim, a terceira modalidade (se fazer olhar) considera, ao mesmo tempo, as duas primeiras modalidades, ou seja, ela visa provocar o olhar do Outro e buscar esse olhar do Outro. Lacan (1962-1963/2005), posteriormente, vai chamar essa pulsão de pulsão escópica e vai a ela acrescentar, justamente, a pulsão invocante, cujo objeto seria a voz e que envolve o que ele chamará de desejo do Outro.

O interessante dessa fórmula do desejo do Outro é que nós podemos aplicá-la nas duas direções, ou seja, o desejo que eu tenho do Outro, mas também o desejo que o Outro tem de mim. Aqui, nós já podemos ver surgir, emergir, aquilo que chamamos de especificidade da pulsão invocante. Para que a pulsão invocante possa se encerrar, ou seja, se fechar para, posteriormente, poder novamente se abrir e se relançar, ela precisa necessariamente da presença do Outro. Então, esses dois objetos pulsionais, que são o olhar e a voz, são bastante específicos e particulares na medida em que são objetos que podem se tornar apaixonáveis. Quando falamos, por exemplo, “foi só ouvir a voz dela que eu fiquei apaixonado” ou “na primeira vez que a vi, me apaixonei”, aí se encontram justamente essas pulsões.

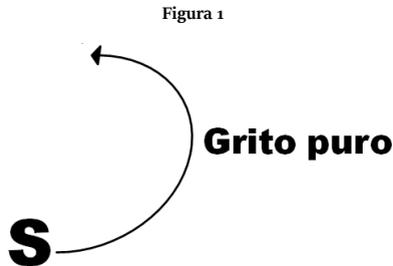
Outra característica importante é que esses objetos podem se tornar objetos do delírio, a voz e o olhar podem se manifestar através de alucinações auditivas e visuais. É a partir da questão das alucinações que, precisamente, Lacan vai se dedicar à questão da pulsão invocante, retirando-a, rapidamente, do campo da psicopatologia. Ele vai traçar a hipótese de que há um vínculo muito forte entre o objeto voz e o sujeito psíquico. Esta é uma das hipóteses que, posteriormente, Lacan veio a desenvolver e sustentar.

Para progredir nessa direção, recordarei como Freud (1895/2006) pensa o sujeito psíquico no “Projeto para uma psicologia científica”, de 1895, buscando entender como este se constrói na relação com o Outro, no encontro com o Outro primordial incarnado pelo o que ele chama de *Nebemensch*. Freud vai nos dizer, portanto, que uma parte do Outro primordial pode ser assumida pelas representações experimentadas no momento originário da constituição do sujeito. Entretanto, baseando-se na vivência do princípio do prazer, Freud indicará que há uma parte que resistirá a ser posta em representação. Para ser mais exato, há uma parte da experiência do encontro com o Outro que escapará à representação, e é isso o que Freud (1920/2006) situa, na década de 1920, com o que ele denominou como o mais-além do princípio do prazer. Segundo Freud, a raiz do supereu se encontra nessa parte que não pode ser assimilada e tratada pelas representações. Essa parte é, na verdade, intratável, no sentido puro da palavra, e dela se constitui o que ele nomeia como forma arcaica do supereu.

Por outro lado, Lacan vai defender, no final de seu ensino, que tudo que se encontra no real, tudo que está no caos primordial, não pode ser tratado pelo simbólico. Ou seja, não há uma superposição entre o real e o simbólico, havendo, assim, algo do real que escapa ao simbólico. Portanto, esse resto que fica padecendo – resto real que escapa ao tratamento pelo simbólico – é o que, na minha hipótese, vai orientar, no fundo, as escolhas do sujeito: o destino de cada um seria justamente a forma como tratamos esta parte que não foi simbolizada. E é aí que eu situo o supereu, como

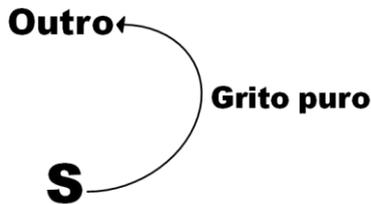
vocês poderão compreender, posteriormente, nas articulações que aqui proponho.

Continuarei agora apresentando um pequeno esquema sobre a constituição do sujeito em relação ao Outro. Freud aborda o surgimento da atividade psíquica no bebê indicando que, em um primeiro momento, o bebê se encontra em estágio de sofrimento extremo, ou seja, o estado de equilíbrio desaparece e ele é incapaz de encontrar sozinho o equilíbrio. Portanto, segundo Freud, nesse momento haveria o surgimento de um grito, de um berro. Neste primeiro momento, na verdade, tal grito não seria um chamado, ele seria apenas uma forma de tentar expressar e de colocar para fora do corpo esse sofrimento. Portanto, esse grito, esse berro, poderia ser chamado de um *grito puro*. Puro porque ele, simplesmente, é desconectado de qualquer sentido, sendo exatamente por isso que ele não é um chamado.



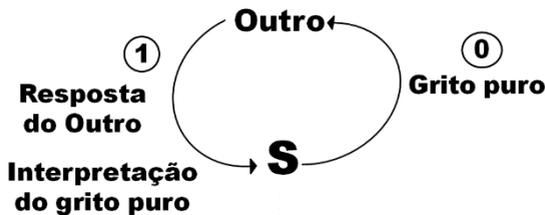
Assim, vocês podem ver no esquema desenhado no quadro um S – que nos remete ao sujeito e que eu poderia ter colocado um B de bebê ou um N de neném – e, nesse sujeito que acabou de nascer, brotaria um grito. Grito este que é a expressão do seu sofrimento no nascimento e que, como vocês podem ver, ainda não se dirige a nenhuma direção (Cf. Figura 1), ele não é endereçado a alguém. Espera-se, simplesmente, que ele seja irradiado para o mundo, tentando conseguir encontrar uma resposta, pois vocês sabem muito bem que, na maioria dos casos, se o neném for deixado sem cuidados ao nascer, ele está condenado a morrer.

Figura 2

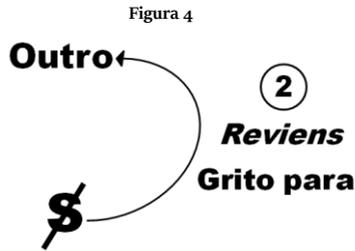


Felizmente, se tudo correr bem, esse grito vai ressoar na orelha do Outro (Cf. Figura 2) que cuidará dele. E, aqui, podemos dizer que ele está lidando com o primeiro tempo da pulsão invocante. Ou seja, é o momento em que o ambiente materno – a mãe ou o pai ou um substituto a eles – acolhe o grito e vai lhe atribuir um sentido. Isto porque é uma característica, uma função, dos pais dar um sentido a esse grito, muito embora ele não tivesse, na verdade, sentido algum, sendo uma pura expressão do sofrimento.

Figura 3



No entanto, como somos seres presos ao sentido, o próprio ambiente vai interpretar esse grito e lhe dar uma resposta (Cf. Figura 3). E, claro, essa resposta será “está com fome”, “está com frio”, “está carente”... Enfim, é claro que a resposta não é perfeitamente boa, porque, na verdade, nós não sabemos o que o neném está realmente querendo, mas, o que importa aqui é pensar que esta resposta, por ela existir, vai dar existência ao Outro.



O interessante nesse esquema é que a pulsão é colocada de modo que ela possa fechar o seu circuito. Para isso, ela precisa do Outro e da resposta do Outro, e isso é próprio, característico, dessa pulsão: a pulsão invocante é a única que depende de uma resposta do Outro para poder realmente se encerrar. É característico também da pulsão invocante, para que seu circuito possa se encerrar, haver uma outra volta, no qual o grito *puro* vai virar um grito *para*. A partir do momento em que houve uma primeira resposta por parte do Outro que interpretou esse grito, a Psicanálise traz a hipótese de que o grito puro será inserido numa demanda. Ou seja, a partir daí, esse grito puro se tornará um grito “para poder comer”, “para poder beber”, “para poder ser atendido” (Cf. Figura 4). Mas, retomando aqui o esquema da pulsão invocante, podemos dizer que temos no primeiro momento (Figura 1) a expulsão do estado de sofrimento e que, num segundo momento, ocorre o surgimento do parceiro que vai cunhar uma resposta (Figura 2). Por fim, nós teríamos uma série de surgimentos de ações e reações (Cf. Figura 5 e 6).

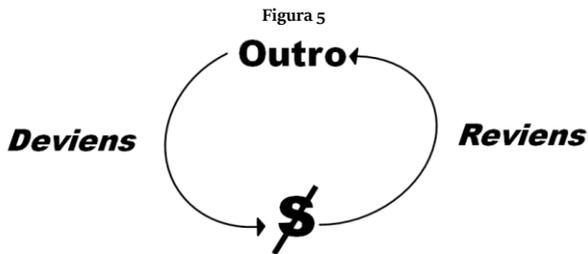
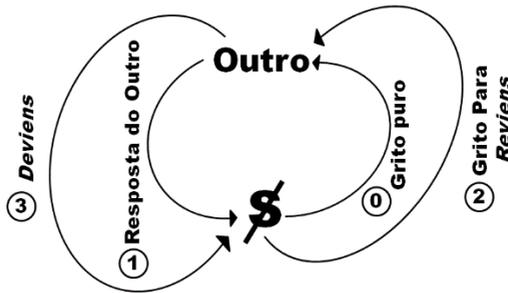


Figura 6

### Restauração da constituição do circuito da pulsão invocante



Podemos dizer que, a partir desse momento, o Outro vai dizer “Venha!” (“*Viens!*”) para o sujeito, enquanto que o sujeito vai dizer “Volte!” (“*Reviens!*”) para o Outro. E é a última proposta que nos interessa mais porque ela diz respeito justamente ao supereu. É a proposta que o Outro vai fazer ao sujeito e que se traduz como “Torne-se!” (“*Deviens!*”). Acrescento que trata-se, evidentemente, de um jogo de palavras no idioma francês entre *viens*, *reviens* e *deviens* (venha, volte e torne-se). Portanto, podemos dizer que a questão do *reviens* e do *deviens*, do *volte* e do *torne-se*, refere-se à injunção simbólica que o sujeito consegue do Outro. Na maioria dos casos, o ambiente materno cuida da criança, deseja que essa criança possa crescer – e crescer normalmente, se desenvolver normalmente... (Cf. Figura 6).

Esse esquema que vou mostrar para vocês é uma forma de ilustrar o aforismo freudiano encontrado nas “Novas Conferências Introdutórias sobre a Psicanálise”, de 1932 (Freud, 1932/2006), que lhes apresento em alemão: “*Wo Es war, soll Ich werden*”. Não vou traduzir imediatamente esta frase, sobre a qual nós psicanalistas modernos nos debruçamos e digladiamos. Na verdade, diversas escolas de Psicanálise chegaram a se separar em função das diferentes interpretações que deram a esse aforismo freudiano. Darei a vocês algumas traduções desta frase, com suas diferentes interpretações. A primeira foi feita na França: “*Le Moi doit remplacer le Ça*” - “O Eu tem que substituir o Isso”. Já podemos ver nela

uma certa orientação específica na qual o Isso é considerado como uma espécie de lagoa que teria que secar para, aos pouquinhos, ser ocupada. Na verdade, esta é uma orientação da Psicanálise americana, que tentaria criar uma grande força para o Eu.

É contra essa tradição que Lacan vai propor uma outra interpretação. Eu vou apresentar a vocês umas das interpretações que ele deu, que é a mais recorrente. “*Là où c’était, Je dois advenir*” - “Onde estava o Isso, o Eu deve se tornar”. O que é interessante é que a palavra *Ich*, que em alemão quer dizer Eu, foi traduzida por Lacan como o pronome pessoal Eu, como *Je*, que se refere ao sujeito do inconsciente, e não como *Moi*, que remeteria ao consciente, dando a ouvir uma conotação imaginária. Na verdade, essa contribuição de Lacan é muito importante porque é uma questão radical da Psicanálise. E podemos melhor interpretar esse aforismo se o situarmos no contexto em que ele surge, no final da terceira conferência de 1932. Neste momento, Freud se pergunta o que podemos, de fato, esperar como efeitos da Psicanálise. Ele indicará, então, que o propósito da Psicanálise consiste em fortalecer o Eu e torná-lo mais independente do supereu. Vocês podem ver que reencontramos aqui a questão do supereu.

Assim, a hipótese de Freud é que podemos esperar, no fim de uma análise, que o sujeito adquira um pouco de independência em relação ao supereu. Portanto, encontraremos aqui hipóteses que serão centrais e fundamentais no trabalho da Professora Ana Magnólia Mendes. A saber, que o supereu seria algo extremamente tirânico e que essa tirania se expressaria em vários campos, dentre eles, o campo do trabalho. Então, o supereu – e agora talvez vocês estejam começando a compreender a definição que dei no início da palestra – é aquele que se opõe ao mandamento ético que diz “Torne-se!”. Na verdade, o supereu seria aquilo que interrompe o desenvolvimento e o fechamento da pulsão invocante. Se, de fato, a injunção do Outro para o sujeito, “Torne-se!”, é uma injunção ética, poderíamos dizer que a manifestação do supereu seria, justamente, “Não torne-se!”, seria “Não insista!”, que se revela ser uma injunção mortífera. E todos nós temos bastante experiência para reconhecer em que

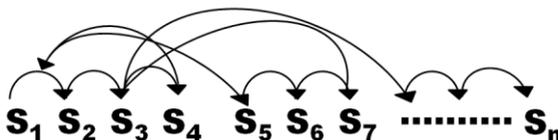
momentos o supereu nos diz “bom, não vale a pena”, “deixa para lá”, “não insista”.

Assim, poderíamos dizer que há no sujeito uma outra instância – o supereu – que teve acesso àquilo que escapou ao tratamento pelo simbólico da injunção ética do Outro, sendo deste resto intratável que o supereu fundará sua injunção mortífera. O supereu trabalharia justamente para tentar evitar o advento do sujeito, ele trabalha para que o advento do sujeito não aconteça. Portanto, a injunção do supereu é o que tenta interromper a possibilidade do sujeito advir, se tornar.

Após termos compreendido esse ponto, podemos avançar e apresentar uma definição de Lacan sobre o significante. O significante é aquilo que representa o sujeito para outro significante. Quando falo de significante, estou falando das representações, o que pode ser visto no esquema que lhes apresento e que representa a cadeia dos significantes, que chamamos de cadeia significante. Se tomarmos ao pé da letra a definição proposta por Lacan, veremos que um sujeito, portanto, não está nem aqui, nem ali, nem tampouco no significante 1 ( $S_1$ ), no significante 2 ( $S_2$ ) ou no significante 3 ( $S_3$ ), ele está na constante repetição e deslizamento de um para outro (Cf. Figura 7). Portanto, na perspectiva analítica proposta por Lacan, o sujeito não tem *locus*, não tem local, ele é utópico. Ele é utópico no sentido em que ele é, na verdade, uma função.

Figura 7

### A cadeia significante e a utopia do sujeito



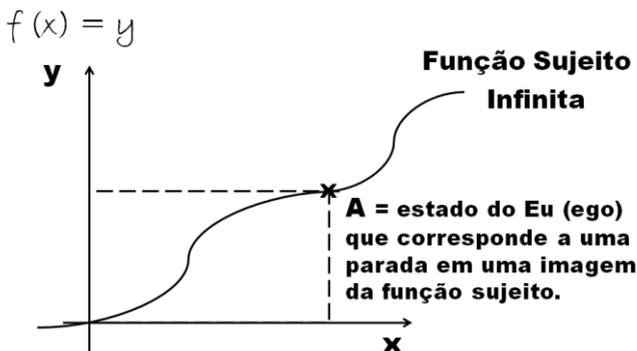
Se adotamos aqui uma função matemática, podemos dizer que o sujeito consiste no seu isolamento. Vocês sabem, todos, o que é uma função matemática, ela pode adotar qualquer tipo de forma. Na verdade,

na hipótese de Lacan, o sujeito não está nos lugares marcados no gráfico, e sim nessa tensão constante. O que Lacan propõe, portanto, é que o sujeito é algo que está em constante deslizamento, ele está se construindo constantemente (Cf. Figura 8).

Essa é a contribuição mais importante para compreendermos essa parada, essa interrupção, que vemos no Figura 8. Uma interrupção pontual na função do sujeito, indicando um estado do Eu que se pode vivenciar, sem que o sujeito fique ali localizado. A função do sujeito é infinita. Se tentarmos entender a articulação do sujeito, a articulação entre o pronome pessoal, e o eu, ou o Ego (o *moi*, em francês), assumiremos que o sujeito é uma função em constante porvir, em constante tornar-se. É justamente nesse tornar-se que o sujeito passa a existir, ao passo que o Ego, o eu, seria uma ficção. Ele é uma ficção na medida em que esse eu, Ego, repete ali uma série de sinais dentro dos quais eu tento me compreender, me ajustar. Buscar entender a constituição da identificação passa, exatamente, pela percepção de sinais: a idade que tenho, qual trabalho exerço...

Figura 8

### A função sujeito



Poder-se-ia dizer, portanto, que a função subjetiva é justamente uma tensão entre o sujeito e esse eu; na verdade, os dois são necessários. É claro que o Ego é importante na medida em que há o reconhecimento de uma série de sinais com os quais eu me identifico. Isso é importante, mas se

ficamos só do lado do eu, do Ego, então algo vai desaparecer e, aos poucos, se apagar. Isso é algo que encontramos com facilidade na clínica do adolescente. É bem fácil ver isso em um adolescente que, por exemplo, se baseia muito numa série de sinais para se apoiar no pertencimento a um grupo. E a etapa da adolescência evidencia um tipo de conformismo; o objetivo consiste, justamente, em não ser diferente do grupo ao qual se quer pertencer; portanto, essa dimensão diferenciadora do sujeito singular tende a desaparecer nesse contexto.

Retomando o que trouxe anteriormente sobre o supereu, é possível dizer, então, que o que ele visa é tentar dar trabalho para essa função sujeito. Na verdade, é muito difícil se tornar sujeito. O problema é que, se nos identificamos com alguma coisa – a idade ou uma profissão –, começamos a ter uma “ideia do que somos”. Está aí, precisamente, o trabalho do eu, do Ego, que nos propicia essa reflexão ou nos permite saber quem “nós somos”. O sujeito, na verdade, não sabe quem pode ser, ele está apenas num constante porvir, num constante tornar-se. Assim, ele vai ver o que vai acontecer a partir desse momento, justamente nessa tensão com o supereu. É a resposta àquela injunção simbólica “Torne-se!” e a resposta à violência praticada pelo supereu que diz “Não se torne!”.

Este é, digamos assim, todo o drama humano, e claro que isso vai se expressar na prática clínica, pela via da neurose, da psicose... mas também vai se expressar no cotidiano, no dia-a-dia. É preciso tentar compreender o que leva hoje um sujeito a não estar mais à vontade no espaço que ocupa, o que o leva a buscar um mestre, um tirano, um chefe, e até mesmo aceitar, com uma certa cumplicidade ou até deleite, se deixar tiranizar. Isso, infelizmente, é algo que se encontra com frequência. Na verdade, nos deparamos com pessoas que vêm se consultar e expressam situações extremamente violentas. Tais pessoas estão, de fato, perdidas. Mas o que é interessante pensar é que se esse tirano, esse mestre, exerce tamanho poder sobre nós é porque ele encontra em nós um aliado poderoso, que é o supereu.

Quando o mestre está na posição do supereu, esse mestre terá um discurso: “ah, isso aqui é uma merda”, “você não entregou isso”, “isso está totalmente ruim”, “isso não vale nada”... Ocorre que há uma parte do sujeito que concorda com isso, e é isso que dá poder ao tirano. O problema é que o tirano encontra em nós mesmos um aliado contra o qual estamos lutando e do qual tentamos nos livrar. Tem uma piada engraçada que a gente costuma contar no ambiente psiquiátrico na França, eu não sei se talvez vocês a conheçam aqui no Brasil. É a história da galinha e do louco. Um louco que acredita ser um grão de trigo. Ele está sendo atendido num hospital psiquiátrico e é tratado com muito sucesso, já que, em poucas semanas, se convence de que não é um grão de trigo. Então, ele sai do hospital psiquiátrico, dá alguns passos e se depara com uma galinha, uma galinha que o olha fixamente, não dizendo nada, claro. E, nesta hora, o louco sai correndo, ele corre para o hospital psiquiátrico e bate na porta pedindo: “Pelo amor de Deus, abra a porta para eu poder entrar novamente”. Daí, o psiquiatra que o atende lhe pergunta: “O que está acontecendo, você saiu daqui bem. Você sabe, doravante, que não é um grão de trigo”, ao que o louco responde: “Eu sei, mas será que ela sabe?”.

Poderíamos dizer que, tipicamente, essa é a função do supereu, é um olhar silencioso imposto pela galinha, é, na verdade, o olhar que está nos observando constantemente e que nos julga da forma mais terrível possível. Todos nós temos experiências de vivências íntimas e experiências nas quais o olhar que nós temos de nós mesmos é muitas vezes mais violento do que o dos outros. Então, poderíamos dizer que o supereu é isso, um olhar silencioso que julga constantemente o sujeito, o colocando no banco dos réus, e que identifica nele essa dimensão do grão de trigo.

De fato, se a galinha tivesse falado “hum, que grão de trigo bonito”, o louco poderia ter argumentado “espera aí, minha senhora, eu não sou um grão de trigo”. Mas, justamente, a questão é que a galinha não fala, e é exatamente por isso que o sujeito se encontra aí completamente desamparado: não há resposta possível diante do supereu humano, há somente esse julgamento terrível e irrecorrível contra o qual o máximo

que o sujeito pode fazer é tentar resolver. “Tudo bem, eu sou um grão de trigo, mas não apenas”.

Por certo, esse é realmente o poder do funcionamento do supereu: em cada um de nós há também um grão de trigo, em cada um de nós existe alguma coisa que ainda está no campo do *incriado*, ou seja, do que ainda não foi criado, do que ainda não adveio, do que ainda não aconteceu, e o supereu aponta justamente para esta dimensão. O supereu extrai toda sua força e seu poder da imensa capacidade que tem de identificar em nós esse espaço do *incriado*. Se tentamos olhar e situar isso no campo do trabalho – e o faço com um certo distanciamento, por não ser a minha especialidade – poder-se-ia dizer que o sujeito que se encontra em situação de fracasso, de grande sofrimento no trabalho, é aquele que vai encontrar a galinha dele, a identificando, talvez, na figura do chefe, do superior ou quem vocês quiserem. E que vai, a partir daí, utilizar o funcionamento habitual do neurótico, já que, quando a pessoa é neurótica, na maioria dos casos, ela está sempre se colocando em questão, “será que eu fiz certo?”, “será que é assim mesmo?”, “será que é isso?”. E, se nós tivermos a sorte de ter o supereu muito violento, ele vai passar o tempo todo verificando se a gente “fez certo”: “será que foi esse o momento?”, “será que aconteceu alguma coisa?”.

Na maioria dos casos, quando não lidamos com chefes excessivamente monstruosos, o próprio chefe nos dá a solução: “está bom”, “você deve ter feito certo”. Só que, às vezes, nós encontramos uma galinha e, aí, a galinha começará a gozar de seu poder sobre nós. Acontece que a galinha se identifica muito bem com o estado de dúvida do neurótico; a galinha vai chegar e vai dizer: “você tem certeza que o dossiê número dois está pronto, está certinho?”, “Não, deixa eu ver isso, deixa eu ver se está certinho”. E chega o dia em que a galinha está certa e o dossiê número dois não está bom, e, aí, tudo pode desmoronar. O sujeito que estava, até então, bem equilibrado vai desmoronar neste momento.

Vemos, então, como isso se desencadeia de forma extraordinária. É aqui que se vê como é que se monta e se implementa a questão do assédio.

Esse é, exatamente, o momento no qual a galinha identifica a dimensão de grão de trigo que há no sujeito. Temos, diante disso, duas possibilidades de reação: a primeira é “tá beleza isso acontecer”, ou, então, a galinha vai persistir, vai começar a assediado o sujeito. Com isso, o sujeito vai se enclausurar na dúvida, “será que fiz isso aqui direitinho?”, e, acabou, ele não se sentirá mais no direito de errar diante da galinha. Na verdade, o problema é que quanto mais a gente verifica, mais a angústia cresce, e, com isso, mais erros serão cometidos. Com isso, outros erros vão aparecer e a galinha vai se tornar cada vez mais violenta, monstruosa e perseguidora.

É nisso que, acredito, o atendimento clínico dos pacientes em condição de assédio pode ser interessante. Por quê? Porque o sujeito assediado é um sujeito que só se vivencia como receptáculo ou receptor da ofensa do Outro, do insulto do Outro, “isso está uma merda”. O momento vai se tornar tão doloroso que pode chegar ao ponto do sujeito não ter mais o direito à palavra, ou seja, dele não mais conseguir ter a palavra. Sabemos e conhecemos os riscos reais dos sujeitos que vivenciam assédio, riscos de passagem ao ato, inclusive de suicídios. Relatei a um jornal francês o caso de uma pessoa que tentou ser ouvida, sem conseguir, e que acabou passando ao ato, se suicidando, inclusive, no local de trabalho. Infelizmente, são eventos que acontecem com certa frequência.

A hipótese que estou tratando aqui é a de que, em situações de assédio no trabalho, o sujeito teria perdido o acesso à dimensão invocante do Outro, encontrando-se apenas na posição de receptor da violência do Outro, o que faria desaparecer a possibilidade de tomar a palavra. Na verdade, num primeiro momento, no caso do sujeito assediado, ele tem uma queixa. E essa queixa é importante na medida em que é uma tentativa de poder resistir através da palavra. No momento em que a queixa desaparece – momento em que o sujeito não tem mais recursos –, desaparece igualmente a possibilidade de recorrer à palavra para poder existir. Na verdade, é claro que é neste momento que o risco de passagem ao ato e de suicídio é mais significativo.

Então, se entendi bem, o dispositivo implantado aqui na UnB (Universidade de Brasília) consiste na possibilidade de atender esse sujeito que não pode mais responder ao assediador, oferecendo-lhe a possibilidade de encontrar através da prática clínica alguém que o escute, permitindo que ele possa realmente tomar a palavra e ser escutado. De fato, uma das queixas ou reclamações principais por parte do sujeito que está nessa situação é de que ele não está sendo compreendido ou ouvido, que as pessoas não escutam ou entendem o que ele está dizendo. Assim, o dispositivo o clínico substituirá o perseguidor, ou seja, ele colocará em cena um outro que zelaria pelo bem da pessoa. Portanto, este outro seria aquele que poderia atender, receber a palavra e a voz de queixa do sujeito, mas que, ao mesmo tempo, e este é um elemento muito importante, seria igualmente aquele que, a partir da escuta, lhe permitirá perceber que ele mesmo está envolvido na situação de assédio.

Ninguém está dizendo que a pessoa que está sendo assediada é responsável, culpada por esse assédio. Não, nós não somos culpados por encontrar galinhas pela vida, mas somos, sim, responsáveis por tudo aquilo que seríamos capazes de fazer diante dessa situação. E é isso que o sujeito vai poder descobrir na situação clínica. Na verdade, ele descobrirá que, se ele atribui tanta importância a esse tirano e a esse chefezinho galinha, é por estar intimamente convicto – não apenas, mas também – de que ele é esse resíduo, esse dejetos que o tirano lhe está mostrando. Esse é um momento extremamente importante no qual o paciente é capaz de se dizer que, de fato, ele também fraquejou, ele também apresenta falhas.

É muito importante também, subjetivando esse processo, o momento no qual o paciente reconhece que essa violência é a violência que ele já exerce contra si mesmo, é a presença do supereu. E, embora esta formulação possa parecer um pouco chocante, às vezes é mais fácil reportar-se ao tirano e lhe atribuir a responsabilidade de tirano do que reconhecer que nós mesmos somos nossos próprios tiranos. O trabalho clínico, justamente aquele que seguiria a proposição de Freud (1932/2006) em seu texto de 1932, seria permitir uma nova negociação com o supereu

para que o sujeito não seja mais apenas a sua vítima. Uma vez que o sujeito entendeu isso, muitas vezes, a relação com o tirano se altera, e ela é alterada de forma essencial, no sentido de não se ter mais medo. Assim, quando esse sentimento de medo perante o superior ou tirano – o Outro tirano – desaparece, claro, seu poder é diminuído.

Eu poderia ainda falar muito, sou naturalmente falador, mas vamos parar por aqui. É, mais ou menos, o que queria dizer a vocês. Vamos fazer uma pausa, e, em seguida, voltaremos com as perguntas e respostas. Muito obrigado a todos. [Aplausos]

## Debate

**Ana Magnólia Mendes (debatedora):** Vamos passar a palavra para o público e eu apenas gostaria de trazer uma questão que já discuti largamente com o professor, mais para dar início à nossa reflexão, que é: “que sujeitos o trabalho tem construído hoje?”. E, aí, eu acrescentaria: “quem são essas galinhas?”. Nós já sabemos quem são elas. Mas quantas galinhas estão sendo construídas para além das galinhas que nós mesmos construímos, considerando esse modelo neoliberal de gestão que está sendo, hoje, implantado largamente em diversos estágios do trabalho? Uma segunda questão – mais geral, mais genérica, apenas orientadora, não sendo necessariamente para o professor responder e, sim, para poder abrir o debate, porque é uma questão que nos inquieta: “quem é esse sujeito do trabalho e qual é o trabalho do sujeito?”. É a pergunta inspiradora do nosso projeto de escuta e que, teoricamente, guia os nossos atendimentos clínicos, além de, claro, toda a teoria da pulsão invocante que o professor Jean-Michel me inspirou profundamente para chegar até aqui.

**Daniela Chatelard:** Quando você estava falando da pulsão invocante, eu fiquei pensando na pulsão escópica, nessa relação... Será que você poderia falar um pouco mais sobre como podemos pensar que a pulsão escópica também daria essa outra volta, um apelo ao Outro, o próprio sujeito, como seria essa nuance?

**Participante 1:** Eu gostaria que você falasse um pouco sobre a questão da culpa, sobretudo no assédio. Na situação de assédio.

**Participante 2:** Gostaria, primeiro, de parabenizar o professor, que fez um recorte perfeito. Mas eu fiquei pensando no contraponto, que é a questão da cooperação e da competitividade. E, aí, eu me lembrei que ele dizia assim, o assédio não é uma coisa nova. Temos, por exemplo, a história da escravidão, mas as pessoas não adoeciam. O que faz as pessoas adoecerem? Exatamente porque existia antes a solidariedade, e, hoje, não temos mais, as pessoas estão isoladas, sozinhas. Então, assim, esse recorte parece ser um recorte muito mais individual. Como podemos entender, nesse esquema, a questão da coletividade?

**Jean-Michel Vivès:** Então, vou começar falando sobre a culpabilidade. De fato, a questão da culpa é uma questão diretamente articulada ao assédio. Freud identificou a questão da culpa apontando que ela é vivida conscientemente, na verdade, de forma bastante precoce. Porém, o sujeito pode correr da culpabilidade, vivenciá-la e se experimentar doente. Lacan (1959-1960/1988), no seminário intitulado “A Ética da Psicanálise”, propôs a seguinte formulação, que, como de costume é uma fórmula bastante enigmática: “A única coisa da qual se possa ser culpado, pelo menos na perspectiva analítica, é de ter cedido de seu desejo”.

O que isso quer dizer? Exatamente o que eu expliquei há pouco sobre a questão do devir, do advento do sujeito. Ou seja, estar lutando com aquilo que nos orienta é uma questão do devir. Todos nós sabemos muito bem disso. Quando perdemos contato com esse devir, na hora em que a ele renunciamos, na hora em que obedecemos mais a ordem do supereu que diz “pára!”, “chega!”, o que vivenciamos neste momento é justamente a culpa. É o momento no qual vivenciamos a renúncia daquilo que compõe nossa subjetividade. Portanto, é o momento em que renunciamos a nos tornar e, claro, é sempre um momento muito doloroso, um momento que todos vivenciamos em um dado momento da vida. Assim, quando nos

submetemos à injunção do supereu, de fato, nos encontramos nessa situação.

Eu sempre encontrei essa culpa em todos os pacientes que escutei que se encontram em situação de assédio. É surpreendente, mas, por quê? Eles não deveriam se sentir culpados, já que o sacana é o outro; eles são a vítima, não o culpado. Se o sujeito é culpado de algo, podemos dizer que ele é culpado, sim, de aceitar que o outro se coloque na posição de supereu e de ter aceito essa posição. Disso, sim, ele é responsável, claro.

**Participante 3:** Então, imagino que o trabalho da Clínica do Trabalho seria trabalhar essa questão da culpa.

**Jean-Michel Vivès:** Sabe, o sentimento de culpa é paradoxal. As pessoas que foram abusadas, que sofreram abuso – é estranho também, como se poderia dizer de uma criança que foi vítima de agressão sexual, que foi, portanto, vítima do perverso –, na hora em que elas voltam a essa cena, o que elas nos entregam, o que elas expressam, não é tanto um sentimento de vergonha, mas, sim, de culpa. É a mesma coisa, a culpa que elas sentem, de uma forma terrível, é pelo fato de terem se sujeitado. Dito de outra forma, nós somos culpados de desistir de nós mesmos quando o dever nos manda insistir. Essa é a questão da culpa.

É verdade que, durante muito tempo, existiram estruturas que permitiram o compartilhamento de certas vivências que, de certa forma, permitiam trabalhá-las e escoá-las. Essa dimensão de escoamento, às vezes, parece estar desaparecendo atualmente, assim como a questão do apoio, na medida em que as relações sociais são mais individualistas e o que se tem decidido fazer – o fato de que não existam hoje tantas estruturas de escoamento como havia no passado, sejam o grupo familiar ou o social – leva o indivíduo a se encontrar sempre sozinho frente a essa situação.

Efetivamente, a dimensão do assédio moral não é recente, pelo contrário, infelizmente. Mas vamos pegar a situação do século XIX. Poder-se-ia dizer que os movimentos políticos e sindicais estavam fortes e bem estruturados. É verdade que o movimento operário era muito assediado

pela demanda do patrão, mas, ali, havia um grupo que permitia esse escoamento de forma bem pronunciada. Bem, na França, pelo menos. E eu imagino que, no Brasil, o sindicato não tem mais existência, melhor dizendo, não tem mais nenhum poder. As organizações profissionais estão sumindo, portanto, não estamos mais lidando com grupos que permitam a percepção recíproca e a entreatada; nós estamos, muito mais, lidando com somas de individualidades.

Na verdade, haver dispositivos, como esses da UnB, é o sinal da necessidade de responder à falta de espaços no qual o sofrimento poderia ser escutado. Então, podemos imaginar que, se existisse uma atividade sindical forte, uma atividade militante, esse sofrimento poderia ser tratado em outros espaços, em outros locais. Por certo, nós temos aqui uma resposta à questão que me foi colocada e o que vemos é uma resposta individual a um sofrimento que não é mais do grupo e, sim, do indivíduo. Então, claro, no momento em que a consciência do grupo é diferente – e hoje nós temos uma questão difusa da questão do pertencimento ao grupo –, essa identidade social e profissional também será difusa. A resposta, hoje, só pode ser a que constatamos na clínica. Espero ter respondido a sua pergunta, não tenho certeza.

**Participante 4:** Acho que a minha questão é: como é que ficamos, nós que trabalhamos nas instituições: dirigimos nosso olhar para o indivíduo ou podemos, e como, atuar dentro das instituições? O sofrimento, vamos dizer, não é só daquele que está sendo assediado, mas também no sentido de poder combater essa situação de assédio com o fortalecimento de grupos de apoio.

**Jean-Michel Vivès:** Na verdade, isso nos faz voltar à questão de como se livrar das galinhas ou, na impossibilidade de se livrar delas, de pelo menos saber como fazer para que elas não sejam tão violentas. Vocês entenderam que eu não sou especialista do campo de trabalho, mas do campo da *expertise*. A hipótese que eu faço aqui – e o ponto importante é que ela parte do trabalho na clínica, com os pacientes – é que, na verdade, o tirano assediador encontra o seu poder, a sua força, no fato de que, aos

pouquinhos, o sujeito se isola. E por que ele se isola? Ele se isola porque ele é poupado, mas, também e, principalmente, porque ele tem vergonha.

Vocês pensaram que vergonha e culpa são duas modalidades afetivas que, *a priori*, não têm nada a ver uma com a outra. Na verdade, nós somos culpados quando renunciamos; quando temos vergonha diante do olhar do outro, pensamos no que o outro poderia ver do fato de não sermos completos, de nossa incompletude. Ou seja, sempre temos alguma vergonha em relação ao social. De fato, quando o sujeito se coloca na posição de assediado, ele tem uma grandíssima dificuldade de compartilhar isso com os seus colegas, porque ele vai se dizer mentalmente “mas, se eu contar isso, será que o outro vai achar que a galinha tem razão?”, “será que eu realmente não sou bom?”. E, aí, há realmente alguma coisa que reduz o campo pessoal do sujeito, nessa dupla direção da culpa e da vergonha, e que circunscreve, portanto, o poder da galinha.

Assim, possibilitar a circulação da palavra me parece ser a resposta mais pertinente a se implementar, porque os pacientes que eu atendo que estão em situação de assédio moral não têm nem mesmo a coragem – não sei se devemos falar em coragem –, não têm nem a possibilidade de falar sobre o que estão vivenciando com os seus colegas, o que é excessivamente dessubjetivante. Eu me dei conta que, na maioria dos casos, quando eles tiveram a possibilidade de compartilhar o que estão vivendo com os colegas, estes podem dizer “ah, pois é, caramba, cara, rolou isso comigo também”, “aconteceu com fulano, com sicrano”... E, com isso, vai se criar a possibilidade de uma identificação de um para o outro em relação a este assédio moral. Vocês podem ver que o que é importante aí que é que o sujeito não está mais sozinho sendo aquele objeto ruim, aquele que não consegue, mas, sim, ele passa a integrar a lista das vítimas.

Então, eu diria que a resposta mais pertinente – que não é sempre fácil de se implementar – consiste em fazer com que a palavra possa circular e que o sujeito não passe mais vergonha. A vergonha é um sentimento extremamente desagradável, todos nós a vivenciamos em um

dado momento, e nós conhecemos o poder de destruição da vergonha. Portanto, o tirano, o assediador, ele está apostando na verdade disso, ele sabe que o sujeito assediado vai ter vergonha de falar sobre o que está vivenciando, e isso é uma forma dele isolar o sujeito. Assim, para responder a pergunta de como se livrar das galinhas, bom, a verdade é que não há solução ideal. Podemos circunscrevê-la a partir do momento em que as pessoas que são assediadas compartilham as suas experiências. Não será mais o caso do assediado isolado. Nós podemos imaginar uma situação na qual a galinha fique isolada; devemos buscar derrubar essa dialética do sujeito assediado e invertê-la, tentando, portanto, isolar o assediador.

**Ana Magnólia Mendes:** Eu vou fazer só um complemento à resposta do professor Jean-Michel Vivès, porque me sinto convocada a participar da resposta do colega, até falando do lugar de psicólogo do trabalho. Bom, eu acho que ficou muito claro qual é a saída, a saída é efetivamente essa situação da palavra, e tudo que o professor disse é o que nós estamos fazendo, estudando etc. Só que nós temos um problema, que não é agora nesse fórum que nós vamos discutir, que é o seguinte: o que é que a Psicologia Organizacional está fazendo, estudando? Quais são os paradigmas, quais são as epistemologias que estão regendo as ações dentro do contexto organizacional? É para circunscrever as galinhas ou é para criar novas galinhas?

Então, eu acho que vale a pena os psicólogos, especialmente os que estão aqui presentes e que se identificam como psicólogos organizacionais ou do trabalho – eu me identifico como psicóloga do trabalho e tenho clareza de tudo isso que está sendo aqui debatido – terem claro que, infelizmente, o nosso projeto não é em função desse trabalhador não ter o espaço dessa fala. Mas a minha questão é: existe realmente, é possível ter esse espaço dentro de uma instituição em que a relação de classe, a relação de captar o trabalho, é mediada por um Estado, pelo governo (e atualmente, vivemos uma ditadura civil)? Então, no Estado brasileiro que nós temos hoje, com um governo de ditadura civil, a relação

capital/trabalho é absolutamente retirada dos espaços, inclusive, das organizações públicas, porque o Estado é o cúmplice maior da manutenção dessa desigualdade e dessa relação de luta de classe.

Como é que nós vamos abrir espaço de palavra dentro das organizações? O que vamos fazer com as galinhas, se elas estão sendo produzidas pelas próprias empresas e, às vezes, infelizmente, pelos próprios colegas e pelos próprios paradigmas que a Psicologia Organizacional do Trabalho usa – paradigmas de clara influência da Psicologia Positiva, que postulam o lugar ideal da felicidade?

Então, não é para responder, é uma reflexão, é uma questão que nós vamos discutir na disciplina Psicologia do Trabalho, articulando-a com a Psicanálise, que é o que nós estamos trazendo hoje. Mas eu precisava realmente fazer essa colocação sobre como o contexto atual em que estamos inseridos faz uma diferença sobre como nós nos sentimos, grãos ou galinhas, e, enfim, sobre como nós vamos atuar. Então, era isso.

**Jean-Michel Vivès:** Vou terminar com a pergunta da Daniela Chatelard, se vocês estiverem de acordo. Para lembrar a pergunta, se tratava da articulação da pulsão invocante com a posição do supereu. A questão teórica é extremamente delicada e complicada, mas eu vou tentar responder de forma simples, dirigindo-me aos meus colegas psicossociólogos, mantendo um certo rigor. O que é interessante na questão do supereu é que ele é vivenciado numa direção dupla, que é a questão da voz e a do olhar.

Isso do olhar profundo, que todos já vivenciamos, e que é esse olhar deslocado, olhar que franze e que é o olhar negro, olhar que se torna fixo. Isso é muito importante. E é preciso diferenciar o olhar e a visão. A visão é algo descontínuo. Recorrendo aos estudos de Fisiologia, percebemos que nosso olho, ao ver um obra ou uma imagem, está constantemente fazendo pequenos movimentos. Então, na verdade, contrariamente à questão da visão, que é descontínua, o olhar, quanto a ele, diz respeito à dimensão do contínuo.

Para pensarmos o que é específico à questão do olhar, temos que considerar, por exemplo, o olhar do cego. Quando o cego nos olha, vivenciamos um sentimento extremamente perturbador e inquietante, é que ele está olhando para nós sem nos ver. Ou seja, é interessante porque podemos olhar sem ver, e é justamente o que poderíamos chamar de dimensão escópica do supereu. Da mesma forma que não conseguimos escapar do olhar do cego, já que ele não nos vê, não havendo, assim, para onde fugir para escapar deste olhar, o mesmo acontece com o olhar do supereu. Não há lugar para o qual possamos fugir para escapar do olhar do supereu.

No que diz respeito à voz, é preciso lembrar a relação da voz com a dimensão acústica do supereu, já que podemos identificar que há, de fato, algo da ordem da dimensão vocal na constituição do supereu. Um elemento extremamente importante é a afirmação freudiana (Freud, 1923/2006) de que o supereu é a introjeção, a incorporação, das palavras e vozes vindas do exterior.

Há um personagem que eu adoro na história da Psicanálise que é Theodor Reik, um psicanalista muito interessante que escreveu uma obra sobre o supereu que se chama “A necessidade de confessar: a psicanálise do crime e do castigo” (Reik, 1997). Nela, Reik conta uma anedota em que seu filho lhe pergunta: “papai, será que todo mundo tem vozes na cabeça?”. O que é interessante é que ele não está dizendo que ele está ouvindo vozes, ele está relatando que lida com essas vozes que mandam o que ou não fazer, “você deveria fazer isso, deveria fazer aquilo”. Então, Reik lhe pergunta “do que você está falando?”, e, aí, o menino explica, “de noite, por exemplo, quando eu vou me deitar e brinco com meu *gambi* – é assim que ele chama o próprio sexo –, ouço uma voz dizendo ‘pare!’; então, se eu continuo, eu ouço essa voz me dizer ‘pare!’ com mais insistência”. Daí, ele pergunta ao pai: “será que todo mundo tem essas vozes na cabeça que manda a gente parar de fazer as coisas?”. Reik tranquiliza o filho e diz “sim, claro, todo mundo tem”. Mas o que é genial é que, nesse momento, o filho, um garotinho de sete anos apenas, diz que essas vozes, na verdade,

são um sentimento dentro de si em relação ao sentimento de uma outra pessoa, com as palavras de outro. Esta anedota demonstra de forma notável a definição vocal do supereu.

Por outro lado, em relação à dicotomia “dentro/fora”, ou “interno/externo”, Lacan propõe pensarmos as coisas de forma muito mais complexa. Por exemplo, há coisas que estão dentro de mim, mas que me conectam com o outro no exterior. O interessante no supereu é que ele remete, tipicamente, a essa atividade. Já ficou bem claro que, em Freud, o supereu são injunções que eu recebo do exterior, de fora, e que eu vou concentrar dentro de mim.

O que vai dar poder ao supereu é que ele é o olhar que escuta, é o olhar que fala. A articulação entre olhar e escuta é o fato que o olhar escuta, e isso não seria no sentido do olhar como atendimento, como acolhida. Não se trata aqui de um olhar no qual se é bem-vindo, não é um olhar acolhedor, não é um olhar que acolhe, mas sim um olhar que destitui o sujeito, um olhar do qual nada escapa. Normalmente, é isso que vai lhe dar todo o seu poder e, também, o fato de se tratar de um olhar que fala. Isso quer dizer que é um olhar que critica o sujeito, um olhar inquisidor. Para mim, o que é interessante é que o supereu é a figura do inquisidor. A grosso modo, o inquisidor diz “tudo bem, você pode estar errado, errar é humano, mas você não tem o direito de persistir, de ter perseverança”. E essa é justamente a função do supereu; o supereu é aquele que visa nos derrubar, é aquele que nos diz “eu sei tudo de você, e nada me escapa”, e, a partir daí, toda fala do supereu está caracterizada exatamente por essa *dessuposição*, destituição, desqualificação.

Nós, como clínicos, traçamos a hipótese de supor o sujeito – porque estamos supondo esse sujeito e ele poderá advir através do sintoma, da angústia –, ao passo que o supereu o dessupõe, visando evitar que o sujeito advenha, que ele se torne ali onde ele deveria. Para tanto, ele tem duas estratégias. A primeira, o olhar absoluto, o olhar da medusa, do qual não se pode escapar. Um olhar cuja experiência, como eu dizia ainda há pouco, é vivenciada por todos nós. A segunda estratégia passa pela voz, e é

justamente aí que a articulação entre o olhar medusante e a voz insultante visa derrubar o sujeito e fazer com que ele desapareça. Por isso, Lacan sempre dizia que tratar o supereu no momento da cura era uma coisa das mais remotas, porque esse é o nosso pior inimigo, já que, como clínico, é no supereu que implantamos o nosso tratamento.

**Participante 5:** A minha questão é que eu gostaria de pedir uma definição de culpa e de vergonha e das relações delas com o supereu, respectivamente.

**Jean-Michel Vivès:** Eu teria que dedicar várias horas a essa questão da articulação entre culpabilidade e supereu. O que eu posso falar, a grosso modo, é que a culpa é um remédio simbólico, é algo que trabalha na questão do desejo a partir do momento em que eu cedo, em que eu abro mão dela. Por outro lado, a vergonha está ligada ao imaginário, no momento em que eu meço a distância existente entre o que eu vivencio ser e aquilo que eu deveria ser.

Aqui, vocês podem ver como essa questão da culpa e da vergonha poderia encontrar a questão do supereu. Elas poderiam ser os dois lados, as duas facetas, do supereu: a culpa se situando do lado do ideal do eu, enquanto que a vergonha se situaria do lado do eu ideal. Essa é, então, a pista para você poder progredir; você pode procurar mais, especialmente, no Seminário 2, “O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise”, quando Lacan (1954-1955/1985) desenvolve toda questão do imaginário, da tópica do imaginário. E, quanto à tópica do imaginário, Lacan foi muito preciso no que concerne o ideal do eu e o eu ideal.

**Participante 6:** O que, como um artesão da palavra, faz o sujeito emergir na sua singularidade e o encoraja a espiar o que está por dentro?

**Jean-Michel Vivès:** Bom, eu vou falar muito rapidamente, mas você vai compreender, também rapidamente, que, quando o supereu nos atribui um local, um local público, e diz algo como “é isso aqui”, “o grão de trigo”, “uma merda” ou “o fracassado”, o clínico tem que desidentificar o paciente dessa posição de dejetivo. É esse o trabalho do clínico, e é verdade que é aí que se trava uma luta extremamente desigual entre o supereu e o

clínico, porque o supereu dá uma informação real sobre o sujeito, ao passo que o clínico só está dizendo “tá, mas não é só isso”, ele está retomando uma possibilidade, colocando a perspectiva de se vivenciar como outro.

Tem uma frase famosa do poeta francês Arthur Rimbaud que diz “*Je est un autre*”<sup>3</sup>. Nós temos um problema para traduzir isso, porque, se a traduzirmos em português como “eu sou outro”, fica parecendo que está bem, mas, em francês, não está. Ocorre que esse erro gramatical que existe em francês, e ele nos chama a atenção, ele evidencia, realmente, que não há uma superposição entre o eu, Ego, e o eu, pronome pessoal.

A tradução mais adequada em português seria, portanto, “Eu é um outro”. Assim, quando eu digo “eu”, pronome pessoal, “é um outro”, isso indica que, de fato, eu não sei quem ele é. E isso é extremamente diferente da posição do superior nos casos de assédio. Quando ele diz exatamente o que você é, “grão de trigo”, o sujeito vai ouvir que ele só existe no dever e sem devir possível. É por isso que Lacan utilizou a noção de existir, mais exatamente de *ek-sistir*. O termo existir é composto pelo prefixo grego *ex*, que quer dizer “para fora”, e *ister*, que remete à “parada”. Ou seja, existir remete a se manter fora de si, se manter à frente de si, enquanto que o supereu nos propõe desistir de nós. É isso, muito obrigado.

## Referências

- Freud, S. (2006). Proyecto de psicología. In *Obras completas* (Vol. 1, pp. 323-446). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1895[1950])
- Freud, S. (2006). Pulsiones y destinos de pulsión. In *Obras completas* (Vol. 14, pp 105-134). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1915)
- Freud, S. (2006). Más allá del principio de placer. In *Obras completas* (Vol. 18, pp. 1-62). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1920)
- Freud, S. (2006). El yo y el ello. In *Obras completas* (Vol. 19, pp. 1-66). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1923)

- Freud, S. (2006). La negación. In *Obras completas* (Vol. 19, pp. 249-258). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1925)
- Freud, S. (2006). Nuevas conferencias de introducción al psicoanálisis. In *Obras completas* (Vol. 22, p. 74). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1932[1933])
- Lacan, J. (1985) *O Seminário, livro 2, O eu na teoria de Freud e na técnica da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1954-1955)
- Lacan, J. (1988). *O Seminário, Livro 7, A ética da Psicanálise* (p. 382). Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1959-1960)
- Lacan, J. (1998). *O seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise* (p. 102). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1964)
- Lacan, J. (2005). *O Seminário, Livro 10 - A angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1962-1963)
- Reik, T. (1997). *Le besoin d'avouer: psychanalyse du crime et du châtement*. Paris: Payot.
- Rimbaud, A. (2009). Lettre à Paul Demeny, 15 mai 1871. In *Œuvres complètes* (pp. 343-344). Paris: Gallimard.

## Capítulo 6

### **Figuras históricas, vidas psíquicas e racionalidades políticas da indiferença <sup>1</sup>**

*Eric Hamraoui <sup>2</sup>*

*Um homem não pode viver verdadeiramente sem ser cidadão e sem resistir.*

*Indiferença é abulia<sup>3</sup>, parasitismo e covardia.*

Antonio Gramsci

Nesta presente contribuição, iniciadora de uma reflexão mais ampla a ser perseguida no tempo vindouro, sobre a questão da indiferença, proponho-me voltar ao sentido e às figuras históricas desta, as quais lançam luz sobre a indecisão por vezes existente entre ela e aquilo que chamamos de coragem. Este último equívoco coloca um problema de natureza ética, política e ecológica: o da definição de uma coragem que aparece tão inseparável da indiferença quanto a sombra o é da luz; o de uma coragem praxica na origem da aceitação alegre dos efeitos devastadores da industrialização associada à ideia de progresso (Fressoz, 2012). Em segundo lugar, nos debruçaremos sobre a definição de ilusões próprias ao conteúdo da vida psíquica da indiferença, incluindo aí os fantasmas sociais de normalidade e adaptação com base no exemplo do conto de Herman Melville (1819 – 1891), *Bartleby, o escrivão*. Ilusões que, como veremos por fim, a partir da obra de dois pensadores europeus do político, que são Antonio Gramsci (1891 – 1937) e Ortega y Gasset (1883 –

---

<sup>1</sup> Traduzido por Lucas Lazzaretti, Doutor em Filosofia pela PUC / PR.

<sup>2</sup> *Maitre de conférences* em filosofia habilitado a dirigir pesquisas no *Centre de Recherche sur le Travail et le Développement* do *Conservatoire National des Arts et Métiers* (Paris).

<sup>3</sup> Diminuição patológica da vontade.

1955) – o primeiro associa a indiferença à abulia e à covardia, o segundo a associa com a sufocação da experiência concreta dos indivíduos pela abstração –, constituem uma fonte de neutralização da ação e da sensibilidade.

### **Definições e figuras históricas da indiferença**

Em que sentido se entende precisamente o termo indiferença e o que designa o fato de ser indiferente? Podemos falar de um “estado mental [que não contém] nem prazer, nem dor, nem é uma mistura de um e de outro” (Assoun, 1989, p. 346)? Não podemos ver aí, de maneira mais positiva, a expressão da preconceção de não haver nenhum dos dois? O que podemos concluir dessa ambivalência da noção de indiferença? Não podemos, em certos casos, associá-la àquela da coragem?

### **Entre privação de singularidade, neutralidade e inércia**

Emprestado do derivado latim tardio *indifferentia*, o termo “indiferença” designa um “estado” desprovido de singularidade, tanto no nível material, como um “estado físico que não apresenta nada de particular”, quanto no nível psicológico (Rey, 1992/2004, p. 1812), designando o “estado de uma pessoa indiferente”, sem traços de caráter salientes.

A essa ideia de privação de caráter somam-se as de neutralidade e desengajamento expressas no uso do adjetivo indiferente, emprestado do latim *indifferens*<sup>4</sup>, “nem bom nem mau”, “aquele que não se preocupa” (Rey, 1992/2004). Esse adjetivo está relacionado também à ideia de indistinção, então de indecisão entre a existência de um interesse, ou sua ausência, que uma coisa apresenta antes de significar a franca ausência de interesse ou importância de uma coisa – ou de uma pessoa que não inspira nenhum sentimento de amor (Corneille). Por fim, no século XVII, sugere

---

<sup>4</sup> Termo formado por Cícero para traduzir o grego *adiophoros*, “não diferente” (Rey, 1992/2004, p. 1812).

a ausência de qualquer decisão de tomada de partido, ou a perda ou mesmo a desorientação do sentido da ação, na medida em que o indiferente é aquele “que não tende a tal coisa, ao invés de tender para tal outra” (*ibid.*). Daí a concepção derivada, na ciência e na filosofia, da indiferença como ausência de força capaz de modificar um estado<sup>5</sup> de inércia ou uma tendência entrópica, como aquela sustentada pelo antropoceno (Stiegler, 2016).

### Uma figuração paradoxal da coragem

Originalmente afirmada como privação de singularidade, neutralidade e passividade, a indiferença às vezes é despertada, paradoxalmente, por aquilo que nos afeta no mais profundo de nós mesmos, à maneira de certas formas de ansiedade que estão na origem de sistemas defensivos de natureza racional. Assim, longe de ser alheia ao regime da afetividade, a indiferença pode desempenhar o papel de interface entre o nível afetivo e o racional.

Esse papel desempenhado pela indiferença explica seu caráter ambíguo, manifestado, no plano histórico, pela existência de uma zona de afinidade entre a produção daquilo que o filósofo e teólogo Paul Tillich (1952/1999, p. 48) designa sob o nome de “sistemas protetores de coragem”<sup>6</sup>, destinados a enfrentar a angústia multifacetada, e aquilo que chamaremos de *sistemas de indiferença*.

Assim, a coragem estoica, que tenta enfrentar a *angústia ôntica* vivida diante do destino e da morte – reforçada pela angústia ligada ao confronto com o vazio e com o absurdo<sup>7</sup> –, no final do período antigo, gera uma indiferença para com os tormentos do destino<sup>8</sup>. A *coragem de crer* em uma possível redenção, contra a *angústia moral* da condenação ligada à

---

<sup>5</sup> Um corpo indiferente é aquele em que nenhuma força é exercida capaz de modificar sua condição.

<sup>6</sup> Rey (1992/2004), p. 1812.

<sup>7</sup> Angústia que deu lugar ao nascimento do ceticismo antigo (Tillich, 1999, p. 45).

<sup>8</sup> A ataraxia e a adophoria estoicas correspondem a um estado de indiferença livre das coisas ou dos bens (saúde, riqueza) que não estão diretamente associados a uma ideia de vida moral.

pecaminosidade do ser humano, no final da Idade Média (Tillich, 1952/1999, p. 46) suscita, em segundo lugar, uma indiferença para com o peso do determinismo teológico. Por fim, no sentido social, político e industrial (Laval, 2007) do termo, a *coragem da ação* transformadora do mundo (Tillich, 1952/1999, p. 47)<sup>9</sup> que enfrenta a *angústia espiritual* vivida diante do vazio e do absurdo quanto ao não-ser espiritual, predominante durante o período do humanismo renascentista, seguido pelo racionalismo iluminista, se converte em indiferença para com o destino da natureza (Bertrand, 2019), a partir da qual os homens procuram tornar-se “mestres e possuidores” (Descartes, 1637/1963, p. 634).

Esta última sequência histórica é a premissa da revolução industrial. Está na origem da emergência de um sentimento de aceleração de todos os ritmos de vida e de um atraso da espécie humana com relação ao desenvolvimento de suas próprias possibilidades (Stiegler, 2019). Isso levou ao abandono da tradição de observação nascida do pensamento analógico do Renascimento, na origem da produção das primeiras descrições das espécies animais de acordo com sua superfície, sua cor e sua textura (Bertrand, 2019). Ela provocou a deserção do campo do maravilhar-se (Morizot, 2020) diante da perfeição da natureza e do homem (Carvalho, 2017) em favor da paixão pela exploração do detalhe da arquitetura dos vivos e de suas profundezas<sup>10</sup>, levando à dissolução de sua singularidade por meio do estabelecimento de uma série de leis (Bertrand, 2019). Assim, gradualmente prevalece uma *indiferença científica* para com

---

<sup>9</sup> Coragem que, segundo Tillich, se afirmou após o colapso do absolutismo, do desenvolvimento do liberalismo, do progresso da democracia e do surgimento de uma civilização técnica (*op. cit.*, p. 48).

<sup>10</sup> Uma tendência contra a qual a fisiologia médica da segunda metade do século XIX parece estar em desacordo, buscando desenvolver métodos de explorar os seres vivos sem arrombá-los, conseguindo “colocá-los de dentro para fora” (Dagognet, 1988, p. 89). Porém, o extravasamento de dentro para fora, assim obtido, opera “na direção oposta à da vida [...], girada e desenrolada na direção oposta de si mesma”: “Enquanto o vivente se encurva e se fecha (a interioridade), [a ciência da vida], sem quebrá-lo, o espalha, o desdobra, e assim com o livro inteiro” (*ibid.*). Isso explica a perda pela vida de “sua evanescência natural, [de] sua fulgurância, [de] sua impetuosidade, portanto, [de] tudo o que a tornava evasiva (*ibid.*)”

a singularidade das manifestações da vida, das quais o empobrecimento do vocabulário para dizer o mundo constitui o sintoma (Bertrand, 2019)<sup>11</sup>.

## Elementos da vida psíquica da indiferença

Enquanto portadora de uma dimensão criativa, a indiferença à angústia, virtude dos sistemas protetores da coragem, nos expõe, como acabamos de ver, ao risco de uma incompreensão sobre o sentido da ideia de progresso<sup>12</sup>. Ela também nos sujeita a um conjunto de ilusões próprias ao conteúdo da vida psíquica (fantasias sociais de normalidade e adaptação, crença na fatalidade da obediência e depreciação da experiência da loucura).

## A “indiferença corajosa” à prova de sua própria realidade<sup>13</sup>

Em um sentido filosófico, é assim que a indiferença à angústia se distingue da *coragem de ser* e ecoando os resultados da investigação psiquiátrica nos confronta com nosso “*falso senso da realidade*”, cuja desconstrução por si só torna possível “uma *desrealização* do que se toma falsamente por realidade e uma *re-realização* do que se toma falsamente por irrealidade” (Laing, 1961/1971, p. 43). Agora, essa coragem de ser se manifesta por vezes nos estados psíquicos mais inesperados, como a psicose que nos revela a ignorada falsidade do “sistema de fantasias sociais” em que todos estão presos, a ponto de acreditar que essas fantasias

---

<sup>11</sup> Colocar-se em situação de vivência da perda representada por tal empobrecimento semântico constituiria, segundo Romain Bertrand (2019), uma primeira saída da indiferença à vida em que a ciência nos mergulhou desde o início da era industrial.

<sup>12</sup> Georges Canguilhem conclui neste sentido sua contribuição intitulada “A decadência da ideia de progresso”, publicada na *Revue de métaphysique et de morale* (1987) com uma citação emprestada de Freud (1939/1986), enfatizando a realidade do dever alheio e indiferente do progresso às suas próprias determinações: “Vivemos uma época particularmente curiosa. Descobrimos com surpresa que o progresso fez um pacto com a barbárie” (*op. cit.*, p. 454).

<sup>13</sup> O conteúdo desta seção inclui vários elementos desenvolvidos na parte intitulada “O dom de uma loucura” de um capítulo do livro consagrado à questão do trabalho reticente (Hamraoui, 2020, p. 53-55) em torno da novela de Herman Melville, *Bartleby, o escrivão* (1853), colocando-o em uma perspectiva diferente.

são realidade (Laing, 1961/1971)), de afundar na indiferença ao mal que nos atormenta:

Estamos mortos, mas nos cremos despertos. Sonhamos, mas transformamos nosso sonho em realidade. Somos os enfermos, os coxos, os cegos, os surdos, os doentes. Mas estamos duplamente inconscientes. Estamos tão doentes que nem sentimos mais, como costuma acontecer com os doentes fatais. Nós estamos loucos, mas desprovidos de qualquer compenetração ( p. 43-44).

Essas ilusões estão na origem da crença na inevitabilidade de nossa submissão à “fatalidade infernal e desumana” de ter que cumprir ordens (Laing, 1967/1971, p. 58). Elas são aquilo mesmo que desmistifica a coragem de ser do personagem de Bartleby na novela homônima de Melville. Tal é o dom (Hamraoui, 2020, p. 63) e talvez o gênio de uma “loucura” entendida como um ato de “criação mórbida” (Canguilhem, 1943/1966)<sup>14</sup>, preenchendo a “falta [do] sentimento habitual de unidade da pessoa”, a quebra da alma ou do coração<sup>15</sup>, ligada à incapacidade de reprimir seus “instintos normais” a fim de se conformar a uma “sociedade anormal” (Laing, 1967/1971).

## Transfiguração da realidade, alienação e indiferença

Essa sociedade se caracteriza, em verdade, por “uma capacidade quase ilimitada de enganar [a si mesma] e tomar [suas] próprias mentiras pela verdade” ( ). Ela põe à vista a gênese de um “conjunto de indiferenças recíprocas [e] de solidões” sob a figura de um processo de “adaptação” e de “socialização”, impedindo cada um de seus membros de expressar suas “possibilidades autênticas” e de viver livremente (Laing, 1967/1971, p. 16-62). É neste sentido que o destino de Bartleby pode ser considerado como

---

<sup>14</sup> Por *criação mórbida* Georges Canguilhem entende a expressão do poder de invenção de novos padrões de funcionamento e de vida, ou “normatividade”, do organismo vivente confrontado com a doença.

<sup>15</sup> “ [...] esquizofrenia vem do grego *skhizein*, “dividir”, e *phrenos*, “alma ou coração”. O esquizofrênico é, portanto, em certo sentido, um ser de coração partido – e é sabido que corações partidos podem ser consertados. Mas a esquizofrenia, tomada neste sentido existencial, tem pouco a ver com os exames clínicos, os diagnósticos, os prognósticos, ou com as prescrições terapêuticas...”.

revelador do “drama da alienação” no qual todos estamos envolvidos, onde, “corpo, mente e alma dilacerados por contradições internas, dilacerados em todos os sentidos, o homem está separado tanto de sua mente quanto de seu corpo [...], nada mais é do que uma criatura meio demente em um mundo que o é completamente” (Laing, 1967/1971, p. 43). Ora, este mundo também é aquele da indiferença às leis da vida (Marx, 1844/1999, p. 188) e no qual o menor sinal de reticência é percebido como uma abstenção imperdoável (Laing, 1967/1971)) de qualquer contribuição à “vida industriosa” ( p. 40), como uma indiferença às suas exigências e derrogação de suas leis, como mostra a reação do empregador de Bartleby (Melville, 1853/1996):

Eu notei, disse o advogado, que Bartleby estava simplesmente de pé em sua janela, em devaneio frente à parede cega. Quando lhe perguntei por que não escrevia, ele respondeu que havia decidido não escrever mais.

- Por que? Como?, eu exclamei. Não escreverá mais?

- Não.

- E por que razão?

- Você não consegue ver a razão?, ele respondeu com *indiferença*<sup>16</sup>.

Não seria uma tal atribuição de indiferença<sup>17</sup> com base na simples constatação da imobilidade de Bartleby aqui interpretável em termos de um distúrbio de reação patogênica por parte de seu ambiente humano, social e institucional<sup>18</sup>? A atitude catatônica de um Bartleby anorético não

---

<sup>16</sup> Destaque nosso.

<sup>17</sup> Essa atribuição, que Melville imputa à incapacidade do advogado de abandonar à “doutrina” do pressuposto (o fato de tomar antecipadamente por certa uma situação esperada) que governa o mundo (Melville, 1853/1996, p. 57), à qual se opõe à ordem de preferência (*ibid.*, p. 54), da qual procede a conduta de Bartleby: “Tão verdadeira e terrível ao mesmo tempo”, diz o advogado “que, até certo ponto, a ideia ou a visão da infelicidade mobiliza nossos melhores sentimentos, mas que, em certos casos particulares, para além deste ponto ela não os comanda mais. Seria errado acreditar que esse fenômeno é invariavelmente devido ao egoísmo inerente ao coração humano. Ele procede antes de um certo desespero para poder remediar um mal excessivo e orgânico. Para um ser sensível, muitas vezes a piedade é sofrimento. Quando finalmente se percebe que dessa piedade não pode advir um alívio eficaz, o senso comum ordena à alma que se livre dela”. (*ibid.*, p. 44) O advogado aqui evoca o limite além do qual os sentimentos morais deixam de mover o coração humano. Esse limite é de ordem patética. Resulta da experiência de uma impotência radical, de uma impotência de princípio para agir na origem da implementação de estratégias defensivas.

<sup>18</sup> O que os psicoterapeutas institucionais formados na escola de François Tosquelles (1912-1994) e Jean Oury (1924-2014) designam sob o nome de “patoplastia”: “Na patoplastia, existem todos esses fenômenos de recuperação microsocial de uma alienação massiva. É neste sentido que a coletividade, [para não se tornar por sua vez

é, ao contrário, a marca de uma hipersensibilidade ao insuportável: a recuperação da realidade de uma exploração real e do ódio de classe sob a máscara de benevolência e simpatia. Isso explica, na sequência da novela, o desejo violentamente expresso pelo advogado que Bartleby não seja nada para ele, que ele não o preocupe mais do que qualquer outra pessoa (Melville, 1853/1996).

### **A indiferença, fonte de neutralização da sensibilidade e da ação**

O *desejo de indiferença* por parte dos dominadores para com aqueles que eles exploram, expresso aqui no contexto da ascensão do capitalismo financeiro norte-americano em meados do século XIX, se conjuga, na época da emergência da figura do engenheiro, o “homem sem qualidades” (Musil, 1930-1932/1982), na Europa do início do século XX, a uma *indiferença ao desejo*, associável a uma forma de “absentismo” no mundo, “motor passivo” do futuro das sociedades (Gramsci, 1917/2017, p. 56).

### **O “motor passivo” da história e da política**

Contudo, para além da passividade que ela privilegia, a indiferença se afirma, em certas circunstâncias, como manifestação de uma força obscura agindo como “matéria bruta que se rebela contra a inteligência, vindo a estrangulá-la” (Gramsci, 1917/2017), mostrando seus efeitos como “fatalidade”!

Em verdade,, no que diz respeito a este último ponto, a fatalidade que parece dominar a história nada mais é do que a aparência ilusória dessa indiferença, desse absentismo. Os fatos amadurecem nas sombras, algumas mãos escapando de todo controle tecem a teia da vida coletiva e as massas ignoram porque não se importam. Os destinos de uma época são, portanto, manipulados em função das visões estreitas, dos objetivos imediatos, das ambições e das paixões pessoais de pequenos grupos ativos, e as massas

---

patogênica], deve inventar uma estrutura que permita lutar contra esse movimento natural de “alienação” e “coisificação” (Oury, 2007, p. 122).

ignoram porque não se importam. Mas os fatos que amadurecem acabam chegando a algum lugar; a teia tecida nas sombras está finalmente acabada; e então parece que a fatalidade toma coisas e homens, parece que a história é apenas um enorme fenômeno natural, uma erupção, um terremoto, do qual todos são vítimas, aqueles que o quiseram e aqueles que não queriam, quem sabia e quem não sabia, quem fora ativo e quem era indiferente. Gramsci, 1917/2017, p. 57)

Sendo assim, uma das artimanhas da indiferença é mostrar-se na forma de impotência diante da fatalidade, em realidade consequência da imprudência das massas – que o autor (Gramsci, 1917/2017) aqui deplora na forma de ladainha –, ora no que diz respeito aos desígnios geopolíticos concebidos nas sombras (“mãos que tecem a teia da vida coletiva escapando a todo controle”<sup>19</sup>), ora no que diz respeito à ação de grupos de pressão (*lobby*) impulsionados por uma paixão e cultivando uma visão de curto prazo indiferente aos efeitos deletérios de uma ação pensada em total descontinuidade com o passado e não inscrita em uma perspectiva de futuro. A dificuldade reside aqui no fato de que uma vez que atinjam a maturidade, revelados ou implementados, esses projetos e ações escapam totalmente ao controle de seus autores (“a fatalidade então toma coisas e homens”). Um período de cataclismos (erupções vulcânicas, terremotos), revelando – no sentido de um “apocalipse”<sup>20</sup> – o verdadeiro estado de uma ordem das coisas: o da indistinção do destino dos autores e das vítimas, dos conhecedores e dos ignorantes, dos “ativos” e dos “indiferentes”, petrificados pela mesma lava, abalados, depois arruinados pelos tremores do mesmo terremoto.

### **Um poder de desdramatização da vida**

Mais do que uma engrenagem de causas e efeitos com consequências incontroláveis, cujo espetáculo suscita resignação, a *mecânica da*

---

<sup>19</sup> Tal foi o caso do conluio entre a indústria ou o empresariado e a classe política durante a eclosão da Primeira Guerra Mundial.

<sup>20</sup> Do latim *apocalypsis*, do grego *apokálupsis*: revelação.

*indiferença* aqui parece resultar da criação de uma convivência entre as diversas classes da sociedade em torno do uso da ficção da existência de uma fatalidade, causa de impotência insuperável. Ficção ela mesma na origem da falta de inspiração da imaginação dos membros do corpo político pela *simpatia* entendida no sentido de representação concreta da vida de seus concidadãos:

Para poder atender adequadamente às necessidades dos homens em uma cidade, em uma região, em uma nação, é preciso sentir essas necessidades; é preciso ser capaz de usar sua imaginação para representar concretamente a vida desses homens, seu trabalho diário, seus sofrimentos, suas dores, a tristeza da vida que são forçados a conduzir. Se alguém se vê privado desta força de dramatização da vida não se pode prever as medidas gerais e as medidas particulares que permitiriam harmonizar as necessidades da vida com a disponibilidade do Estado. (Gramsci, 1917/2017, p. 62),

Essa falta de harmonização dos planos da realidade (as “necessidades da vida” e a “disponibilidade do Estado”) com que se confronta a ação dos governantes se explica pela incapacidade dos políticos em “harmonizar no pensamento os elementos da própria realidade” (Gramsci, 1917/2017, p. 63). Daí vem o que ele chama de “diletantismo das autoridades”, cuja voz é carregada por “retóricos cheios de sentimentalismo, [...] não [...] os homens que sentem concretamente”, por conseguinte, privados de qualquer simpatia por seus iguais. A indiferença dos políticos os leva a lançar ações (no caso, a guerra) cuja importância eles não sabem apreciar ou prever “a profundidade de [seus] efeitos imediatos e de [seus] efeitos distantes”. Assim, afirma-se a necessidade de seu apelo a “uma visão mais real, uma prática mais bem adaptada e mais adequada no decorrer dos acontecimentos” (Gramsci, 1917/2017, pp. 64-77). A guerra é, de fato, “a expressão natural de todas as ficções<sup>21</sup>, de todas as abstrações personificadas, das quais o nacionalismo é modelado<sup>22</sup>. Mais do que o alimento, o entusiasmo pelo sacrifício e a paixão pela obediência

<sup>21</sup> Inclusive aquele de final rápido e de caráter setorial que contrasta com sua duração real e seu caráter total.

<sup>22</sup> Ideologia onde o “patriotismo econômico” (Barkat, 2010) pode ser lido como avatar.

constituem o seu “momento inicial” , antes do seu desdobramento como processualidade indiferente a esse *primum movens* afetivo, “purificado de sentimentos, paixões e ódios humanos e reduzido à ação automática” . Tornada possível pela “mecanização da vida” sobre o pano de fundo da auto-mecanização de nós mesmos , a guerra se encontra na origem da formação de um “novo temperamento moral” em um contexto onde “tudo se tornou móvel, instável, fluido” (Gramsci, 1917/2017, pp. 191-196).

### **Racionalidade pura e razão vital**

Mas os políticos sabem prestar atenção à “sensibilidade particular”, ao “repertório orgânico de propensões íntimas” em que consiste uma geração, às “tendências vitais” de que os povos são expressão (Gramsci, 1917/2017 p. 40), questiona o filósofo Ortega y Gasset (1934/2019), contemporâneo de Gramsci?

### **A desorientação vital da ação**

O “núcleo racional” que lhes serve de prisma para aceder à realidade – ainda que a época atual mostre que às vezes é o contrário – não é este “espectro irreal que desliza, imutável no tempo, alheio às vicissitudes que são os sintomas da vitalidade” (Ortega y Gasset, 1917/2017, p. 47)? Daí a irrealização da ação dos governantes, sujeitos a um fenômeno de “desorientação vital” , fonte de sua indiferença à historicidade e à singularidade da vida dos sujeitos:

[Do ponto de vista racional, o] sujeito deve ser um meio transparente, sem particularidade ou cor, como ontem, hoje e amanhã – conseqüentemente ultra-vital e extra-histórico. *A vida* é particularidade, mudança, desenvolvimento, em uma palavra: história. (Ortega y Gasset, 1917/2017, pp. 97-109)

Esta “graça invasiva” da vida, que afeta a nossa sensibilidade enquanto *acontecimento*, condenada a fazer história em nós, parece

rejeitada não só pelos políticos mas por cada um de nós, como que tomada pelo remorso de desfrutar . Isto é, o reino de uma “hipocrisia inveterada face à vida” que não sabemos contemplar para então descobrir valores específicos, objetos de *estima*<sup>23</sup>, culpa por ter sabido acomodar nosso olhar e contrariar o efeito devastador do ceticismo em relação a uma possível resistência à ordem existente, causa do derrotismo radical, da submissão ao reino de uma “covardia universal”:

Essa covardia universal, diz Ortega y Gasset, germina entre os mais delicados e íntimos interstícios da alma. Somos covardes para tudo. [...] Ninguém acredita mais que pode superar as dificuldades com a própria força. A vida é vista como uma terrível coincidência em que o homem depende de misteriosas vontades latentes, as quais operam segundo os caprichos mais infantis. A alma aviltada não é mais capaz de opor uma resistência ao destino [...]. (Ortega y Gasset, 1917/2017, pp. 146-147)

Toda uma economia de sentido colocando em cena as etapas de uma trajetória, que vai da indiferença ao valor da vida em direção à afirmação de uma covardia baseada no medo irracional dela através do ceticismo e do derrotismo, aqui encontra seu lugar.

## Abstração e concretude

No entanto, a existência dessa falta de acomodação não é o único fato das racionalidades políticas e comuns. A própria filosofia às vezes está sujeita a isso:

Até agora a filosofia sempre foi utópica. É por isso que cada sistema se orgulhava de ser válido em todos os momentos e para todos os homens. Desprovida da dimensão vital, histórica, perspectiva, ela repetiu em vão seu gesto definitivo. A doutrina do ponto de vista<sup>24</sup> exige, ao contrário, que no

---

<sup>23</sup> Ortega y Gasset (1934/2019) define a própria vida como “o poder de acender pelo estimável”.

<sup>24</sup> Teoria inspirada pelo perspectivismo nietzschiano que associa qualquer valor a um ponto de vista referente a um indivíduo. Daí a ausência de qualquer “realidade absoluta” além dos vários pontos de vista. A realidade nada mais é do que “vontade de poder”, um jogo total de perspectivas, sem objetivo e incondicional.

interior do sistema seja articulada a perspectiva vital da qual ele emana, permitindo assim a sua articulação com outros sistemas futuros ou exóticos. *A razão pura deve ser substituída por uma razão vital, onde esta se encontra e adquire mobilidade e força transformadora.* (Ortega y Gasset, 1917/2017, p. 110)

Essa reorientação perspectiva do olhar filosófico, em seu tempo preconizada por Nietzsche, constitui aos olhos de Ortega y Gasset (1917/2017) o meio de proteger nossa cultura e as práticas – inclusive os exercícios da política – que ela gera, da ignorância, ou mesmo do desprezo das “realidades factuais”:

Mas quando surgem as grandes criações racionais, o homem fica um pouco cansado dessas coisas [fidelidade, honra, fervor místico, continuidade com o passado, poder, que nada têm a ver com o entendimento]. Os espíritos são atraídos por essas novas qualidades de escopo intelectual, [a transparência, a exatidão, o rigor, a integridade sistemática dessas ordens de ideias, fabricadas *more geométrico*]. Um estranho desdém pelas realidades factuais se faz sentir; virando as costas para elas, os homens se apaixonam por tais ideias. Eles se entusiasmam com a perfeição de suas linhas geométricas, a ponto de esquecer que, em última instância, a missão da ideia é de coincidir com a realidade que nela é pensada.(p. 127)

Entre as “grandes considerações racionais” em questão está o processo revolucionário que tem por origem uma “afecção da inteligência” e “começa automaticamente, inevitavelmente”, uma vez que “o racionalismo se transforma em um modo geral de funcionamento das mentes” (Ortega y Gasset, 1917/2017, p. 139), desconsiderando a experiência vivida concreta dos indivíduos. A partir disso que se afirma a necessidade de opor a abstração do *espírito revolucionário* à concretude do *espírito de resistência*.

### **A “patologia da indiferença”**

As patologias ligadas ao culto da performance promovido pela revolução neoliberal testemunham a urgência de tal necessidade. Essas

patologias são, aliás, analisadas por Mendes (2018) como efeitos da conjunção de métodos perversos de gestão da economia psíquica dos indivíduos, bem como da concepção de excesso de gozo (*sur-jouissance*) como único destinatário da satisfação da pulsão. Porém, todos esses determinantes conduzem à instauração de uma visão de mundo que mobiliza uma nova ficção associando a ideia de alcance dos objetivos de produção à ideia de autocompletude, em detrimento do desenvolvimento de qualquer sensibilidade para consigo, para com os outros e para com as coisas. Daí o nascimento da *patologia da indiferença*, “central para manter o poder do capital fundado sobre a radicalização de um superego imperioso que impulsiona a ultrapassagem de todos os limites”(Mendes, 2018). Contudo, agindo dessa forma, à maneira do entendimento calculador, em Hegel, esse superego imperioso se ilude sobre a natureza do infinito. Por não apreender este aqui “como um além [...], ele acredita honrá-lo tanto mais quanto mais o afasta de si como um estranho”. O ego imperioso, portanto, não age “na forma de uma *vontade livre* para a qual o infinito é realidade e presença efetiva” (Hegel, 1821/1986, p.85<sup>25</sup>). Ele condena o indivíduo a levar uma vida intensiva onde os limites aos quais a vida do corpo e do psiquismo são negados em detrimento da experiência de uma *vida intensa*<sup>26</sup> onde esses limites são uma oportunidade de expressar sua “pressa de sentir tudo” , de provar sua vida como “um só e único dia em que o passado me é presente e futuro [...], tudo numa só vertigem” , onde “eu me deixo interromper pelo silêncio da noite [entregando] meu corpo a um feixe de atenção intensa e muda” , onde a “escrita permite encontrar a sua marca de vida” (Lispector, 1978/2018, pp. 18-97)!

---

<sup>25</sup> “A vontade livre, acrescenta aqui Hegel (*ibid.*), é verdadeiramente infinita; porque não é uma simples possibilidade, uma disposição, mas, ao contrário, sua existência empírica externa é sua interioridade ou é ela mesma”.

<sup>26</sup> “O homem intenso, que aos poucos se tornou intensivo, diz Tristan Garcia em sentido próximo (2016, p. 165), esperava impor sua vida ao seu pensamento e introduzir no conceito o choque, a fulgurância, as variações e modulações da sensação eletrificada”. A “diferença” competitiva que existe entre cada uma dessas variações acaba produzindo o efeito de indiferença para com a sensação provada.

## A indiferença à vida, meio da brutalidade

Por fim, com essas últimas considerações, parece-nos possível concluir sobre o caráter de *força reativa* (Nietzsche, 1887/1982) da indiferença associada ao impedimento da expressão das *forças ativas*<sup>27</sup> da vida ocasionadas pela primazia hoje concedida à *vitalidade competitiva e eficiente* (Hamraoui, 2014) – associadas a um imaginário de endividamento subjetivo atrelado ao sentimento de culpa de nunca fazer o suficiente (Lazzarato, 2011) – na vida. A incorporação dessa lógica em uma retórica eufemística, emprestada do vocabulário da Psicologia “Positiva”, como no caso da implementação de acordos de qualidade de vida no trabalho (Hamraoui, 2018), é o testemunho de uma arte sutil do exercício da violência. Nascida de uma *patologia do ideal* que explica o culto da *abnegação* e do *sacrifício de si* (Nietzsche, 1887/1982, p. 125), essa violência se voltou contra qualquer manifestação das “forças vivas” em ação quando há “algo em nós que quer viver e *quer* afirmar-se” (Nietzsche, 1882/1982, p. 251), que se exerce hoje a um nível que já não é unicamente moral, mas racional. Uma indiferença à vida de um tipo novo, que se manifesta não apenas como repressão dela, mas como expulsão (Sassen, 2016) de seus locais de implantação: as entranhas da terra, os oceanos, os territórios habitados (país), o centro das cidades, as zonas de prosperidade, o emprego, o campo das liberdades civis e cívicas, o campo da experiência ética irredutível ao da moralidade, o espaço e o tempo dos sonhos<sup>28</sup>, etc. A violência própria desse processo de expulsão hoje decorre menos na natureza do ato considerado em si do que de seu mecanismo de produção: o contraste entre a *complexidade* dos processos racionais implementados para expulsar e a brutal *simplicidade* dos efeitos buscados: a condenação de populações inteiras ao destino do *inviável* (Mbembe,

---

<sup>27</sup> Forças enraizadas no que Nietzsche chama de “o velho eu animal” do homem, frustrado pela “má consciência” (hoje ligada à impossibilidade de ultrapassar os próprios limites) que atua “por dentro, de uma forma retrógrada, ‘no labirinto do coração’, para falar como Goethe, para edificar um ideal negativo” (Nietzsche, 1887/1982, p. 124).

<sup>28</sup> A expulsão tem, portanto, não apenas uma dimensão industrial (extração de matéria-prima), geopolítica (migração), social (despejos de aluguel), econômica (licenças), penais (encarceramento), mas também subjetiva.

2020) na indiferença do resto do mundo, “no meio do nada” (Bazin & Vollaire, 2012).

\*

Concluiremos nossas observações ressaltando a importância decisiva deste último ponto para quem se preocupa com o destino da democracia, cuja “face noturna” se manifesta hoje pela conjunção politicamente devastadora da indiferença e da *inimizade*<sup>29</sup> (Mbembe, 2016). O primeiro resulta não apenas de um processo de dessensibilização, do qual acabamos de analisar um conjunto de manifestações históricas, científicas, psíquicas e políticas, mas também da natureza da subjetividade<sup>30</sup> democrática (Antoine, 2003). A segunda se afirma no contexto da busca atual por adequar a realidade social às demandas da competição e da competitividade, despertando, por sua vez, a indiferença da democracia ao que está em seu fundamento a conhecer um “regime de sentido cuja verdade não pode ser subsumida sob qualquer autoridade ordenadora, nem religiosa, nem política, nem científica ou estética, mas que envolve inteiramente o homem enquanto um risco e uma chance de si mesmo” (Nancy, 2009, p. 60-61).

## Referências

- Antoine, A. (2003). *L'Impensé de la démocratie. Tocqueville, la citoyenneté et la religion*. Paris: Éditions Fayard.
- Assoun, P.-L. (1989). Freudisme et indifférentisme politique : objet de l'idéal et objet de la démocratie. *Hermès*, 5-6, 345-359.

---

<sup>29</sup> Paixão na origem da multiplicação de experimentações com vistas ao estabelecimento de um modelo ultrautoritário de neoliberalismo (Tiburi & Casara, 2019).

<sup>30</sup> Como mostra Agnès Antoine (2003, p. 36), “o homem democrático vive em um tempo fragmentado, até mesmo pulverizado. Totalmente absorvido pela ação limitada que exerce e que pretende realizar rapidamente, ele vive “no amor exclusivo do presente” (Tocqueville, 1840/1990, p. 207). Contudo, quando o homem perde o horizonte de longo prazo, ele pode cair “em uma indiferença completa e brutal em relação ao futuro” (*ibid.*, p. 134), o que inevitavelmente reflete na definição de seu relacionamento com os outros.

- Barkat, S. M. (2010). Travail et politique. Propos sur le nihilisme de l'époque. *Tenir debout, Éditions du Musée des Beaux-Arts de Valenciennes*, 5-6, 159-169.
- Bazin, Ph. & Vollaire, C. (2012). *Le milieu de nulle part*. Paris: Créaphis Éditions.
- Bertrand, R. (2019). *Le détail du monde*. Paris: Éditions du Seuil.
- Canguilhem G. (1987). La décadence de l'idée de progrès. *Revue de métaphysique et de morale*, 4, 437-454.
- Canguilhem G. (1966). *Le normal et le pathologique*. Paris: PUF. (Trabalho originalmente publicado em 1943)
- Carvalho, S. (2017). L'homme parfait. L'anthropologie médicale de Harvey, Riolan et Perrault (1628-1688). *Classiques Garnier*, 15, 273-292
- Garcia, T. (2016). *La vie intense. Une obsession moderne*. Paris: Éditions Autrement.
- Dagognet, F. (1988). *Le vivant*. Paris: Éditions Bordas.
- Descartes, R. (1963). Le Discours de la méthode. *Classiques Garnier, sous la direction de Ferdinand Alquié*, 2, 567-650. (Trabalho originalmente publicado em 1637)
- Freud, S. (1986). *L'Homme Moïse et la religion monothéiste, traduit de l'allemand par Anne Berman*. Paris: Éditions Gallimard. (Trabalho originalmente publicado em 1939)
- Fressoz, J.-B. (2012). *L'apocalypse joyeuse. Une histoire du risque technologique*. Paris, Éditions du Seuil (coll. « L'Univers historique »).
- Gramsci, A (1917/2017). *Pourquoi je hais l'indifférence*. (Rueff, M. Trad.) Paris: Éditions Payot & Rivages.
- Hamraoui, E (2020). Bartleby le scribe : entre manifestation paradoxale du courage d'être et don d'une folie. In Dayre, E, Florence, G. Hamraoui, E. (Eds.) *Le symptôme Bartleby, ou le travail réticent* (51-83). Paris: Éditions Kimé.
- Hamraoui, E. (2018). « Actualité, généalogies et idéologies de la fabrique du bonheur au travail : l'exemple de la qualité de vie au travail », *Psychiatrie, Psychanalyse et Sociétés*, vol. 7 (en ligne) : <http://www.revue-pps.org/category/le-travail-questions-cliniques-et-enjeux-actuels/>

- Hamraoui, E. (2014). La vitalité, la vie et le travail. *Perspectives interdisciplinaires sur le travail et la santé (PISTES)*, 16-1, 1-22.
- Hegel, G. W. F. (1986). *Principes de la philosophie du droit*. Paris: Éditions Vrin. (Trabalho original publicado em 1821)
- Laing, R. D. (1967/1971). *La politique de l'expérience. Essai sur l'aliénation et l'oiseau de paradis* (Lambrichs, G. Trad.). Paris: Éditions Gallimard.
- Laing, R. D. (1961/1971). *Soi et les autres* (Lambrichs, G. Trad.). Paris: Éditions Gallimard.
- Laurens, C. (2017). « Nous habitons l'indifférence », *Libération* (« Écritures »), 21 et 22 janvier.
- Laval, C. (2007). *L'homme économique. Essai sur les racines du libéralisme*. Paris: Éditions Gallimard.
- Lazzarato, M. (2011). *La fabrique de l'homme endetté. Essai sur la condition néolibérale*. Paris: Éditions Amsterdam.
- Lispector, C. (1978/2018). *Un souffle de vie (pulsations)* (Thiéricot, J. & Thiéricot, J. Trads) Paris: Éditions *des femmes*/Antoinette Fouque. (Trabalho original publicado em 1978)
- Mendes, A. M. (2018). *Desejar, falar, trabalhar*. Porto Alegre: Editora Fi.
- Mbembe, A. (2020). *Brutalisme*. Paris: Éditions La Découverte.
- Mbembe, A. (2016). *Politiques de l'inimitié*. Paris: Éditions La Découverte.
- Melville, H. (1996). *Bartleby le scribe* (Leyris, P. Trad.) Paris: Éditions Gallimard. (Trabalho original publicado em 1853)
- Morizot, B. (2020). *Manières d'être vivant*. Enquête sur la vie à travers nous. Arles, Éditions Actes Sud.
- Musil, R. (1982). *L'homme sans qualités* (Jacottet, P. Trad.) Paris: Éditions du Seuil. (Trabalho original publicado em 1930-1932)
- Nancy, J.-Luc (2009). *Vérité de la démocratie*. Paris: Éditions Galilée.

- Nietzsche, F. (1982a). *La généalogie de la morale*, traduit de l'allemand par Henri (Albert, H. Trad.). Paris: Éditions Gallimard (coll. « Idées »). (Trabalho original publicado em 1882)
- Nietzsche, F. (1982b). *Le Gai savoir* (Vialatte, A. Trad.). Paris: Éditions Gallimard . (Trabalho original publicado em 1887)
- Ortega y Gasset, J. (2017). *Le thème de notre temps* (, présenté et traduit de l'espagnol par David Uzal, D. Trad.). Paris: Éditions Les Belles lettres. (Trabalho original publicado em 1917)
- Oury J. (2007). Psychanalyse, psychiatrie et psychothérapie institutionnelles. *VST – Vie sociale et traitements*, 95, 110-125.
- Rey, A. (1992/2004). *Dictionnaire historique de la langue française*. Paris: Éditions Le Robert.
- Sassen, S. (2016). *Expulsions. Brutalité et complexité dans l'économie globale*. Paris: Éditions Gallimard.
- Stiegler, B. (2016). *Dans la disruption. Comment ne pas devenir fou ?*, Paris: Éditions Les liens qui libèrent.
- Stiegler, B. (2019). *Il faut s'adapter. Sur un nouvel impératif politique*. Paris: Éditions Gallimard.
- Tiburi, M. & Casara, R. (2019). *Nous qui au Brésil voyons la démocratie mourir... , Libération*, 15 mai.
- Tillich, P. (1952/1999). *Le courage d'être*, Paris, Les Éditions du Cerf, Éditions Labor et Fidès, Les Presses de l'Université de Laval.
- Tocqueville, A. (1990). *De la démocratie en Amérique*. Paris: Éditions Vrin. (Trabalho original publicado em 1840).

## Capítulo 7

### **Exploração dos riscos pelos modelos de gestão e confiança nas relações de trabalho <sup>1</sup>**

*Patrick Brown <sup>2</sup>*

Em décadas recentes tornou-se cada vez mais comum para gestores sênior de grandes organizações enquadrar políticas sobre estruturas organizacionais e bem estar dos funcionários em termos de risco. Na verdade, alguns têm argumentado que a gestão do risco passou a dominar as lógicas institucionais a ponto das estruturas de gestão e lógicas internas de muitas organizações grandes, especialmente aquelas no setor público, tornarem-se “colonizadas” por uma preocupação com o risco (Power, 2004; Rothstein, 2006). Diversos pesquisadores têm alertado para o perigo dessas manifestações de risco organizacional, no sentido de que esses processos tendem a resultar em lógicas burocráticas perversas que pendem a favorecer a reputação da organização acima do bem estar de seus cidadãos, e que em última análise tendem a exacerbar os riscos ao invés de atenuá-los (Power, 2004; Rothstein, 2006; Brown & Calnan, 2010). Em vista disso, as estruturas formais, informais e simbólicas de qualquer organização têm conseqüências importantes para a natureza do trabalho realizado dentro dessa organização e para o bem-estar de seus trabalhadores (Mendes, 2007), e organizações dominadas pelo risco podem resultar na maior vulnerabilidade de seus trabalhadores (Warner, 2006).

---

<sup>1</sup> Traduzido por Ana Paula Morais, Mestre em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília.

<sup>2</sup> Professor Associado do Departamento de Sociologia do Instituto de Pesquisas em Ciências Sociais de Amsterdam (AISSR), Universidade de Amsterdam (UvA), Holanda.

No presente capítulo me apoiarei na literatura mais ampla sobre risco e a governança do risco, juntamente com minha pesquisa (especialmente a realizada com Mike Calnan – e.g. Brown & Calnan, 2010; Brown & Calnan, 2012; Brown & Calnan, 2013) para explorar diferentes formatos de governança organizacional e suas implicações para a natureza e a experiência do trabalho realizado dentro desses modelos de governança. Uma consideração sobre confiança organizacional residirá no coração dessa análise. Argumentarei que o impacto da governança organizacional baseada na confiança é crucial para a compreensão dos efeitos mais amplos e a longo prazo dessa governança nas relações de trabalho e, por sua vez, no bem-estar do trabalhador. Com grandes organizações em muitos setores tornando-se crescentes em “conhecimento intensivo” (Adler, 2001), a confiança torna-se cada vez mais vital para entender a eficiência a longo prazo de uma organização, devido à maneira que a confiança facilita a comunicação e o intercâmbio de conhecimento dentro da organização. Onde novas formas de gestão e governança levam, ao desgaste da confiança em diferentes camadas da organização, através de má concepção e/ou consequências imprevistas, haverá efeitos diretos e indiretos nas relações de trabalho e experiências na organização (Brown & Calnan, 2016).

Explorando essas tendências centrais, estruturarei o capítulo da seguinte maneira: Na primeira seção, considerarei as mudanças nas bases centrais da gestão de transações dentro das organizações e a emergência de novas formas de governança organizacional enquadradas em torno do risco. Na segunda seção, considerarei a ampla literatura que se desenvolveu em torno dessa mudança e maneiras de avaliar a relativa (in)eficácia e perigo dessas novas formas de gestão. Então, na terceira seção, elaborarei uma breve conceitualização de confiança e em seguida acrescentarei a isso uma consideração de círculos virtuosos e viciosos de confiança e correntes de confiança dentro das organizações. Isso irá estabelecer as bases para uma curta seção final e um conjunto de conclusões onde argumento que um foco em confiança, em vez de risco,

pode melhorar a governança organizacional, principalmente através do aperfeiçoamento das relações de trabalhadores e da comunicação.

### **Mudando formas de governança organizacional: da burocracia e da confiança ao risco e à “nova gestão pública”**

Nesta seção, esboço uma série de fatores condutores que foram entendidos como impulsionadores para as organizações mudarem suas orientações de gestão na direção de novas formas de regime de governança que podem ser descritas como centradas em torno de lógicas de gestão de risco. Esses condutores estão relacionados a pressões para: lidar eficientemente com incerteza e vulnerabilidade em meio à volatilidade; reformar estruturas de responsabilização; e melhorar a eficiência organizacional.

Risco representa uma maneira peculiarmente moderna para lidar com a incerteza. À medida que as organizações têm procurado melhorar seu desempenho em meio a pressões políticas (organizações do setor público) e competição (organizações do setor privado), elas buscaram gerenciar eficientemente suas operações existentes de modo a isolarem-se de vulnerabilidades e incertezas quanto ao presente e ao futuro. Abordagens de gestão de risco são especialmente bem adaptadas a essas tarefas, na medida em que permitem uma abordagem científica, por vezes probabilística, à concepção de futuro. Enquanto o emprego de “provas” pode ser “irregular” e variável em qualidade, a gestão de risco, contudo, representa uma abordagem legítima e ostensivamente sistemática para os gestores sênior utilizarem (Rothstein, 2006; Hood, 2011). No centro da gestão de risco está o objetivo de sistematicamente coletar observações do passado como uma maneira de modelar possibilidades futuras e suas probabilidades, o que forma a base para planejar e legitimar a tomada de decisão no presente.

Em meio a essa mudança cultural na busca por uma “calculabilidade de conseqüências” (Weber, 1978, p.351), seja em relação ao planejamento

e aquisição de cadeias de suprimentos, ou à saúde e segurança dos empregados, a crescente especialização da “indústria” de gestão de risco criou um aumento no volume de especialistas, conhecimento e conselhos. No entanto, emerge um paradoxo onde organizações modernas, através de sua orientação para o futuro e tentativas cada vez mais sofisticadas de “colonizar o futuro” (Giddens, 1991), encontram-se invadidas por ele e experimentando um crescente senso de vulnerabilidade e precariedade (Brown et al., 2013). Esse desconforto é parcialmente um resultado da “subjetividade” cultural orientada para o futuro (Kierkegaard, 1944, p.61), bem como o resultado de alterações das condições objetivas em termos de conjunturas político-econômicas modernas, voláteis e globalizadas.

Pelo menos parte dessa preocupação organizacional com o futuro deriva do interesse de gestores sênior e suas tentativas de se proteger do passado; isto é, reconfigurar a relação de responsabilização e culpa dentro da organização. Uma série de acadêmicos têm argumentado de forma mais geral que uma maior atenção à gestão de risco em muitas organizações está ligada a uma mudança em como a responsabilização funciona na modernidade tardia (Habermas, 1975; Douglas, 1992; Power, 1997; Brown et al., 2020). Apesar dos limites de planejamento em meio à incerteza generalizada mencionada acima, a pressão para manter “mitos de controle e capacidade de gerenciamento” (Power, 2004, p.10) cresceu em meio uma cultura fundada nas expectativas de que grandes organizações deveriam ser capazes de calcular as consequências de suas ações (Weber, 1978).

É nesse último sentido que a moderna noção de risco difere de preocupações mais amplas com perigos. Nela, riscos “são vistos como consequências de decisões” (Luhmann, 1993, p.101); inextricavelmente ligados à noção de causalidade e culpa. Warner (2006, p.223) analisa como o risco forma parte do conjunto de ideais de aprendizagem e potencial organizacional para prevenção futura, observando como esses ideais servem a uma função racional-forense na tentativa de compreender o que poderia ser (e deveria ter sido) feito de forma diferente, juntamente com uma função catártica que inclui a atribuição de culpa quando algo errado

ocorre (ver também Wilkinson, 2010, p.33). Diferentes formas de estratégia de gestão de risco podem, portanto, ser entendidas “como uma reação à experiência cultural de ansiedade, em particular a ansiedade relacionada à rápida mudança social”. Isso nos ajuda a compreender a popularidade das abordagens de risco, apesar de vários argumentos questionarem a eficácia de diversas estratégias de governança do risco na aprendizagem e prevenção (Warner, 2006, p.223).

Uma vez que a gestão de risco tenha sido introduzida em novas configurações de gestão pública ou comercial, a gestão do risco tende a proliferar (Power, 2004). A governança do risco é atrativa devido à maneira como permite uma redistribuição de culpa e racionalização de falhas – portanto, como uma forma de governança defensiva (Rothstein, 2006). Além disso, a natureza ostensivamente técnica do risco esconde as conseqüências profundamente políticas da mudança das relações de responsabilização (O’Malley, 1992). Essas diversas elaborações sobre gestão de risco auxiliam no gerenciamento bem sucedido dos riscos de reputação enfrentados pelos gestores sênior da organização (Rothstein, 2006). No entanto, o desenvolvimento da gestão de risco dá origem a novos riscos, no qual a ênfase crescente na análise e responsabilização têm amplificado e rotinizado a gestão de riscos institucionais, em que falhas devem ser registradas, potenciais falhas devem ser antecipadas e novas categorias de falhas são definidas. Dessa perspectiva, “a própria ‘boa governança’ dá origem ao risco” (Rothstein, 2006, p.217).

A mudança nas estruturas de responsabilização que são inerentes à proliferação de risco dentro da governança organizacional permite a relativa eficiência de novas formas de estruturas de gestão. A demanda por eficiência é um outro condutor chave da governança organizacional centrada no risco. Formas anteriores de gestão organizacional tendiam a ser mais hierárquicas e de supervisão intensiva. Isso foi entendido como constituindo uma série de problemas para as organizações, ou pelo menos para os gestores: gestores sênior eram responsáveis pelos erros cometidos por aqueles trabalhando abaixo deles; organizações se adaptavam

devagar; e a extensão das camadas de gerenciamento foram consideradas demasiado onerosas no contexto da concorrência baseada nos preços dos mercados globalizantes e das pressões relacionadas à burocracia do bem-estar social. Como já observado, novas formas de gestão podem ser vistas como um deslocamento de responsabilização dos gestores sênior, enquanto simultaneamente formando uma tentativa de deixar para trás a morosidade organizacional e o custo de pessoal elevado. Reduções de pessoal são possíveis por meio de novas formas de governança que funcionam através de abordagens distanciadas e frias que se centram nas normas e na auditoria (Flynn, 2002). Nesse sentido, a definição de objetivos e o uso de vigilância surgiram como um novo, mais eficiente e distante meio de administrar aqueles trabalhando em diversas organizações.

Perspectivas anunciadas pelos escritos de Foucault sobre governamentalidade demonstraram ser especialmente úteis para esclarecer os mecanismos pelos quais essas novas formas de gestão desenvolvem sua eficiência. Como Flynn (2002, p.166) descreve, com base no trabalho de David Courpasson, essa atual forma de supervisão organizacional geralmente funciona:

“‘instrumentalizando’ sucesso e falha (por exemplo, com novas ferramentas para apreciação); e ‘objetificando’ responsabilidades pessoais (por exemplo, associando explicitamente objetivos e tarefas a um pessoal específico), desse modo ‘atribuindo iniciativas, decisões e, portanto, possíveis erros a indivíduos’” (Courpasson, 2000, p. 153).

Essa reatribuição da culpa através da crescente responsabilização dos indivíduos por seu trabalho e a maior visibilidade de seu desempenho tem implicações importantes sobre como o trabalho é realizado dentro dessas novas formas de governança organizacional, e sobre as relações sociais que se desenvolvem ao redor desse trabalho. É a estas ramificações de novas formas de governança que me dirijo agora.

## **Avaliando novas formas de governança organizacional**

Obviamente existem muitos métodos diferentes para avaliar as conseqüências de mudanças organizacionais e gerenciais, entretanto o foco desse capítulo está nas relações de trabalho. Considerando os efeitos da mudança em direção a risco e governamentalidade mencionados acima, é útil começar com um enquadramento mais amplo para mapear como transações são gerenciadas dentro das organizações. Uma abordagem comum, seguindo Bradach e Eccles (1989), seria estudar como custo, autoridade e confiança são combinados dentro de formas particulares de regimes de governança. A gestão pode, portanto, buscar motivar e controlar trabalhadores através de uma combinação de incentivos financeiros (custo) e normas e diretrizes (autoridade), com as configurações específicas desses funcionando através de diferentes formas de (des)confiança organizacional (Adler, 2001). Na gestão no setor público no norte europeu, por exemplo, legisladores procuraram reconfigurar a governança em saúde introduzindo formas quase-mercado de incentivo, junto com metas, normas, vigilância e auditoria descritas na seção anterior (ver Flynn 2002; e Hammond et al., 2019 para um exemplo recente).

A literatura que analisa essas reformas salientou as maneiras defensivas de práticas de trabalho cotidianas que podem emergir dentro dessas novas formas de governança, nas quais “tentativas de redistribuir poder da governança central para agências e localidades fornecem condições férteis para ‘jogos de culpa’ (Hood, 2011), ‘jogos às escondidas’ e ambigüidade nas responsabilizações quando os objetivos não são atingidos” (Hammond et al., 2019, p. 1151). Parte dessa ambigüidade e culpabilização se relaciona com a dificuldade, descrita por Power (1997), em usar auditoria e vigilância para capturar o que realmente importa – por exemplo, cuidado ao paciente – e a inevitável tendência de que as organizações se tornem crescentemente orientadas às características “secundárias” mais visíveis e mensuráveis do trabalho, como o tempo de espera.

Um exemplo marcante dessa tendência surgiu no Sistema Nacional de Saúde inglês no começo dos anos 2000. Reportagens de jornal e da mídia mais ampla sobre pacientes esperando demasiadamente por assistência emergencial levaram o governo nacional a definir metas (95% dos pacientes sendo vistos dentro de 4 horas) e a impor penalidades financeiras a hospitais que regularmente falhassem a atingir essas metas. Como Bevan e Hood (2006) descreveram, isso leva a diversas formas de práticas defensivas entre diferentes hospitais e profissionais. Em minha própria pesquisa vi como enfermeiros, por exemplo, sentiram que gastaram uma quantidade desproporcional de seu tempo tentando encontrar camas para pacientes a fim de que estes não esperassem por muito tempo, e que os enfermeiros priorizaram pacientes que estavam esperando muito tempo ao invés daqueles que precisavam mais ou estavam em maior risco (Brown, 2011). Esses incentivos perversos, onde por vezes a lógica de não ser financeiramente penalizado substituiu a lógica da boa assistência, leva alguns hospitais a sistemáticas-“jogadas” de sistema. Jogadas que envolvem diversas maneiras pelas quais trabalhadores desenvolvem formas de subversão reativa como “atingir o alvo e perder o ponto” ou diminuir o desempenho onde a meta não se aplica (Bevan & Hood, 2006, p.521). Em um hospital, um médico assistente me descreveu como eles tinham feito uma linha no chão do departamento. Quando um paciente cruzava a linha ele era “admitido”, então contanto que eles se movessem do outro lado daquela linha os pacientes não estavam esperando, independente da real assistência prestada a eles. Como um médico assistente trabalhando naquele departamento comentou:

Parece uma farsa... era como se o paciente fosse essa mercadoria que estava sendo empurrada pela fábrica para trazer mais dinheiro. O sistema está maluco, por que ser tão literal pensando nisso?

Entrevistador: E isso afeta sua atitude em relação ao sistema?

Médico assistente: Sim, isso afeta. Você acaba pensando que o sistema é simplesmente ridículo. Não se pode realmente ter fé nisso. Quando me foram dados esses computadores para preencher, eu tinha que dizer quando comecei

a ver o paciente, quando eu os encaminhei, quando terminei de ver um paciente, e isso consumia enormemente o tempo, então eu via todos os meus pacientes e depois 5 minutos antes de ir [no final do dia] bastava clicar, clicar, clicar, clicar, clicar... [risos]... dando uma estimativa aproximada provavelmente sem pensar demais a respeito, apenas para que a cor na tela parecesse certa para que eu não fosse descoberto. E essas são estatísticas que as pessoas estão usando para gerar evidências nacionais para as coisas, mas você desperdiçaria metade do seu turno apontando e clicando – completamente sem sentido (de Brown, 2011, p.159).

Nesse extenso exemplo vemos evidências de como a preocupação com os riscos dos pacientes esperando longamente, por legisladores de alto nível na organização, levou à imposição de metas brutas e incentivos financeiros (preço e autoridade) que, por sua vez, prejudicou o comportamento confiável dos trabalhadores. Devido à lacuna entre “o que é mensurado e o que importa” (Bevan & Hood, 2006, p.517), trabalhadores foram obrigados por gestores locais a se tornarem cúmplices no sistema de jogo e terem comportamentos não sinceros. A falta de legitimidade, descrita acima por esse médico em termos de vigilância bruta e de resposta dos gestores intermediário, conduz não apenas a perversos incentivos e jogos, mas a um contexto onde dados auditados foram “criativamente” produzidos, o que a longo prazo pode provavelmente conduzir a uma má tomada de decisão, uma vez que esses dados foram uma resposta, em grande parte, fictícia ao regime de governança.

Esse comprometimento de comunicação honesta dentro da organização não é a única maneira pela qual relações de confiança podem ser prejudicadas em meio às novas formas de gestão orientadas para o risco. Práticas defensivas podem se proliferar à medida que os trabalhadores respondem a elevadas formas de vulnerabilidade experimentadas em regimes administrativos orientados por vigilância e metas. Na pesquisa que realizei com Michael Calnan sobre como serviços de saúde mental lidam com risco e incerteza (Brown & Calnan, 2012), os clínicos e gestores mais antigos frequentemente referiram-se a

experiências de vulnerabilidade que eram comuns entre muitos daqueles trabalhando na organização.

Psiquiatra sênior: Aumentando a pressão o tempo todo... é sobre muitas coisas, são as metas governamentais, são as metas organizacionais, é o que eles chamam “graves incidentes desagradáveis”. Tudo isso... e está se tornando cada vez mais... (de Brown & Calnan, 2016, p.293).

Gestor: Eu penso que há muita pressão ao redor... particularmente em termos de... como os serviços são gerenciados a nível central e sob encomenda... as pessoas falam sobre metas de desempenho e nós estamos nos voltando muito para isso... mas isso cria uma pressão em si. (de Brown & Calnan, 2016, p.293).

As experiências de pressão e vulnerabilidade descritas aqui podem ser abordadas de diferentes maneiras. Nós vimos algumas dessas nos dados apresentados acima e vamos explorar outras respostas na seção seguinte. As evidências e a literatura brevemente analisadas nesta seção enfatizam a dificuldade em utilizar metas, vigilância e auditoria para capturar o que realmente importa e, como resultado, os efeitos potencialmente prejudiciais de burocracia e incentivos financeiros na cultura e confiança organizacionais (Brown & Calnan, 2010).

### **O que é confiança e como correntes de confiança operam dentro das organizações?**

No mesmo projeto de pesquisa estudando serviços de saúde mental no Serviço Nacional de Saúde (NHS) inglês, nós identificamos alguns exemplos onde uma comunicação relativamente aberta ajudaria a aliviar a pressão dos colegas e os auxiliaria a lidar com a vulnerabilidade, permitindo a eles trabalharem com a incerteza e casos difíceis de uma maneira construtiva. Isso era mais provável de acontecer onde havia forte suporte dos colegas mais antigos e um ambiente de confiança mais amplo na equipe (Brown & Calnan, 2012). Esse “ambiente de aprendizagem” de qualidade (Sheaff & Pilgrim, 2006), entretanto, não era comum e nós encontramos mais evidências de contextos onde a confiança foi

prejudicada ao longo do tempo, parcialmente como resultado do foco da equipe em burocracia e verificação. A verificação tende a surgir na relativa falta de confiança, em que colegas são constantemente obrigados a fornecer evidência burocrática de que eles estão trabalhando de uma maneira particular, ao invés de ser confiados de que estão trabalhando (ver Davies & Mannion, 2000).

A confiança, enquanto isso, envolve a formação de expectativas que permitem a alguém agir como se soubesse o futuro, apesar de o futuro ser sempre incognoscível (Lewis & Weigert, 1985), com esse conhecimento lhe permitindo confiar em outra pessoa (o confiado). Ao invés de pedir por evidências ou verificação do confiado, o processo de confiança envolve a construção disso como pressupostos, que são inferidos e ligados entre si baseados em interações, e potencialmente suas experiências anteriores, com o confiado. Os pressupostos positivos são facilitados pelo conhecimento do contexto organizacional no qual esse confiado está integrado e que exercem assim alguma forma de controle sobre o confiado, tornando suas ações mais previsíveis (Möllering, 2005; Brown, 2009). A confiança é uma maneira importante pela qual trabalhadores tornam-se capazes de lidar com a vulnerabilidade e a incerteza que enfrentam nas transações e interações cotidianas no ambiente organizacional. A confiança permite aos trabalhadores resolver problemas e buscar ajuda de colegas e gestores de maneiras que seria muito difícil caso não pudessem confiar nesses outros. No entanto, ao colocar a confiança em outro, a pessoa também se torna vulnerável a ser decepcionado por esse confiado. Essa complexa relação entre confiança e vulnerabilidade será importante para a análise desenvolvida a seguir.

Nas equipes que estudamos onde a confiança era mais limitada, encontramos evidência de experiências de vulnerabilidade e pressão resultando em saúde precária dos trabalhadores da equipe:

Assistente social 2: Ficamos estressados e a equipe fica doente, então obviamente precisamos cuidar do volume de casos de alguém também.

Gestor 1: Se alguém está muito doente ou ausente e não contribui com a equipe nesse tipo de coisa, e depois isso começa a parecer um pouco desconfortável e as pessoas começam a se dividir e esses tipos de coisas... reuniões são canceladas ou [reuniões da coordenação de assistência] são canceladas, e é quando a confiança começa a balançar e mudar a equipe... o que ocorre bastante aqui.

Por sua vez, vemos aqui que esse absenteísmo pode ter efeitos prejudiciais na confiança dentro da equipe. Na primeira citação acima vemos que o assistente social descreve o aumento da carga de trabalho que resulta das ausências de seus colegas no trabalho. Na segunda citação acima vemos desafios de confiança mais diretamente, através de suspeita e reações de divisão dentro da equipe, especialmente quando um colega fica doente repetidamente.

Quando trabalhadores tornam-se cada vez mais ocupados, como quando assumem o trabalho de um colega doente, encontramos evidência de que eles têm menos tempo para estar com colegas e pacientes, o que por sua vez impacta negativamente na comunicação e no compartilhamento de informação. Esse desgaste do tempo, portanto, começou a dificultar as relações sociais dentro da equipe e a qualidade da partilha de conhecimento e suporte. Isso pode, então, deixar alguns colegas sentindo-se vulneráveis, em que eles recebem menos sugestões e conselhos e onde eles têm menos contatos sociais com seus colegas.

O que vemos nessa discussão acima, e na verdade mais implicitamente em muito do que venho descrevendo no capítulo até agora, é o desenvolvimento de círculos virtuosos e viciosos de confiança e desconfiança, que então proliferam dentro de camadas particulares de uma organização e que podem se espalhar por toda a organização como correntes de confiança e/ou desconfiança (ver Brown & Calnan, 2016). Eu resumo essas tendências circulares, articulando vulnerabilidade, incerteza e tempo, na Figura 1 a seguir.

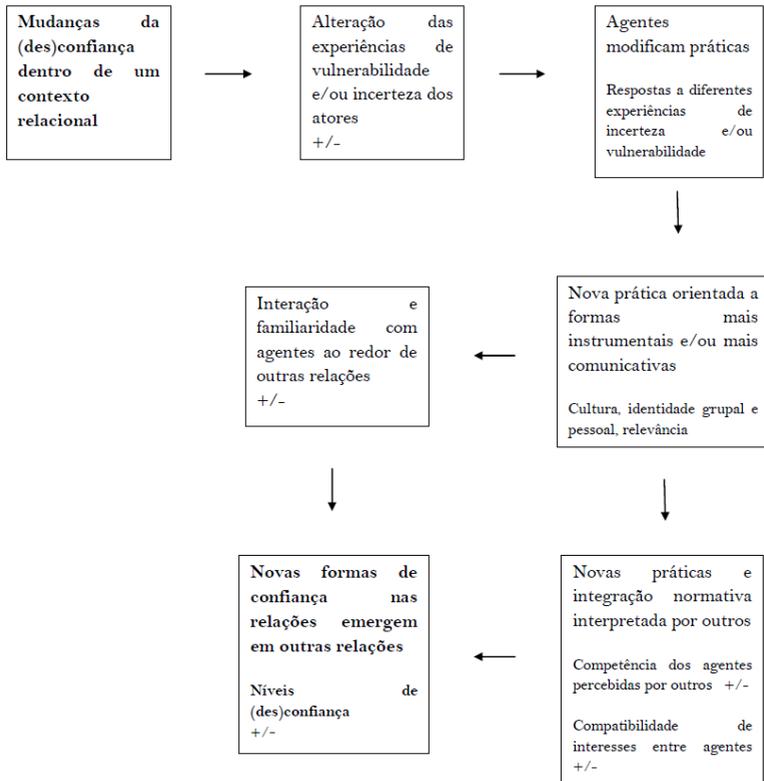
Experiências de vulnerabilidade e tempo são especialmente importantes para essa análise porque elas “são ambas influências e resultados da (des)confiança” e isso as faz “peças vitais na explicação das

correntes de (des)confiança e, por conseguinte, os mais amplos ‘ciclos’ virtuosos e viciosos” (Brown & Calnan, 2016, p.290). Um outro exemplo em que vulnerabilidade e tempo interagem em torno da confiança ou desconfiança relaciona-se à pressão no sentido da grande quantidade de papelada em resposta a exigências burocráticas de verificação ou prova de que o trabalho está sendo realizado. Como mencionado anteriormente, o próprio processo de verificação pode ser visto como evidência de baixos níveis de confiança dentro da organização. Em meio à vulnerabilidade pela qual os trabalhadores podem ser responsabilizados por suas ações, uma tendência pode se desenvolver para compilar grandes quantidades de evidências burocráticas:

Psicólogo consultor 1: Está relacionado à confiabilidade ou falta de confiabilidade de todo o sistema, porque os registros dos [meus] colegas são muitas vezes defensivos, na minha visão. Então eles escrevem resmas e resmas e resmas de detalhes dos contatos só para o caso deles... se forem chamados a prestar contas.

Essa evidência foi projetada para limitar a vulnerabilidade dos trabalhadores mas a papelada é extremamente demorada assim como visto anteriormente, prejudicando as interações face a face e o compartilhamento de conhecimento através do qual a confiança é geralmente construída. A verificação pode, através de mecanismos que conectam vulnerabilidade e tempo, dessa maneira enfraquecer a confiança, o que por sua vez tornam ainda mais prováveis outras formas de controle (Brown & Calnan, 2016).

Figura 1 – Microdinâmicas do processo de mudança da confiança ao redor de diferentes relações (adaptado de Brown & Calnan, 2016, p.289).



**Focar em confiança, ao invés de risco, pode melhorar as relações dos trabalhadores, comunicação e, portanto, a gestão de risco**

Tendências organizacionais voltadas à verificação nem sempre levam a círculos viciosos de desconfiança, contudo. Nossa pesquisa também identificou exemplos onde gestores e clínicos mais antigos recuaram contra políticas de verificação, reduzindo assim a pressão da verificação e tranquilizando seus colegas mais jovens, aliviando a vulnerabilidade. Tomando explicitamente medidas para confiar em sua equipe, e não exigindo tanta verificação, tempo foi “criado” – melhorando

produtividade, comunicação e, em consequência, confiança. Como um trabalhador dentro de uma equipe mais confiante descreveu:

Psicólogo assistente: ... as pessoas dão mais horas do que na verdade deveriam... sentem isso porque confiam em nós... então é quase recíproco, sabe – “bom, não vou parar aquela meia hora”, sabe, “tudo bem”. Na realidade eu penso que é provavelmente muito, muito mais produtivo... e você não tem pessoas gastando duas horas reclamando sobre a gestão [como experimentado em locais de trabalho anteriores] porque não há nada do que reclamar. Então sim, eu penso que funciona muito bem e espero que continue assim. (de Brown & Calnan, 2016, p. 297).

Círculos virtuosos como esse, em que decisões de gestão conscientes em confiar ajudaram a moldar círculos virtuosos de confiança recíproca, também auxiliaram essas equipes a gerenciar os riscos enfrentados por seus clientes. Um risco fundamental enfrentado pelos serviços de saúde mental que estudamos relacionava-se à gestão eficiente de medicação, especialmente em situações onde pacientes experimentavam sintomas psicóticos crescentes:

Paciente com diagnóstico de bipolar: “Eu posso ligar para ela e dizer como estou me sentindo e o que está acontecendo e eu posso dizer ‘eu quero tomar haloperidol porque estou doente’. E então eu posso entrar em contato com ela... Mas isso pode acontecer por telefone, sem nada desse pânico e merda... mas eles têm que confiar em mim. Eu não sou do tipo de sobredosagem. Eles precisam confiar e se eles confiam, eu confiarei neles. E esse é o ponto, entende... Eu vou confiar em quem confia em mim.”

Nessa citação de um paciente nós vemos como a confiança permite altos níveis de rápida e aberta comunicação que, por sua vez, permitem uma relação cooperativa que diminui o risco do paciente ficar muito mal. É nesse sentido de facilitação de comunicação e troca de conhecimento que Wilkinson (2004, p.94) observa que a confiança funciona como um “solvente de risco clínico”. As maneiras pelas quais a confiança facilita a comunicação e a cooperação dentro das organizações implicam que organizações onde a confiança é alta tenderão a tornar-se alertas a, e

gerenciar, riscos emergentes mais efetivamente. Considerando que vimos anteriormente no capítulo que tentativas de gerenciar o risco diretamente por vezes tende a levar a formas de vigilância e auditoria que podem destruir a confiança, onde gestores sênior e legisladores priorizam o desenvolvimento de confiança organizacional é possível formar uma base bastante eficaz de manejo do risco dentro de uma organização. (Brown & Calnan, 2013).

Alguns podem argumentar que tal abordagem de confiança como um objetivo de gestão é improvável ou muito arriscada. O desenvolvimento de novas abordagens de gestão pública na assistência de saúde no norte europeu em parte foi visto como uma reação contra um sistema anterior onde profissionais de assistência em saúde, especialmente médicos, eram muito confiados e onde essa confiança foi perdida; embora a evidência para essa última preocupação continue um ponto discutível (Brown & Calnan, 2010). Em outras partes do mundo onde uma ampla confiança social é menor, as organizações enfrentariam um desafio bem maior de construir uma cultura de confiança dentro de suas organizações ou em interações com outras organizações.

Uma resposta a ambas essas preocupações é que existem diferentes formatos de confiança. Walls e colegas (2004) e Calnan e Rowe (2008) contrapuseram uma confiança “cega”, a qual realiza suposições simplistas sobre o confiado baseado em hierarquias tradicionais, e uma mais qualificada e “crítica” forma de confiança pela qual a confiança é desenvolvida em comunicações abertas e tem de ser conquistada. A promoção de formas críticas de confiança pode ser mais eficiente e menos arriscada para organizações, embora isso exija que as organizações enfrentem simultaneamente formas institucionalizadas de hierarquia e subserviência tradicional.

Uma segunda resposta a essas preocupações é que a eficiência que a confiança produz, reduzindo os custos de transação e facilitando cooperação e troca de conhecimento, é um objetivo que vale a pena perseguir mesmo se for desafiador e lento desenvolver uma cultura de

confiança. Formas de governança distanciadas e frias podem ser mais atrativas no curto prazo devido ao rápido e mais óbvio ganho de eficiência que trazem, porém, como vimos neste capítulo, os custos a longo prazo dessas medidas podem levar a todo tipo de dificuldades (Pollitt, 1995, p.147).

## **Conclusão**

Estruturas de gestão e formas de governança organizacional tradicionais têm sido substituídas por uma gama de novas formas de gestão organizacional. Elas variam em estrutura e escala mas tendem a compartilhar uma série de características-chave – nomeadamente uma tendência um tanto paradoxal de aumento de acentuada supervisão ao lado do aumento da distância, com ambos os objetivos movidos por pressões relacionadas a eficiência, calculabilidade e responsabilização. Nós exploramos outros condutores dessas tendências que incluem, pelo menos em alguns setores, uma diminuída confiança nos trabalhadores. Nesses contextos, verificação é preferível à confiança, embora isso seja alcançado através de formas de vigilância e auditoria distantes. A ironia é que essa resposta à diminuída confiança tende a resultar em (maior) desgaste da confiança. De fato a pedra angular da análise apresentada neste capítulo foram os círculos viciosos e virtuosos de confiança, como se desenvolvem e seu potencial para se espalhar pelas organizações através de correntes de (des)confiança.

Portanto, embora tendências culturais no sentido de verificação e planejamento para o futuro possam empurrar a gestão em direção a uma maior utilização de auditoria e controle, a principal mensagem para gestores e legisladores que pode ser extraída do presente capítulo é que a busca por controle e gestão de risco pode muitas vezes levar à diminuição do controle e à produção de novos riscos devido aos muitos efeitos colaterais disfuncionais da governança do risco e práticas laborais defensivas em meio à governamentalidade. Essa compreensão, baseada

em minha própria pesquisa empírica e em grande parte da literatura, aponta para os benefícios potenciais da busca por confiança como um objetivo central da governança organizacional. Embora essa não seja uma opção simples e os gestores possam enfrentar custos a curto prazo, os benefícios a longo prazo em termos de uma gestão de riscos mais eficaz (através da melhoria dos fluxos de conhecimento) e ganhos de eficiência (através de menores custos de transação) são atraentes. Nesse sentido, eu finalizo retornando ao título desse capítulo e ao parágrafo inicial, em que relações de trabalho permanecem tão centrais para a eficácia de qualquer organização e, portanto, qualquer sistema de governança deve ser avaliado principalmente em termos do seu impacto nessas relações.

## Referências

- Adler, P. (2001). Market, hierarchy, and trust: The knowledge economy and the future of capitalism. *Organization Science*, 12(2), 215-234.
- Bevan, G. & Hood, C. (2006). What's measured is what matters: targets and gaming in the English public healthcare system. *Public Administration*, 81(3), 517-538.
- Bradach, J. L. & Eccles, R. G. (1989). Price, authority and trust: from ideal-types to plural forms. *Annual Review of Sociology*, 15, 97-118.
- Brown, P. (2009). The phenomenology of trust. A Schutzian analysis of the social construction of knowledge by gynae-oncology patients. *Health, Risk & Society*, 391-407.
- Brown, P. (2011). The concept of lifeworld as a tool in analysing health-care work: exploring professionals' resistance to governance through subjectivity, norms and experiential knowledge. *Social Theory and Health* 9(2), 147-165.
- Brown, P., Flores, R., & Alaszewski, A. (2019). Understanding policy scandals in historical context: a longer-term lens for policy analysis. *Journal of Social Policy*, 49(1), 125-143.

- Brown, P. & Calnan, M. (2010). The risks of managing uncertainty: the limitations of governance and choice, and the potential for trust. *Social Policy and Society*, 9(1), 13-24.
- Brown, P. & Calnan, M. (2012). *Trusting on the edge: managing uncertainty and vulnerability in the midst of severe mental health problems*. Bristol: Policy Press.
- Brown, P. & Calnan, M. (2013). Trust as a means of bridging the management of risk and the meeting of need: a case study in mental health service provision. *Social Policy and Administration*, 47(3), 242-61.
- Brown, P. & Calnan, M. (2016). Chains of (dis)trust: exploring the underpinnings of knowledge sharing and quality care across mental health services. *Sociology of Health and Illness*, 38(2), 286-305.
- Brown, P., Heyman, B. & Alaszewski, A. (2013). Time framing and health risks: an editorial. *Health, Risk & Society*, 15(6), 479-88.
- Calnan, M. & Rowe, R. (2008). *Trust matters in healthcare*. Maidenhead: Open University Press.
- Courpasson, D. (2000) Managerial strategies of domination: power in soft bureaucracies. *Organization Studies*, 21, 141-161.
- Davies, H. & Mannion, R. (2000). Clinical governance: striking a balance between checking and trusting. In Smith, P. (Ed) *Reforming markets in health care: an economic perspective*. Buckingham: Open University Press
- Douglas, M. (1992). *Risk and blame: essays in cultural theory*. London: Routledge.
- Flynn, R. (2002). Clinical governance and governmentality. *Health, Risk & Society*, 4(2),155-173.
- Giddens, A. (1991). *Modernity and self-identity: self and society in the late-modern age*. Palo Alto: Stanford University Press.
- Habermas, J. (1975). *Legitimation Crisis*. Boston: Beacon Press.

- Hammond, J., Speed, E., Allen, P., McDermott, I., Coleman, A. & Checkland, K. (2019). Autonomy, accountability, and ambiguity in arm's-length meta-governance: the case of NHS England. *Public Management Review*, 21(8), 1148-1169.
- Hood, C. (2011). *The blame game: spin, bureaucracy, and self-preservation in government*. Princeton: Princeton University Press.
- Kierkegaard, S. (1944). *The concept of dread*. Princeton: Princeton University Press.
- Lewis, J. & Weigert, A. (1985). Trust as a social reality. *Social Forces*, 63(4), 967-985.
- Luhmann, N. (1993). *Risk: a sociological theory*. New York: Aldine de Gruyter.
- Mendes, A. M. (2007). *Psicodinâmica do trabalho: Teoria, Método e Pesquisas*. São Paulo: All Books.
- Möllering, G. (2005). The trust/control duality: an integrative perspective on positive expectations of others. *International Sociology*, 20(3), 283-305.
- O'Malley, P. (1992). Risk, power and crime prevention. *Economy and Society*, 21(3), 252-275.
- Pollitt, C. (1995). Justification by works or by faith? Evaluating the new public management. *Evaluation*, 1(2), 133-154.
- Power, M. (1997). *The Audit Society: rituals of verification*. Oxford: Oxford University Press.
- Power, M. (2004). *The risk management of everything: rethinking the politics of uncertainty*. London: Demos
- Rothstein, H. (2006). 'The institutional origins of risk: a new agenda for risk research'. *Health, Risk & Society*, 8(3) 215-221
- Sheaff, R. & Pilgrim, D. (2006). Can learning organizations survive in the newer NHS?. *Implementation Science* doi:10.1186/1748-5908-1-27.

- Walls, J., Pidgeon, N., Weyman, A., & Horlick-Jones, T. (2004). Critical trust: understanding lay perceptions of health and safety risk regulation. *Health, Risk & Society*, 6(2), 133–150.
- Warner, J. (2006). 'Inquiry reports as active texts and their function in relation to professional practice in mental health'. *Health, Risk and Society*, 8(3), 223–237.
- Weber, M. (1978). The development of bureaucracy and its relation to law. In W. Runciman (Ed.), *Weber: Selections in Translation* (pp. 341– 56). Cambridge: Cambridge University Press.
- Wilkinson, J. (2004). The politics of risk and trust in mental health. *Critical Quarterly*, 46, 82– 102.
- Wilkinson, I. (2010). *Risk and vulnerability in everyday life*. London: Routledge.

## Capítulo 8

### **Acidentes de trabalho: o erro humano como “fim da história”**

*João Areosa*<sup>1</sup>

Podemos começar por afirmar que os acidentes de trabalho ilustram, peremptoriamente, a desestruturação em que se encontra o universo laboral contemporâneo. Porém, não sendo os acidentes um fenómeno restrito ao mundo hodierno, então, será necessário aferir quais são as características (causas e circunstância) que estão no seu âmago, bem como o tipo de investigação que as organizações efetuam sobre a ocorrência desses eventos. Os erros humanos (atos inseguros) são normalmente considerados os grandes vilões da segurança, logo são os primeiros - e por vezes únicos - responsáveis dos acidentes (pelo menos essa é a visão dominante). Debater estas questões é o principal propósito do presente capítulo.

Dentro do universo laboral, se considerarmos a eminente quantidade de riscos que determinadas organizações produzem, assim como a sua elevada gravidade, é plausível sublinhar que algumas delas são autênticas *fábricas de riscos*. Os acidentes são eventos pluricausais, heterodeterminados, mas eles só ocorrem porque existem riscos a montante. Isto significa que os riscos são uma espécie de pré-condições ou antecâmaras para a ocorrência de acidentes (Areosa, 2009). Em outras palavras, os acidentes só acontecem porque existem riscos que os

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto na Escola Superior de Ciências Empresariais (ESCE-IPS). Pesquisador do Centro Interdisciplinar em Ciências Sociais (CICS.NOVA) da Universidade Nova de Lisboa.

antecedem e que em algum momento se materializaram ou concretizaram (os riscos ocupacionais são, essencialmente, produto do funcionamento interno das organizações). Outro aspecto importante: o risco é uma entidade onipresente e pode ser compreendido como espécie de *continuum* que nunca desaparece. O risco zero é uma fantasia, dificilmente existe no mundo real. Este é o cenário com o qual devemos contar, sob pena de distorcermos excessivamente a visão que temos sobre o ambiente à nossa volta.

### **Preparadas para falhar: as organizações enquanto produtoras de riscos e acidentes**

Poderemos nós, alguma vez, eliminar todos os acidentes? Não, não podemos! Afinal, o mundo é um local repleto de incertezas, contingências, indeterminações, ameaças, vulnerabilidades e por aí adiante. Mesmo quando, hipoteticamente, todos os conhecimentos, meios e competências tenham sido mobilizados para construir os “mais perfeitos” sistemas de gestão de segurança, ainda assim, *eles estão prontos para falhar*. Porque o risco organizacional nunca é zero. Por isso, no mundo real torna-se utópico pensar que todos os acidentes podem ser prevenidos, em todas as suas possíveis variações (embora a prevenção seja útil ou mesmo imprescindível).

Os acidentes são acontecimentos repentinos em que se articulam múltiplos fatores. Às suas causas podem estar associadas, simultaneamente, dimensões sincrônicas e diacrônicas (Areosa & Dwyer, 2010). Em sentido etimológico, o termo acidente significa um qualquer evento não planejado, súbito, involuntário, fortuito, imprevisto e/ou fruto do acaso. Pode também significar algo nefasto, maléfico e aleatório que provoca danos ou prejuízos. Tal como foi aludido acima, ao contrário daquilo que seria desejável, podemos “profetizar” uma impossibilidade empírica para controlar e antever todas as situações passíveis de causar acidentes (os riscos, quer sejam conhecidos, quer sejam desconhecidos não nos permitem atingir essa meta).

Isso significa que os acidentes sempre fizeram e sempre farão parte dos eventos ocorridos em sociedade; essa ideia pode ajudar a explicar, em parte, o porquê de eles poderem ser considerados como um problema social grave (Areosa, 2012a, 2012b). É verdade que os acidentes podem ocorrer em todos os lugares (escolas, casas, locais de trabalho, estradas, etc.), em diversas circunstâncias e derivar de múltiplas causas. Esta fatalidade social à qual todos nós estamos sujeitos depende da exposição aos riscos que vivenciamos permanentemente (reiteramos que eles são entidades ubíquas no mundo real). Mas a exposição aos riscos laborais e a consequente ocorrência de acidentes de trabalho é socialmente determinada, por imposição de um sistema de produção e dependente de uma correlação de forças entre diferentes grupos sociais:

“As máquinas que picotam dedos e mãos, o trabalho repetitivo que incapacita braços, as condições insalubres que ceifam os anos de vida dos trabalhadores, o trabalho sem sentido que os enlouquece não estão nas fábricas simplesmente porque necessitamos de carros, carrinhos de supermercados ou quinquilharias de matéria plástica ou, ainda, porque são o único meio possível de produzir esses bens. Estão lá porque - por meio de um regime baseado em fome, força e ideologia - são impostos aos trabalhadores” (Oliveira, 2019, p. 25).

Areosa e Sznelwar (2019) defendem que há duas visões contraditórias sobre os acidentes: a visão hegemônica e a visão contra-hegemônica. Aos empregadores (em parte produtores dos discursos dominantes) interessa refutar qualquer responsabilidade sobre os acidentes de trabalho. Por isso, a sua concepção defendeu quase sempre a ideia da inevitabilidade dos acidentes (o designado preço a pagar pelo desenvolvimento industrial) ou a imprudência e respectiva responsabilidade dos próprios trabalhadores. Estas ideias tantas vezes repetidas (coadjuvadas pela falta de melhores explicações) acabaram por influenciar o pensamento da sociedade de modo profundo e transversal. Os erros humanos eram vistos como os grandes responsáveis pelos acidentes e isso traduz uma ideologia da culpabilização. Estes pressupostos

são designados como visão hegemônica sobre os acidentes. Atualmente sabemos que os acidentes são fenômenos que derivam de múltiplas causas e circunstâncias, são heterodeterminados, particularmente aqueles que estão relacionados com diversas vulnerabilidades organizacionais. Os erros humanos são, essencialmente, resultado da organização do trabalho, logo esses erros não são a principal causa dos acidentes, eles são consequência das condições organizacionais. E os acidentes também representam a forma banalizada como as organizações aceitam a degradação das suas condições de segurança. Esta concepção é, sinteticamente, a visão contra-hegemônica sobre os acidentes.

De certo modo, o acidente revela-se a partir da sincronicidade “perfeita” de vários fatores conjugados entre si. Paralelamente, os acidentes também podem ser entendidos como eventos que revelam determinadas disfunções organizacionais, os quais normalmente geram inquietações, semeiam medos, desestabilizam a confiança nos sistemas e produzem brechas nas nossas representações sobre a segurança das empresas. São acontecimentos que geram rupturas nas crenças culturais e nas normas sociais das organizações acerca dos perigos (Turner, 1978). Por vezes, os acidentes também representam uma perda imaterial na confiança sobre a empresa, nos seus métodos e técnicas ou sobre a sua própria gestão.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> A gestão é um fator central para o funcionamento das empresas. Mas, hoje temos vários indícios de que o trabalho está adoecendo os trabalhadores das sociedades mais desenvolvidas. Em parte, este adoecimento está relacionado com os efeitos iatrogênicos dos “novos” modelos de gestão. O mundo do trabalho está colonizado por práticas, técnicas e modelos de gestão que abandonaram completamente as preocupações com o bem-comum e que visam o lucro a qualquer preço. A gestão é atualmente uma tecnologia de poder, colocada ao serviço do capital, cuja finalidade é adaptar os trabalhadores, de múltiplas formas, às exigências das empresas. Embora a gestão em si mesma possa não ser obrigatoriamente um mal, neste momento está colocando as sociedades e os trabalhadores sob enorme pressão. Aliás, a pressão excessiva é interpretada por Diane Vaughan (1996) como uma “cultura de produção invasora”.

Segundo Foucault (1977), o poder atribuído à gestão tem como função tornar os corpos dos trabalhadores “úteis, dóceis e produtivos”. A devoração do sujeito, a sua captura, a vampirização do corpo, da mente e da alma do trabalhador ganham força nos modelos de gestão que vendem, de modo sofisticado e subtil, a expulsão do sujeito da cena do trabalho (Mendes, 2018). É verdade que as consequências dos atuais modelos de gestão são contraditórias: Se por um lado, é inegável o crescimento da riqueza produzida (a qual tem subjacente a vitalidade do sistema) e o dinamismo económico é elevado. Por outro lado, assistimos à degradação das condições de trabalho, à perpetuação do elevado número de acidentes, ao aumento das doenças profissionais, à precarização do emprego, à insegurança e ao sofrimento (Areosa, 2018). A gestão coloca a sociedade numa espécie de luta de todos contra todos! A cooperação cede lugar à concorrência. A solidariedade e a interajuda estão cada vez mais frágeis. As múltiplas pressões exercidas pelas áreas de produção invadem constantemente todos os terrenos da empresa, incluindo as próprias “margens de

Na verdade, os acidentes de trabalho são um problema global, podendo até ser entendidos como uma questão de saúde pública (tal como as doenças profissionais). Além das evidentes consequências para os trabalhadores sinistrados, ainda existem diversos problemas familiares (pelo menos nas situações mais graves), bem como implicações para o funcionamento interno das organizações e do próprio país onde eles ocorrem. Todavia, os acidentes são fenômenos complexos, multifacetados e com implicações muito diversificadas. Alguns setores de atividade e algumas empresas são, de fato, produtoras de riscos não controlados, cujas consequências são bem conhecidas (veja-se os exemplos de *Bhopal*, *PiperAlpha*, *Chernobyl*, *Fukushima*, *Brumadinho*, etc.). Mesmo nos casos em que os acidentes “apenas” envolvem um único trabalhador, podemos estar perante casos graves, nomeadamente amputações ou outras disfunções permanentes, cuja situação extrema passa pela morte do sinistrado. Ironicamente podemos afirmar que trabalhar nestes locais acaba por ser uma atividade altamente arriscada e perigosa, onde os trabalhadores parecem jogar a uma espécie de “roleta russa”! É com esta realidade que alguns trabalhadores têm de conviver no seu cotidiano. Tudo isto acaba por ser ampliado devido ao fato de vivermos no apogeu do *capitalismo selvagem*, em que se verifica uma forte tendência para a intensificação do trabalho (Dal Rosso, 2008), para a utilização de técnicas predatórias de gestão (Gaulejac, 2007), para a *flexploração* dos trabalhadores (Bourdieu, 1998) ou para a precarização do trabalho, geradora de uma subcidadania crescente da população mundial (Standing, 2014). Quando os níveis de solidariedade, cooperação e interajuda são esmagados pelos processos de individualização, fomentados pelas práticas de gestão atuais, a proteção mútua dentro dos coletivos de trabalho (que de coletivos muitas vezes só têm o nome) é diminuta.

---

segurança”. O poder gestor promove o individualismo, naturaliza eficazmente a violência do capitalismo, enfraquece os laços nos coletivos de trabalho e incentiva a des-sindicalização (Gaulejac, 2007). Toda esta conjuntura favorece ou facilita a ocorrência de acidentes.

Mas afinal porque é que o capitalismo pode ser determinante para o aumento dos acidentes e de alguns tipos específicos de doenças? A principal razão para isso (embora longe de ser a única) é porque dentro desta teia de interesses econômicos somos “obrigados” a trabalhar mais e em condições que poderiam ser bem melhores (caso não houvesse a incessante procura do lucro e a respetiva concentração de capital, o que acaba por inviabilizar a melhoria das condições de trabalho); mas as empresas insistem em não reduzir o tempo de trabalho, nem melhorar as condições laborais porque os recursos produzidos pelo trabalho são canibalizados por grupos poderosos. Neste contexto, continua a fazer sentido falar na exploração do homem pelo homem (tal como Marx já tinha preconizado) ou, na auto-exploração que é algo mais sutil, mas terrivelmente eficaz, dado que não levanta contestação.<sup>3</sup> Para além disso, o capital ainda faz muitos trabalhadores acreditarem que a referida auto-exploração é sinónimo de realização (Han, 2017). Contudo, são as várias formas de exploração que acabam por estar a montante da ocorrência de tantos acidentes (quer sejam acidentes “maiores” ou industriais, quer sejam acidentes “menores” ou de trabalho), bem como em alguns tipos de doenças associadas à elevada sobrecarga de trabalho (Areosa, 2019).

Os acidentes de trabalho também estão relacionados à forma como os trabalhadores percebem os seus riscos ocupacionais (Areosa, 2012c, 2014). Apesar dos acidentes serem geralmente multicausais, é quase sempre possível identificar uma causa “principal” (por norma esta causa está relativamente próxima do momento do acidente), ou seja, é o evento que permitiu “gatilhar” ou iniciar a ocorrência do acidente. Porém, esta análise superficial da alegada causa principal (reiteramos, normalmente mais próxima do momento do acidente) tende a não considerar outras dimensões igualmente importantes (mas que tendem a ficar por desvendar) e que permitiriam reconstruir uma rede de fatores associados

---

<sup>3</sup> Os estudos levados a cabo por Slovic (2000), sobre as percepções de riscos, têm demonstrado que aquilo que é decidido por nós tende a ser melhor aceito do que aquilo que é decidido pelos outros. É esse mecanismo psicológico que torna a auto-exploração (algo que nós julgamos ter decidido) tão eficiente para as organizações, sem que os trabalhadores dêem conta dessa armadilha.

ao acidente, compreendendo-o de forma mais assertiva. Nesses eventos podem interagir, entre outros, fatores técnicos, tecnológicos, organizacionais, embora as análises de acidentes raramente considerem a sua articulação e interação conjunta. Mas eles influenciam-se continuamente entre si.

Normalmente não são consideradas as raízes das causas, nem os diversos fatores que possibilitaram gerar o alinhamento simultâneo ou sequencial das condições que permitiram chegar até ao acidente. Em resumo, tendem a ser ignoradas ou esquecidas o conjunto de todas as circunstâncias que contribuíram para que aquele evento final (acidente) pudesse ter ocorrido. Este fato leva Hollnagel (2004) a afirmar que deveríamos procurar não somente as causas dos acidentes, dado que em determinadas situações faz mais sentido procurar explicações (e não as causas). Procurar as causas ou procurar as explicações remete-nos para abordagens totalmente distintas. Vale a pena ainda acrescentar que há algumas semelhanças entre a visão de Hollnagel (2004) sobre as explicações dos acidentes e a perspectiva de Perrow (1999), quando este último refere que as interações - por vezes inantecipáveis - entre múltiplos fatores em organizações complexas de alto risco podem estar na base de acidentes, tornando-os eventos “normais”.

### **Considerações sobre a investigação de acidentes**

A investigação de acidentes tem ganhado importância nas sociedades contemporâneas, tendo em conta que este tipo de eventos pode envolver aspectos individuais, sociais, econômicos, políticos, organizacionais, éticos (isto só para referir algumas das suas primordiais dimensões). O principal propósito da investigação de acidentes é desvendar quais foram os riscos que se transformaram em acidente, para posteriormente tentar eliminá-los ou esconjurá-los, de modo a evitar a sua reocorrência. Depois do acidente ter acontecido, os pesquisadores utilizam uma espécie de visão retrospectiva para identificar o que “correu mal” (no passado) e originou

o acidente. Essa tarefa serve para nos lembrar que sem o conhecimento obtido no passado, o futuro é cego (Llory & Montmayeul, 2014, p. xxxii). Mas, paradoxalmente, olhar o futuro apenas a partir do passado é como tentar descortinar o que está à nossa frente, em uma noite de escuridão. Tudo aquilo que se consegue ver é distorcido, impreciso ou imperceptível. Resumidamente, a investigação de acidentes não é mais do que tentar encontrar os fatores ou circunstâncias passadas (até ao momento do acidente) para conseguir explicar a sua ocorrência.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> A questão acerca da importância dos eventos passados pode ser debatida segundo duas perspetivas distintas: No âmbito do estudo das probabilidades, Bertrand Russel formula o *princípio da indução* a partir da associação frequente de eventos. Este autor afirma que se um evento foi observado um número significativo de vezes no passado, isto constitui prova que o mesmo será aplicável em situações futuras. Por oposição a este princípio, Goodman (1954) preconiza que nem todas as regularidades observadas no passado são suscetíveis de originar previsões para o futuro. O filósofo Nassim Taleb (2008) tende a concordar com esta última abordagem; contudo, utiliza os (irónicos) termos “Mediocristão” e “Extremistão” para caracterizar os dois pontos de vista supramencionados. Nas situações em que existe uma elevada regularidade e previsibilidade (Mediocristão) faz algum sentido projetar o futuro a partir do passado, porque predomina aquilo que é comum ou vulgar. Todavia, o mundo é um local muito mais incerto e surpreendente do que aquilo que supomos, logo, é suscetível a eventos extremos, raros ou imprevisíveis (Extremistão). São estes que normalmente influenciam de modo radical – para o bem ou para o mal – o rumo das nossas vidas e, por consequência, os acontecimentos que ficam na história.

Vejam alguns exemplos do Mediocristão e do Extremistão: coloque aleatoriamente mil pessoas na Praça do Comércio (Lisboa/Portugal), meça a altura de cada uma delas e irá verificar que a diferença entre o indivíduo mais alto e o mais baixo será, em princípio, inferior a 1 metro. Aquilo que se observa é que não existem pessoas com apenas 1 milímetro, nem pessoas com centenas de quilómetros de altura. Ou seja, há uma certa previsibilidade ou padrão relativamente à altura de cada uma das pessoas dessa “população”. Uma das características do Mediocristão é “quando a amostra é grande, nenhum dado individualmente alterará significativamente o agregado ou o total” (Taleb, 2008, p. 66). Faça o mesmo exercício para o peso das mil pessoas e verá que nenhuma delas representa mais do que 1% do total da população. Outro exemplo: some o número de caloria que consumiu durante um ano e divida por 365 dias; verá que mesmo no dia de Natal (em que todas as dietas são proibidas) não terá conseguido consumir sequer 0,5% de todas as calorias ingeridas ao longo do ano. Em ambientes dominados pelo Extremistão as situações não têm essa regularidade: coloque 999 pessoas (novamente na Praça do Comércio, Lisboa/Portugal) e some todo o seu património. Suponha que o resultado foi de 10 milhões de Euros. Agora, inclua nessa lista um dos homens mais ricos do mundo (com uma fortuna avaliada em 100 mil milhões de Euros). Se fizer os cálculos, verá que um único indivíduo representa mais do que 99,9% de toda a riqueza do grupo de mil pessoas. Cada uma das outras 999 pessoas não será mais do que um mero “arredondamento” para o somatório daquele património. Segundo o mesmo autor, “no Extremistão, as desigualdades são de tal ordem que uma única observação pode ter um impacto desproporcionado no agregado ou no total” (Taleb, 2008, p.67). Pense no salário do Cristiano Ronaldo ou do Neymar e compare com o salário de vários milhares de jogadores de futebol que jogam em equipas de menor cotação. Compreende a desproporção? O mesmo princípio é aplicável às bandas de rock que vendem milhões de CD’s e às bandas de garagem que apenas conseguem convencer os amigos a comprar o seu disco. Ou a dimensão de grandes empresas multinacionais com as micro empresas familiares, ou ainda, o autor que vende mais livros no mundo e os milhares de autores que não chegam a vender 100 exemplares. Estes são alguns exemplos de situações que são regulares e previsíveis (Mediocristão) e, por oposição, outros que são extremos, raros ou imprevisíveis (Extremistão).

O problema (e desânimo) que se coloca aos investigadores de acidentes é quando descobrem que a articulação de causas/circunstâncias/riscos que estiveram na base do acidente analisado estão sob o domínio do Extremistão; isto é, a probabilidade de voltar a acontecer algo similar pode ser tão ínfima (por exemplo, na ordem de 1 para cada mil anos) que dificilmente os seus achados servem para evitar a recorrência de um próximo acidente. Este é um dos limites imposto à aprendizagem organizacional com os acidentes.

Para além disso, o conhecimento obtido no passado pode ficar irremediavelmente perdido pela erosão temporal. Isto significa que há ensinamentos que ficam esquecidos pelo “destruidor trabalho do tempo”. É pertinente lembrar que o *cemitério do conhecimento perdido* é um local superlotado. Há memórias que se perdem ao longo da história. Mas em determinados contextos, como é o caso dos resultados da investigação de acidentes, isso pode ser demasiado perigoso. Até porque há ecos entre alguns tipos de acidentes; e quando isso não é lembrado pode facilitar a sua recorrência. Tomemos em consideração o seguinte exemplo: a propósito da explosão do foguete espacial Challenger, em 1986, Diane Vaughan (1996) já tinha referido em tom profético que as lições desse acidente tinham sido esquecidas. Efetivamente, em 2003, voltou a ocorrer um acidente (desta vez com o foguete espacial Columbia), o qual teve várias características comuns com o desastre anterior. A astronauta da NASA Sally Ride que esteve em ambas as comissões de inquérito desses acidentes, confirmou a existência de ecos (semelhanças) entre os dois desastres (Llory & Montmayeul, 2014).

Sempre que ocorrem grandes acidentes, há, regra geral, uma investigação subsequente. Contudo, é pertinente lembrar que a investigação de acidentes está repleta de emboscadas, de opacidades (como se caminhássemos num dia de denso nevoeiro) e de situações indecifráveis. Por vezes, investigar acidentes é como tentar descobrir o percurso de saída dentro de um labirinto complexo. A história dos acidentes pode ensinar-nos que a segurança não é algo permanente, que seja estável e definitiva. Nunca podemos afirmar que um sistema de segurança é suficientemente seguro; há sempre imprevistos e degradações sistêmicas que podem condicionar o funcionamento da organização e permitir que surjam acidentes. Alguns acidentes podem ter longos períodos de “incubação” (Turner, 1978). Por vezes, as organizações também migram para fora das suas margens de segurança, nomeadamente em períodos de crise, de grande pressão ou quando têm excesso de regulamentação desencontrada com o real (Rasmussen, 1997).

Para além disso, os resultados das investigações de acidentes são, por vezes, apenas aproximações ao real, dado que há possíveis distorções (na memória das pessoas, nos relatos obtidos, nos dados recolhidos, nos métodos utilizados, na forma como os pesquisadores compreendem o fenómeno, etc.). Outro aspecto importante: a busca das causas na investigação de acidentes é socialmente construída. Isto significa que os resultados das investigações não são neutros, eles sofrem pressões de várias ordens. Vejamos o seguinte exemplo: o maior acidente da história da aviação (em termos de número de mortos, perto de seiscentas vítimas) teve lugar em Tenerife (Espanha). Este acidente ocorrido em março de 1977, envolveu a colisão de dois aviões (de diferentes nacionalidades). O desastre deu lugar a três relatórios de investigação diferentes (um da Espanha - local do acidente - e os outros dois por parte das duas companhias aéreas envolvida no desastre). Surpreendentemente, os resultados de cada relatório de investigação ao acidente apontaram causas distintas (Weick, 1990). O acidente foi apenas um, mas as causas parecem ter sido construídas mediante os interesses de cada equipe de peritos.

Paralelamente, as causas que estão subjacentes aos acidentes nem sempre surgem de forma clara e evidente, nem podemos esperar que consigamos (sempre) encontrar, *a posteriori*, todas as circunstâncias e condições que contribuíram para este tipo de desfecho. A visão retrospectiva sobre qualquer fenómeno tem sempre “zonas cinzentas” que dificilmente podem ser descortinadas integralmente (isso também é verdade no caso dos acidentes). Há determinadas condições que estão na origem de certos acidentes, mas, por vezes, o nosso nível de conhecimento não nos permite decifrá-las; muitas vezes somos cegos à nossa própria cegueira. Precisamos caminhar de uma visão simplista e redutora do “erro humano”, entendido como o principal responsável pelos acidentes (ideia partidária da visão hegemônica) para a compreensão mais ampla das disfunções disseminadas dentro das organizações (preconizada pela visão contra-hegemônica dos acidentes). É um enorme viés da nossa mente pensar que o comportamento do outro (normalmente o trabalhador da

linha da frente) é sempre conhecido, previsível e controlável. Porém, essa concepção é reducionista e profundamente equivocada. No mundo real do trabalho as “certezas absolutas” normalmente não existem. Há sempre aspectos ou fatores que se encontram além do limiar do nosso conhecimento. Os perigos e riscos espreitam em qualquer processo, são onipresentes. Se tivermos consciência destes aspectos estaremos mais aptos para tentar compreender aquilo que, por vezes, parece incompreensível e inexplicável.

### **Erro humano: o grande vilão da segurança?**

As organizações são sistemas dinâmicos que incorporam diferentes graus de imprevisibilidade. Mesmo quando os riscos são controlados, esconjurados ou mitigados, ainda restam os riscos residuais (que podem fazer “estragos”). Quando atribuímos ao erro humano a principal (e por vezes única) causa para o acidente, pressupondo que existiu negligência, desatenção, imprudência ou desleixo dos trabalhadores, tendemos a omitir os fatores organizacionais que possibilitaram, permitiram ou contribuíram para esse tipo de práticas. Regra geral, esta perspectiva está assente na descoberta de algum desvio ao trabalho prescrito (normas, regras, procedimentos, etc.), normalmente próximo ao momento do evento, mas essa análise não contempla os dilemas, os conflitos, as contradições, as incertezas ou as angústias que naturalmente decorreram das próprias práticas de trabalho. É pertinente referir que muitos acidentes são evitados graças ao bom desempenho dos trabalhadores que atuam nas empresas (Dekker, 2006; Daniellou, Simard&Boissières, 2010; Amalberti, 2016). Mas quando se penaliza um trabalhador pelo ato inseguro ou erro humano, salvando assim a face da organização, isso conduz normalmente a um outro erro: o de acreditar que o problema foi resolvido. Por outras palavras, ao encontrar um culpado parece que o problema desaparece, como por um toque de magia.

Mas obviamente que o erro existe e pode causar problemas, por vezes, inesperados. A literatura sobre acidentes tem demonstrado que a execução de tarefas designadas de rotina é passível de gerar algumas “armadilhas cognitivas” aos trabalhadores que operam nos sistemas. Estas armadilhas podem acontecer em qualquer tipo de trabalho (quer em situações relativamente simples, quer em situações um pouco mais complexas). Reason e Hobbs (2003) afirmam que a familiaridade com determinadas práticas pode conduzir o nosso comportamento através de certos automatismos de rotina. Este é um aspecto que a investigação de acidentes não pode ignorar (embora seja recorrente o seu esquecimento). Para além disso, sabemos que o erro humano é onipresente, logo, aquilo que tem de ser feito é tentar evitar que os erros se transformem em acidentes, por exemplo colocando barreiras (Reason, 1997; Hollnagel, 2004; Amalberti, 2016). Para gerenciar as situações de trabalho, os trabalhadores tentam equilibrar os seus próprios recursos e os objetivos que têm de atingir, utilizando o menor número de recursos possível. Essa estratégia de ajuste explica o porquê de os trabalhadores não tentarem evitar todos os erros, mas apenas aqueles que podem trazer problemas. Trabalhar sem erros poderia significar não fazer o trabalho, devido ao cansaço, à lentidão ou à saturação que essa situação iria acarretar. Isso não representaria uma economia inteligente dos recursos, incluindo os mentais. Utilizar uma estratégia ecológica para realizar o trabalho, dentro de margens de suficiência<sup>5</sup>, é o que torna o trabalho humano eficaz (Amalberti, 2016).

É importante considerar que os trabalhadores são, normalmente, os elementos que melhor conhecem - por vezes da pior maneira - os perigos

---

<sup>5</sup> A ideia de “suficiência” aplicada ao mundo do trabalho pode ser polémica. Em situações de trabalho corriqueiras, raramente é exigido aos trabalhadores um desempenho máximo (este aspecto seria, aliás, muito diferente entre trabalhadores). Pelo contrário, o trabalho é definido e construído a partir de um “desempenho suficiente” para o objetivo social do sistema de produção (um padrão adequado que possam ser atingido por todos). Todavia, a ideia de suficiência do desempenho, a qual não deve ser confundida com a preguiça ou o desleixo, deve antes ser compreendida como uma resposta adaptada ao ambiente que resulta em uma satisfação social para aquele que faz o trabalho, tendo em conta suas metas, o contexto, o olhar dos outros, as expectativas sociais e o que ele sabe fazer. A noção de suficiência pode ser readaptada periodicamente e não é contraditória com um desempenho elevado (em determinados momentos) e um custo cognitivo alto em diversas situações, como, por exemplo, em caso de estresse elevado (Amalberti, 2016; Areosa & Sznclwar, 2019).

e os riscos inerentes às suas atividades. Por isso, os seus saberes e contribuições não devem ser negligenciados. Apesar de cometerem alguns erros, os trabalhadores são o melhor garante da segurança dentro das organizações. Eles não são os grandes vilões da segurança (Dekker, 2006). Pelo contrário, os seus conhecimentos melhoram substancialmente o nível de desempenho organizacional, incluindo ao nível da segurança:

“A importância da palavra dos trabalhadores é determinante na abordagem organizacional. Nós postulamos – o que se verifica nas nossas experiências de campo – que os trabalhadores, vivendo no interior de um sistema sociotécnico, são os mais aptos a analisar (pelo menos em parte) as anomalias, os *déficits*, as incoerências e os perigos e, em todo caso, a alertar sobre eles. Se eles dispõem de uma experiência suficiente, de uma vivência de longa duração na organização, eles estão aptos a oferecer um ponto de vista histórico indispensável da evolução do sistema sociotécnico devido à sua familiaridade com ele e devido à capacidade dos coletivos de trabalho de se interrogarem sobre os modos de funcionamento organizacional e de procurarem elementos de causalidade (“de explicação”) das disfunções constatadas e, muitas vezes, vivenciadas no cotidiano” (Llory&Montmayeul, 2014, p. 137).

Na mesma linha de pensamento, é sublinhado que o conhecimento dos trabalhadores é diversas vezes ignorado. Este fato fragiliza de modo muito acentuado a prevenção em organizações complexas de alto risco:

“Por ora, basta assinalar que permanecem uma incógnita as razões pelas quais sistemas produtivos complexos, como o da Samarco, têm dificuldades de assimilar informações e percepções dos trabalhadores e de empresas consultoras que funcionam (ou deveriam funcionar) como “lançadores de alertas” (*whistleblowers*). Para que esses e outros “sinais fracos” sejam, de fato, escutados e os problemas sejam priorizados e solucionados, é necessário desenvolver interações horizontais, verticais e transversais entre os diversos setores e níveis da empresa, atualmente, difíceis de acontecer nos sistemas fragmentados de gestão que oferece poucos espaços para discussão em tempo real dos conhecimentos práticos, os quais são fortemente hierarquizados” (Diniz *et al.*, 2019, p.148).

Alguns sistemas sociotécnicos atuais tornaram-se tão complexos que as situações de trabalho são quase sempre subespecificadas. Para além disso, os mentores (designers) dos sistemas não conseguem antecipar todas as contingências. Estes serão alguns dos fatores que potencializam a ocorrência de acidentes e, simultaneamente, dificultam a sua prevenção e investigação. Segundo Hollnagel (2004), a visão contemporânea sobre os acidentes sistêmicos deve traduzi-los como fenômenos emergentes das organizações que resultam da agregação de condições diversificadas, em vez de uma inevitável cadeia de eventos/efeitos em curso. Do ponto de vista teórico as pessoas deveriam conseguir gerir a sua atividade através do seguimento de regras e procedimentos formais. Mas volta-se a sublinhar que na prática isso não acontece, visto que os trabalhadores necessitam quase sempre equilibrar os recursos e as exigências do trabalho, efetuando um constante ajustamento entre aquilo que tem de ser feito e o modo de alcançar determinados objetivos. Uma regra apenas em papel (por vezes, não utilizada devido à sua difícil aplicação) não evita qualquer erro. Esta questão remete-nos à desconcórdia entre trabalho prescrito e trabalho real (Wisner, 2003; Mendes, 2007; Dejourns, 2013; Sznalwar, 2015; Areosa, 2019). Para além disso, não podemos esquecer os modos de funcionamento cognitivo dos trabalhadores (Amalberti, 1996), os quais são normalmente determinantes em um grande número de situações. As organizações atuais ainda se encontram, em parte, fossilizadas pelas velhas regras de segurança, determinadas pelo cumprimento escrupuloso de regras, normas e procedimentos de trabalho e parecem ainda não ter assimilado a verdadeira importância de compreender os fatores humanos (incorporando erros, limitações, conflitos, pressões, armadilhas cognitivas, etc.), de modo a incluí-los nos seus sistemas de gestão da segurança. É imprescindível considerar que estes fatores interagem de forma muito profunda com toda a dinâmica das organizações, nomeadamente nos seus resultados.

Hoje sabemos que a pesquisa isolada do erro humano, como primeira e única causa dos incidentes e acidentes, está longe de ser suficiente. As

organizações modernas podem implementar todas as técnicas ligadas à designada “qualidade total”: aumentar a vigilância e o controle hierárquico, implementar melhorias técnicas, aperfeiçoar normas, regras, procedimentos e instruções de trabalho, mas tudo isso continua a ser insuficiente para diminuir o número de acidentes, caso não se considere os fatores humanos na sua relação com o trabalho. O esquecimento dos fatores humanos no trabalho levanta diversos problemas:

“Esse ‘esquecimento’ decorre, além disso, de uma concepção demasiado regulamentar e normativa do trabalho, fundamentada no respeito aos procedimentos, que ignora as especificidades, as dificuldades do trabalho, as restrições que são impostas aos operadores e suas condições de trabalho, das quais podem emergir, mais facilmente, os erros. Mas ele decorre igualmente da dificuldade de a gerência (por vezes mesmo da impossibilidade) considerar o processo sociotécnico no seu conjunto, de ter uma apreensão intelectual ao mesmo tempo pertinente, coerente e construída, que permita apresentar uma “visão macroscópica” depurada do número vertiginoso de interações entre os membros de uma organização complexa – e mesmo entre as unidades, os departamentos e os grupos de uma organização. Porque o “fator humano” é também isso: um conjunto complexo de pessoas que trabalham para a produção e a segurança, o que não ocorre sem que se coloquem múltiplos problemas de coordenação, de cooperação, de comunicação” (Lory&Montmayeul, 2014, p. 16).

Apesar de certos comportamentos dos trabalhadores parecerem verdadeiros absurdos do ponto de vista da segurança, pelo menos para quem está a analisar a situação *a posteriori*, continuamos convictos de que é necessário compreender de forma aprofundada todas as circunstâncias que conduzem a este tipo de comportamentos, dado que são essas condições (e, por vezes, contradições) que contribuem para os acidentes (Areosa, 2017). É preciso lembrar que atribuir a causa de um acidente simplesmente ao erro humano é não compreender a complexidade desta questão e isto até pode acarretar diversas desvantagens, nomeadamente: 1) é reforçado o poder e a autoridade da organização (e não são efetuadas alterações que permitam evitar futuros acidentes com características

idênticas); 2) são encontrados os supostos culpados (trabalhador ou equipe de trabalho que violou a regra ou procedimento), os quais podem ser eventualmente punidos disciplinarmente, mas não se conseguiu compreender todas as circunstâncias e especificidades que permitiram ou facilitaram este aparente erro ou falha humana; 3) em futuras situações similares é possível que os trabalhadores tendam a camuflar os seus erros, falhas ou omissões, de modo a evitar qualquer tipo de punição (inviabilizando a compreensão efetiva de todas as condicionantes do acidente); 4) não são estudadas e implementadas novas barreiras ou outras medidas preventivas na organização do trabalho, dado que o erro ou falha humana torna-se o fim e não o início da investigação desse evento (é pertinente lembrar que o erro humano deve ser visto como o “início da história” e não como o “fim da história” do acidente, mas, normalmente, não é isso que acontece); 5) não são considerados os limites da própria condição humana, isto é, os erros ou falhas humanas não são antecipados como uma possibilidade real e onipresente no sistema, nem são criadas formas efetivas de os evitar ou minimizar, ou seja, não são considerados como situações “normais”, passíveis de ocorrer. Isto significa que o sistema não está, regra geral, concebido para antecipar acidentes em caso de erro ou falha humana, embora alguns progressos tenham sido feitos nesse sentido.

## **Notas finais**

Muitos trabalhadores, vítimas de acidentes de trabalho, tornam-se uma espécie de *subcidadãos*, dado que perderam uma parte da sua integridade física e/ou psíquica. O medo de voltar a enfrentar os riscos da organização e do seu trabalho - talvez refletindo um estresse pós-traumático - é uma outra forma de penalização para os trabalhadores sinistrados (Dejours, 2017). O estigma de ter cometido um erro pode afetar a sua auto-estima, a confiança em realizar um trabalho bem-feito e a sua própria identidade. O rótulo da incompetência pode pairar sobre a sua cabeça, diante do coletivo de trabalho.

Podemos observar inúmeras vezes que as pressões produtivas e/ou organizacionais estão entre as principais causas dos acidentes. As sucessivas crises econômicas ou financeiras servem para justificar quase tudo: ausência de manutenção, precariedade, intensificação do trabalho, flexibilidade, *outsourcing*(terceirização), degradação das condições de trabalho e *downsizing* (demissões em massa). Estes fatores contribuem de forma significativa para os acidentes. É pertinente voltar a lembrar que as organizações são sistemas dinâmicos e incorporam diferentes graus de imprevisibilidade. Hoje sabemos que é na organização do trabalho (e não tanto na individualização dos erros e das falhas) que está centrado o grande foco dos acidentes (Silva & Wandelli, 2017).

O acidente representa muito mais do que o simples erro do trabalhador da linha da frente, o qual deve ser visto como último “elo de ligação” entre a cadeia de produção e a organização da segurança; na verdade, ele representa falhas na atividade da empresa. Em outras palavras, o acidente ilustra as múltiplas fragilidades, vulnerabilidades e o fracasso do sistema de gestão da segurança aplicado na organização. Assim, o trabalhador nunca está só na relação com o acidente, dado que este é revelador, em primeiro lugar, das disfunções inerentes ao funcionamento e à dinâmica das organizações. Na perspectiva de James Reason (1997), a prevenção de acidentes será muito mais eficaz se assentar, essencialmente, em fatores *não-humanos*. Atualmente são os fatores sociais e institucionais que representam o maior perigo para a nossa segurança (Reason, 1990). Apesar de não existirem modelos perfeitos e universais para organizar a gestão da segurança, ela deve ser compacta, integrada, ativa e com processos que incluam: estudos de análise do risco, dispositivos técnicos e organizacionais de correção, de recuperação e de redundância; deve fomentar a formação e a reciclagem do pessoal; e, deve ainda, efetuar a análise aprofundada do retorno da experiência (Llory & Montmayeul, 2014, p. 35).

Para concluir, destaca-se a seguinte ideia para suscitar alguma reflexão: por mais que tentemos controlar os riscos (ou mesmo quando

estejamos absolutamente convictos de que os temos sob controle), alguns deles, em algum momento, vão surpreender-nos e irão provocar aquilo que nós desejávamos que não acontecesse (a prevenção tem sempre limitações). Infelizmente teremos sempre de conviver com os “fantasmas” do risco e dos acidentes a assombrar a nossa existência. Reconhecer essa inevitável fatalidade talvez seja o primeiro passo para podermos construir um futuro mais realista, em que a aleatoriedade intrínseca das nossas vidas nos proporcione menos surpresas desagradáveis. Esta perspectiva não é totalmente animadora, mas é provavelmente mais honesta!

## Referências

- Amalberti, R. (1996). *La conduite des systèmes à risques*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Amalberti, R. (2016). *Gestão da Segurança: teorias e práticas sobre as decisões e soluções de compromisso necessárias*. Presidente Prudente-SP: Gráfica CS – Eireli – EPP.
- Areosa, J. (2009). Do risco ao acidente: que possibilidades para a prevenção?. *Revista Angolana de Sociologia*, 4, 39-65.
- Areosa, J. & Dwyer, T. (2010). Acidentes de trabalho: uma abordagem sociológica. *Configurações*, 7, 107-128.
- Areosa, J. (2012a). *O lado obscuro dos acidentes de trabalho: um estudo de caso no setor ferroviário*. Famalicão: Editora Húmus.
- Areosa, J. (2012b). O contributo das ciências sociais para a análise de acidentes maiores: dois modelos em confronto. *Análise Social*, 204, 558-584.
- Areosa, J. (2012c). As percepções de riscos dos trabalhadores: qual a sua importância para a prevenção de acidentes de trabalho?. In Neto, H. V., Areosa, J. & Arezes, P. (Eds.). *Impacto social dos acidentes de trabalho*. Vila do Conde: Civeri Publishing, 65-97.
- Areosa, J. (2014). As percepções de riscos ocupacionais no sector ferroviário, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 75, 83-107.

- Areosa, J. (2017). Compreender os comportamentos para melhorar a segurança. In Neto, H. V., Areosa, J. & Arezes, P. (Eds.). *Liderança e participação em segurança e saúde no trabalho*. Porto: CiveriPublishing, 176-198.
- Areosa, J. (2018). O trabalho como palco do sofrimento. *International Journal on Work Condition*, 15, 81-95.
- Areosa, J. (2019). O mundo do trabalho em (re)análise: um olhar a partir da psicodinâmica do trabalho. *Laboreal*, 15(2), 1-24.
- Areosa, J. & Sznclwar, L. I. (2019). Acidentes do trabalho: alguns contributos da ergonomia e das ciências do trabalho, *Rev. Trib. Reg. Trab.* 3<sup>a</sup> Reg., 100, 55-82.
- Bourdieu, P. (1998). *Contrafogos*. Oeiras: Celta.
- Dal Rosso, S. (2008). *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo.
- Daniellou, F., Simard, M. & Boissières, I. (2010). *Fatores humanos e organizacionais da segurança industrial: um estado da arte*. Toulouse: FONCSI.
- Dejours, C. (2013). A sublimação, entre o sofrimento e prazer no trabalho, *Revista Portuguesa de Psicanálise*, 33 (2), 9-28.
- Dejours, C. (2017). *Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos*. Porto Alegre - São Paulo: dublinense.
- Dekker, S. (2006). *The field guide to understanding human error*. Hampshire: Ashgate.
- Diniz, E. et al. (2019). Barragem de Rejeitos de Fundão: um acidente organizacional?. In Pinheiro, T., Polignano, M., Goulart, E. & Procópio, J. (Orgs). *Mar de lama da Samarco na bacia do rio Doce: em busca de respostas*. Belo Horizonte: Instituto Guaicuy.
- Foucault, M. (1977). *Vigiar e punir - O nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- Gaulejac, V. (2007). *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. São Paulo: Ideias e Letras.

- Goodman, N. (1954). *Fact, fiction and forecast*. Cambridge: Harvard University Press.
- Han, B-C. (2017). *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Hollnagel, E. (2004). *Barriers and accident prevention*. Hampshire: Ashgate.
- Llory, M. & Montmayeul, R. (2014). *O acidente e a organização*. Belo Horizonte: Fabrefactum.
- Mendes, A. M. (2007). *Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Mendes, A. M. (2018). *Desejar, falar, trabalhar*. Porto Alegre: Editora FI.
- Oliveira, F. (2019). *Acidentes de trabalho e práticas discursivas - Culpabilização e resistência nas relações de trabalho*. Curitiba: Juruá Editora.
- Perrow, C. (1999). *Normal accidents: living with high-risk technologies*. New Jersey: Princeton University Press.
- Rasmussen, J. (1997). Risk management in a dynamic society: a modeling problem. *Safety Science*, 27, 183-213.
- Reason, J. (1990). *Human error*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Reason, J. (1997). *Managing the risks of organizational accidents*. Aldershot: Ashgate.
- Reason, J. & Hobbs, A. (2003). *Managing maintenance error: a practical guide*. Hampshire: Ashgate.
- Silva, A. & Wandelli, L. (2017). Os atos da vítima na responsabilidade por acidentes do trabalho: da individualização à contextualização. In Filgueiras, V. A. (Org.). *Saúde e segurança do trabalho no Brasil*. Brasília: Gráfica Movimento, 317-358.
- Slovic, P. (2000). *The perception of risk*. London: Earthscan Publications Ltd.
- Standing, G. (2014). *O precariado – a nova classe perigosa*. Lisboa: Editorial Presença.

Sznelwar, L. I. (2015). *Quando trabalhar é ser protagonista e o protagonismo no trabalho*. São Paulo: Blucher.

Taleb, N. (2008). *O Cisne Negro – O impacto do altamente improvável*. Amadora: Dom Quixote.

Turner, B. (1978). *Man made disasters*. London: Wykeham Press.

Vaughan, D. (1996). *The challenger launch decision: risky technology, culture and deviance at NASA*. Chicago: University of Chicago Press.

Weick, K. (1990). The vulnerable system: an analysis of the Tenerife air disaster, *Journal of Management*, 16, 571-593.

Wisner, A. (2003). *A inteligência no trabalho*. São Paulo: Fundacentro.

## Capítulo 9

### **Escuta clínica da servidão: em pauta o sofrimento de mulheres desempregadas**

*Vanessa Catherina Neumann Figueiredo <sup>1</sup>*

Escrito em meio à maior crise sanitária de nossa época, este capítulo tem o objetivo de refletir sobre a importância da escuta clínica do sofrimento perante a situação de desemprego. Neste momento, meados de 2020, evidencia-se no mundo todo um processo de deterioração econômica e social, junto com a adoção de ações de saúde e de concessão de benefícios capazes de fortalecer o distanciamento social perante a pandemia de COVID-19. Em contrapartida, no Brasil há grande dificuldade de acesso ao auxílio financeiro garantido por lei, exatamente por parte dos mais pobres, informais e sem emprego (Lei 13.982/2020; Xavier & Aguiar, 2020).

Embora o fato de trabalhar em lugares insalubres, com condições materiais inadequadas ou sob uma gestão nociva seja algo já experienciado por parte dos mais vulneráveis, a perda de milhões de vagas de emprego por conta da diminuição do consumo e produção têm conduzido parcela considerável de pessoas a escolher entre se expor ao risco de contágio ou não ter dinheiro para sobreviver. Essa situação traz à tona a urgência no gerenciamento da insegurança social e o desafio posto às ciências humanas e sociais em tornar dizíveis as experiências, resistências e demandas invisíveis dessa população.

---

<sup>1</sup> Professora Associada da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus do Pantanal, docente do curso de Psicologia, do Mestrado em Educação e do Mestrado em Estudos Fronteiriços.

Fruto das transformações do mundo laboral e da infeliz condução de políticas econômicas liberalizantes, milhares de pessoas desempregadas não têm recebido a devida atenção por parte da Psicologia. Infelizmente, muitas das práticas historicamente ideológicas e ainda correntes contribuem para o domínio e a manutenção de relações desiguais e injustas afinadas com o capital (Thompson, 2000). Se a Psicologia Industrial, basicamente psicométrica e adaptativa, congregava esforços para forjar o trabalhador aos parâmetros da administração científica, a Psicologia Organizacional, sistêmica e tecnocrática, focada em atenuar as contradições trazidas pela divisão do trabalho e ajustar o indivíduo à exaustão das tarefas sem sentido, começa a ser contraposta pelos que não desejavam se curvar a um fazer funcionalista.

A década de 1970 marca na América Latina uma nova atuação da Psicologia Social influenciada pelo materialismo histórico-dialético (Laurell & Noriega, 1989), cuja recusa em admitir o distanciamento sujeito-objeto leva à incorporação das questões ético-políticas na produção do conhecimento, com a valorização da participação dos trabalhadores na modificação dos processos organizativos (Oddone, Re & Briante, 1981).

Distante de servir como instrumento da vigilância gerencial, a Psicologia Social do Trabalho supera a obsessão pela produtividade (Sampaio, 1998) e abre espaço para uma compreensão mais próxima da subjetividade, na interlocução com a Sociologia, Antropologia, Filosofia, Ergonomia, Saúde do Trabalhador e Psicanálise. A partir da década de 1980 temas até então reprimidos, esquecidos ou negligenciados ganham espaço através de demandas sindicais decorrentes dos impactos da reestruturação produtiva sobre a saúde mental. Embora com largo crescimento, o campo da Saúde Mental Relacionada ao Trabalho ainda carece de atuações junto à população desempregada (Coelho-Lima, Costa, & Bendassolli, 2013; Seligmann-Silva, 2011).

Buscando desenvolver formas de intervenção junto a grupos excluídos situados nas bordas do mercado de trabalho, sem emprego, em precariedade e desrespeitados, adoto a concepção crítica na atuação, como

forma de buscar a transformação dos fatores que tornam trabalhar uma vivência de injustiça e dominação, capaz de afetar a saúde (Dejours, Deranty, Renault, & Smith, 2018). Nessa trilha, as experiências perseguem a prática instigadora de autonomia e emancipação psíquica e política.

O grupo “Saúde mental e trabalho na fronteira” tem proposto a criação de espaços de escuta para a retomada da capacidade de mobilização e do poder de agir dos coletivos frente ao avassalador ideário liberal. Entende-se que, para além do escopo econômico, o neoliberalismo prega a substituição da regulação estatal pela liberdade de escolha por uma identidade privada e marcada pelo desamparo, posto que a carreira e o destino social vão depender apenas da própria pessoa, para o bem e para o mal.

Pretende-se, neste capítulo, contribuir para o desenvolvimento da clínica da inclusão já indicada pela Psicodinâmica do Trabalho, agregando maior ênfase à crítica do ideal neoliberal, cujo discurso atinge a subjetividade e é perpetuado graças ao uso de estratégias defensivas e da dinâmica psicopatológica da servidão voluntária. Propõe-se a escuta de mulheres em trabalho informal e sem emprego vinculada à crítica das relações de poder no cenário do trabalho.

### **Sobre o avanço da meritocracia sobre a subjetividade**

Lado a lado com a flexibilização e a excelência na qualidade veiculadas pelo Toyotismo, a meritocracia neoliberal fundamenta uma atmosfera hostil de luta pela autossuperação em um mundo repleto de competição entre assalariados, trabalhadores em contratos atípicos e desempregados, sendo constante a preocupação em não cometer erros e o medo de ser excluído. A supremacia da excelência no novo ordenamento produtivo transforma o sujeito em seu próprio gestor, atribuindo importância àquele que se destaca do coletivo, condição que inibe a cooperação, acirra a ganância e a ambição.

Tais valores, irradiados pela família, escola, política, economia e religião, redesenham a convicção de ser autônomo para ‘ser perfeito’ e tecem traços de personalidade mais apropriados para o alcance das irreais expectativas, sendo benquisto o cinismo e o narcisismo (Martínez, 2014). À essa personalidade hipermoderna, produzida e apoiada no excesso de individualismo, se contrapõe o enorme contingente de pessoas condenadas à exclusão e revestidas de uma imagem desventurada, condenada à rejeição. A naturalização da exclusão e da privação de direitos para com os que não correspondem à ética do individualismo desestrutura a solidariedade, degrada a estima social, a honra e a dignidade (Dejours, 2007; Gaulejac, 2007; Honneth, 2008, 2015), reduzindo a capacidade dos que têm emprego em se afetarem diante do esforço interminável de grande parte da população para se manter, sustentar sua família e se tornar visível para a lógica do mercado.

Sustentada na insegurança dos empregados para não serem substituídos e na angústia por serem reconhecidos, tal dinâmica põe em xeque a compaixão nas aflições alheias e normatiza tacitamente o menosprezo e a denegação àqueles considerados inimigos e arrebatadores dos seus sonhos, demonstrando a configuração de uma classe trabalhadora múltipla, desconecta e subserviente ao ideal produtivista.

### **Ressonâncias psíquicas e sociais do desemprego**

Para Hamraoui (2010), a servidão voluntária confirma a interferência do sistema capitalista no estabelecimento das relações visíveis e invisíveis no mundo do trabalho, podendo acarretar transtornos psicopatológicos. Se os que seguem a prescrição social do perfeccionismo podem desenvolver quadros de ansiedade e depressão, como fobia social, insatisfação corporal, bulimia, anorexia e ideação suicida (Limburg, Watson, Hagger & Egan, 2017), a tomada de consciência da limitação do Ego-Ideal no desemprego gera frustração, sensação de fracasso, atinge o orgulho e humilha (Viana & Silva, 2018).

A culpa por não alcançar o ideal onipotente de desempenho suscita culpa pelo próprio fracasso (Han, 2017), pode levar a regressão, envergonhar, alienar e gerar a sensação de ser perseguido (Curran & Hill, 2019). Posto que o amplo deslocamento de elementos libidinais narcísicos, eróticos ou agressivos para o trabalho acende valor à própria existência na comunidade (Freud, 1929/2006), o desemprego acirra a sensação de inutilidade e priva o indivíduo da experiência de ser reconhecido. Assim, se a criação e participação dos trabalhadores via processo sublimatório reflete o resultado de uma negociação bem-sucedida entre os desejos e realidade vivenciada, a impossibilidade para sublimar abre brecha para descompensações depressivas expressas por ira, agressividade, reações psicossomáticas e transtornos de humor (Dejours & Gernet, 2014), estando o desemprego associado à maior intensidade e quantidade de sintomas depressivos entre os trabalhadores (Santana, 2015).

A degradação psíquica diante da tirania do discurso meritocrático expõe a impotência dos trabalhadores em reagirem frente ao ideário exigente do zelo servil. A angústia de ser reconhecido e aceito no mundo do trabalho e a culpa por não ser considerado capaz de ser útil à sociedade contribuem para o consentimento e perpetuação de um ordenamento simbólico capaz de levar à degradação subjetiva. Conforme Dejours (2007), a batalha por reconhecimento está ligada à realização do ego; quando não existe a edificação da identidade e o sujeito não vivencia a honra de ser admirado, o sofrimento pode se tornar patogênico (Honneth, 2003). Assim, sendo o espaço laboral o lugar central de reexperimentação da angústia primária, o sujeito é conduzido a buscar satisfazer suas pulsões e desejos a qualquer preço, na luta contra a sensação de desamparo. Porém, conforme Marcuse (1999), a submissão a um mundo extremamente competitivo acende o uso das pulsões de morte e a aceitação da violência.

Sobre isso, é importante notar o impacto da crise econômica sobre a saúde mental, especialmente no aumento da ideação suicida, conformada por pensamentos autodestrutivos sobre dar fim à própria vida, já que

existir não vale a pena, tanto por pessoas empregadas como desempregadas (Gomes, Iglesias, & Constantinidis, 2019). Ponderando o fato da baixa escolaridade e insuficiente renda retroalimentarem a condição de precariedade, Paul e Moser (2009), alertam para o aumento de risco de pessoas desempregadas terem depressão, ansiedade, reações psicossomáticas e baixa autoestima, contrariando o movimento, a ação, a saúde mental possibilitada no trabalhar.

### **A experiência da clínica com mulheres desempregadas**

A clínica da inclusão buscou, a um só tempo, tomar as experiências de discriminação e dominação, e acessar os afetos intangíveis derivados na sociedade do desempenho. A ruptura biográfica causada pelo desemprego e o conjunto de perdas e desvantagens sociais e profissionais incidem no rendimento, no status e na possibilidade de reinserção empregatícia sob o formato assalariado (Paugam, 2003). Levando em conta que o lugar do trabalho é insubstituível para a socialização, reconhecimento e experiência da cooperação (Dejours et al., 2018; Honneth, 2008; Linhart, 2009), sob a perspectiva de Dejours e de Alex Honneth se deu a aproximação ao sofrimento de trabalhadoras inseridas precariamente, injustamente e desrespeitosamente no mundo laboral.

Buscando incrementar a ideia da clínica da inclusão proposta na Psicodinâmica do Trabalho (Mendes & Araújo, 2011), a estratégia de intervenção ocorreu mediante a fala compartilhada e conteve as fases de pesquisa, investigação e ação. Partindo da concepção de que o cenário de trabalho é atravessado por relações simbólicas e de poder cujo funcionamento disciplinar intensifica a vivência de desamparo e desintegra a identidade coletiva, o espaço de debates foi guiado no ímpeto de fomentar o desejo de transformação da situação vivida e dar sentido aos sintomas clínicos experienciados, ampliando a percepção e a consciência sobre si mesmas, na relação com o mundo do trabalho e a saúde.

Tendo como propósito a compreensão da dinâmica psíquica do desemprego e o fortalecimento do grupo na direção de esboçar caminhos de resistência à servidão, foram encaminhadas duas sessões coletivas de escuta na Casa do Trabalhador, local semelhante a um balcão de empregos e destinado a intermediar vagas de emprego e pessoas ávidas por vínculos estáveis. Na esteira de um projeto ali realizado entre 2013 e 2016<sup>2</sup> constatou-se a demanda de escutar as mulheres cadastradas na instituição, dada a degradação psíquica decorrente do sofrimento social e o impedimento de expressão por meio de um trabalho formal<sup>3</sup>. Baseada na referência da Psicodinâmica do Trabalho procurou-se delinear os temas recorrentes que emergiram nos dois encontros realizados.

### **As dificuldades para se manter no mundo do trabalho formal**

Duas entrevistadas exerciam atividades informais, como faxineira em casa de família ou vendedora de roupas, para se sustentarem enquanto procuravam um emprego estável. Sentiam-se culpadas pela própria situação desventurada e atribuíam a falta de chance à baixa ou insuficiente escolaridade: “Eu fui até a sexta série, entendeu?” (Entrevistada 2, outubro 2015). As exigências desmedidas do mercado de trabalho levavam as desempregadas a empreenderem esforços contínuos por maior qualificação. Porém, mesmo as que tinham maior escolaridade sentiam dificuldade em conseguir um emprego que pagasse ao menos um salário mínimo e houvesse carteira de trabalho assinada: “Estou fazendo Administração e estou com dificuldade... Eu já fiz um currículo de diarista

---

<sup>2</sup> O projeto de pesquisa “Prevalência de Transtorno Mental Comum (TMC) em trabalhadoras que buscam emprego: um levantamento junto a mulheres desempregadas e inseridas em trabalhos informais em Corumbá e em Campo Grande”, aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFMS com o CAAE 11688312.5.0000.0021, contou com apoio da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e com o financiamento da FUNDECT/CNPq (Edital N° 05/2011 - PPP).

<sup>3</sup> As intervenções tiveram início após aprovação do projeto “Análise da empregabilidade e do sofrimento psíquico de mulheres desempregadas” no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFMS (CAAE 46914415.2.0000.0021), decorrendo no Trabalho de Conclusão de Curso em Psicologia de Edinara Anderson Affeldt, membro do grupo de pesquisa “Saúde mental e trabalho na fronteira” (2016). O projeto teve apoio da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

para ver se consigo, porque eu tenho três filhos que dependem de mim.” (Entrevistada 3, outubro 2015).

A aceitação por trabalho precário informal e abaixo de suas expectativas tinha como ponto positivo o melhor trânsito entre serviço fora de casa e cuidados com os filhos, demonstrando ainda o atravessamento das relações de gênero na dificuldade de (re)inserção e manutenção do emprego: “Eu me afastei do mercado um ou dois anos, devido às crianças. Tem três anos que estou tentando voltar, mas nada, só informal.... Eu tenho que trabalhar, né, não posso parar!” (Entrevistada 3, outubro 2015). Ao mesmo tempo em que a entrada informal gerava uma renda, também significava uma cilada, pois não conseguiam comprovar sua experiência quando concorriam a um emprego, assim como não eram capazes de se aposentar ou receber auxílio doença por não serem capazes de confirmar seu vínculo trabalhista.

### **Repercussões da inserção precária no trabalho**

Mesmo quando em empregos assalariados, as entrevistadas estavam sujeitas a postos caracterizados pela sobrecarga, salário baixo, condições materiais insatisfatórias e polivalência: “Eu trabalhava em um supermercado, entrei como serviços gerais aí me colocaram como repositora, atendente de frios e atendente de açougue [...] e me pagavam como serviços gerais. Eu já não estava aguentando mais.” (Entrevistada 1, outubro 2015).

O fato de terem começado a trabalhar ainda adolescentes, em trabalhos precários, foi motivo de duas delas evadirem da escola e apresentarem quadros de adoecimento ainda jovens: “Tenho problema de coluna... de trabalho em casa de família. Perdi um tempo terrível, trabalhei desde meus 14 anos e nunca assinei carteira, só assinei agora [...]” (Entrevistada 1, outubro 2015). O adoecimento dificultava a disputa por empregos formais.

## **Afetos e estratégias de defesa frente ao desemprego**

A impotência e a sensação de terem sido alvo de injustiça foram compartilhados e nomeados frente à situação de desemprego. Para lidarem com a angústia da exclusão adotavam a ideologia de defesa da hiperatividade, mostrando-se subservientes ao discurso meritocrático através da abundante prontidão em atender imposições e critérios exagerados de seleção de pessoal: “Eu fiz curso de secretariado, fiz de manicure, eu tenho de informática (...) Agora estou procurando um curso no Senac e quero ver se faço mais um curso, né?” (Entrevistada 3, outubro 2015).

A intranquilidade diante das necessidades familiares desestabilizava e se traduzia em depressão, tristeza, vergonha e desalento: “[...] aí eu fico deprimida, porque é difícil ficar sem ter [dinheiro]. Eu não sei falar ‘eu não recebi ou eu não tenho’, eu fiz o compromisso eu tenho que ter, então isso me deixa muito mal.” (Entrevistada 3, outubro 2015).

A sensação de estar em uma situação desprivilegiada e ser negligenciada pela sociedade era revestida de mágoa: “Você está desempregada ali e você não tem nenhuma ajuda, né? Aí vêm seus filhos e pedem uma coisa: ‘mãe, eu quero isso’. Eu acho isso injusto, né?” (Entrevistada 1, outubro 2015).

## **Mecanismos de defesa frente ao desemprego**

Observou-se o uso da racionalização enquanto mecanismo de defesa individual por uma das entrevistadas que não se reconhecia como desempregada e vislumbrava na condição desvalida a chance de conseguir um emprego mais qualificado: “Eu não tenho angústia, por causa que eu estou estudando sempre, e vira e mexe eu estou fazendo alguma coisa. O ruim é para as pessoas que não têm emprego *mesmo*; eu sou concurseira, né?” (Entrevistada 4, dezembro 2015)

O uso da racionalização também justificava o fato de se dedicar mais às tarefas e relações domésticas, na busca de mascarar o conflito e

minimizar o contato com as razões de seu sofrimento: “É bom ser mãe de família, mas se você está desempregado já fica mais deprimido ... mas é bom, porque pelo menos você está ajudando em casa, fazendo alguma coisa” (Entrevistada 4, dezembro 2015).

### **Algumas considerações sobre a Clínica da Inclusão**

A flexibilização dos contratos e dos direitos revitalizava o autogerenciamento da carreira na falta de oportunidades de inserção formal, já que as mulheres se deparam com maior dificuldade em conseguirem emprego com direitos assegurados (Oficina Internacional del Trabajo, 2018). Na impotência de cumprirem com as exigências intermináveis, se inseriam em trabalhos informais, desprotegidos, compondo um tipo de desemprego oculto por trabalho precário.

Para aplacarem o mal-estar do desamparo ligado à dependência de amor e reconhecimento na vida adulta, tentavam se apresentar aptas e competitivas. Era por meio da autoaceleração que demonstravam agilidade para alcançarem a boa qualificação, escolaridade e polivalência requerida. Porém, a hiperatividade mantinha distante da autoconsciência a servidão às exigências da dinâmica societal, agravando o sofrer.

Para além da aceitação de situações dissonantes feitas para manter o emprego ou obter vantagens em uma organização (Boétie, 1574/2019), a adesão ilimitada à lógica imposta indica a necessária postura servil a situações de injustiça e desigualdades de riqueza e gênero, estando as desempregadas em prontidão para se adaptarem a qualquer tipo de trabalho que as livrasse do estigma e da humilhação de ‘estarem paradas’ (Demazière, 1995).

A adaptação sem críticas à precariedade marca a valorização da disciplina e obediência, mas também da renúncia em trazer à tona demandas próprias para a mobilização social e subjetiva. A dinâmica de encantamento e sujeição grupal é explicada por Rinaldi (2001): “Nos termos de Lacan o *Um* soldaria o significante (enquanto ideal de eu) e o

objeto de gozo, o que daria ao sujeito a ilusão da unidade, apagando a dimensão da perda.” (p. 17).

Assim, embora o mundo do trabalho seja significativo para o exercício da força criativa, em nossa experiência captamos a impotência do grupo de desempregadas em superar injustas relações exploratórias (Barembilit, 2002), já que a luta pelo reconhecimento dependia da construção de uma identidade coletiva própria que rompesse com a valoração de sucesso calcada na avaliação particular, personalizada. Contudo, considerando o demérito dirigido aos que se encontram sem emprego, a inexistência de julgamento de beleza ou utilidade inibia o reconhecimento e prejudicava a estruturação da identidade, com potencial de desintegrar aquele coletivo (Dejours & Gernet, 2014).

A disciplina meritocrática limitadora do Estado e a passividade-servidão na desregulação social colocam para o campo da Psicologia do Trabalho a provocação de operar na invenção de espaços de escuta do sofrer e nortear caminhos para seu enfrentamento. Promover a análise do desejo do coletivo em um espaço de discussão é também trazer ao cerne da clínica da inclusão a crítica às relações de dominação, movimentando valores e redimensionando a ilusória normalidade de um sistema produtivo opressor (Hamraoui, 2010; Pérrilleux, 2013, 2014).

Para além do discurso expresso da sociedade, o resgate do desejo inconsciente e recalçado se coloca como grande desafio para reposicionar o sintoma clínico da servidão à teoria crítica. Orientada para a mudança da situação vivida e para significação dos sintomas, o desvelamento das estratégias defensivas elaboradas na experiência do desemprego guarda a possibilidade de reverter a subserviência ao discurso sedutor do livre-arbítrio e acender o desejo por autonomia. Levando em conta a capacidade humana de forjar uma nova ordem social, mais equânime e inclusiva, a retomada do sentido político da liberdade e da ação (Arendt, 1972) implica em fazer do mundo do trabalho um lugar de vivências e práticas de costumes democráticos, em contrapartida ao atual cenário intransigente, parcial e servil.

## Referências

- Arendt, H. (1972). *Entre o passado e o futuro*. (Almeida, M. W. B., Trad.). São Paulo: Perspectiva.
- Baremblytt, G.F. (2002). *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática* (5ª ed.). Belo Horizonte, MG: Instituto Félix Guattari.
- Boétie, É. de La. (2019). *Discurso da servidão voluntária*. (Linarth, C., Trad.). São Paulo: Martin Claret. (Trabalho original publicado em 1574).
- Coelho-Lima, F., Costa, A. L. F., & Bendassolli, P. F. (2013). A produção científica da Psicologia brasileira acerca do desemprego. *Universitas Psychologica*, 12(4), 1283-1299. doi: 10.11144/Javeriana.UPSY12-4.pcpb
- Curran, T., & Hill, A. P. (2019). Perfectionism is increasing over time: A meta-analysis of birth cohort differences from 1989 to 2016. *Psychological Bulletin*, 145(4), 410-429. doi: <https://doi.org/10.1037/bul0000138>
- Dejours, C. (2007). *A banalização da injustiça social*. (Monjardim, L. A., Trad.). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Dejours, C., Deranty, J-P., Renault, E., & Smith, N. H. (2018). *The return of work in critical theory: self, society, politics*. New York: Columbia University Press.
- Dejours, C., & Gernet, I. (2014). *Psicopatología del trabajo* (Brousse, I. Trad.). Buenos Aires: Miño y Dávila Editores.
- Demazière, D. (1995). *Le chômage de longue durée*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Freud, S. (2006). *O mal-estar na civilização*. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Vol. 21). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1929).
- Gaulejac, V. de. (2007). *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. (Storniolo, I. Trad.). Aparecida, SP: Ideias e Letras.

- Gomes, E. R., Iglesias, A., & Constantinidis, T. C. (2019). Revisão integrativa de produções científicas da psicologia sobre comportamento suicida. *Revista Psicologia e Saúde*, 11(2), 35-53. doi: <https://dx.doi.org/10.20435/pssa.v11i2.616>
- Hamraoui, É. (2010). Servitude volontaire ou désubjection?. In Y. Clot (éd.), *Travail et santé* (pp. 101-114). Toulouse, France: ERES. doi:10.3917/eres.lhUIL.2010.02.0101.
- Han, B-C. (2017). *Sociedade do cansaço* ( Giachini, E. P., Trad.). Petrópolis: Vozes.
- Honneth, A. (2003). *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34.
- Honneth, A. (2015). *O direito da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Honneth, A. (2008). Trabalho e reconhecimento: tentativa de uma redefinição. *Civitas - Revista De Ciências Sociais*, 8(1), 46-67. doi: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2008.1.4321>
- Laurell, A. C., & Noriega, M. (1989). *Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário*. São Paulo: Hucitec.
- Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020. (2020, 2 abril). Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.982-de-2-de-abril-de-2020-250915958>
- Limburg, K., Watson, H. J., Hagger, M. S., & Egan, S. J. (2017). The relationship between perfectionism and psychopathology: a meta-analysis. *Journal of Clinical Psychology*, 73(10), 1301-1326. doi: 10.1002/jclp.22435
- Linhart, D. (2009). Modernisation et précarisation de la vie au travail. *Papeles del CEIC (Centro de Estudios sobre la Identidad Colectiva)*, (49). Disponível em [www.identidadcolectiva.es/pdf/43.pdf](http://www.identidadcolectiva.es/pdf/43.pdf).

- Marcuse, H. (1999). *Eros e civilização*. Rio de Janeiro: LTC. (Trabalho original publicado em 1955).
- Martinez, F. de la P. (2014). El sujeto perverso y el capitalismo total. In C. Jarque (Org.). *La otra versión del padre: perversiones* (col. Lapsus de Toledo, vol. 6). Toledo: Ledoria. Disponível em [http://www.iztacala.unam.mx/errancia/v12/litorales\\_7.html](http://www.iztacala.unam.mx/errancia/v12/litorales_7.html)
- Mendes, A. M., & Araújo, L. (2011). *Clínica psicodinâmica do trabalho: práticas brasileiras*. Brasília, DF: Ex-libris.
- Oddone, I.; Re, A.; Briante, G. (1981). *Redécouvrir l'expérience ouvrière: vers une autre psychologie du travail?* Paris: Éditions Sociales.
- Oficina Internacional del Trabajo. (2018). *Perspectivas Sociales y del Empleo en el Mundo: Avance global sobre las tendencias del empleo femenino 2018*. Ginebra: OIT. Disponível em [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms\\_619603.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_619603.pdf)
- Paugam, S. (2003). *Desqualificação social: Ensaio sobre a nova pobreza* (C. Giorgetti & T. Lourenço, Trans.). São Paulo: Educ & Cortez. (Trabalho original publicado em 1991).
- Paul, K. I., & Moser, K. (2009). Unemployment impairs mental health: meta-analyses. *Journal of Vocational Behavior*, 74, 264–282. <https://doi.org/10.1016/j.jvb.2009.01.001>
- Pérrilleux, T. (2013). Os destinos políticos do sofrimento. (Sousa, R. A., Trad.). In Á. R. C. Merlo, A. M. Mendes & R. D. de Moraes (Orgs.), *O sujeito no trabalho: entre a saúde e a patologia* (pp. 73-92). Curitiba: Juruá.
- Pérrilleux, T. (2014). Politique du symptôme. In A. M. Mendes, R. D. de Moraes & Á. R. C. Merlo (Orgs.), *Trabalho e sofrimento: práticas clínicas e políticas* (pp. 47-64). Curitiba: Juruá.
- Rinaldi, D. (2001). A subjetividade hoje: os paradoxos da servidão voluntária. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 4(1), 9-22. doi: <https://doi.org/10.1590/S1516-14982001000100001>

- Sampaio, J. dos R. (1998). Psicologia do trabalho em três faces. In I. B. Goulart & J. dos R. Sampaio (Orgs.), *Psicologia do trabalho e gestão de recursos humanos: estudos contemporâneos* (pp. 19-40). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Santana, P. (2015?). *Território e Saúde Mental em Tempos de Crise*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. doi: 10.14195/978-989-26-1105-1
- Seligmann-Silva, E. (2011). *Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo*. São Paulo: Cortez.
- Thompson, J. B. (2000). *Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes.
- Viana, A. L. d'Á., & Silva, H. P. da. (2018). Meritocracia neoliberal e capitalismo financeiro: implicações para a proteção social e a saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(7), 2107-2118. doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018237.07582018>
- Xavier, E. D., & Aguiar, G. N. (2020). Pandemia, política e neoliberalismo: o governo federal brasileiro no enfrentamento do Coronavírus. *Confluências*, 22(2), 28-50. doi: <https://doi.org/10.22409/conflu.v22i2.42994>

## Capítulo 10

### **Suportar o insuportável: o trabalho de acompanhamento de exilados <sup>1</sup>**

*Dominique Lhuilier <sup>2</sup>*

Em um contexto de crescente inospitalidade para exilados, muitos Estados embarcaram em uma espiral interminável de repressão destinada a controlar, selecionar e armazenar esses "fluxos", essas "massas em êxodo". A fim de conter as "ondas" de migrantes, refugiados e exilados, como se falássemos da ameaça de um tsunami, uma série de dispositivos têm sido colocados em prática, todas destinadas a reduzir o acesso aos recursos necessários para a vida: um visto, um teto, um trabalho, cuidados médicos, vínculos... Para isso, são estabelecidas categorias, diferenciando e classificando "refugiados verdadeiros/falsos", "menores isolados verdadeiros/falsos", "exilados políticos/econômicos/saúde pública", "doentes verdadeiros/falsos", etc. Como pano de fundo dessas classificações, há sempre a suspeita que paira sobre eles e que justificaria as situações excepcionais em que eles são colocados.

Compreender a condição de exílio é considerar uma variedade de condições precárias que estão em seu cerne: econômicas (reforçadas na França pela abolição, em 1991, do direito sistemático de trabalhar para os requerentes de asilo), administrativas (medo permanente de expulsão, não renovação de autorizações de residência, controle policial, evitação de

---

<sup>1</sup> Traduzido por Karla Candeia.

<sup>2</sup> Professeure émérite de psychologie du travail, Centre de Recherche sur le Travail et Le Développement, CNAM, France.

espaços públicos e ambientes institucionais, etc.), de saúde (problemas de saúde recorrentes e renúncia aos cuidados), emocionais (isolamento, famílias desfeitas, pessoas desaparecidas). Os motivos e as dificuldades da migração provêm das condições da vida de antes (no país de origem) e do presente, da experiência de várias formas de violência no país de origem ou durante a viagem. Mas também deve ser enfatizada a questão da violência estrutural nos países anfitriões. Estas condições são produzidas por escolhas políticas regionais, nacionais e internacionais que regem os diversos territórios de origem, em matéria de trânsito ou de assentamento. Podemos assim observar uma constante na ordem política, neste biopoder analisado por Michel Foucault (1976), que visa exercer jurisdição sobre a vida, os corpos e as populações. Assim, o poder é constantemente mostrado e demonstrado sobre os migrantes como uma figura paradigmática de seu exercício.

É em tais contextos macrosociais que uma série de profissões, estruturas organizacionais e institucionais têm que garantir o cuidado e o apoio aos migrantes nas diferentes etapas de suas vidas no exílio. Estas práticas impõem a necessidade de ser capaz de resistir às provações do confronto com experiências de miséria, pavor e espanto diante do que foi vivido "lá" e/ou do que é vivido "aqui", e do trabalho que está sempre exposto aos riscos do "trabalho sujo".

Os múltiplos impedimentos enfrentados por estes sujeitos exilados (impedimento de acesso aos recursos materiais e países desejados, aos direitos, aos cuidados, ao trabalho, à escola) são evidentes (Felder, 2016). E os efeitos destrutivos desta política inóspita sobre as subjetividades e corpos dos exilados (a realização de traumas, a complexidade de se libertar de tarefas políticas e sociais, etc.) não podem ser negligenciados por aqueles que estão na linha de frente da "recepção". Os mecanismos de segregação, estigmatização e discriminação, em conexão com a proliferação do discurso de segurança e as políticas de reagrupamento e confinamento forçado, marcam a vida psíquica do refugiado: o tremor dos fundamentos narcisistas, a complexidade de reconstruir-se entre a perda

da cidadania e a experiência traumática, a busca de um lugar para viver, a dor da separação...

As questões de reconhecimento são essenciais aqui: reconhecimento do sujeito para além da categoria à qual ele ou ela está designado (estrangeiro, requerente de asilo, imigrante sem visto, menor sem acompanhamento, trabalhador imigrante, etc.), mas também reconhecimento das práticas profissionais, não apenas através do prisma das regras do ofício, mas também do trabalho cultural (Freud, 2010) que resiste às formas de desumanização contidas nos procedimentos e sistemas de "recepção".

O significado político das práticas profissionais no campo do acompanhamento, em suas diversas formas, está sem dúvida essencialmente aí: na contribuição para este trabalho psíquico que permite tecer um elo identificatório entre o indivíduo e o todo humano, um elo através do qual cada um pode acessar o sentimento de pertencer a este todo humano. O teste deste trabalho aqui é duplo: o mal-estar dos trabalhadores pode ser decifrado como um sinal do sofrimento dos "usuários" depositados dentro deles; mas também é maciçamente devido às condições de seu trabalho e às políticas públicas que os enquadram e os determinam em demasia.

As tensões que acompanham este trabalho de acompanhamento e mediação em abrigos ou acampamentos de exilados são muitas: ter que ouvir ou suscitar uma palavra necessária mas dolorosa, ter que apoiar uma projeção indispensável à construção dos projetos futuros quando existe uma urgência, a precariedade e o procedimento de exame dos pedidos instalam uma suspensão temporal... A sensação de estar preso a dispositivos que "obrigam" a desembaraçar o "verdadeiro" do "falso", que suscitam desconfiança, dá origem a um certo mal-estar, até mesmo a vergonha associada à sensação de se tornar co-produtores de procedimentos de triagem e seleção. Ver a profissão contaminada por uma lógica de gestão de "fluxos", de "novos riscos sociais", quando se está motivado essencialmente por um objetivo de acesso aos direitos (asilo,

social, educação, cuidado, etc.) é um teste difícil de suportar. A intensidade dos afetos, das tensões psíquicas, os conflitos e o sofrimento ético podem levar à exaustão ou mesmo ao colapso. Isto coloca em questão os recursos coletivos para pensar uma ação sempre incerta como as formas de subversão dos impedimentos ou desvios que pesam sobre a atividade.

## **O trabalho de acompanhamento**

Por que falar de trabalho de acompanhamento ou apoio e não de uma relação de ajuda (Amado & Minary, 2008), uma fórmula que muitas vezes prevalece nos campos da saúde e social em particular? Porque o trabalho<sup>3</sup> implica uma atividade, e mais precisamente uma co-atividade. A atividade de trabalho sempre tem prescritores, co-autores e destinatários (usuários, pacientes, beneficiários, clientes) e ocorre em contextos organizacionais, institucionais e societários. Porque este trabalho não pode ser reduzido à qualidade das relações entre o acompanhador e a pessoa acompanhada; o prisma das relações interpessoais e intersubjetivas alude tanto à dimensão social quanto a política do acompanhamento.

A relação de ajuda corre sempre dois riscos: o obscurecimento das dimensões inconscientes e o desaparecimento do social. Além disso, sem uma teoria da psique, a abordagem humanista corre o risco de se perder nos meandros da "ajuda" ou da assistência. Sem uma teoria do social, ela se reduz a um conjunto vago, e a dialetização entre o eu e os outros, entre individual e coletivo, entre psíquico e social, está condenada a andar em círculos no interpessoal. Na relação cara a cara é melhor não esquecer que não se pode ajudar os outros sem um terceiro, em suas diferentes declinações: equipe, organização, instituição a quem estão ligados os motivos desta ajuda, sua legitimidade e sua possível eficácia.

Tanto a pessoa que acompanha, quanto a pessoa que está sendo acompanhada, ambas estão expostas neste caso à ambigüidade da relação

---

<sup>3</sup> Não confundir com emprego; os voluntários, que são numerosos no campo do acompanhamento de exilados, trabalham mesmo que não tenham um emprego.

de ajuda, muitas vezes pavimentada com boas intenções, mas também com desejos de controle, mesmo de dominação, implementados em nome do humanismo e da emancipação buscada. Existem muitas profissões na área de asilo (assistentes sociais, intérpretes, advogados, psicólogos, ligados à saúde e higiene, pessoal administrativo); e todos aqueles que têm que se encontrar e trabalhar com exilados e migrantes são ainda mais numerosos (pessoal hospitalar, penitenciárias, policiais, professores, formadores, recrutadores, gerentes). Dois exemplos deste trabalho de apoio são dados aqui: um no campo da assistência jurídica, o outro no do acesso à saúde.

### **Acompanhadores jurídicos nos centros de detenção <sup>4</sup>**

As detenções são um reflexo das políticas de migração. Eles são também um dos instrumentos da política aplicada ao fechamento de campos de migrantes. A duração máxima de detenção é atualmente de 90 dias na França<sup>5</sup>. É neste contexto que trabalham os funcionários das seis associações, cujas principais tarefas são ouvir os detentos e ajudá-los a exercer seus direitos. Eles são principalmente advogados, assistentes sociais e ativistas dos Direitos Humanos. Eles são confrontados com uma "industrialização" da detenção e, portanto, uma intensificação do trabalho, em um clima de tensões extremas devido ao endurecimento das políticas migratórias e aos desafios do exílio. A missão confiada aos funcionários, assim como seus ideais profissionais, os coloca do lado da defesa dos direitos e dos detentos, enfrentando assim a "máquina de expulsão" gerenciada pela polícia.

Em um contexto que é, portanto, estruturalmente tenso, mesmo conflituoso, especialmente com o pessoal encarregado da detenção, eles

---

<sup>4</sup> Os 24 Centros de Detenção Administrativa e 26 Instalações de Detenção Administrativa do território francês têm uma capacidade de receber 2.054 pessoas. Cerca de 50.000 pessoas foram trancadas nesses lugares em 2019. Eles são principalmente homens, mas também mulheres e crianças.

<sup>5</sup> À medida que a duração da detenção aumenta, aumentam também a frequência de automutilação, tentativas de suicídio, confinamento solitário, prescrições de sedativos ou transferências para hospitais psiquiátricos.

conduzem entrevistas com os detentos e explicam os complexos procedimentos da detenção e remoção do território, a fim de então construir com cada um deles um diagnóstico da situação individual, identificando os recursos legais. Estas tarefas envolvem uma revisão da história do exílio, suas causas, modalidades e a situação atual, em termos sanitários, laborais, familiares, matrimoniais e assim por diante. Além dessas tarefas, que se enquadram como "assistência no exercício dos direitos", há também as relativas ao "apoio social": presença e escuta dos detidos, informação às famílias, regularização da situação das crianças, tomada de providências para que os detidos possam recuperar seus pertences, salários e outros bens antes de serem deportados. Neste contexto de dependência daqueles que parecem ser salvadores em potencial, a demanda dos detentos por apoio jurídico é enorme.

À intensidade dos afetos solicitados neste trabalho soma-se a intensidade das questões éticas e políticas que atravessam o exercício da profissão. Os dilemas relacionados às metas perseguidas nas atividades encontram múltiplas declinações: assumir uma postura profissional a serviço da preservação dos direitos dos detentos, o que os coloca contra os "guardas", ainda que a negociação com esses parceiros seja essencial para obter acesso aos detentos e para preservar e desenvolver o espaço de manobra necessário para suas atividades; resgatar os detentos, ao mesmo tempo em que se protegem duplamente, tanto de uma empatia que torna a impotência em certas situações insuportável, como de uma intervenção que curaria o sofrimento dos detentos e poderia "humanizar" a máquina de expulsão através de denúncias; basear seus compromissos profissionais em princípios e valores a serem respeitados, ao mesmo tempo em que empregam, para isso, truques e estratégias de ação aparentemente contrários a esses mesmos princípios e valores...

## Mediadores de saúde em acampamentos ciganos e squats

A missão formalmente atribuída a estes mediadores é melhorar o acesso aos direitos, prevenção e cuidado das "populações em situação precária" através de uma melhor integração no sistema de direito comum. Ela os coloca na interface entre as pessoas cuidadas e as instituições de cuidado, uma espécie de elo encarregado de transformar as representações e comportamentos recíprocos: removendo os tenazes estereótipos que pesam sobre "os ciganos"<sup>6</sup> e mudando as posturas profissionais dos prestadores de cuidados, removendo a ambivalência e desconfiança dos ciganos para com qualquer instituição percebida como a ala armada do biopoder (Foucault, 1976).

Além da complexidade e das tensões geradas por este duplo propósito de suas atividades, há também o trabalho de interpretação (idiomas, mas também códigos, categorizações, classificações, etc.), a construção de parcerias e cooperações essenciais e, finalmente, o trabalho invisível de supervisão de voluntários, como é o caso em muitas associações que mobilizam voluntários e funcionários assalariados. No coração deste trabalho ainda está a polissemia da saúde: nas instituições de saúde, predomina a abordagem médico-centrada; enquanto para os ciganos, a falta de saúde é revelada pelo que os impede no exercício normal de sua vida. Aqui, a saúde é percebida, como em todas as situações de grande precariedade, como um instrumento da atividade.

Este trabalho de traduzir a complexidade de situações singulares nos códigos das grades médicas e sociais, e de esclarecer a confusão crônica entre estilo de vida (culturalismo) e condições de vida que alimentam a discriminação, é complicado por conflitos de temporalidades e atividades. A precariedade se estabelece em um curto período de tempo, enquanto o apoio, a prevenção, o desenvolvimento da saúde, mas também a

---

<sup>6</sup> Estima-se que existam entre 15.000 e 20.000 ciganos na França. Vindos majoritariamente da Romênia e da Bulgária, são os europeus que, no entanto, fazem uso de uma lógica política de exclusão e preconceitos (delinquência, mendicância, sujeira...). Os próprios ciganos não se vêem como um único grupo em escala europeia: eles são de diferentes nacionalidades, diferentes religiões (católica, ortodoxa, evangélica) e estão longe de falar a língua romana.

construção desta nova profissão de mediador da saúde e seu reconhecimento por seus diversos destinatários, requerem tempo. Isto é frustrado pela volatilidade e dispersão de pessoas e "terras", locais ilegais e sempre instáveis, por repetidas expulsões com o risco de ter que começar do zero a cada vez, com uma multiplicação e dispersão de lugares de vida. Cada expulsão resulta, na maioria das vezes, em uma regressão das condições de vida (aumento da distância até o hospital) e na radicalização das estratégias de defesa da comunidade (suspeitas, ameaças). Para este nomadismo imposto pelas políticas públicas a "esta população de risco", a precariedade dos cargos de mediador e sua rotatividade é uma imagem espelho: a permanência dos cargos depende dos resultados que validam os pedidos de subsídios (uma afirmação que torna o mediador responsável pela manutenção de seu cargo e que alimenta a incerteza crônica sobre os critérios de avaliação do trabalho). E isto em contextos onde há uma negação das contradições entre as tarefas atribuídas: mediação, monitoramento sanitário e diagnósticos pré-expulsão.

Também aqui os dilemas e os afetos se encontram. Promover o acesso de todos aos cuidados de saúde ou definir os prioritários: os mais vulneráveis (mulheres grávidas, crianças), os menos autônomos, os riscos de epidemias, as emergências médicas? Mitigar/revelar as deficiências institucionais? Fazer dos "ajudantes" da comunidade cigana parceiros de trabalho, dar mais recursos à gestão comunitária e, assim, dar mais poder a uns sobre outros, que podem então instrumentalizar e tirar um lucro pelos serviços prestados (como o aumento do preço dos aluguéis no acampamento), denunciar maus tratos/preservar a qualidade do vínculo pacientemente construído... A desumanidade das condições de vida, as situações dramáticas que eles podem enfrentar (despejos, fim de vida, morte, violência intrafamiliar, trabalho infantil, idosos abandonados), mas também o peso das responsabilidades, medo, ansiedade diante da agressão, ameaças, acusações são todas dificuldades que a proximidade cultural pode ampliar quando esses mediadores de saúde são eles mesmos ciganos.

## **Desafios do trabalho de acompanhamento**

Como lidar com situações, estados do corpo, da psique, dos atos, das substâncias que provocam medo, pavor, repugnância, raiva, ansiedade? Como colocar um carrasco em um centro de detenção? Como você anda na lama, no lixo, no ziguezague entre os ratos e nos jogos de bola para crianças no acampamento de ciganos ou no squat? Como traduzir para esta mulher em consulta o diagnóstico de AIDS ou de câncer que o médico acaba de anunciar brutalmente, com o mediador-intérprete encarregado de "encontrar as palavras certas"? Como podemos dizer que o número de telefone do alojamento de emergência não atende mais e que "o solicitador" terá que se resignar a dormir na rua novamente, correndo o risco de mais agressões ou estupro? Como podemos perceber durante uma entrevista com um refugiado, um prisioneiro desesperado, que ele também é um torturador? Como apoiar na empatia as ameaças, insultos, agressões? Como podemos fechar o centro de consulta médica e pedir a esta mãe grávida e seus filhos que saiam quando sabemos que ela não tem mais para onde ir?

A intensidade dos afetos solicitados neste trabalho é combinada com a intensidade das questões éticas e políticas que atravessam a prática destas profissões.

## **Os processos transferenciais**

Estas profissões de asilo, trabalho social, cuidado envolvem o encontro e o relacionamento com "usuários" que experimentaram e experimentam situações extremas, tanto ali como aqui, que estão envolvidos em processos de dessubjetivação e infra-humanização. Estas atividades profissionais implicam um confronto com material traumático, em uma relação em que a empatia é sempre suscetível a gerar identificação com a vítima (Maqueda, 1997). Além disso, fala-se frequentemente da

contagiosidade do trauma, no sentido de transmissão psíquica inconsciente, vetorizada por processos transferenciais que são ainda mais intensos porque não são mediados por referências de terceiros, como a equipe ou a profissão. Logo, o acompanhante (na diversidade das profissões exercidas) não é o receptáculo passivo do material traumático nem da transferência da pessoa acompanhada. O processo é co-produzido por ambos.

O par constituído nessa relação pode ativar intensos processos transferenciais, constituídos por um cenário que implica um compromisso recíproco ocasionado pelos ideais da profissão e a dívida psíquica do sujeito. A identificação com a vítima é alimentada por processos de projeção na transferência, como a identificação com o papel do salvador ideal que responde por sua vez à da vítima ideal. Além disso, impotência, injustiça, abandono, culpa, "fadiga de ajudar" são sentimentos expressos maciçamente: eles podem ser iluminados pela análise dos processos de ressonância, mas também devem ser colocados em perspectiva com as características do contexto de trabalho potencialmente traumatogênicos. A frequência dos sintomas evocados por cada pessoa - insônia, pesadelos, distúrbios de humor, irritabilidade, ataques de ansiedade, choro irreprimível, distúrbios psicossomáticos - atesta a fragilidade dos envelopes psíquicos fundamentais (Anzieu, 1987). Isto faz com que os sujeitos sejam expostos física e psiquicamente ao outro, via de intrusão, o que, para alguns, os faz experimentar esta relação como persecutória.

A questão do significado da troca no relacionamento pode lançar uma luz sobre esta questão. O que é dado, para quê e em troca de quê? Para o acompanhante, é uma questão de dar tempo, compromisso, investimento, escuta, reconhecimento, objetos, números de telefone pessoais. Até onde dar de si mesmo? Quando o que é recebido é interpretado como um "profissional que se supera a si mesmo", prevalece a interpretação do dom. Ele dá de si mesmo, de sua pessoa, além do serviço prestado como definido pela função, a profissão. E o dom, associado à dívida psíquica de quem recebe, solicita o contra-dom, ou troca. Em troca de quê? De um retorno

em conformidade com as expectativas da pessoa que o acompanha? Em termos de submissão ao conselho, diretrizes dadas? Em termos de valorização narcisista: sugerindo que a pessoa que acompanha é excepcional, que lhe devemos muito? Em termos de confiança: isto engaja tanto a pessoa que está sendo acompanhada quanto a pessoa que a acompanha, um segredo as une. A forma final (e possível) da troca leva ao desaparecimento de um quadro profissional que, em princípio, deveria contê-lo.

Assim, um acompanhante pode ser pego sonhando com a adoção imaginária de uma criança, de uma avó, de um jovem. Portanto, se trata de uma troca entre uma parentalidade irreal contra o sacrifício do profissionalismo. Isto implica em não trair aqueles que serão "adotados", não fugir aos desafios emocionais desta relação, que é extraída do contexto de trabalho para se desenvolver no contexto pessoal e familiar com o risco de ofuscar os outros que serão acompanhados. Esta forma de troca, que não trabalha as questões pessoais, sem deixar espaço para as regras do ofício, na maioria das vezes leva a uma crise e depois a uma ruptura. A única saída é romper o vínculo que se tornou uma ligadura, ao custo do sofrimento de ambos os lados.

O trabalho de acompanhamento implica sempre em renúncia: não responder a todas as necessidades de proteger o outro da alienação, do vínculo de assistência. A falta é necessária para que a troca nasça livre da dependência, ou mesmo da captura. O poder dos afetos continua presente (exceto para os que se protegem emocionalmente, se desumanizam): impotência, raiva, agressividade, culpa, "cansaço de ajudar". Eles podem, evidentemente, ser esclarecidos pela análise da transferência-contratransferência. Mas eles também devem ser colocados em perspectiva com as características de locais de trabalho potencialmente traumatogênicos<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> A distinção entre a noção de "traumatogênico" e "traumático" é importante porque os resultados psíquicos da situação não são unívocos: o potencial desestabilizador da experiência pode solicitar as capacidades de "metamorfose", de transformação iniciática, pode também levar a arranjos defensivos muitas vezes construídos sobre uma clivagem do eu ou mesmo tornar-se verdadeiramente traumático.

## As declinações do “trabalho sujo”

As práticas de admissão em sistemas instituídos ou associativos são baseadas, com diferentes graus de radicalidade, em uma lógica de seleção que transforma uma "pessoa a ser apoiada em sua totalidade" em um usuário de sistemas *ad hoc*. Trabalhar aqui pressupõe uma operação de tradução da singularidade do solicitante (mas de quê? Provavelmente antes de tudo do reconhecimento de seu status como sujeito), e de sua situação, para se adaptar e tomar conhecimento dos códigos que permitem se comunicar com os "beneficiários" dos sistemas em questão.

O que fazer com a pessoa acompanhada que apresenta ao acompanhador problemas de moradia, ao assistente social problemas de saúde ou ao psicólogo problemas com o visto de residência? Nós pensamos então no médico que pergunta em consulta "você dorme bem?", procurando por sinais de psicotrauma. E o paciente que responde "tenho frio"... sim, ele tem frio, ele dorme na rua. Ou esta relutância em prescrever comprimidos para dormir a um paciente que tem realmente distúrbios do sono relacionados à sua história, mas que vive na rua e, portanto, está exposto a todos os tipos de riscos. Sua vigilância é então um instrumento de sobrevivência. O que fazer com uma pessoa muito velha, dependente e sem visto de moradia? Ele ou ela deve ir para um abrigo emergencial do qual não sairá por muito tempo, pois não tem acesso a instituições especializadas para idosos por não ter permissão de residência? O que fazer com um migrante que trabalhou durante anos como pedreiro na indústria da construção na França, mas com documentos falsos, e que vai procurar a assistente social para que ela possa ajudá-lo a reunir documentos para dar entrada no pedido de uma aposentadoria?

Esta operação de tradução e classificação é ainda mais exigente e extenuante à medida que a distância entre o número dos pedidos, a deterioração das situações dos exilados e a redução drástica dos recursos

potencialmente disponíveis aumenta. O desafio de uma massificação das necessidades de apoio, e um trabalho que foi colocado estruturalmente em dificuldade devido à saturação permanente dos dispositivos de ajuda. Como lidar com a injunção paradoxal de acompanhar adequadamente os exilados rumo aos cuidados com a saúde, acomodação, emprego, um treinamento profissional que lhes convém quando os meios e oportunidades disponíveis não estão à altura da tarefa? Classificando as "emergências", os mais "vulneráveis"? Com base em que critérios? Como avaliar estas situações?

Uma operação de triagem e seleção que mina os valores que sustentam o compromisso com a profissão, e que está ancorada em ideais pessoais. Tanto mais que essa triagem e seleção não estão sem ressonância com políticas migratórias que fazem distinção entre bons e maus migrantes, com o argumento de que "não podemos aceitar toda a miséria do mundo"... já que a pessoa que os acompanha, sobrecarregada pela grande demanda, pela carga de trabalho, é obrigada a criar critérios de seleção sustentáveis. A desproporção das necessidades com relação ao que pode oferecer o profissional que acompanha é sempre acompanhada por um sentimento de impotência, de insuficiência, quando o trabalho se resume a "esvaziar o mar com uma colher".

Aprender a dizer não é difícil, especialmente quando isso é confundido com rejeição e abandono. Isto pode levar o profissional a dar algo, para se tranquilizar, se libertar da impotência, da insuportável inação, mesmo que o que é dado seja basicamente um engodo. A cooperação em parceria entre serviços e entre associações facilita o apoio ao "não": o que é dado é pelo menos uma orientação. Mas isto só é possível e só adquire um significado real quando é precedido e acompanhado pela construção desta parceria. Da mesma forma, o sentimento de fracasso de não ser capaz de fazê-lo apenas é sustentável se o trabalho multidisciplinar ou coletivo nos permitir pensar que o que não pode ser feito ali encontrará outras soluções em outros lugares, com outros profissionais do acompanhamento, ou em cooperação e solidariedade entre exilados.

## O pacto de negação de vulnerabilidade

A negação das dificuldades e experiências traumatogênicas associadas a este trabalho é sem dúvida o freio mais poderoso para a construção coletiva de recursos que possam mediar e subverter as dificuldades. No entanto, esta construção é essencial. Este pacto de negação da vulnerabilidade dos profissionais ou voluntários cria uma figura heróica a serviço da defesa das "vítimas": o sofrimento então muitas vezes se manifesta em sonhos, que mais se parecem com pesadelos, mas também se mostram como um registro psicossomático ou em descompensações psicopatológicas quando os recursos defensivos individuais são sobrecarregados. Este sofrimento também se reflete no grande número de "entra e sai" nessas profissões.

A relutância em dizer "suas" dificuldades atesta a importância dessas posturas militantes ou caridosas, que tanto apoiam o compromisso com este trabalho como contribuem para um esgotamento ou mesmo uma estafa mental. O sofrimento deve ser suportado, mesmo anestesiado. Então, como podemos nos permitir reconhecer e verbalizar aqueles que foram enredados ou mascarados? As dificuldades encontradas durante as atividades podem sempre ser interpretadas essencialmente como falhas pessoais, como um desvio "inaceitável" do Ideal. Então a vergonha está sempre presente: vergonha do medo associado ao trabalho em climas de tensão, de urgência, de violência; vergonha diante da degradação da qualidade da escuta, da disponibilidade psíquica necessária para o trabalho de acompanhamento; vergonha daquele que representa o "país de acolhida" onde a realidade se revela não como abrigo, mas como a persistência de tratamentos desumanos... E talvez acima de tudo, vergonha por ter que suportar o insuportável para poder continuar trabalhando, sem realmente poder fazê-lo.

## Ambivalência sobre a transmissão

O novato, como novo acompanhante, levado por seu compromisso com o serviço da "missão", se desdobra sem contar o custo. Ele se vê então, como seus colegas, na primeira fila, confrontado com os danos psíquicos ligados a uma política contábil de gestão dos fluxos migratórios dentro de um ritmo que é sempre o da urgência (tratamentos e viagens desumanizantes), os danos da inatividade forçada (nenhum acesso ao trabalho), as várias formas de *apartheid* espaço-temporal que embarcam tanto a pessoa que está sendo acompanhada quanto a pessoa que a acompanha. Ele logo será apanhado de surpresa, espanto, até mesmo choque ou terror diante dos efeitos dos "crimes contra a humanidade psíquica" (Roussillon, 2005), que matam não só a humanidade em si mesma, mas o próprio sentido do ser humano. Seus pontos de referência iniciais se tornam menos nítidos, sua identidade profissional vacila: ele percebe que o desumano está no humano, mesmo que ele seja o negativo radical.

Uma época de testes começa sob o olhar de seus colegas, o mais velho: ele vai resistir? Ele vai ficar? Será ele capaz de "lidar com isso"? Ele vai ouvir as recomendações de seus colegas? Ele aceitará a transmissão de uma visão de mundo que o ajude a olhar, de uma capacidade de escuta que o ajude a lidar com todas essas provas? Como ele sairá das diversas formas de instrumentalização, de desvio de sua ação? A ambivalência no que diz respeito à transmissão (Lhuillier & Fassier, 2020) está muitas vezes na ordem do dia, o que pode contribuir para fortes tensões entre novatos e sêniores. Como se "deixar a profissão entrar" fosse percebida tanto como um apoio para a atividade, mas também como um risco: o de fazer o luto da Missão, do Ideal. O risco de "acostumar-se demais", de "banalizar", de perder de vista os valores que sustentam o compromisso.

## O trabalho inaudível

O trabalho sobre a psicopatologia do trauma em situações de exílio, sobre os requerentes de asilo que experimentaram eventos extremos e traumas cumulativos que produzem espanto, medo e desorientação simbólica, sobre estes contextos de grande precariedade social que redobram a vulnerabilidade<sup>8</sup>, sublinham os obstáculos para colocar o inenarrável em palavras, as dificuldades de expressar o sofrimento em uma língua estrangeira, o isolamento, tudo o que contribui para que o sujeito não seja capaz de construir - sozinho - uma palavra própria. "Ele não tem voz na praça pública" (Colin & Laval, 2005). O que exige que os "acompanhantes" atuem como porta-vozes. Mas devemos estender a análise à *recepção e seus impedimentos*: recusa de ouvir, evasão, fuga. O indizível se conjuga aqui com o inaudível e a construção da invisibilidade.

Os "acompanhantes" sabem como é difícil para eles falar sobre seu trabalho, encontrar as palavras para explicar as situações encontradas e os afetos sentidos, a complexidade das práticas cotidianas sempre apanhadas em dilemas morais, dos paradoxos da política, dos conflitos de justiça e das ambigüidades do direito. Como podemos traduzir sem trair, sem eufemismos, sem banalizar ou dramatizar, sem contribuir para a radicalização da alteridade que rapidamente aparece como o filtro privilegiado da recepção? Falar é muito difícil, ser escutado é igualmente difícil. Aqui encontramos problemáticas comuns às profissões encarregadas de lidar com o "negativo psicossocial", ou seja, o que é rejeitado pelo corpo social: trabalhadores das sombras, eles devem contribuir para "preservar o pacto que nega e neutraliza o que ameaça tanto a economia psíquica do sujeito quanto a unidade do todo social" (Lhuillier, 2009). Uma sociedade se revela tanto pelo que esconde quanto pelo que revela. Os profissionais trabalham nesta divisão entre o palco e os bastidores, encarregados de "tratar" o que é rejeitado pelo corpo social

---

<sup>8</sup> "As modalidades de vulnerabilidade não são as mesmas conforme abordam a integridade física de uma vida ou mutilam sua integridade social, mas inevitavelmente roem tanto o rosto quanto a voz, os únicos suportes da visibilidade de si na humanidade" (Le Blanc, 2009).

e contribuir para a preservação dos pactos de negação, neutralizando o que é objeto de negação, e como tal, rejeitado à margem ou esquecido.

Nas diversas pesquisas que nós realizamos sobre as profissões encarregadas do negativo psicossocial, sempre nos deparamos com essa relegação, que afeta tanto os "resíduos sociais" quanto os responsáveis por seu tratamento (Lhuillier, 2005). Isto pode contribuir para aprisionar o acompanhante e o acompanhado em um cara a cara permanente e a manter a instituição, a associação, a salvo do reconhecimento de seu trabalho real, suas dificuldades, seus impasses, suas invenções, suas transgressões. O trabalho real não é o trabalho prescrito. Nem o trabalho sonhado, nem o trabalho realizado (o alojamento encontrado, os cuidados prestados, o dossiê administrativo que deu certo, a ajuda financeira concedida, a inscrição em formação obtida). O trabalho real não é redutível ao que é feito, a este lado visível e objetivável no trabalho. Ele cobre tudo o que fizemos para conquistar o objetivo, para remover obstáculos, para contorná-los, para improvisar, para não fazer o que nos é pedido, mas também o que tentamos fazer sem sucesso, os fracassos. A subjetividade no trabalho se desdobra ou é sufocada (Roman Hernández, 2020).

## **Desafios e criatividade**

Enfatizamos aqui que nas intervenções ou pesquisa-ação que realizei, assim como nos grupos de análise da prática profissional que lidero, as manifestações e expressões de prazer no trabalho, ou mesmo a paixão pelo trabalho, são essenciais. Nunca é apenas uma questão de sofrimento, desilusão, desinvestimento, sentimentos de fracasso. As recompensas simbólicas, as descobertas, o poder dos elos que são feitos, a pertença a um grupo de trabalho que compartilha os mesmos valores, as vitórias obtidas apesar do acúmulo de obstáculos, a vitalidade desenvolvida nestas experiências e práticas são a prova do que torna possível "segurar", apoiar os desafios do trabalho de acompanhamento. Fundamentalmente, este trabalho permite vivenciar (e compartilhar) uma experiência essencial: é

nos contextos e momentos em que a destrutividade e o mortífero parecem prevalecer que as forças da vida se manifestam de forma mais intensa. Movimentos de resistência e vida nos quais os processos criativos são centrais.

Trata-se realmente de reconhecer a dupla face dessas provações e desafios que, por produzir “desligação”, desintegração, pode abrir novas elaborações. O poder dos afetos associados é sem dúvida uma das forças motrizes deste duplo movimento de destruição-criação. Isto pressupõe, entretanto, que o sujeito não se sinta radicalmente invadido por eles em uma explosão catastrófica ou bloqueado em uma angústia depressiva. Entretanto, o encontro com o acompanhador, na diversidade das profissões mencionadas, ocorre em contextos que tendem a eufemizar ou entender mal esta normatividade, vitalidade na ação. A relação de ajuda é apresentada, antes de tudo, como uma forma de compensar os déficits e as carências. Esta leitura e postura tende a negligenciar ou subestimar a ação e os recursos do "usuário", nesta relação e em outros lugares (porque sua vida não é inteiramente redutível aos riscos de sua relação com os "cuidadores").

Pensar e buscar a co-produção de acompanhamento pressupõe que os interventores reconheçam as capacidades dos usuários. Essas forças vitais que os exilados possuem são manifestadas durante todo o processo de migração, em seus diferentes estágios, tempos e espaços. E as formas de se liberar do desencanto, da exaustão, do cansaço de ajudar, vão além da concepção da profissão destinada a "ajudar", a "reparar" em favor do reconhecimento da co-atividade. Estes são também os caminhos da subversão do "trabalho sujo": caminhos que se deslocam do trabalho *sobre*, do trabalho *para* até o trabalho *com*.

## **Para concluir**

Resistir a longo prazo diante da miséria, precariedade, processos de exclusão, segregação, insegurança, desconfiança e a infinita expectativa de

um status, pressupõe criar recursos compartilhados para reinjetar vida e vínculos onde prevalece um desligamento mortífero (Lhuillier & Pestre, 2018). Estas pessoas em busca de reconstruir suas vidas não podem ser reduzidas às categorias nas quais estão classificadas. Resistindo às atribuições negativas que visam o "estrangeiro" (potencial terrorista, agressor sexual, parasita do sistema público de assistência social, etc), os exilados traçam um caminho singular entre o que eles deixaram para trás e o que procuram encontrar, um destino onde a hospitalidade ainda é possível. Eles estão constantemente lutando por uma vida melhor, inclusive nos lugares onde são classificados e nos procedimentos e viagens cada vez mais longas. O estrangeiro não é um corpo estranho e tóxico, mas um revelador da ética de nossas sociedades. O trabalho de acompanhamento está no cerne desta ética.

## Referências

- Amado, G. & Minary, J. P. (2018). Les ambigüités de la relation d'aide. *Nouvelle Revue de Psychosociologie*, 6.
- Anzieu, D., Doron, J. & Houzel, D. (1987). *Les enveloppes psychiques*. Paris: Dunod.
- Colin V. & Laval C. (2005). *Santé mentale et demandeurs d'asile en région Rhône Alpes*, Rapport DRASS Rhône Alpes,
- Felder, A. (2016). *L'activité des demandeurs d'asile. Se reconstruire en exil*. Toulouse: Eres.
- Foucault, M. (1976). *La volonté de savoir*. Paris: Gallimard.
- Freud, S. (2010). *Malaise dans la civilisation*, traduction : Oudoul, préface de Laurie Laufer, Paris, Payot, coll. « Petite Bibliothèque Payot ».
- Lhuillier, D. (2005). Le sale boulot. *Travailler*, 14, 73-98.
- Lhuillier, D. (2009). Travail du négatif, travail sur le négatif. *Education Permanente*, 179, 39-57.

Lhuilier, D. & Pestre, E. (2018). Migrants, réfugiés, exilés : résistances et créativité. *Nouvelle Revue de Psychosociologie*, 1, 25, .

Lhuilier, D. & Fassier, C. (s/dir. 2020). *Travail et transmission*. Toulouse: Octarés.

Maqueda, F. (1997). Le vécu du traumatisme chez les soignants (volontaires) en situation d'intervention humanitaire. In B. Doray & C. Louzon, *Les traumatismes dans le psychisme et la culture* (pp. 235-239). Toulouse: Erès.

Román Hernández J. J., Lhuilier D., Newton Garcia de Araújo J. & Pujol A. (2020). Subjetividade e trabalho: entre mal-estar e bem-estar. Paris: L'Harmattan.

Roussillon, R. (2005). Les situations extrêmes et la clinique de la survivance psychique. In J. Furtos & C. Laval (s/dir). *La santé mentale en actes*. Toulouse: Eres.

## Sobre os autores

### **Ana Magnólia Mendes**

Professora do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações da Universidade de Brasília (UnB). Fundadora do Laboratório de Psicodinâmica e Clínica do Trabalho da UnB. Líder do Grupo de Pesquisa Psicanálise e Trabalho no CNPq/UnB. Coordenadora do Projeto "Espaço Aberto ao Trabalhador: Clínica Psicanalítica do Trabalho" na UnB. Pós-Doutorado na Université Côte d'Azur, Nice, France. Estágio Sênior no Freudian-Lacanian Institute Après-Coup Psychoanalytic Association em parceria com a School of Visual Arts, New York (EUA) e no Conservatoire National des Arts et Métiers (CNAM, Paris). Doutorado em Psicologia pela UnB e sanduíche na Universidade de Bath, Inglaterra, mestrado e graduação em Psicologia. Sites [www.psto.com.br](http://www.psto.com.br); [www.nucleotrabalho.com.br](http://www.nucleotrabalho.com.br). Email: [anamag@unb.br](mailto:anamag@unb.br)

### **Dominique Lhuilier**

Professora Emérita em Psicologia do Trabalho do Centre de Recherche sur le Travail et le Développement, equipe Psicossociologia do Trabalho e da Formação. Antropologia das práticas (Paris, França). Seus trabalhos de pesquisa se voltam essencialmente para as relações entre trabalho e saúde. Nesse campo, ela se interessa particularmente pelas divisões social, moral e psicológica do trabalho. O conceito de “trabalho sujo” (“*sale boulot*”) é compreendido em suas duas faces: nos empregos, nas tarefas desvalorizadas, delegadas, e o sentimento de fazer um trabalho contrário a seus próprios valores, pessoais e profissionais. As questões éticas aparecem no cerne da questão, como o reconhecimento do trabalho. Isso implica em ligar a questão das regras e dos valores no trabalho àquelas das atividades relevantes em outros domínios da vida mas que se referem também à construção humana de Humanidade, ao trabalho da cultura tal qual definido em Psicanálise. Últimos trabalhos publicados: *Qualité du travail, qualité au travail* (2014, coord) ; *Que font les 10 millions de malades ?* (2016, avec AM. Waser) ; *Se doper pour travailler* (2017, avec R. Crespin et G. Lutz) ; *Travail et subjectivité (s/dir,* 2020, avec Jorge Juan Román Hernández, José Newton Garcia de Araújo, Andrea Pujol). Email: [dominique.lhuilier@lecnam.net](mailto:dominique.lhuilier@lecnam.net)

**Emílio Peres Facas**

Professor do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho e Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações da Universidade de Brasília (UnB). Psicólogo, Doutor em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações (UnB) com período sanduíche em Université Catholique de Louvain. Coordenador do Núcleo Trabalho, Psicanálise e Crítica Social (UnB). Site: [www.nucleotrabalho.com.br](http://www.nucleotrabalho.com.br). Email: [emilio@nucleotrabalho.com.br](mailto:emilio@nucleotrabalho.com.br)

**Eric Hamraoui**

Professor de Filosofia desde 2003 - habilitado a dirigir pesquisas em 2016 - no Centre de Recherche sur le Travail et le Développement do Conservatoire National des Arts et Métiers (Paris, França). Foi diretor de programa no Collège International de Philosophie (2001-2007). É autor de três obras: *Les références descriptive et explicative des maladies du cœur et des vaisseaux, 1628-1749* (Lille: Atelier de Reproduction des Thèses/PUS, 1998), *Philosophie du progrès en cardiologie* (Paris: Éditions Louis Pariente, 2002) e *La philo sort de la bouche des enfants* (Paris: Eyrolles, 2009). Também foi co-diretor de publicação de duas obras: *Savoir médical, maladie et philosophie (XVIIIe -XXe siècles)*, com co-direção de Anne-Lise Rey (Paris: PUPS, 2016); *Le symptôme Bartleby ou le travail réticent*, em co-direção com Eric Dayre e Florence Godeau (Paris: Kimé, 2020). A essas publicações se juntam um conjunto de entradas e registros em dicionários, assim como diversos artigos e capítulos de livros sobre o campo da história filosófica da medicina ou relacionados à questão do trabalho, ligada àquelas da vida, da subjetividade e da política. Ele também foi autor do posfácio da obra co-dirigida por Jacques Nikonoff - *Chômage, nous accusons!* (Paris: Arléa, 1998) - e do prefácio do livro de Ana Magnólia Mendes - *Desejar, Falar, Trabalhar* (Porto Alegre: Editora Fi, 2018).

**Fernanda Sousa-Duarte**

Pesquisadora Colaboradora Sênior no Laboratório de Psicodinâmica e Clínica do Trabalho - LPCT no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações - PPG-PSTO da Universidade de Brasília (Brasil). É doutora também pelo PPG-PSTO com estágio sanduíche no grupo de Sociologia Política da Universidade de Amsterdam. Atualmente é Coordenadora Técnica do Projeto em Clínica do Trabalho do Sindicato dos Bancários de Brasília, realizando atividades clínicas e de pesquisa com trabalhadores bancários. Sua linha de pesquisa, Psicopatologia Crítica do Trabalho, utiliza como referencial teórico História Global, Tradição Radical Negra e Psicanálise fanoniana para tensionar as relações passado-presente das relações de trabalho. Tem pesquisado os entrelaçamentos históricos entre aspectos subjetivos, sociais, culturais, econômicos, políticos e regulatórios das relações entre trabalho-adoecimento mental e entre profissionais de saúde e trabalhadores com queixas relacionadas ao trabalho. Sua tese,

Trabalhadores no divã: Contribuições da Psicopatologia Clínica do Trabalho, alguns desses entrelaçamentos.

### **Jean-Michel Vivès**

Jean-Michel Vivès é psicanalista e professor de Psicopatologia Clínica na Universidade Côte d’Azur (França). É membro do movimento Insistance em Paris e do Corpo Freudiano – RJ (Brasil). Pesquisa sobre a dimensão pulsional da voz e a gestão social do gozo a ela associado. Interessa-se pela teorização dos desafios psicológicos da prática teatral. Participou, como dramaturgo, de inúmeras encenações teatrais e óperas.

Ministra, regularmente, cursos e conferências em universidades de Nova York, Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza e Toronto. Seus artigos foram publicados em várias línguas. No Brasil, além de A voz no divã, Jean-Michel Vivès publicou os livros A voz na clínica psicanalítica e Variações psicanalíticas sobre a voz e a pulsão invocante.

### **João Areosa**

Graduado em Sociologia. Pós-graduado em Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho. Mestre e Doutor em Sociologia do Trabalho e das Organizações pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). Ex-Diretor da graduação em Engenharia de Segurança no Trabalho, no ISLA-Leiria. Pesquisador integrado no Centro de Interdisciplinar em Ciências Sociais (CICS.NOVA) da Universidade Nova de Lisboa e Membro associado no Instituto de História Contemporânea (IHC) da Universidade Nova de Lisboa. Professor Adjunto na Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal (ESCE/IPS). Membro do conselho editorial da revista Segurança Comportamental. Membro da estrutura organizativa da Rede de Investigação sobre Condições de Trabalho - RICOT. Membro do conselho de edição do International Journal on Working Conditions. Título de especialista na área científica de Segurança e Higiene no Trabalho. Chefe de núcleo do serviço de Segurança no Trabalho, no Metropolitano de Lisboa. Email: joao.s.areosa@gmail.com

### **João Batista Ferreira**

Professor associado e pesquisador permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia Social do Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Psicólogo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília. Pós-doutorado em Filosofia pela Université Paris 1 – Panthéon-Sorbonne. Coordenador do Núcleo Trabalho Vivo – Pesquisas e Intervenções em Arte, Trabalho, Clínica e Ações Coletivas, vinculado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Site: <https://ufrj.academia.edu/jf>. Email: ferreira.jb@gmail.com.

**Patrick Brown**

Professor Associado no Departamento de Sociologia. Diretor do grupo de pesquisa Political Sociology, na Universidade de Amsterdam (Holanda). Ele também é chefe do Sociology of Risk and Uncertainty Research Network (RN22) na European Sociological Association e editor do periódico Health, Risk & Society. Sua pesquisa é primariamente voltada para como pacientes, profissionais e organizações manejam vulnerabilidade e incerteza através de processos como confiança, esperança, risco e mágica. Isso o levou a conduzir pesquisa em serviços de saúde mental, tratamento de câncer e diferentes órgãos regulatórios responsáveis pelos usos seguros e efetivos da Medicina. Junto a várias outras colaborações internacionais, Patrick tem tido o prazer de trabalhar desde 2018 com o Laboratório de Psicodinâmica e Clínica do Trabalho no Departamento de Psicologia Social e do Trabalho da Universidade de Brasília.

**Vanessa Catherina Neumann Figueiredo**

Graduada em Psicologia (UNESP/Bauru), mestre em Sociologia (UNESP/Araraquara) e doutora em Saúde Coletiva (UNICAMP), é professora Associada II na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, desde 2006. Docente no curso de Psicologia, no Programa de Pós-Graduação em Educação e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços. Tem interesse na abordagem da Psicodinâmica do Trabalho, orienta dissertações na área de saúde mental de trabalhadores da educação e sobre subjetividade e trabalho de grupos ocupacionais em situação de precarização. Responsável pelo Laboratório de Saúde Mental do Trabalhador (UFMS, Câmpus do Pantanal), é líder do Grupo de Pesquisa (CNPq) “Saúde mental e trabalho na fronteira”. E-mail: [vanessa.figueiredo@ufms.br](mailto:vanessa.figueiredo@ufms.br)

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



**[www.editorafi.org](http://www.editorafi.org)**  
**[contato@editorafi.org](mailto:contato@editorafi.org)**